UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DOUTORADO

MARCIAL HUMBERTO SAAVEDRA CASTRO

PELA RAZÃO OU A FORÇA:

TRAJETÓRIAS DOS EXILADOS BRASILEIROS NO CHILE (1964-1973)

LINHA DE PESQUISA: Sociedade, Relações de Poder e Região.

Salvador - Bahia

2019

MARCIAL HUMBERTO SAAVEDRA CASTRO

PELA RAZÃO OU A FORÇA:

TRAJETÓRIAS DOS EXILADOS BRASILEIROS NO CHILE (1964-1973)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

Orientador: Prof.ª Dra. Lina Maria Brandão de Aras

Salvador – Bahia

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Saavedra Castro, Marcial Humberto.
S112 Pela razão ou a força: trajetórias dos exilados brasileiros no Chile (1964-1973) / Marcial Humberto Saavedra Castro. – 2019
296 f.: il.

Orientadora: Profª. Drª. Lina Maria Brandão de Aras
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

1. Brasil-Aspectos políticos. 2. Chile – Aspectos políticos. 3. Socialismo – História – Séc. XX. 4. Exílio. I. Aras, Lina Maria brandão de. II. Universidade Federal da Bahia.

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 981

Marcial Humberto Saavedra Castro

Pela razão ou a força:
trajetórias dos exilados brasileiros no chile (1964- 1973)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia

Aprovada em_ 16_ de_dezembro_ de_ 2020

Banca examinadora

Presidente e orientadora: Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Dr. Belarmino de Jesus Souza
Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.
Professor adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

Dra. Clarice Costa Pinheiro
Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.
Professora do departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Dr. Iraneidson Santos Costa
Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.
Professor Associado I do Departamento de História da UFBA e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA (PPGH/UFBA)

Dra. Márcia Carolina de Oliveira Cury
Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Professora colaboradora Programa de pós –graduação - UNEB

Salvador, dezembro de 2019

A Ray e Naomi.

Aos Meus Pais,

Ninfa e Luis (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de doutorado, embora conste de uma autoria individual, é o resultado do esforço de muitas pessoas e instituições que, de forma explicita ou implícita, foram dando forma e corpo a este estudo.

Agradeço à Universidade Federal da Bahia – UFBA – por me acolher na comunidade estudantil, primeiro como aluno especial nas disciplinas do doutorado, depois como aluno regular do Doutorado em História Social. Este agradecimento institucional não poderia prescindir da valiosa contribuição do quadro de pessoal desta respeitável Universidade composta pela direção, os seus competentes professores, a comunidade de estudantes, os bibliotecários, o pessoal administrativo e, a importante e solícita presença da equipe de apoio, a qual, direta ou indiretamente contribuíram para a promoção do conhecimento num ambiente material e humano de excelência.

Agradeço de forma especial à minha orientadora Lina Maria Brandão de Aras que, desde o período do mestrado contribuiu pacientemente para a minha formação profissional. Os seus conselhos e críticas, seu profissionalismo e didática humana, foram ingredientes imprescindíveis para transformar as tímidas e vagas ideias numa tese de doutorado. A formalidade do vínculo institucional permitiu sedimentar uma respeitável e sólida amizade transformando a relação professor-aluno mais fluida, construtiva e, em certos momentos, divertida e descontraída.

Agradeço com especial carinho à minha companheira Ray e a minha filha Naomi, que nestes quatro anos tiveram que adaptar o seu cotidiano às demandas de um estudante que requeria silencio, solidão e, a cada certo tempo, necessitava de uma sobre dose de companhia e barulho. Elas souberam equacionar esses momentos conflituosos que impõe a vida acadêmica de um doutorando, somados à qualificação e ao texto final da tese, estimulando meu trabalho com compreensão e solidariedade de forma incondicional e, principalmente, preservando o frágil e delicado equilíbrio entre a vida doméstica e a vida monástica que impõe a elaboração de uma tese.

Agradeço aos brasileiros que estiveram exilados no Chile e que, gentilmente, aceitaram conceder uma entrevista para esta pesquisa, de forma especial, a Raúl Elwanger, Ronald Lobato, Bruno e Vera Dauster, Neuza Barbosa e Eliete Ferrer, os quais me facilitaram o contato com diversos outros exilados. Estendo esses agradecimentos aos chilenos Sergio

Muñoz, Roberto Pizarro, Rafael Kries, Cristina Hurtado e Maria Soledad Bravo que, de forma solidaria, compartilharam a suas experiências, no Chile, com exilados brasileiros.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa contribuindo para as demandas materiais desse importante período.

Resumo

O objetivo da presente tese é analisar a história e as memórias do exílio dos brasileiros no Chile, entre 1964 e 1973 e, como a denominada "via chilena ao socialismo" impactou nas estratégias dos grupos brasileiros exilados naquele país, assim como a sua decisão de voltar ao Brasil ou ficar no Chile. Com base na pesquisa bibliográfica e de arquivos, além de fontes orais realizadas com brasileiros exilados no Chile e de chilenos que conviveram com brasileiros no exílio nesse país, o trabalho demonstra que o perfil dos exilados esteve maioritariamente formada por militantes oriundos da classe média, entretanto entre os entrevistados houve um operário de São Paulo que chegou ao Chile junto com os 70 banidos, em janeiros de 1971. Foi possível analisar, também, a inserção desses exilados na dinâmica política chilena, a sua militância ao interior dos partidos políticos de esquerda, principalmente no Partido Comunista chileno (PCCh), o Partido Socialista chileno (PS) e do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), assim como a participação ativa no projeto do governo socialista da Unidade Popular. Além desse âmbito, os exilados brasileiros também se integraram em instituições acadêmicas e de pesquisa nacionais e internacionais, como a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e o Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO), entre outras. Desde o ponto de vista dos órgãos de segurança brasileiros, se analisa o monitoramento que o governo militar brasileiro manteve sobre os exilados no Chile, através do Centro de Informações do Exterior (CIEX), organismo que atuava ao amparo do Itamaraty e do Serviço Nacional de Informações (SNI). Os exilados brasileiros no Chile vivenciaram o golpe de Estado no Chile, o dia 11 de setembro de 1973, que derrubou o governo constitucionalista de Salvador Allende e truncou a experiência da "via chilena ao socialismo", circunstancia esta, que levou aos exilados no Chile a buscar asilo em embaixadas e refúgios da ONU e, posteriormente, partir para um segundo exílio em Europa, África e América Latina.

Palavras –chave: Exílio; Brasil; Chile; Via chilena ao socialismo.

ABSTRACT

The main purpose of this thesis is to analyze the history and memories of the exile of Brazilians in Chile, between 1964 and 1973, and how the so-called "Chilean way to socialism" impacted the strategies of Brazilian groups exiled in that country as well as their decision to return to Brazil or stay in Chile. Based on bibliographic and archive research, in addition to oral sources obtained with Brazilians exiled in Chile and also Chileans who lived with Brazilians in exile in that country, this work shows that the exiles' profile was mostly formed by militants from the middle class. However, among the interviewees, there was a worker from São Paulo who arrived in Chile with the 70 banished people, in January 1971. It was also possible to analyze the insertion of these exiles in the Chilean political dynamics, their militancy within the left political parties, mainly in the *Chilean Communist Party* (PCCh), the *Chilean Socialist Party* (PS) and the *Revolutionary Left Movement* (MIR), as well as their active participation in the Socialist government project of the Popular Unity. Furthermore, Brazilian exiles have also integrated themselves into national and international academic and research institutions, such as the *Economic Commission for Latin America and the Caribbean* (CEPAL), the *Latin American Faculty of Social Sciences* (FLACSO) and the *Center for Socioeconomic Studies* (CESO), among others. Regarding Brazilian security agencies, the monitoring that the Brazilian military government has maintained on exiles in Chile is analyzed, through the *Foreign Information Center* (CIEX), an organization that worked under the auspices of the Itamaraty and the National Service of Information (SNI). The Brazilian exiles in Chile experienced the coup d'état in Chile, on September 11, 1973, which overthrew the constitutionalist government of Salvador Allende and truncated the experience of the Chilean way to socialism, a circumstance that led the exiles in Chile to seek asylum in UN embassies and refuges and, subsequently, to leave for a second exile in Europe, Africa and Latin America.

Keywords: Exile; Brazil; Chile; Chilean way to socialism.

RESUMEN

El objetivo de la presente tesis es analizar la historia y las memorias del exilio de los brasileños en Chile, entre 1964 y 1973, y, cómo, la denominada "vía chilena al socialismo" impactó en las estrategias de los grupos brasileños exiliados en aquél país, así como su decisión de volver al Brasil o quedarse en Chile. Con base en estudio bibliográfico y en archivos, además de fuentes orales realizadas con brasileños exiliados en Chile y de chilenos que convivieron con brasileños en el exilio en ese país, el trabajo demuestra que el perfil de los exiliados estuvo mayoritariamente formada por militantes oriundos de la clase media, sin embargo, entre los entrevistados hubo un trabajador de la industria de São Paulo, que llegó a Chile junto con los 70 expatriados, en enero de 1971. También, fue posible analizar la integración de esos exiliados a la dinámica política chilena, a su militancia al interior de los partidos políticos de izquierda, principalmente al Partido Comunista chileno (PCCh), al Partido Socialista chileno (PS) y al Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), así como la participación activa en el proyecto del gobierno socialista de la Unidad Popular. Además de eso, los exiliados brasileños se integraron a instituciones académicas y de investigación nacionales e internacionales, como la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), la Facultad Latino-Americana de Ciencias Sociales (FLACSO) y, el Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO), entre otras. Con respecto a los organismos de seguridad brasileños, se analiza el monitoreo que el gobierno militar de Brasil ejerció sobre los exiliados en Chile, a través del Centro de Informaciones del Exterior (CIEX), organismo que actuaba bajo el amparo del Itamaraty y del Servicio Nacional de Informaciones (SNI). Los exiliados brasileños en Chile vivieron el golpe de Estado chileno, el día 11 de septiembre de 1973, que derrocó al gobierno constitucionalista de Salvador Allende e interrumpió la experiencia de la vía chilena al socialismo, circunstancia ésta, que llevó a los exiliados en Chile a buscar asilo político en las embajadas o refugios de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), para, posteriormente, salir de Chile para un segundo exilio en Europa, África o América Latina.

Descriptores: Exilio; Brasil; Chile; Vía chilena al socialismo.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Ato Complementar
AEL	Arquivo Edgard Leuenroth – Projeto Brasil Nunca Mais
AI-5	Ato Institucional nº 5
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AMORJ/UFRJ	Arquivo da Memória Operaria do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro
AMR-B	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores – Brasília
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BM	Banco Mundial
BOC	Brigada Obrero Campesina
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEPAL	Comisión Económica para América Latina
CEREN	Centro de Estudios de la Realidad Nacional
CESO	Centro de Estudios Socioeconómicos
CIA	Agencia Central de Inteligência
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CIEX	Centro de Informações do Exterior
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CODE	Confederación Democrática
CODI	Centro de Operações e Defesa Interna
CORA	Corporación de la Reforma Agraria.
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.
CpS	Cristianos por el Socialismo
CUT	Central Única de los Trabajadores
DESAL	Centro de Estudios para el Desarrollo Social para América Latina
DI	Dissidência Interna
DOI	Destacamento de Operações de Informações.
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPF	Departamento da Policia Federal
DSI/MJ	Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça

DSI/MRE	Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ENU	Escuela Nacional Unificada
ESCOLATINA	Escuela de Estudios Económicos Latinoamericanos para Graduación
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Fondo de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FLACSO	Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales
FMI	Fondo Monetario Internacional
FRAP	Frente de Acción Popular
GTAS	Grupos de Trabalho Armado
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ICIRA	Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria
ILPES	Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPMs	Inquéritos Policial- Militares
ITT	International Telephone & Telegraph Corporation
JAPS	Junta de Abastecimiento y Control de Precios
LSN	Lei de Segurança Nacional
MAN	Movimiento Anticomunista Nacional
MAPU	Movimiento de Acción Popular Unitaria
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionario
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
NECH	No Entregue Chile
OBAN	Operação Bandeirantes
ODEPLAN	Oficina de Planificación
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil

PCBR	Partido Comunista Brasileiro R evolucionário
PCCh	Partido Comunista de Chile
PCUS	Congreso del Partido Comunista de la Unión Soviética
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PN	Partido Nacional
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Organização Revolucionaria Marxista Política Operaria
PR	Partido Radical
PS	Partido Socialista
PT	Partido dos Trabalhadores
PyL	Patria y Libertad
SNI	Serviço Nacional de Informações
UDN	União Democrática Nacional
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UP	Unidad Popular
UPES	União Paulista de Estudantes Secundaristas
URPLAN	Urbanismo y Planificación
URSS	União das Republicas Socialistas Soviéticas
VAR-PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionaria – Palmares
VOP	Vanguardia Organizada del Pueblo
VPR	Vanguarda Popular Revolucionaria

LISTA DE QUADROS, MAPAS E TABELAS

Mapa 1	Mapa do Exilio na América do Sul	69
Quadro 1	Diplomatas versus Grupos Armados/Militantes	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16

2. INCURSÕES AOS CAMINHOS CONCEITUAIS 40

2.1 HISTÓRIA ORAL 42

2.2 MEMÓRIA NA ARENA DA ESCRITA 52

3. DAQUI PARA LÁ: ZONA DE EXPULSÃO 68

3.1. A DITADURA BRASILEIRA 1964-1984 74

a) **O Serviço Nacional de Informações (S N I)** 84

b) O Ato Institucional nº5 AI-5 86

3.2. A CLANDESTINIDADE 88

a) As vias de saída 95

b) O exílio 100

c) O CIEX e o monitoramento dos exilados em território chileno 107

4. DE FREI À ALLENDE 120

4.1. A VIA CHILENA AO SOCIALISMO: PONTO DE ATRAÇÃO...... 140

4.2. RECEPÇÃO E TRANSIÇÃO 147

4.3. FICAR COMO DECISÃO DE RECOMEÇO 158

5. MEMÓRIAS EM MOVIMENTO 163

5.1. BRASIL: UMA DITADURA E DOIS GOLPES 164

5.2. NO CHILE DE ALLENDE: VIA ARMADA OU VIA PACÍFICA..... 171

5.3. 11 DE SETEMBRO: UM GOLPE E DUAS DITADURAS 212

CONCLUSÕES 250

LISTA DE FONTES 253

REFERÊNCIAS 257

ANEXOS 267

INTRODUÇÃO

Nos dias que sucederam ao Golpe Civil-Militar de 1964, muitos brasileiros tiveram que sair do Brasil através de representações diplomáticas ou, por outros meios, para obter asilo político no exterior. No âmbito da América do Sul, além do Chile, o Uruguai e a Argentina também deram amparo aos brasileiros perseguidos e suas representações diplomáticas "receberam alguns milhares de brasileiros fugidos pela fronteira, entre os quais, o presidente João Goulart e Leonel Brizola". (GASPARI, 2002, p. 130) O exílio fez parte das diversas arbitrariedades a que foram submetidos os opositores no Brasil a partir da intervenção militar, no ano de 1964[1], objetivando com este tipo de sanção[2] a neutralização e controle das atividades políticas daqueles que contestavam a nova ordem autoritária.

A decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)[3], no ano 1968, sistematizou a repressão e a militarização do Estado, o que resultou em inúmeras prisões e iniquidades de intelectuais, estudantes, sindicalistas, políticos e lideranças sociais, além disso, fechou o Congresso, implantou o estado de sitio, suprimiu o habeas corpus, decretou a cassação dos mandatos políticos e acionou o monitoramento sistemático das informações e atividades dos brasileiros através do Serviço Nacional de Informações (SNI)[4]. Na década dos 70, concomitante ao sucesso do "milagre econômico", os operativos da repressão contabilizavam as derrotas impostas à oposição evidenciando uma guerra desigual caracterizada pela censura, o medo, a prisão, a tortura e o extermínio de militantes colocando, o exílio, como a alternativa real e concreta de sobrevivência e uma possível retomada da luta.

Entre os diversos destinos, o Chile se apresentou como uma possibilidade desafiante, seja pela sua tradição democrática e uma vida política intensa, seja pela solidariedade com os perseguidos políticos e a proximidade geográfica e linguística, o que facilitava o trânsito e o intercambio de ideias e iniciativas. O marco temporal para esta pesquisa relacionada ao exílio no

---

[1] Para uma analise mais ampla sobre esse período ver: Moniz Bandeira: **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; DREIFUSS, Renê. **1964- a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1981; FICO, Carlos, Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História,** vol. 24, nº 47, 2004; Silvio, Helio. **1964; golpe ou contragolpe**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; Skidmore, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[2] O exílio não tinha reconhecimento jurídico, entretanto, o dia 4 de setembro de 1969, a ditadura militar decretou o AI-13, estabelecendo o "banimento do território nacional de pessoas perigosas para a segurança nacional"

[3] O AI-5, foi decretado o dia 13 de dezembro de 1968 resultando no cerceamento de liberdades e a militarização do Estado.

[4] O Serviço Nacional de Informações, SNI, criado no dia 13 de junho de 1964, tinha a função de coordenar as atividades dos serviços de inteligência e contra inteligência do governo militar.

Chile abrange praticamente uma década, período em que o país foi administrado por dois governantes que marcaram a história política do país: ambos estudaram na Universidade do Chile, Eduardo Frei Montalva (advogado e democrata cristão) e Salvador Allende Gossens (médico e socialista); os dois foram senadores da república (Frei: 1949 1957 e 1973; e, Allende: 1945, 1953 e 1961); e os dois chegaram à presidência do país, em 1964 e 1970, respectivamente[5].

Embora o Chile fosse um país territorialmente próximo, a presença de brasileiros era insignificante, realidade esta que foi alterada em função do golpe de 1964, pois, segundo Emir Sader, militante da POLOP[6], exilado no Chile: (...) *o primeiro vínculo de exílio com o golpe de 1964, eu acho que foi via acadêmica (...) para a FLACSO, para a CEPAL* (...). *Então, a primeira leva foi no ano 64, personalidades, intelectuais, dos quais o mais simbólico foi o Fernando Henrique*[7]. A FLACSO e a CEPAL[8], instituições vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU) estavam sediadas na capital chilena, além de outras como o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (ILPES)[9], a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)[10] e, duas importantes instituições chilenas com apoio internacional, a Escola de Estudos Económicos Latino-americanos para Graduandos (ESCOLATINA)[11], pertencente à Universidade do Chile e o Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária (ICIRA)[12]. Todas elas receberam diversos funcionários públicos e acadêmicos brasileiros exilados pós-golpe de 1964 porque o Chile, naquele momento,

---

[5] Sobre esses dois projetos políticos no Chile ver: AGGIO, Alberto. **Frente Popular, Radicalismo e Revolução Passiva no Chile.** São Paulo: FAPESP, 1999; AYLWIN, Mariana y otros, **Chile en El siglo XX**, Santiago: Planeta, 1985; CARDEMIL, Alberto. **El camino de la utopía***:* Alessandri, Frei Allende Pensamiento y obra. Santiago: Andres Bello, 1977; FALETTO, Enzo y otros. **Génesis del proceso político chileno**, Santiago: Quimantú, 1971; GARRETON, Manuel Antonio. **El proceso político chileno**, Santiago, Facso, 1983; SADER, Emir. **Chile (1918-1990):** Da independência à redemocratização. São Paulo: Brasiliense, 1991; SALAZAR, G.; PINTO, J. **História Contemporánea del Chile I. Estado, legitimidad, ciudadanía**. Santiago: LOM Editores, 1999; SERRA, José. **Cinquenta anos esta noite**. Rio de Janeiro: Record, 2014

[6] POLOP - Organização Revolucionária Marxista Política Operária.

[7] Entrevista concedida ao autor por Emir Sader, no dia 7/09/2013.

[8] A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO - entidade vinculada a UNESCO, é uma instituição destinada à docência de pós-graduação, à pesquisa e à cooperação cientifica no campo das Ciências Sociais. A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL - vinculada a ONU, é responsável por monitorar, assessorar e promover políticas destinadas ao desenvolvimento da região.

[9] O ILPES, criado em 1962, é uma instituição vinculado à CEPAL, a qual reunia destacados cientistas políticos e sociólogos que elaboravam estúdios estratégicos destinados ao apoio das políticas governamentais no âmbito do desenvolvimento econômico social.

[10] A FAO é uma entidade vinculada à ONU orientada para a Alimentação e a Agricultura, para o combate à pobreza e, principalmente, para a erradicação da fome no mundo.

[11] A Escolatina (Escuela de Estudios Económicos Latinoamericanos para Graduados) era o primeiro programa de graduandos em Economia de Latino-américa, vinculado ao Instituto de Economia da Universidade do Chile.

[12] O ICIRA, Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria, estava vinculado à FAO, e tinha como objetivo capacitar técnicos e profissionaies na área rural, assim como promover estudos para o analise da realidade agrícola chilena durante os governos de Eduaro Frei e Salvador Allende.

era *o centro de ciências sociais e de analise de políticas públicas mais importante da América Latina*. (SERRA, 2014, p.163)

Após o ano de 1968 e à posterior implantação do AI5 se configurava um segundo grupo de exilados que, (...) *empezó a salir entre el año del 68 y 69 y que ha estado atrapado por lo que se llamó, en Brasil, el golpe dentro del golpe*[13]. A partir desse período, a censura e a eliminação física dos opositores era parte integrante do código nacional do terror imposto pelos militares e, nessas circunstancias, os militantes de esquerda perceberam que ficar no Brasil era potencialmente arriscado e sair rumo ao exilio era um cenário plausível, como o descreve o entrevistado Juca Ferreira, militante do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8):

> Chegamos a ter muitos companheiros mortos ou "desaparecidos" e percebemos que estávamos cercados e caminhando para a morte. Fizemos autocrítica da estratégia de luta contra a ditadura e retiramos para o exílio todos os militantes procurados pela polícia da ditadura[14].

A realidade descrita por Ferreira atingiu com a mesma intensidade e crueldade a outras organizações de esquerda. O MR8[15], a POLOP, a POC[16], a ALN[17], a VAL-PALMARES[18], a VPR entre outras[19], pois começaram a sofrer o cerco do aparato repressivo caracterizado por um eficiente sistema de vigilância destinado a monitorar, perseguir, prender e eliminar opositores dentro do território nacional através do Serviço Nacional de Informações (SNI) e, à implantação no continente da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que, após a vitória da revolução cubana, transferiu para o âmbito doméstico os efeitos continentais da guerra fria e o anticomunismo disseminando-o nos países sul-americanos. A diferença do conceito de guerra fria, que surge após a segunda guerra mundial e teve como fundamento ideológico a bipolaridade entre EUA e URSS, a Doutrina de Segurança Nacional tinha como pressuposto geopolítico a

[13] Entrevista concedida ao autor por Bruno Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.
[14] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira, em: 29/10/2013
[15] O Movimento Revolucionário 8 de Outubro, surgiu em 1964, no âmbito universitário de Rio de Janeiro e lutou ativamente contra a ditadura militar.
[16] O Partido Operário Comunista, surgiu a partir da POLOP no fim de 1960, combateu a ditadura militar, optando pela luta armada e lutando
[17] A Aliança Libertadora Nacional, criada em 1968, como uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro PCB, pelo seu líder Carlos Marighella, caracterizou-se pela guerrilha urbana.
[18] A VAL- PALMARES, surgiu no ano de 1969, como resultado da fusão entre o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionaria (VPR), tendo como a Carlos Lamarca como uma das suas primeiras lideranças
[19] O Projeto "Brasil Nunca Mais" da Arquidiocese de São Paulo, (tomo III) enumerou mais de 40 organizações de esquerda brasileira que participaram do combate à ditadura a partir de 1961. Ver: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Perfil dos atingidos. Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988; ROLLEMBERG, Denise. Debate no exílio: em busca da renovação. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil**: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 6, 2007.

Nação, em detrimento do Estado e, o inimigo já não estava além fronteiras e, sim, dentro do próprio território nacional. (COMBLIN, 1978)

Por sua parte, o SNI assentava-se num desenho operacional que, segundo Fico (2001), envolvia o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e, embora atuassem de forma independente, a supervisão das informações e contrainformações ficava sob a responsabilidade do SNI.

A violência institucional atingiu também às mulheres tendo igual ou pior sorte diante dos seus captores e, a permanente insegurança provocada por uma vida clandestina, as levou ao exílio, inclusive, com seus filhos pequenos, como foi o caso de Neuza Barbosa, Paulista, militante da POLOP e da POC que, no seu ato rememorativo declarou:

> [...] eu fiquei presa uma semana na Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo, eles estavam atrás da organização como um todo. Tinha sido preso um militante da organização que tinha falado alguma coisa, e aí foram na minha casa, me levaram e eu fiquei pressa uma semana lá. E a orientação toda era que não tinha mais condições de ficar, já estava em pleno AI5, uma repressão muito grande, todas as organizações políticas se esfacelando[20].

A partida com destino ao exílio implicou deixar os amigos e parentes, distanciar-se do seu cotidiano e, principalmente, na ruptura de vínculos, que impedem que o indivíduo se afaste da realidade e caia no anonimato, no ostracismo e na fragmentação de si mesmo. Denise Rollemberg, ao analisar o exílio como uma negação e exclusão, afirma que:

> O exílio rompe com o movimento que constrói o homem a partir dos seus projetos e ilusões, renovado, permanentemente, na convivência com os outros. O exílio rompe com o conforto da relação na qual o homem é reconhecido, o que evita o sentimento de precariedade. (ROLLEMBERG, 1999, p. 25)

Ao se debruçar sobre os fluxos do exílio brasileiro, esta autora, os considera como resultado da experiência de duas gerações, a de 1964 e a de 1968. A primeira, fruto das contradições originadas pelas reformas de base e a posterior deposição do presidente João Goulart; e, a segunda, as tensões que marcaram o confronto entre a oposição, representado majoritariamente pelos estudantes e o Estado autoritário que culminou com o AI-5. Rollemberg (1999), enfatiza ainda que, durante o exílio essas "duas gerações" não construíram vínculos e sua tônica foi marcada pelas desconfianças. As distancias geradas entre ambas eram *como duas*

[20] Entrevista concedida ao autor por Neuza Barbosa, em 26/09/2013.

margens, duas paralelas que não se tocam. As pontes foram raras e frágeis. Os contatos sempre difíceis, não resultando em atividades mais consistentes. (P.51)

No caso especifico do Chile, os exilados se inseriram em instituições internacionais como a CEPAL e a FLACSO, também o fizeram em centros de pesquisa e ensino universitário do próprio país. O Centro de Estudos socioeconômicos (CESO), fundado em 1964 e vinculado à Universidade do Chile, cujo diretor foi no ano de 1973, o brasileiro Theotônio dos Santos, e o Centro de Estudos Regionais e Nacionais (CEREN)[21] fundado em 1968, dependente da Universidade Católica, concentraram numerosos intelectuais brasileiros que se destacaram e se projetaram a partir dos debates e discussões sobre o modo de produção na América Latina e o seu caráter de dependência.[22] Porém, nem todos os exilados tiveram esse privilégio e a precariedade econômica dos que foram chegando posteriormente encontrou, segundo relato de Lucia Fernandes, militante do PCBR, o apoio de um eficiente sistema cooperativo:

> [...] que chamávamos de 'Caixinha' que consistia em uma contribuição financeira de todos que tinham algum tipo de recurso e que em geral estavam empregados. Esse montante ficava disponível para assegurar alimentação e sobrevivência aos que chegavam até que fosse conseguido algum tipo de trabalho ou bolsa de estudos[23].

Em contraste com a preocupação e o gerenciamento da "caixinha" para com os exilados que iam chegando ao Chile, os dispositivos de segurança também se preocupavam em monitorar os dissidentes que chegavam nesse país e seus respectivos contatos e ações. Atendendo a este imperativo, logo após o golpe, o governo militar criou o Centro de Informações do Exterior, o CIEX[24], vinculado ao Itamaraty e ao Serviço Nacional de Informações (SNI), ampliando seu

---

[21] Estes dois centros acadêmicos reuniram investigadores de esquerda que debatiam o ideário Nacional-desenvolvimentista e os destinos do capitalismo periférico a partir de uma perspectiva marxista. Entre os brasileiros que atuaram no CESO e no CEREN podem-se citar: Darcy Ribeiro, Marco Aurélio Garcia, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Rui Mauro Marini, Emir Sader, Almino Afonso, Maria conceição Tavares, Jose Maria Rabelo, Gunder Frank, além de intelectuais de diversas nacionalidades.

[22] Para um estudo mais detalhado sobre essa experiência ver: CHONCHOL, Jaques "Qué es el CEREN". **Cuadernos de la Realidad Nacional**, N°1 Septiembre, 1969, Chile; BASSO, Lelio (et.alli.), Transición al socialismo y la experiencia chilena. Santiago: CESO/CEREN/PLA, 1972; THORP, Rosemary. "El papel de la CEPAL en el desarrollo de América Latina en los años cincuenta y sesenta". En La CEPAL en sus 50 años notas de un seminario conmemorativo. Santiago: CEPAL, 2000; FERNANDEZ, Manuel. "Los intelectuales de Izquierda y la Construcción de un imaginario revolucionario para Chile y América Latina. La Revista Punto final entre 1965 - 1973". **Tiempo Histórico**, N° 2. Santiago, 2011; BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL: una reseña. En, Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL. **Textos seleccionados**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

[23] Entrevista concedida ao autor por Lucia Fernandes Lobato, em: 14/09/2014

[24] Sobre o CIEX, e sua dinâmica enquanto dispositivo de controle e vigilância, ver: PENHA Filho, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo*:* O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI).** Ano 52, n. 02, 2009; **Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX):** O elo perdido da repressão. Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/87>.

espaço de controle sobre os opositores no exterior. Amparado no âmbito diplomático do Ministério das Relações Exteriores, o CIEX era um centro especializado, atuando em:

> [...] conformidade com os desígnios do Serviço Nacional de Informações (SNI). Seus objetivos eram plenamente compatíveis com os interesses da ditadura, ou seja, sua função era correlata e complementar aos outros sistemas de informações então vigentes: a estabilidade do regime, que a cada ano se sustentava mais e mais na repressão aos seus opositores[25].

O Chile era uma preocupação para o governo militar brasileiro e para o CIEX, pois, no final dos anos de 1960 e, principalmente, a partir de 1970, o Chile passou a ser o centro das atenções para a esquerda da América Latina e do Brasil. A chegada ao governo de um presidente socialista, através do sufrágio universal, contrariava os referentes clássicos da conquista de um governo socialista pela via armada materializando, assim, uma experiência única no continente denominada de "via chilena ao socialismo", projeto que atraiu os olhares dos países Sul-americanos e do âmbito internacional deslocando-se até o Chile para conhecê-la e participar ativamente da mesma.

Para os exilados brasileiros, o governo de Allende foi de plena participação e o fator ideológico e partidário contribuiu como elemento integrador e participativo no processo político chileno. Nesse sentido, Beluce Bellucci, carioca, militante do PCBR[26], que esteve exilado no Chile rememora que, além da solidariedade, o acolhimento e o respeito pela diversidade ideológica estiveram sempre presentes, ressaltando que a melhor evidencia disso foi a chegada dos 70 exilados no Chile em janeiro de 1971:

> [...] em janeiro, os prisioneiros foram para Santiago, depois de longos dias de negociação. No Chile vivia-se a euforia dos meses iniciais da vitória da UP. Assim, o espírito de solidariedade, de esperança, e de luta contra a opressão, era muito forte entre os chilenos. Tudo foi muito noticiado e comentado. Eu tinha contatos próximos com vários dos 70 companheiros que chegaram cambiados pelo embaixador e testemunhei que estes tiveram uma acolhida fenomenal por parte dos chilenos, foram recebidos como heróis "[27].

A liberdade política que se vivia no Chile e a chegada dos seus companheiros de luta brasileiros sãos e salvos ao território chileno, contrastavam visivelmente com o medo e a perseguição vivida no Brasil por Beluce Bellucci e outros brasileiros pertencentes às

---

[25] Penha Filho, Pio. **Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX):** O elo perdido da repressão, P.78-79. Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/87>. Acesso em 29/10/2013

[26] O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), foi criado em 1968, por Mario Alves, como uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro, PCB, e optou pela luta armada contra a ditadura brasileira.

[27] Entrevista concedida ao autor por Beluce Bellucci, no dia 09/09/2014.

organizações armadas. A forma como os 70 banidos conseguiram a liberdade e o clima auspicioso do governo socialista se complementaram potencializando o sentimento de vitória.

Para Aluizio Palmar[28], carioca, militante da VPR e integrante do grupo dos 70 exilados que foram banidos para o Chile, esse momento é preservado de modo particular na sua memória:

> Quando nós chegamos fomos recebidos pelas autoridades chilenas e um grupo grande de companheiros que viviam no Chile. Saímos do Brasil e chegamos no Chile algemados. As autoridades chilenas mandaram os agentes da PF tirar as algemas e eu fui um dos primeiros a descer e segurar a bandeira do país que nos recebia[29].

Sair do Brasil na condição de banidos depois de passar dias ou meses sofrendo nas prisões e sendo submetidos aos vexames dos agentes da repressão do Estado era, de fato, um sentimento de alivio e de otimismo. Aluizio Palmar é categórico ao rememorar o momento em que desceu do avião no aeroporto de Santiago carregando a bandeira chilena e sendo recebido junto com seus companheiros como heróis, tanto por seus compatriotas como pelos representantes do governo de Allende, simbolismo inesquecível e, inevitavelmente, suscetível de comparação com a realidade brasileira da qual tiveram que escapar.

Para Vera Rocha Dauster, cearense, militante do PCBR, que também chegou ao Chile junto com os 70 brasileiros trocados pelo embaixador suíço, a participação política da sociedade chilena a impressionou profundamente:

> […] la primera vez que salimos a la calle, había una manifestación y vimos a aquella multitud inmensa que gritaba 'el que no salta es momio'[30] era una cosa increíble, familias, niños, personas mayores, de todas las edades en la calle, una participación popular que nos pasaba la fuerza popular del gobierno popular de Allende (...) todas las manifestaciones del gobierno de la unidad popular eran así, participaban todas las camadas populares, de todas las edades, de todos las categorías y profesiones, era algo que nos hacía llorar, nos sentábamos y llorábamos ¡no es posible que estemos viendo y participando de esto! [31].

Ver o povo nas ruas se manifestando livremente a favor do governo socialista da Unidade Popular e do presidente Salvador Allende era uma coisa inédita para Vera Rocha. A sua vida como militante e como prisioneira política no Brasil, faziam praticamente impossível presenciar

[28] Aluízio Palmar foi militante do Partido Comunista Brasileiro, PCB, do MR8 e da VPR, é jornalista e escritor e, atualmente, e editor do site "Documentos Revelados" um valioso acervo sobre arquivos da ditadura.
[29] Entrevista concedida ao autor por Aluizio Palmar, em: 24/09/2014
[30] Expressão que se refere aos conservadores chilenos, identificados com as múmias que lutam para manter inalteráveis seus privilégios.
[31] Entrevista concedida ao autor por Vera Rocha Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.

no seu país uma realidade política e social como a vivida no Chile que, conscientemente, era a motivação da sua luta e do seu destino como banida.

Já, para Herbert de Souza, o "Betinho"[32], cujo relato foi publicado no livro de memórias de Pedro Cavalcanti, a sua passagem pelo Chile ampliou significativamente a compreensão da prática política, pois, para ele, esse espaço de tempo foi *um período de descobrir o que era política numa situação extrema, porque o Chile era inegavelmente o país de maior politização e mobilização política da América Latina (...) Foi um intensivo de ciências políticas em dois anos.*[33] Betinho constata, a partir da realidade política Chilena, que aquilo que conhecia na teoria, no Chile era um cotidiano palpável, verificando na organização e mobilização da população a matéria prima para sua formação como cientista social.

> Aí você descobre o que é massa, o que é luta de classes, o que é partido. Aí você vai descobrir o que é ser liderança e, o que é não ser liderança, como é que se desenvolve o nível político, qual é a relação entre economia e política, qual o peso da conjuntura, das decisões tomadas, como se toma decisão política[34].

Outros, no entanto, desenvolveram no Chile habilidades de inteligência, diante da necessidade permanente que alguns brasileiros tinham de voltar ao Brasil ou de outros militantes latino-americanos que saiam do Chile para fazer treinamento em outros países, o que exigia a elaboração de documentos falsos, porém, de qualidade incontestável. Ronald Lobato, carioca, militante do PCBR, relata sua experiência junto a Thiago de Mello, na confecção de identidades brasileiras que nunca foram detectados pela polícia local nem de fronteiras: (...) *en Chile, Thiago y yo organizamos un curso de inteligencia. Fundamos un sector de producción de cédulas de identificación brasileñas*[35].

Porém, nem tudo foi euforia ou fascinação pelo processo chileno. Leta de Souza Alves, (pseudônimo) em depoimento publicado em "Memórias das mulheres no exílio", de Albertina Costa, afirmou que depois de peregrinar para reencontrar a sua família, sentiu o choque da realidade política chilena, bem diferente da realidade boliviana que tinha deixado relatando que, esses primeiros anos no Chile:

> [...] foram bastante duros. (...) O Chile vivia um momento de euforia, de entusiasmo político, e nós tínhamos que nos adaptar aquele ambiente novo, inclusive aprender a

[32] Cientista político, na época do golpe era líder estudantil e um dos organizadores da Ação Popular (AP), organização que teve a sua origem na juventude católica (JUC). Esteve exilado no Chile desde o ano 1971 até o golpe de Estado em 1973.
[33] Herbert de Souza "Betinho" In: UCHÔA CAVALCANTI, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). **Memórias do exílio:** Brasil — (1964-19??) – de muitos caminhos. São Paulo: Livramento, 1978. P. 95.
[34] Ibidem.
[35] Entrevista concedida ao autor por Ronald Lobato (em espanhol), no dia 01/09/2014.

> pronunciar a língua do chileno que era diferente da do boliviano. (...) A visão que tínhamos do Chile no Brasil era muito diferente do que encontramos lá. No princípio sentimos toda aquela euforia de um povo na tentativa de implantar o socialismo. Um povo na rua, aplaudindo o seu governo, defendendo as suas posições. Demoramos vários meses procurando entender o que lá se passava, tentando ter uma compreensão mais exata[36].

Apesar de essa intensa experiência na vida política chilena, o fantasma de um golpe de Estado parecia uma tragédia anunciada e, no dia 11 de setembro de 1973[37], os militares liderados pelo General Augusto Pinochet interromperam a institucionalidade democrática desse país e bombardearam o Palácio Presidencial provocando a morte, tanto do presidente constitucional Salvador Allende como da experiência socialista chilena. Para os exilados brasileiros significou reviver um trauma, desta vez, muito mais violento que o vivido com o golpe de 1964 no Brasil já que, as contingencias, impuseram ações impreteríveis tendo que apelar para a clandestinidade, correr para as embaixadas evitando, assim, a detenção, a morte ou, a mais indesejada de todas, ser entregue aos agentes dos órgãos repressores do Brasil.

Neuza Barbosa, rememora o momento exato em que as circunstancias impunham ações rápidas e planejadas, com o intuito de salvar-se e salvar aos companheiros brasileiros:

> [...] a decisão então, foi entrar numa embaixada e a embaixada mais fácil de entrar era a embaixada argentina, então, a gente fez um esquema de colocar pessoas na embaixada, eu acho que levei uns três, o Nelson (seu companheiro brasileiro naquela época no Chile) foi o primeiro. Você andava abraçado, de braço dado, de mãos dadas, passava em frente ao portão entrava correndo e continuava caminhando, esse era o esquema (...) eu acho que consegui botar uns dois ou três ali dentro da embaixada da argentina (...) depois ficou mais difícil e, também, a embaixada da Argentina estava lotada[38].

Diante do perigo ameaçador de reviver o passado indesejável, como aquele vivido durante a ditadura brasileira, Neuza Barbosa pensou numa saída que, naquele momento, lhe pareceu óbvia. As embaixadas eram um lugar que lhes ofereceria segurança e proteção aos

---

[36] Leta de Souza Alves In: COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha. **Memórias das mulheres no exílio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. P. 178.

[37] Para uma análise mais ampla sobre o golpe de Estado no Chile e o fim da experiência socialista chilena, ver: GONZALES, Ignacio. **El día que murió Allende**. Santiago: Cesoc: 1988; LOPEZ. Mario. T**. El 11 en la mira de un Hawker Hunter** (Las operaciones y blancos aéreos de septiembre de 1973) Santiago: Sudamericana, 1999; PETER Kornbluh. **Los EE. UU y El derrocamiento de Allende**, una historia desclasificada. Santiago: Ediciones B grupo Zeta: Santiago, Chile, 2003; VERDUGO Patricia. Caso Arellano: Los zarpazos del puma. Santiago: Cesoc, 1989; ALTAMIRANO Carlos. **Dialética de uma derrota**: Chile 1970/1973. São Paulo: Brasiliense, 1979; CAVALLA, Antonio. **Estados Unidos, América Latina**: Fuerzas Armadas y Defensa Nacional**. Un**iversidad Autónoma de Sinaloa. México, 1978; CAVALLA, Antonio. **Militarismo y Fuerzas Armadas en América Latina.** México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1979; CAVALLA, Antonio. **La Doctrina de Seguridad Nacional.** Ed. Heliasta. Argentina, 1998; CORREA Raquel – **Elisabeth Subercaseaux.** Ego Sum. Santiago: Planeta, 1996.; GARCIA, Pio. **Las Fuerzas Armadas y el Golpe de Estado en Chile.** México: Siglo XXI, 1974; GARCIA, Pio; Marini, Ruy Mauro y otros. **¿Por qué Cayó Allende?** Argentina: Periferia, 1974.

[38] Entrevista concedida ao autor por Neuza Barbosa, em26/09/2013

refugiados contra as investidas dos militares chilenos que culpavam aos estrangeiros de fazerem parte de um exército de revolucionários que disseminaram o caos no país.

A representação diplomática Argentina em Santiago e, outras, que abrigaram os perseguidos chilenos e estrangeiros, ficaram abarrotadas de pessoas que solicitaram asilo. Juan Bautista Yofre, diplomático argentino dessa embaixada em Santiago, à época do golpe de Estado, relatou a situação do recinto diplomático no dia 11 de setembro de 1973 e nas semanas posteriores:

> [...] as embaixadas credenciadas em Santiago se encheram de asilados. Tinha de tudo; desde gente bastante comprometida com a ultraesquerda, ex-funcionários, e muitos que não haviam participado em fatos delituosos, mas se sentiam perseguidos. (...) Todos estavam no mesmo saco. Eram horas de escape diante do que se via e ouvia. Muitos asilados entraram na residência da Argentina em Vicuña Mackenna pela porta, outros o fizeram saltando o muro e uns poucos - num ato real de coragem - foram levados ao seu interior nos carros dos seus amigos diplomáticos argentinos. A um ou outro, estes gestos lhe custaram a carreira. (YOFRE, 2000.p. 439) (Tradução livre do autor)

A situação nessa embaixada adquiria dramaticidade e os informes diplomáticos reservados entre Santiago e Buenos Aires comunicavam que por *motivo do golpe militar do 11 do corrente no Chile, solicitaram asilo em nossa Representação Diplomática em Santiago cidadãos de vários países latino-americanos*[39]. (Tradução livre do autor) Todavia, a preocupação dessa embaixada não recaía exclusivamente nos chilenos e, num informe de caráter confidencial do dia 20 de setembro, relatava-se a preocupação por um brasileiro que se encontrava nas dependências desse recinto diplomático descrevendo-o como:

> Uma pessoa que afirmou se chamar Marco Antonio Azevedo Meyer, brasileiro, 28 anos, solteiro, com RG do seu país Nº 599.371 e Cédula de identidade chilena Nº 7.517.248-6. Residente no Chile desde setembro de 1971. Era estudante da Universidade do Chile e trabalhava como motorista de taxi. No Brasil foi dirigente estudantil, sendo expulso por sua atividade política. Foi trocado pelo Embaixador da Alemanha, motivo pelo qual teve que primeiro, se dirigir à Argélia. Agora está com seu visto vencido e considerando sua situação e antecedentes, está em situação de perigo para a sua vida, pelo qual solicita asilo[40]. (Tradução livre do autor).

O referido exilado na embaixada argentina era um militante do Comando de Libertação Nacional (COLINA), foi libertado junto com mais 39 militantes e enviado para Argélia, como resultado da troca de prisioneiros pela liberdade do Cônsul Alemão, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben, no dia 11 de junho de 1970, em plena empolgação pela Copa do Mundo de futebol no México (1970).

[39] Memorandum "secreto" Nº 22 do 24 de setembro In: Yofre, Op. Cit. P.439
[40] Nota "S" (secreta) Nº 596, do 20 de setembro de 1973. (YOFRE, 2000, p. 444)

Posteriormente, num relato registrado em 1978, na fundação Perseo Abramo, Marco Antônio Azevedo Meyer sintetizou essa experiência do exilio:

> Da Argélia ao Chile. Sem trabalho e sem documentos. Quase dois anos lutando para conseguir um passaporte e, quando tudo se aproximava do recebê-lo, eis que houve um desfecho mais trágico. Talvez, em la Moneda, onde funcionava uma seção do departamento para estrangeiros, queimado, feito em tições, rodopiando em ar com gosto de morte, junto a pedaços de tijolos e bombas. (...) Argentina. A mesma peregrinação. Transportado em avião militar (para paraquedistas) junto a mulheres, crianças, velhos, companheiros, retirantes do holocausto chileno[41].

A precariedade material e humana se repetia, da prisão no Brasil entrou num avião junto com seus companheiros com destino à liberdade na Argélia; da embaixada argentina, no Chile, entrou novamente num avião com mulheres, crianças e adultos, de diversas nacionalidades, com destino à Argentina. Dois momentos em que a improvisação, as incertezas e a falta de um horizonte seguro gravitaram temerosamente, porém, nesse 11 de setembro de 1973, esse sentimento se potencializava em função do desastre político e a violência desatada pelos militares chilenos.

Abril de 1964 e setembro de 1973, dois momentos sombrios que ficaram na memória dos exilados brasileiros no Chile. O primeiro, obrigando-os a deixar o país de origem; o segundo colocando-os diante do imperativo de sobreviver à violenta repressão que caracterizou o golpe de estado no Chile que, nas palavras de Juca Ferreira, evidenciava *um momento limite da democracia. As instituições democráticas resistem a ser instrumento de superação dos limites da democracia liberal e meio para a instalação de um socialismo democrático? No Chile, naquele momento não foi possível*[42].

A ideia de estudar o exílio dos brasileiros no Chile e, de forma especifica o impacto da "via chilena" nas estratégias dos grupos brasileiros exilados naquele país, responde a uma carência de pesquisas sobre o tema na Bahia. Embora os estudos existentes estejam centrados basicamente na trajetória e permanência dos mesmos no Chile, não existem trabalhos que se debrucem sobre o impacto e as contradições dessa experiência política chilena nos indivíduos ou grupos exiliados no Chile.

A necessidade de elaborar um estudo sobre esta realidade está circunscrita no marco dos 50 anos do golpe de Estado e das políticas públicas que visam apurar as violações aos direitos humanos e implantar o direito à memória e à justiça e, neste âmbito, a criação da Comissão da

[41] Marco Antônio Azevedo Meyer. Relato de exilado. In: https://fpabramo.org.br/2008/09/02/relato-de-exilado/
[42] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira, em: 29/10/2013

Verdade[43] vem a somar esforços para desvendar esse passado dramático do Brasil e a sua população. Esta Comissão criou um grupo de estudos destinado a apurar as arbitrariedades e injustiças cometidas pelos agentes do Estado durante o regime militar e, embora a Comissão contemple um marco temporal que vai desde 1946 a 1988, propicia uma valiosa fonte documental para o trabalho aqui proposto já que, os depoimentos e os acervos, estão parcialmente disponíveis aos pesquisadores.

Pretende-se também com esta pesquisa estudar, além dos exilados que estiveram vinculados a organizações da esquerda e que se inseriram plenamente no processo político chileno, os brasileiros que atuaram no âmbito acadêmico e de investigação em organismos internacionais vinculados à ONU e nas universidades chilenas. Destaque-se também que, dentro da numerosa comunidade de exilados houve aqueles que desempenharam uma ativa militância ao interior dos partidos políticos e cooperaram de forma uníssona com o governo socialista da Unidade Popular, todavia, a "via Chilena" não resultou numa concordância automática entre os brasileiros provocando divisões entre as organizações que se faziam patentes[44], como no caso da Aliança Libertadora Nacional, ALN, organização da qual fazia parte o paulista Leopoldo Paulino, militante que no seu relato registra que *o governo socialista deveria armar o povo e passar à ofensiva, caso contrario terminaria derrubado pelas forças reacionárias do país*[45].

Outro aspecto que merecerá um estudo mais atento e muito pouco estudado é a rica documentação do Centro de Informações do Exterior (CIEX), instituição vinculada ao Itamaraty e ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Com relação à atuação deste organismo, destacamos o trabalho de Samantha Quadrat (2004), que aborda as relações deste centro atuando articuladamente com as representações diplomáticas bilaterais (Brasil-Chile) para um sistemático monitoramento dos brasileiros exilados no Chile.

Em virtude do exposto, temos a seguinte questão: em que medida a "via Chilena"[46] contribuiu para a mudança de posições e estratégias de lutas nos grupos de exilados políticos

[43] O dia 18 de novembro de 2011, Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.528, que instituiu a Comissão Nacional da Verdade. No seu artigo 1º, explicita que o objetivo dessa comissão, tendo como respaldo documentos e depoimentos é "efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional ocorrida" Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm.>. Acesso em 08 de março de 2013.

[44]Para analisar as divergências entre os diversos grupos com relação à "via chilena", ver: AGGIO, Alberto, In: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_esquerda_brasileira_vai_ao_chile_imprimir.html. Acesso em: 25/10/2013.

[45] Entrevista concedida ao autor por Leopoldo Paulino, no dia 08/12/2015.

[46] Denomina-se "via chilena ao socialismo" à experiência política no Chile da conquista de um governo socialista pela via eleitoral e dentro da legalidade democrática. Sobre o tema ver: ALMEIDA, Clodomiro. **Pensando Chile**. Santigo: Terranova, 1986; ALTAMIRANO Carlos. **Dialética de uma derrota:** Chile 1970/1973. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1979; ARRATE, Jorge Paulo Hidalgo. **Pasión y razón del socialismo chileno:** Santiago: Ornitorrinco, 1989; BRUNA, Susana. **Chile***:* la Legalidad Vencida. México: ERA, 1986; CORVALAN, Luis. **Chile:** 1970-1973.

brasileiros que se encontravam no Chile? Como a realidade política Chilena estimulou ou retardou o retorno ao Brasil para a retomada da luta contra a ditadura? Além de formular estas questões, se pretende desenvolver reflexões sobre as convergências e divergências geradas pela experiência socialista chilena nos exilados brasileiros, os debates concernentes às posições políticas e estratégicas dos exilados ao interior das suas organizações face à luta no Brasil e reconstituir os diversos campos de atuação dos brasileiros exilados no Chile, seja no campo político partidário como no campo acadêmico institucional, analisando as suas estratégias de lutas e apropriações durante o exílio chileno.

O exílio tem sido objeto de diversos estudos acadêmicos, a maioria deles composta por depoimentos, memórias e autobiografias[47], os quais têm buscado ampliar a compreensão sobre este fenômeno que afetou a sociedade latino-americana nas décadas de 1960 e 1970. Respaldado nas afirmações de Denise Rollemberg, estudar o exílio é, antes de tudo, estudar o exilado (ROLLEMBERG, 1999). Este fenômeno impõe também a necessidade de conceituar o mesmo informando que tanto o exílio como o exilado não se reduzem à figura masculina nem à extraterritorialidade e sim a uma realidade muito mais ampla no qual se contemplam outras possibilidades ou pluralidades de interpretação dessa realidade especifica, destarte, adotamos para este trabalho de investigação um conceito de exílio mais amplo, expressado por Albertina Costa no seu livro" Memória das mulheres do exílio" enfatizando que:

Sofía: Sofía Press, 1978; CORVALAN, Luis. **Como se dio en Chile la Vía no Armada**. Praga: Editorial Internacional Paz y Socialismo, 1978; DORFMAN, Ariel. **Moros en la Costa**. Buenos Aires: Sudamérica, 1974; GARCIA, Pio; Marini, Ruy Mauro y otros. **¿Por qué Cayó Allende?** Argentina: Periferia, 1974; GUZMAN, Patricio. **La Batalla de Chile y la Lucha de un Pueblo en Armas**. Madrid: Editorial Ayuso, 1977; LABARCA, Eduardo. G. **Chile al rojo vivo**. Santiago: Ediciones Universidad Técnica del Estado, 1971; MARTNER, Gonzalo. **Chile, los Mil Días de una Economía Sitiada.** Caracas: Universidad Central y del Zulia, 1975; MISTRAL, Carlos. **Chile***:* del Triunfo Popular al Golpe Fascista (Economía y Política de la Unidad Popular). México: Ediciones ERA, 1974; MOSS, Robert. **El Experimento Marxista Chileno**. Santiago: Gabriela Mistral, 1973; POLITZER, Patricia. **Altamirano**. Santiago: Editorial Zeta, 1989; POLITZER, Patricia. **Miedo en Chile.** Santiago: Cesoc, 1985; PUCCIO, Osvaldo. **Un cuarto de siglo con Allende.** Recuerdos de su secretario Privado. Santiago: Ed. Emisión, 1985; VARAS Florencia. **Conversaciones con Viaux.** Santiago: Impresiones Eire, 1972; VARAS, Florencia. **Gustavo Leigh.** El general disidente. Santiago: Aconcagua, 1979.

[47] CAVALCANTI, Pedro Cavalcanti. Uchoa, RAMOS, Jovelino (orgs.). **Memórias do exílio Brasil (1964-19??).** São Paulo: Livramento, 1978; COSTA, Albertina de O. (org.). **Memória das mulheres do exílio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; GULLAR, Ferreira. **Rabos de foguete:** os anos de exílio. Rio de Janeiro: Revan, 1998; KONDER, Rodolfo. **Tempo de ameaça**: autobiografia política de um exilado. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978; MACHADO, Cristina Pinheiro. **Os exilados:** 5 mil brasileiros à espera da anistia. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979; PLÁCIDO, Delson. **Depoimento de um ex-exilado**. Rio de Janeiro: Brasil Hoje, 1994; RABÊLO, José Maria, RABÊLO, Thereza. **Diáspora:** os longos caminhos do exílio. São Paulo: Geração, 2001. Entre os trabalhos acadêmicos mais recentes, ver: MASSENA, Andréa Prestes. **Exílio em Moçambique**: as experiências vividas em terra estrangeira durante a Ditadura Militar no Brasil. 2005. Dissertação (Mestrado em História Comparada). UFRJ, Rio de Janeiro; PAIVA, Tatiana Moreira Campo. **Herdeiros do exílio**: Memórias de filhos de exilados brasileiros da Ditadura Militar. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2006. (Dissertação de Mestrado); GOUVÊA, Yara; BIRCK, Danielle. **Duas vozes no exílio**. São Paulo: Cultura, 2007.

> São exiladas as perseguidas, as punidas, as presas e torturadas. São exiladas as que sofreram perseguições indiretas. Esposas, mães, filhas e amantes. São exiladas as que perderam suas condições de trabalho, também aquelas que não puderam suportar o sufoco numa sociedade onde a ditadura desenvolveu tantas formas de opressão. E ainda aquelas que teimaram em ser livres onde as liberdades estavam cerceadas. (COSTA, 1980, p 18)

Costa sobrepõe a participação das mulheres na dinâmica política destacando que sua presença e ação, além de estar manifesta na política partidária, nas organizações armadas, nas inclemências da vida clandestina e, posteriormente, diante a imperiosidade de ter que abandonar tudo para sair para o exilio, elas estiveram permanentemente construindo uma rede de solidariedades que foi vital para o sucesso de certas tarefas no meio desse contexto opressor.

Neste âmbito, Clarice Costa Pinheiro considera que logo após o golpe de 1964, muitas mulheres não haviam dimensionado ainda as adversidades que representava ter o dia a dia administrado verticalmente pelos estamentos militares. Esta autora ressalta que esse processo de consciência foi se dando gradativamente, pois:

> [...] no momento do golpe de 1964, elas não entendiam com precisão o que estava acontecendo no país. Entretanto, poucos anos depois, já em 1968, após uma conscientização intelectual, elas já se veem engajadas politicamente e, principalmente, conhecedoras da gravidade de viverem em um período de exceção. De certo modo, elas assumem um papel de agentes históricos lutando por mudanças. (PINHEIRO, 2017, p. 204)

Para muitas delas, assumir atividades que iam de encontro a um modelo esperado da mulher da época era uma verdadeira contravenção. Isto adquiria magnitude ao vincular as suas atividades ao campo da política e, principalmente, às atividades de cunho revolucionário já que, como observa esta autora, nessas contingencias, muitas delas *foram companheiras de luta, de partido, de sonho de uma sociedade mais justa, mas, antes de tudo, eram mulheres que deveriam permanecer no lugar a elas destinado* (PINHEIRO, 2017, p. 215), é dizer que, apesar do seu engajamento na luta contra a ditadura e, consequentemente, contra a ordem vigente demandando mais liberdade e autonomia, essas mulheres se moviam num terreno movediço e ambíguo, haja vista que, um número significativo delas:

> [...] eram oriundas de famílias que seguiam um comportamento ditado pelo século anterior, com uma honra a ser preservada, uma moral a ser seguida. O modelo de esposa, dona de casa, cuidadora do lar e da família, era o modelo de suas mães. (PINHEIRO, 2017, p. 186)

No que diz respeito ao exilio e ao seu amparo legal no exterior, Albertina Costa alerta sobre uma ambiguidade jurídica que originou sérios contratempos aos brasileiros no exílio, alertando que o status de asilada ou refugiada nem sempre eram sinônimos e, em casos específicos, realidades bastante opostas:

> A condição de exilada não se confunde necessariamente com a de asilada ou a de refugiada. O estatuto legal não cobre a diversidade de situações de exílio, nem abrange aquelas pessoas portadoras de documentos, mas que não poderiam voltar em segurança, e cuja situação formal foi sempre bastante ambígua. (COSTA, 1980, p. 186)

No que respeita à temática relacionada ao exilio dos brasileiros, um dos primeiros trabalhos sobre as memórias dos exilados foram publicadas em 1976, em Portugal e, posteriormente, teve sua primeira edição no Brasil no ano de 1978. "Memórias do exílio, Brasil 1964/19??", de Pedro Uchoa Cavalcanti e Jovelino Ramos, teve a particularidade de ser escrito a partir da própria experiência vivida pelos exilados brasileiros que, ao refletir sobre o assunto, consideraram que:

> [...] em condições marcadas por rupturas históricas tais como as que provocam o exílio, a memória coletiva tem de ser feita, pois ela exige um esforço consciente de recuperação para uma cultura nacional. O projeto *Memórias do Exílio* nasceu assim de uma preocupação com o passado, uma preocupação que, sendo típica de historiadores, é também comum entre exilados, excluídos que foram da vida pública de seu país. (...)[48]

Duas décadas mais tarde, a historiadora Denise Rollemberg publicou o livro "Exílio: entre raízes e radares", analisando o exílio dos brasileiros no Chile e na França sendo o primeiro trabalho a utilizar a imprensa produzida no exílio como fonte, além de dados oficiais do governo brasileiro e de organismos internacionais de apoio aos refugiados. A temática do exílio continua presente neste século, ampliando sua perspectiva documental e se enriquecendo com novos depoimentos, desta vez não só de homens, senão também de mulheres e dos filhos dos exilados[49].

---

[48] UCHÔA CAVALCANTI, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). **Memórias do exílio:** Brasil — (1964-19??) − De muitos caminhos. São Paulo: Livramento, 1976, p.9. Entre os exilados que deram depoimentos para esse projeto, encontram-se, Abdias do Nascimento, Herbert de Souza, José Maria Rabêlo, Marcio Moreira Alves, Anina de Carvalho.

[49] ABREU, Maira Luísa Gonçalves de. **Feminismo no exílio**: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. Campinas: IFLCH, 2010. (Dissertação de mestrado); PAIVA, Tatiana Moreira Campos. **Herdeiros do exílio**: memórias de filhos de exilados brasileiros da Ditadura Militar. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2004. (Dissertação de mestrado); MARQUES, Teresa Cristina Schneider Marques. **Militância política e solidariedades transnacionais**: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979). Porto Alegre: UFRGS, 2010. (Tese de Doutorado)

Os trabalhos apresentados tem propiciado refletir sobre a relevância das memórias do exílio contrastando-os com a memória oficial que se, de um lado, se utiliza de diversos mecanismos para torna-la legítima, do outro, surgem (...) *relatos que, ao criarem diferentes representações do passado, permitem preservar uma história social que dispõe de diversos mecanismos de sobrevivência para escapar a dominação*. (CARDOSO, 1994, p. 179)

As memórias representaram uma realidade política que afetaram diretamente aos brasileiros que estiveram vinculados a grupos políticos ideologicamente definidos e que, a partir do processo de abertura controlada pelos militares emergiu no país um "surto memorialístico" (CARDOSO, 2012), destacando que ditas memorias são *instrumentos de transformação da realidade presente, tecendo distintas leituras (e releituras) do momento crítico, em que o confronto pelo poder expressa uma disputa pelo controle das diferentes memorias*. (CARDOSO, 2012, p.28) Esse fino tecido entre história e memória que envolve as vivências dos exilados, merece uma atenta reflexão metodológica considerando que a memória *está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento* (NORA, 1993), portanto, ela não deve ficar isenta à problematização, elemento estruturante para a produção histórica.

Ao debruçarmos sobre as experiências dos exilados no Chile consideramos de capital importância entender a correlação entre memória e história, identificar suas particularidades e a interdependência entre ambas. É importante não perder de vista que tanto a memória como a história são representações do passado, e como tal, susceptíveis a relativizações em função das influencias do fator tempo e espaço onde elas se materializam.

> A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais (...) uma representação do passado. A memória emerge de um grupo que ela une (...) ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. (...) A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9)

Se a memória "emerge de um grupo" podemos afirmar então que a diferença entre história e memória é justamente o pertencimento a um grupo. De acordo com Paul Ricoeur, não se pode desatrelar a memória do universo estritamente individual ou da coletividade na qual está inserida, acrescentando que ao lidar com a memória, não *é apenas com a hipótese da polaridade entre memória individual e memória coletiva que se deve entrar no campo da história, mas, com a de uma tríplice atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros*. (RICOEUR, 2007, p. 142) Ao estudar o exílio percebemos que as narrativas dessa experiência emergem, concomitantemente, de um contexto social e individual, entretanto, a análise dos relatos deve

contemplar o tripé referido por Ricoeur (2007), estabelecendo critérios rigorosos com respeito aos seus diversos significados.

Ao delinear a relação entre memória e história devemos enfatizar que ambas representam diferentes dimensões da história oral, a qual é entendida como metodologia e não como uma técnica ou uma disciplina. (FERREIRA, 1998) Segundo esta autora, recuperar a memória é importante, mas não é suficiente, requerendo sempre o cruzamento entre a oralidade e a fonte escrita, entre memória e a história, ou, em certos casos, entre a tradição oral de um povo e a sua história. Ao utilizar a história oral como instrumento metodológico para o registro da memória do exílio e dos exilados, não podemos desconsiderar sua dimensão política, uma vez que no Brasil, nossa *história oral se institucionaliza como reflexo de um momento histórico. (...) definiu-se entre nós a partir de 1979, florescendo principalmente depois de 1983 no processo de democratização política do país*. (FERREIRA, 2000, p. 89)

Nesta perspectiva, este trabalho pretende analisar essas memórias do exílio político enquanto sanção imposta pelo regime de exceção no Brasil a partir de 1964, o que implica num diálogo entre entrevistador e entrevistado, ou seja, uma relação *bidirecional: enquanto se obtém, das fontes já existentes, material para pesquisa e a realização de entrevistas, estas últimas tornar-se-ão novos documentos, enriquecendo e, muitas vezes, explicando aqueles aos quais se recorreu de início*. (ALBERTI, 2005, p. 81)

A leitura das fontes referentes ao exílio e aos exilados deve estar em correspondência com essa mão dupla. Deste modo, ao privilegiar a história oral como metodologia, a memória da (o) entrevistada(o) desempenha elemento importante na problematização do tema escolhido, pois, na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória. (AMADO, 1998) A partir da auscultação dos relatos pode-se tecer essa complexa trama que envolveu o exílio, imbricado por experiências políticas, sociais e emocionais, além das instituições que atuaram para efetivar essa dura condição.

Desde o âmbito institucional e, de forma especifica aquele relacionado com o domínio das atividades diplomáticas, o Ministério do Exterior, através do Itamaraty, mereceu um estudo atento uma vez que, ao amparo destes, atuava o Centro de Informações do Exterior (CIEX), vinculado diretamente ao SNI, como órgão de vigilância e controle dos brasileiros no exílio. Esta realidade foi confirmada por Maria Thereza Rabêlo, e o seu marido José Maria Rabêlo, que viveram parte do seu exílio no Chile. Em *Diáspora: os longos caminhos do exílio* (2001), Maria Thereza, em coautoria, denunciou essa espionagem dos agentes brasileiros em território chileno afirmando que no Ministério da Justiça, em Brasília:

> [...] Há informações de que cerca de 300 agentes brasileiros passaram por Santiago ou atuavam permanentemente lá. (...) Vivemos no exterior sob vigilância constante dos serviços secretos brasileiros, numa pagina vergonhosa de nossa história, que precisa ser levantada em toda a sua extensão. (RABELO, 2001. p. 78-80)

Para analisar as informações no âmbito diplomático, foi consultado o AMRE-B: Arquivo do Ministério das Relações Exteriores-Brasília, que contém a documentação sobre o Itamaraty e a correspondência consular entre Brasil e Chile no período, inclusive aquela produzida pelo CIEX e, de maneira particular, pelo embaixador brasileiro em Santiago, Câmara Canto[50]. Esse volume documental se encontra atualmente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro - Fundo DSI/MJ Fundo DSI/MRE – e liberada para consulta dos investigadores.

A documentação relativa aos arquivos do CIEX é um conjunto de registros na forma de documentos escritos e fotográficos, o que permitiu uma maior compreensão sobre o monitoramento exercido sobre os brasileiros exilados no Chile oferecendo uma sólida base documental para o tema em investigação. Um dos casos mais emblemáticos dessas operações de monitoramento, refere-se ao Cabo Anselmo[51], que esteve no Chile infiltrado entre os exilados pertencentes às organizações armadas que forneceu valiosas informações à repressão resultando em quedas significativas de militantes que tentaram voltar ao Brasil clandestinamente.

O CIEX, embora com uma estrutura limitada, apelava para a contratação de informantes locais e, na medida em que os exilados aumentavam, o CIEX requeria um pessoal melhor qualificado e especializado evidenciando uma estrutura cada vez mais favorável aos militares. (QUADRAT, 2004) Dita circunstancia propiciava condições congruentes com as atividades do SNI, que operava junto com os agentes chilenos na repressão orquestrada contra os membros de grupos esquerdistas do Brasil no Chile, antes mesmo do golpe de Estado que derrubou ao presidente socialista Salvador Allende. (BANDEIRA, 2003)

Por sua relevância para a história do Brasil contemporâneo, o estudo sobre a história e a memória do exílio dos brasileiros no Chile visa contribuir para uma melhor compreensão sobre essa complexa experiência que envolveu homens, mulheres e os filhos desses exilados. Sujeitos,

---

[50] Antônio Cândido de Câmara Canto, diplomata brasileiro que se desempenhou como Embaixador do Brasil no Chile, durante o período de 1968 até 1975. Participou ativamente na conspiração para o golpe de Estado no Chile comandada pelo General Pinochet.

[51] José Anselmo dos Santos, conhecido como "O cabo Anselmo", foi um ex-militar brasileiro, líder durante a Revolta dos Marinheiros, evento que contribuiu para a derrubada do Presidente João Goulart em 1964, exilou-se em Cuba e, de volta ao brasil, tornou-se um agente infiltrado nas organizações guerrilheiras, inclusive atuando no Chile junto aos exilados resultando em muitas prisões e mortes de militantes de esquerda.

partidos políticos, organizações de esquerda, instituições governamentais, entre outros, formam parte de um mosaico que teve o Brasil e o Chile como cenário de encontros e desencontros.

Para melhor investigar as organizações de esquerda se pesquisou o AMORJ/UFRJ**:** Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro, onde se consultaram os documentos relativos às organizações de esquerda. O AEL, Arquivo Edgard Leuenroth, Projeto Brasil Nunca Mais, permitiu analisar os processos contra as organizações armadas e os seus militantes que saíram para o exílio.

No que diz respeito ao âmbito chileno, consultamos o Arquivo Salvador Allende (http://www.salvador-allende.cl/index.htm), o Museo de la Memoria y los Derechos Humanos (http://www.museodelamemoria.cl/), o Centro de Estudos Miguel Henriquez (http://www.archivochile.com/Miguel_Enriquez/html/entrada_miguel.html) e o Arquivo da Vicaría de la Solidaridad (http://www.archivovicaria.cl/inicio.htm), que documentam o período estudado, principalmente o período do governo de Salvador Allende e as circunstancias relativas ao golpe de Estado, em setembro de 1973. Complementarmente foram utilizadas fotografias publicadas nos jornais chilenos referentes à chegada dos 70 banidos que chegaram no Chile em janeiro de 1971, constando que estas fotografias de jornais não foram utilizadas como fontes e, sim, como ilustrações para auxiliar as informações dos referidos banidos.

Para analisar as memórias dos exilados que foram para o Chile em diversos momentos a partir de 1964, foram entrevistados 24 brasileiros, incluindo nesse grupo o paulista Sergio Bachi, militante do PCB, que mora atualmente na cidade de Santiago, Chile, os quais se dispuseram a partilhar as suas experiências, tanto as relacionadas à sua militância e permanência no Brasil como à sua posterior saída do país, o exilio vivido no Chile e, posteriormente, as comoções provocadas pela ruptura institucional chilena, registrando ainda que, alguns deles, preferiram verbalizar os seus relatos no idioma espanhol e, na transcrição, foram corregidos alguns vícios próprios do chamado portunhol. Complementarmente, foram entrevistados cinco chilenos que conviveram com exilados brasileiros no Chile, principalmente em instituições acadêmicas e sindicais desse país e que registraram, gentilmente, as suas impressões com relação aos mesmos.

Todavia, se deixa registrada a tentativa do autor de contatar alguns brasileiros que estiveram exilados no Chile, porém, eles nunca responderam as mensagens enviadas, de forma reiterada, solicitando uma entrevista para esta tese. O total de brasileiros que não respondeu a minha solicitação totaliza um número de doze, entre os quais se incluem figuras públicas da

sociedade brasileira como Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Fralklin Martins, Marco Aurélio Garcia e Almino Afonso[52].

É importante salientar que entre os exilados que foram entrevistados, muitos deles saíram do território nacional por vias não oficiais, não solicitaram formalmente asilo no país de chegada nem houve um registro confiável para um levantamento estadístico, considerando que um número significativo deles entrou no Chile com documentos falsificados, como parte inerente às medidas de segurança próprias da clandestinidade, evitando a detenção pelos controles fronteiriços e a captura pelos órgãos repressivos. Além disso, para o ingresso no Chile prescindia-se de passaporte, podendo entrar no território chileno só com a identidade pessoal, simplificando os tramites burocráticos próprios das alfândegas.

Destaque-se, ademais, que nem todos saíram para o exilio de forma compulsória nem por circunstancias extremas, um número considerável não pertencia a nenhuma organização ou partido político, nem participavam de atividades que resultara em expulsão do território nacional. Uma cifra apreciável saiu do país acompanhando aos seus companheiros ou companheiras, ou, porque a situação no Brasil se fez insustentável para poder trabalhar, estudar ou levar uma vida digna e segura levando-os a um autoexílio.

A tentativa de quantificar de forma confiável o número de exilados que saiu do Brasil com destino a Chile é uma tarefa árdua e ainda nebulosa e que desafia aos pesquisadores que se debruçam sobre o tema. Dentro de um horizonte mais amplo, resulta difícil apontar o número de brasileiros exilados como um todo, estima-se que entre cinco mil e dez mil pessoas deixaram o Brasil para se exilar em países como Portugal, EUA, México, Argélia, Itália, Suécia e, principalmente, Chile e França (BOLZMAN, 2006, p. 23) e, com relação ao número de brasileiros cassados e banidos pelo regime militar de 1964, o relatório da Comissão Nacional da

[52] Fernando Henrique Cardoso, carioca, sociólogo, foi presidente do Brasil durante dois mandatos (1995 – 2003), pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), exilou-se no Chile onde ficou até 1967; José Serra Chirico, paulista, atualmente é senador da república pelo estado de São Paulo, foi prefeito, governador e senador pelo mesmo estado, Ministro de Saúde e do planejamento no governo de Fernando Henrique Cardoso e das Relações exteriores no governo de Michel Temer, filiado ao PSDB, Serra esteve exilado no chile desde 1965 até 1973; Franklin de Sousa Martins, capixaba, é jornalista e político brasileiro, foi ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social do Brasil durante o segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, na década de 1960 foi líder estudantil e depois entrou para a organização Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), participando do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969. Após esse fato, exilou-se em Cuba e depois no Chile, onde ficou até 1973; Marco Aurélio Garcia, gaúcho, político e professor aposentado de história, foi assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais nos governos Lula e Dilma Rousseff pelo Partido dos Trabalhadores, PT. Exilou-se no Chile de 1970 até 1973; Almino Afonso, político Amazonense, Bacharel em Direito, foi Ministro o primeiro ministro do Trabalho e Previdência Social do governo João Goulart. Esteve exilado no Chile desde 1965 até 1973.

Verdade, publicada em 2014, confirmou a existência de uma lista referentes a essas penalidades, assim como a proibição de receber passaporte ou outros documentos de caráter oficial[53].

Este trabalho está organizado em quatro seções, incluindo introdução e conclusão. A segunda seção, "Incursões aos caminhos conceituais", contém dois subitens que tratam da história oral e da memória respectivamente, no qual se dialoga com essas duas categorias imprescindíveis para as rememorações dos exilados. Consideramos que o estudo sobre o exilio e os exilados só é possível com uma sistemática compreensão da vivencia das suas memórias e, a construção dessas narrativas de rememoração deve contemplar aspectos políticos-ideológicos, partidários, pessoais, sociais, além do caráter psicológico de ruptura social e familiar que representou deixar seu espaço de referência, portanto, a atenta reflexão sobre o campo de memorias demanda uma metodologia de estudo convergente com a história.

No terreno da memória, o ato mnemônico constituiu uma atividade que vai além do âmbito estritamente individual e subjetivo configurando-o, em alguns casos, como algo ausente de objetividade e, consequentemente, de seriedade. Para esta proposta usamos as contribuições M. Halbwachs (1990) e, Ecléa Bosi (1979), que privilegiam o caráter social da memória, perspectiva que converge com a experiência do exilio que é, ao mesmo tempo, individual e social mas que, só pode ser compreendida dentro de uma dinâmica coletiva, pois, na perspectiva de Bosi:

> Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros "universos de discurso", "universos de significado", que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a História. (BOSI, 1979, p. 27)

Ditas asseverações nos levam a refletir sobre o espaço em que esse grupo ou coletivo desenvolveu as lembranças, a materialidade que impregnou essas memórias e o tecido referencial dum lugar e um cotidiano compartilhado. As memórias dos exilados compartem um lugar físico comum, o país do exílio e, nesse sentido, o espaço compartilhado adquire relevância, porque:

> É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos. Ao qual sempre temos acesso, e que em todo caso, nossa imaginação e nosso pensamento são a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS, 1990, p. 143)

[53] Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. A participação do estado brasileiro em graves violações no exterior. Disponível em: Acesso em: 23/04/ 2016.

Na terceira seção, “Daqui para lá: Zona de expulsão”, analisam-se as circunstancias que levaram ao golpe de Estado de 1964 e os instrumentos que formaram a arquitetura operacional e jurídica do regime. Abril de 1964 marcou a ruptura democrática de uma década que havia começado com um grau de efervescência política destacada já que, após a renúncia de Jânio Quadros[54] assumiu a presidência João Goulart[55], em agosto de 1961, depois de uma tensa negociação com a oposição ao seu governo que queria impedir a posse de Jango a qualquer custo.

Apesar da Campanha da Legalidade, a conspiração contra Goulart persistiu durante todo o seu governo, pois seus opositores o acusavam de ser agente do comunismo internacional e um elemento subversivo de alto risco para a segurança nacional. Após um plesbicito, em 1963, o país retomou o presidencialismo e Goulart apresentou as Reformas de Base para a sociedade (GASPARI, 2002), acirrando as disputas no âmbito parlamentário, militar e interesses nacionais e internacionais que conspiravam contra seu governo até derrubá-lo em abril de 1964.

Após o golpe, se implanta uma complexa trama material e jurídica destinada a operacionalizar as atividades repressivas. O serviço Nacional de Informações (SNI) e os Atos Institucionais (AIs) foram lapidando os tentáculos que, a partir de 1964 e, nos anos posteriores, levaram a diversos grupos a optar pela via armada no confronto direto contra o regime[56].

O cerco dos agentes da repressão e o consequente extermínio dos opositores, levou a muitos à clandestinidade e, posteriormente, ao exilio, o que representou reorganizar as suas vidas em outro âmbito social e político. O governo militar percebeu que seus opositores, uma vez no exilio, continuavam sendo uma potencial ameaça, levando a monitorá-los diuturnamente no exterior através do Centro de Informações do Exterior (CIEX) e, no caso dos brasileiros que se encontravam exilados no Chile, o CIEX já informava sobre as atividades dos mesmos desde o final da década de 1960, prática que se manteve vigente até alguns meses depois do golpe de

[54] Jânio da Silva Quadros, político e advogado sul-mato-grossense, foi prefeito e governador de São Paulo na década de 1950 e, presidente do Brasil pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), por um curto período, entre 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961, data em que renunciou ao mandato.

[55] João Belchior Marques Goulart, gaúcho, foi um advogado e político brasileiro, foi vice-presidente de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros respectivamente. Em 1961 é eleito presidente do Brasil, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de 1961 a 1964, ano em que foi deposto por um golpe de Estado.

[56] Para uma visão mais ampla sobre o golpe de Estado no Brasil ver: REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro **de. 68:** a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998; SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a** Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; RIDENTI, Marcelo. Breve recapitulação de 1968 no Brasil. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.) **Rebeldes e contestadores**: 1968, Brasil/França/Alemanha. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008. p.55-60; e, RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. Unesp; Fapesp, 1993; entre outros.

Estado no Chile, no dia 11 de setembro de 1973, como o revelam os informes desse centro datado de maio de 1970:

> Existiriam, em princípio, dois grupos de asilados brasileiros no Chile
> **I)** O grupo do "PARTIDÃO".
> **II)** O grupo liderado por ALMINO AFONSO e MARCIO MOREIRA ALVES, em coordenação com AMARILIO VASCONCELLOS, elemento que teria vivido quatro anos na China Comunista, onde trabalhou na revista "PEQUIM INFORMA", ensinando também português para os chineses. (CIEX, nº 190 do 20/05/70)

Na quarta seção, "De Frei à Allende", traçou-se a trajetória desses dois projetos políticos que marcaram a história do Chile a partir da segunda metade de 1960. Nesta seção se destaca o processo de participação e radicalização política da sociedade chilena a partir dos anos de 1967, onde as promessas de campanha de Frei, que ofereceu uma reforma agrária e mudanças na estrutura econômica, na metade do seu mandato se haviam traduzido numa frustração generalizada. (LABARCA, 1971, p.128)

Nesta seção também se analisou o projeto político do governo de Salvador Allende e o seu projeto político da "via chilena ao socialismo", que propôs uma transição pacífica, não pela via armada, como esteve presente nos diversos processos revolucionários, senão dentro da legalidade constitucional do sistema jurídico-político chileno, fenômeno este que granjeou simpatias ideológicas de alguns brasileiros que optaram pelo exílio nesse país. Procurou-se entender como esses exilados foram recepcionados, sua decisão de permanecer ou não nesse país e como se deu a incorporação daqueles que optaram por ficar até a data do golpe em setembro de 1973.

Na quinta seção, "Memórias em movimento", se registram os depoimentos dos entrevistados que verbalizam as suas experiências, desde a entrada ao território chileno até o momento da saída compulsória em função do golpe de Estado liderado por Augusto Pinochet. Essas memórias descrevem o processo de integração na sociedade chilena, sua cultura, a dinâmica política, a culinária, o idioma e seus constrangimentos verbais, a solidariedade, a tomada de consciência de se sentir latino-americano, momentos que cada um deles vivenciou de forma muito particular.

Além disso, recolhem-se as impressões dos mesmos sobre o impacto que exerceu neles a chamada "via chilena ao socialismo", como esta experiência foi processada e interpretada pelos exilados, sua participação ou distanciamento desse processo político, o grau de incidência que teve neles o debate da luta armada ou pacífica, perspectiva muito presente nos grupos brasileiros

armados que se encontravam naquele momento no Chile e, também, nos grupos chilenos que advogavam por essa via.

O apartado destinado às memórias dos exilados conclui-se com os testemunhos desse momento dramático que representou o golpe de Estado no 11 de setembro de 1973. Além de trazer de volta o trauma vivido no Brasil, a intervenção militar no Chile teve um elemento que para muitos deles era totalmente desconhecido: a violência dos militares para com a população civil, essa referência esteve muito presente nos relatos dos entrevistados, rememorando os corpos amontoados nas ruas ou nos corredores do Estádio Nacional, lugar que foi transformado em centro de detenção adicionando, ainda, as vicissitudes que tiveram que superar para conseguir chegar até uma embaixada ou num refúgio das Nações Unidas para poder estar a salvo e esperar ser aceito por um outro país e recomeçar um novo exilio.

Memórias que adquirem diversas facetas e dimensões, considerando que os exilados estavam compostos por uma comunidade numerosa que incluía homens, mulheres e crianças. Essa experiência mereceu um estudo sistemático para compreender as multiplicidades de perspectivas que pode oferecer o exílio e, principalmente, as alegrias e inquietudes de haver participado desse experimento político chileno que, independente das suas conquistas e fracassos, significou uma experiência única no continente.

2. INCURSÕES AOS CAMINHOS CONCEITUAIS

O exílio levou muitos brasileiros para outros países ou continentes impondo a distância entre territórios, famílias, hábitos, grupos políticos, cotidiano e entes amados, realidade esta que, para muitos, seria de caráter passageiro já que em pouco tempo poderiam voltar e rever sua terra e integrar-se novamente à sociedade. Entretanto, o período em questão acabou se estendendo durante meses, anos ou décadas e, ao voltar ao Brasil, amparados pela anistia ou retornando por vias diversas, algumas dessas mulheres e homens que viveram o exilio se viram exortados a registrar suas memórias que despertaram o interesse tanto do campo editorial como acadêmico.

Os relatos que surgiram das vivências dos exilados em outros países permitiram ampliar significativamente o horizonte interpretativo desse período e conhecer, *através da experiência das pessoas que viveram processos repressivos ou exclusão social* (MEIHY, HOLANDA 2011, p.78), a dimensão dessa adversidade e suas consequências humanas e sociais. Todavia, o ato de rememorar transita por um terreno instável, escorregadio e nem sempre se transmuta num feito salutar e afirmativo, pois para o sujeito que invoca sua trajetória pretérita, esse passado pode emergir na memória como algo incómodo, doloroso, trazendo à tona traumas ou feridas individuais ou coletivas.

Pela perspectiva do distanciamento espacial e temporal, a memória, não se manifesta de forma íntegra, clara, coesa e, ela, ao reviver esse passado, revive a atmosfera de um tempo que representou vitórias e derrotas, disputas e contradições políticas e ideológicas impregnadas de imagens, pessoas, nomes, fatos, é dizer, um referencial de significados passíveis de verbalização. A memória se desliza por um território ambíguo que aparenta segurança, solidez, familiaridade projetando-se em palavras convictas e transparentes, mas, também, resvala por um espaço sombrio, apreensivo, turbulento e autocensurável resultando em silêncios, omissões e esquecimentos ou em vocábulos esparsos, desconexos e assistemáticos.

Considerando que a memória individual é um fragmento de uma memória mais abrangente ou coletiva, o ato mnemônico representa um diálogo permanente entre o universo pessoal e o grupal. Ao atuar interativamente com outras lembranças, estas se integram, se solidarizam, dando respaldo, legitimidade e flexibilidade ao contexto ou aos contextos que dão forma e sentido àquilo que Halbwachs denomina de “quadros sociais de memória”. (HALBWACHS, 1990)

Assim, a rememoração e seus referenciais são passíveis de alteração a partir do grupo ou espaço social no qual o sujeito está inserido, com suas especificidades, contradições e

complexidades, assim também como com suas verbalizações, silenciamentos e esquecimentos, já que, tanto os enunciados como os silêncios são partes indissociáveis do processo de memorização, atuam numa simbiose onde as omissões ou a ausência de fonemas nem sempre representam a falta de memória ou alguma patologia associada ao esquecimento, pois, há casos em que o entrevistado reluta falar sobre temas relacionados ao exilio, à repressão ou à tortura, lembranças estas que o remetem a sentimentos conflituosos, mórbidos e que não encontram as vogais nem as consoantes para gestar as palavras necessárias para poder expressar-se. Cabe ressaltar que a dinâmica comunicacional vai além das palavras, além do verbo e, o silencio que invade o ambiente de interlocução também quer comunicar algo, transmitir emoções, inquietações, alegrias ou tristezas através de um código não verbal, que neutraliza o protagonismo e a fluidez da voz dando passo a um hiato sonoro.

O entrevistado, ao evocar suas memórias, seleciona as palavras que se projetam nas suas expressões faciais, na sua postura, seus gestos, no seu tom de voz integrando um mosaico subliminar que o historiador deve saber traduzi-lo, compreende-lo e codifica-lo numa linguagem familiar. Ao convocar o passado, diversos aspectos alheios à memória podem afetar ou alterar seu relato, tais como o próprio ambiente, os ruídos, o tempo, a temperatura, a circulação de pessoas, fatores estes que podem contribuir para que alguns fatos, lugares, nomes ou detalhes sejam lembrados com mais evidencia, assim como outros podem ser esquecidos ou omitidos.

Do mesmo modo que a memória evoca, seleciona, processa e reprocessa experiências pretéritas que estiveram diretamente associadas à militância política composta por vitórias e derrotas, por certezas e medos, por alegrias e traumas, assim também a memória as esquece, as silencia, as omite. Omissões que, em parte, respondem à própria volatilidade das lembranças e, por outro, à negativa de remover os fantasmas do passado autoritário que se impregnou de mutismo coletivo, já que:

> O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p. 4)

Silenciar como sinônimo de resistir é uma perspectiva que deve ser levada em consideração na hora da interlocução, considerando a densidade psíquica ou emocional que as ditas memórias podem fazer emergir e as reações que podem provocar, além disso, uma segunda entrevista pode diluir esses impasses, pois cada rememoração é única e dificilmente se repete e,

ademais, sua evocação mnemônica pode encontrar as palavras que foram silenciadas anteriormente. O historiador que lida com memórias deve estar atento para decodificar o significado dos silêncios, os quais nem sempre se traduzem em esquecimentos motivando questionamentos ou reflexões mais agudas.

Memória e história oral, dois campos de estudos apropriados para analisar o exilio e as memórias dos exilados, duas áreas do conhecimento humano que tem como intermediação as palavras e as verbalizações que, posteriormente, se transformarão em registros históricos sobre as experiências de mulheres e homens que deixaram o país pelos seus ideais. Nesse diálogo com o passado, o sujeito utiliza uma linguagem e um acervo referencial do presente que não é propriedade nem privilegio dele e, sim, do espaço social, político e econômico no qual está inserido já que, nas palavras de Halbwarchs (1990, p. 72), a *memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente*.

A linguagem é o elo entre a memória e a história oral, entre passado e presente, entre o entrevistado e o entrevistador, entre o indivíduo e a sociedade, entre a experiência humana e os registros históricos da mesma. Apesar da ascendência que a linguagem exerce no âmbito da memória e dos relatos orais, cabe enfatizar que nem todas as experiências vividas pelos exilados são relatadas de forma espontânea nem com a fidelidade esperada e, nem todo ato pretérito vivido por eles no passado é um ato reconciliado com o presente.

2.1 HISTÓRIA ORAL

Os regimes de exceção que se impuseram na América Latina, entre as décadas de 1960 e 1970 tiveram, entre outros, o objetivo de silenciar não só aos dissidentes senão, também, a boa parte da população que, atemorizada, optou pela clandestinidade da palavra. Falar era perigoso, pensar estava proibido e, fazer comentários ou relatar sobre as contingências políticas e as arbitrariedades que afetavam diretamente aos seus amigos e conhecidos podia significar a perda da liberdade ou a própria vida.

No Brasil, esta realidade se manifestou concomitante à crescente violência institucional que se impôs a partir de 1964, com a deposição do governo de João Goulart e com a gradativa militarização do Estado que teve seu corolário no Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, que legitimou diversas arbitrariedades desatadas contra os grupos de esquerda armada, estudantes, sindicalistas e uma boa parte da população brasileira. A assimétrica luta desatada pelo Estado,

com um exército convencional e uma arquitetura repressiva e informativa operada dentro dos parâmetros da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), deixou um saldo expressivo de brasileiros presos, mortos ou no exílio no final da década de 1960 e o início de 1970.

As experiências do exílio, além de provocar o afastamento do território pátrio contém, no seu âmago, a necessidade de verbalizar e registrar essas histórias que, para uns, tiveram um significado libertário; para outros, o constante drama da adequação às novas contingências fora do país. A anistia e o processo de redemocratização permitiram o retorno desses exilados e, junto com eles, as histórias que condensam o passado político desses protagonistas começaram a ser narradas, ouvidas e registradas tendo a memória e a oralidade como elemento de intercessão com as demandas do presente.

A História Oral e a Memória são, portanto, dois campos que se alicerçam à medida que a história do tempo presente (BÈDARIDA, 2001; FICO, 2012; HARTOG, 2013), se institucionaliza e, aos quais, se lhes atribuem novos objetivos e abordagens em sincronia com a contemporaneidade. Deste modo, os processos de rememoração dos exilados, ao serem reivindicados no presente, permitem a reconstrução desse passado e a possibilidade de recriar o cenário dos fatos através da palavra viva que se constitui em objeto histórico relevante tendo, na História Oral, um privilegiado instrumento metodológico de pesquisa.

A prerrogativa de romper o silêncio, imposto durante anos de proibições, vem ao encontro dos esforços que se institucionalizam nas Comissões da Verdade possibilitando o testemunho de brasileiros vitimados pelo regime militar imposto a partir de 1964. Acresce-se a isso, a demanda pela abertura dos arquivos institucionais referentes ao passado do regime de exceção adicionada por uma produção de pesquisas históricas que propiciam uma reflexão a partir das histórias dos protagonistas que vivenciaram e sofreram esses anos de autoritarismo castrense.

Emergem, assim, relatos que trazem à tona diversas formas de resistência operadas dentro e fora do território nacional constituindo novas e diferentes perspectivas da história que vem a complementar os registros já escritos e consagrados sobre o período. Na consolidação e reconhecimento dessas narrativas convergem dois aspectos de vital importância: o direito à memória individual e coletiva, além da faculdade de oralizar e legitimar esses relatos como evidencias passíveis de análise e interpretação histórica, evitando, assim, relegá-las a meras lembranças pessoais.

Neste duplo universo gravita a história oral, instrumento privilegiado que possibilita dar visibilidade às vozes dos dissidentes que militaram e lutaram de diferentes formas, sejam eles

homens ou mulheres, trabalhadores, artistas e intelectuais, os quais, por diversos motivos, buscaram refúgio fora do território nacional como forma de resguardar-se da onda expansiva que a repressão política projetava no tecido social do país. Dentre estes, as mulheres merecem especial atenção, cujos relatos orais como militantes, exiliadas, companheiras ou mães passaram a constituir pertinentes provas documentais com marcado acento de gênero.

As fontes orais constituem-se, na atualidade, um fecundo campo de investigação histórica enfatizando o registro de testemunhos, de narrativas e de depoimentos ocupando destacado papel na historiografia brasileira. Esta perspectiva é endossada pela historiadora Verena Alberti quando afirma que a história oral faculta o acesso às *histórias dentro da História* (ALBERTI, 2005, p.155), considerando que ditos relatos representam versões subjetivas de uma determinada realidade, ampliando e aprofundando a perspectiva da sua pesquisa.

Neste sentido, a história oral reveste-se de importância ao destacar, significativamente, a história de indivíduos ou grupos que foram excluídos dos registros gráficos e suas verbalizações relegadas ao mutismo. Ao serem contempladas no relato historiográfico, ditas narrativas propiciam a emergência de vozes postergadas, silenciadas e desqualificadas e que, apesar de estarem impregnadas de subjetividade, as mesmas constituem um variado e múltiplo campo de interpretações.

Isto põe de relevo a necessidade da utilização da história oral para analisar o fenômeno relativo ao exilio, considerando que ela:

> [...] apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possam entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, sejam como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos. (ALBERTI, 1990, p. 4)

Refletir sobre parte dessas histórias representadas na experiência do exílio e sedimentadas através da palavra, requer do historiador um cuidado especial já que ditas fontes, embora não sejam raras nem exclusivas, circunstancialmente representam para o pesquisador as únicas disponíveis, considerando a idade e a saúde dos protagonistas e sua predisposição para relatar os fatos. Outro fator importante com relação às testemunhas que vivenciaram o exílio é a imprescindibilidade dessas narrativas, enquanto registro histórico já que, frente à imperiosidade políticas do período, o governo militar apelou para o expediente extraterritorial como o propósito de condenar ditas vozes ao silêncio.

Nas assimetrias de poder, os canais de comunicação unilaterais transformaram os relatos oficiais como as únicas fontes de credibilidade contribuindo, assim, para divulgar e disseminar a versão dos fatos que atendiam aos interesses de um determinado grupo ou Estado. Resulta patente que as perspectivas dos fatos históricos presentes nas mensagens orais tenham, por um lado, um caráter mais matizado, diverso e plural e, por outro, um caráter único, pessoal e restrito aludindo, portanto, as afirmações de Thompson (1998) que distingue a história oral como uma história mais pessoal e democrática.

A história oral contém outros significados que a fazem notadamente instigante, pois, ao dar voz aos sujeitos ignotos ou que não fizeram parte dos eventos mais expressivos, ela aufere gravidade aos indivíduos ou grupos esquecidos pela historiografia convencional. Em vista disso, Paul Thompson (1998), autor da clássica obra, denominada "A voz do passado", faz alusão à importante contribuição da oralidade como fonte histórica, cuja dimensão social merece ser levada em consideração e devidamente avaliada já que, ao contrário da história que tem privilegiado a perspectiva dos poderes constituídos e da autoridade, a história oral:

> (...) torna possível um julgamento muito mais imparcial; as testemunhas podem, agora, ser convocadas também entre as classes subalternas, os desprivilegiados, os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo. (THOMPSON, 1998, p.26)

Isto impõe um desafio particular para o historiador já que, trabalhar com fontes orais requer uma distinção preliminar com respeito às outras fontes, pois, em virtude do caráter do registro verbal, o pesquisador não se limita a um mero leitor como se faz com os documentos escritos encontrados nos arquivos ou em outros registros gráficos. Atender à verbalização dessas histórias sobre o exílio vai além de prover-se de um simples gravador de voz, que permita transferir os relatos dos depoentes para um equipamento tecnológico e, posteriormente, transcreve-los e cita-los devidamente nas páginas finais do texto.

Com relação aos depoimentos dos entrevistados, Paul Ricoeur é enfático, ao afirmar que [...] *o testemunho é originalmente oral; ele é escutado, ouvido; já o arquivo é escrita, que é lida, consultada* (RICOEUR, 2007, p.176) destacando, assim, diferenças manifestas entre esses dois tipos de arquivos e acentuando os traços que ampliam notadamente a dimensão do primeiro, pois, se [...] *o testemunho acrescenta traços específicos ligados à estrutura de troca entre aquele que o dá e aquele que o recebe, o arquivo é muito mais que um lugar físico, espacial, é também*

um lugar social. (RICOEUR, 2007, p.177) Essa troca, referida por Ricoeur, permite um diálogo que é inerente ao universo da oralidade, ao contrário da impessoalidade e da distância de um indício escrito e conservado nos arquivos, pois ele, nas palavras deste autor, *promove a ruptura com o ouvir-dizer do testemunho oral*. (RICOEUR, 2007, p.178)

A longa controvérsia entre os detratores e os defensores da história oral contempla diversos aspectos, entre os quais, se destaca aquele que questiona a credibilidade da mesma. Os historiadores que representam a linha tradicional interpelam aos segundos argumentando que as fontes orais contêm uma carga de subjetividade derivada, principalmente, da memória pessoal, individual, enfatizando o caráter volúvel, imaginário, irreal, e por consequência, falível da verbalização, não obstante, atestar essa subjetividade *não significa abandonar as regras e rejeitar uma abordagem científica, isto é, a confrontação das fontes, o trabalho crítico, a adoção de uma perspectiva. [...] reconhecer sua subjetividade é a primeira manifestação de espírito crítico*. (JOUTARD, 2006, p. 57)

A subjetividade é entendida como uma propriedade humana, a qual expressa opiniões ou interpretações dos fatos a partir de uma dimensão intrinsicamente relacionada ao indivíduo, a sua experiência ou vivencia e, por isso, mutante, variável e dinâmica. Estas características não fazem parte da suposta objetividade dos documentos escritos, os quais estariam desprovidos de qualquer implicação pessoal, onde a distância e a interlocução estariam ausentes e, a forma como estes se apresentam ao pesquisador sempre será comum a todos, ou seja, a grafia, o fato, os dados, as informações e a linguagem escrita serão os mesmos, independentemente do tempo e do historiador que os consulte.

Entretanto, é imprescindível ponderar ao respeito da subjetividade como um elemento protagonista, tanto nas fontes orais como nas registradas através dos recursos gráficos, mas, ressaltando que nas primeiras, prevalecem certas particularidades que vão além da simples forma do registro. O elemento subjetivo não se limita estritamente à memória do sujeito, ela está presente na própria fala, nos gestos, na respiração, no olhar, na forma de expressar o tempo, o espaço e o seu particular modo de interpretar e verbalizar as suas vivencias.

Do anterior se deduz que a subjetividade:

> (...) é um dado real em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais. O que interessa em história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo, ou omisso, pois essa seletividade com certeza tem seu significado. Além disso, este século é marcado pelo avanço sem precedente nas tecnologias da comunicação, o que abalou a hegemonia do documento escrito. (FREITAS, 1992, p.18)

Considerando a inevitável e crescente atualização tecnológica que ampara o testemunho oral à hora do seu registro, o mesmo não pode limitar-se a um simples instrumento de gravação, pois ele demanda o reconhecimento enquanto fenômeno da inteligência humana capaz de refletir e interpretar a realidade dos fatos com a mesma credibilidade de outras fontes. A história oral, portanto, assenta-se na eficiência dos novos e modernos recursos de registro de voz que auxiliam o historiador, não só no momento da gravação, senão também no posterior processo de transcrição, pois *sem os recursos da aparelhagem eletrônica e mecânica de nossos dias, as entrevistas dificilmente teriam alcance em projetos de moderna história oral que, por sua vez, são pensados com a presença obrigatória desses artifícios.* (MEIHY; HOLANDA, 2011, p. 21)

Analisar os fatos relatados em primeira pessoa não é uma tarefa fácil, requer do historiador o cuidado e a sutileza à hora de tratar este tipo de fonte testemunhal, pois não basta simplesmente ouvir os relatos do entrevistado, *é preciso saber 'ouvir contar'': apurar o ouvido e reconhecer esses fatos, que muitas vezes podem passar despercebidos* (ALBERTI, 2004, p. 10). Numa sociedade representada por imagens e por sons variados, o exercício da audição resulta cada vez mais raro e distante, a pratica de ouvir atentamente ao outro, decifrar cada palavra, gesto e silêncios, pois em diversas circunstâncias estes silêncios podem expressar os motivos mais reservados do testemunho ou aquilo que não cabe na simbologia gráfica da escrita.

Por este motivo, ao nos debruçarmos sobre as fontes orais é necessário:

> (...) escucharlas en estéreo como la música, con registros diferentes para cada oído. Por un lado escuchamos lo que nos dicen y por otro oímos lo que no nos dicen, porque no lo quieren compartir, porque no lo saben decir, o porque no lo sabemos preguntar. [...] las fuentes orales pueden aportar la exploración de los silencios mayoritarios que no tienen cabida en los textos y pueden dar razón del porqué eso ocurre. (VILANOVA, 1998, P.36)

O vasto campo que condensa a oralidade testemunhal traz consigo uma riqueza de representações que vão desde sua formação, suas crenças, sua visão do mundo, sua família, seus amigos, seu marco geracional, ou seja, referências de acontecimentos concretos, palpáveis e materialmente vividos e *não como 'construções' desprovidas de relação com a realidade.* (ALBERTI, 2004, p. 10). Reduz-se, assim, a pretensa distância que caracteriza a postura do historiador perante as fontes tradicionais, escritas, oficiais, as quais prezariam pela objetividade, a cientificidade dada que, ao acionar as fontes orais pode-se auferir:

> (...) algo mais penetrante e mais fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas,

> opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os 'objetos' de estudo em 'sujeitos', contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira. (THOMPSON, 1992, p.137)

O campo referente à História Oral vai além, seu território congrega aspectos que circunstancialmente parecem ocultos, alheios, marginais, assim como certos grupos ou indivíduos que não desempenham um papel protagonista no cenário político, social e econômico e, portanto, não detém as credencias para instituir-se como sujeitos da história oficial, perpetuados num documento escrito e devidamente arquivado e resguardado para os interessados. Convoca, também, os relatos que condensam o maltrato, a violência, a exclusão social, a repressão e, principalmente, *a denúncia de sofrimento extremo de grupos maltratados por situações variadas*. (MEIHY; HOLANDA, 2011, 78)

Neste sentido, há que considerar que no âmago da história oral circunscreve-se a dimensão política do contexto social contemporâneo já que permite ouvir [...] *a voz dos excluídos e dos esquecidos, trazer à luz as realidades 'indescritíveis', quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir* [...] (JOUTARD, 2000, p.33) e, entre os quais, se insere também a voz dos exilados. Os relatos orais sobre o exílio trouxeram um novo olhar sobre o processo político que se implantou com o regime militar a partir de 1964 e, concomitante a este contexto emerge a história oral, cuja institucionalização aconteceu no contexto de redemocratização (FERREIRA, 2000) adquirindo solidez no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, e seu programa de História Oral, o qual, ao referir-se à sua introdução e uso no país, expressa que:

> No Brasil, a metodologia foi introduzida na década de 1970, quando foi criado o Programa de História Oral do CPDOC. A partir dos anos 1990, o movimento em torno da história oral cresceu muito. Em 1994, foi criada a Associação Brasileira de História Oral, que congrega membros de todas as regiões do país, reúne-se periodicamente em encontros regionais e nacionais, e edita uma revista e um boletim. Dois anos depois, em 1996, foi criada a Associação Internacional de História Oral, que realiza congressos bianuais e também edita uma revista e um boletim.[57]

Apesar da sua institucionalização e das associações relativas ao tema, o seu desenvolvimento não aconteceu no ritmo nem no impulso esperado, em parte, pelo inconsistente marco democrático que limitava as atividades institucionais e acadêmicas em geral e, ainda, amplificado pela censura que compulsoriamente impunha a "lei do silencio". Esta perspectiva é

[57] CPDOC. In: http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral (consultado em 12/02/2016).

ressaltada por Meihy (1996), o qual afirma que essa morosidade estava diretamente relacionada à ausência de tradições institucionais não acadêmicas e seu interesse pela história local e a cultura popular acrescido, ainda, pela falta de diálogo entre disciplinas como a sociologia e a antropologia, consideradas como as mais inclinadas para o registro de depoimentos, testemunhas e entrevistas.

Entretanto, há que destacar que a mesma já foi catalogada como técnica, teoria ou método, porém, esta última caracterização já é um consenso no âmbito acadêmico, sobretudo pela relevância que desempenha na constituição de novas fontes para o estudo da história, pelo suporte técnico que demanda e pela sua relação direta com os sujeitos que protagonizaram determinados fatos históricos. O processo de consolidação teve seus primórdios após a segunda guerra mundial, quando foi adquirindo densidade acadêmica e social e demandando uma definição que não deixasse ambiguidades delineando-a, em consequência, como:

> (...) uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. (ALBERTI, 2005, p.155)

Acrescido a isso, há que destacar que a dita metodologia *apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho [...] funcionando como ponte entre teoria e prática*. (AMADO; FERREIRA, 1998, p. viii) Estas autoras enfatizam que os comportamentos perfilados durante as entrevistas escapam às prerrogativas metodológicas da história oral já que, para elas, será a teoria da história que oferece as respostas adequadas para ditas inquietações por ser a que se dedica, entre outros assuntos, *a pensar os conceitos de história e memória, assim como as complexas relações entre ambas*. (AMADO; FERREIRA, 1998, p. xvi)

Portanto, ela não tem a pretensão de oferecer respostas definitivas ou soluções imediatas para as questões que possam surgir no decorrer do trabalho, pelo contrário, ela inquire, incita, questiona, promovendo diálogos profícuos que permitam construir pontes entre as hipóteses estabelecidas e os relatos verbalizados. Premido dos instrumentos técnicos de gravação de voz para a realização da entrevista, assim como dos pressupostos teóricos que tratam da oralidade e da memória, o historiador promove uma interlocução que propicie um ambiente de cumplicidade entre, este, e o sujeito que faz a narração, entre a temporalidade presente do historiador e o tecido fino e susceptível da memória passada e presente do entrevistado.

Outro aspecto importante que deve ser evitado é o fato de considerar os relatos orais como um conjunto de depoimentos que podem ser coletados e armazenados num arquivo sonoro como algo já acabado, inconteste, imperioso, merecedores de uma única leitura, analise e interpretação. Pelo contrário, a análise dos depoimentos deve ser criteriosa, atendendo as particularidades que comportam o meio do depoente, suas dúvidas e certezas, sua trajetória social política e econômica, seu papel social enquanto mulher ou homem, e sua forma particular de remodelar o passado a partir do crivo do presente.

Ao recriar o passado irrompem lembranças agradáveis, dignas de serem partilhadas e enfatizadas, mas desabrocham outras que se resistem à verbalização, à palavra, aos ouvidos do outro. Na medida em que emergem à superfície do oceano da memória, os registros do passado afloram transparecendo subitamente sentimentos e emoções, as vezes contraditórios, incompletos, desconexos, traumáticos, os quais, circunstancialmente, se refugiam no silêncio ou se protegem atrás do muro gestual do corpo ou do semblante do entrevistado.

A interação entre o entrevistador e o entrevistado abre passo para uma troca que é mútua, com certa cumplicidade, pois ambos contribuem para a reelaboração da memória dessas experiências, do significado das palavras, dos lugares e dos acontecimentos vividos. Ao narrar, o entrevistado exterioriza, concomitantemente, seu universo subjetivo e coletivo por onde transitam aspectos racionais e irracionais, conscientes e inconscientes, presentes e passados e as diversas interpretações que ele faz desses fatos com relação assim mesmo e ao ouvinte.

A mediação entre narrador e ouvinte tem a memória como amálgama, entretanto, as motivações, os interesses e os objetivos que ativam essas lembranças estão ancoradas no presente e não no passado do sujeito entrevistado. Esta assimetria temporal interfere diretamente na forma e conteúdo da narrativa do entrevistado, a qual será estimulada pelas questões apresentadas pelo historiador, pelo objeto do estudo em questão, pelo problema e hipóteses propostas para o seu trabalho o que, em suma, resultará numa transcrição textual que condensa não só a voz do narrador, senão *múltiplas vozes e interpretações: as múltiplas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores* (PORTELLI, 1997, p. 26-27).

Nesse caminho, que terá como resultado um texto inteligível como resultado do rigor que demanda o método de história oral, o investigador deve executar alguns passos que contemplam a entrevista, a transcrição e a textualização. Nestas duas últimas se requer do historiador uma atenção especial, pois, tanto uma quanto a outra exigem paciência, fidelidade, domínio da língua formal e coloquial e de uma sensibilidade que lhe permita traduzir aquilo que as palavras

omitem, ademais de um ouvido amplificado para perceber as informações que se podem escapar numa primeira audição.

A transcrição é o momento em que o historiador se distancia da presença física do entrevistado e o redimensiona através da presença sonora, das suas palavras, linguagem, expressões, sorrisos, exclamações e silêncios. Nessa fase há que preservar fielmente a elaboração discursiva do narrador, sem alterar a forma nem o conteúdo do relato, ainda que, entre a transição da língua falada para a língua escrita, não se possa registrar aquilo que as emoções, os gestos, os lapsos de silêncio ou certos artifícios verbais tentam ocultar ou esquivar diante de interrogantes específicas.

Posteriormente, a fase da textualização deve concentrar a sua atenção nas pequenas variantes fonéticas do interlocutor requerendo, circunstancialmente, ouvir quantas vezes for necessária a gravação para preservar cabalmente o sentido da narrativa, assim como ler novamente o texto e fazer uma transcrição responsável. Os signos de pontuação usados adequadamente, permitirão acompanhar as pausas, as exclamações, as interrogantes ou outras interferências na narrativa, pois esse delicado trabalho de textualização composto por partes que aparentemente possam parecer diferentes *formam um todo coerente depois de reunidos* (PORTELLI, 1997, p. 16).

Ressalte-se que estas fases inerentes à história oral propiciam uma escrita de uma história que não é um retrato fiel do acontecido, mas um esforço de aproximação desse passado no momento presente, é dizer, a escrita de um texto que não pretende ser uma réplica do acontecimento relatado e, sim, uma elaboração discursiva desse evento. O historiador se empenha em dar inteligibilidade e compreensão a um discurso de uma história pretérita a partir do presente, tendo o cuidado de distinguir a intenção de cada enunciado relativo a seu relato, o que representam cada uma dessas vivências para o entrevistado, os recursos verbais utilizados para exprimir sua experiência e a dos seus contemporâneos e, principalmente, como esses cânones sociais e políticos foram culturalmente construídos pelo sujeito.

A história oral, ao considerar os aspectos de caráter pessoal, social e cultural do sujeito que narra, permite que o investigador interpele seu objeto a partir de outras disciplinas, fazendo um cruzamento fecundo entre história, antropologia, ciência política, cultura, literatura, assim como outras áreas complementárias. Destarte, o processo que envolve a entrevista, a transcrição e a escrita final do texto histórico favorece a convergência interdisciplinar, pois sua metodologia é [...] *um caminho cruzado entre sociólogos, antropólogos, historiadores, estudantes de literatura e cultura, e assim por diante* (THOMPSON, 2002, p. 10).

A confluência de disciplinas propiciada pela história oral permite abordagens mais plurais, que não se restringem unicamente ao estrito campo da história, subsidiando ao historiador com o auxílio de outras ciências no processo de análise dos depoimentos. Neste âmbito e, complementando a perspectiva de Thompson, Alberti considera que a história oral não se limita nem pertence a uma esfera específica do conhecimento, pois sua particularidade [...] *está no próprio fato de se prestar a diversas abordagens, de se mover num terreno pluridisciplinar* (ALBERTI, 1990, p. 1-2).

Nas reiteradas iniciativas da história oral, no sentido de consolidar-se e legitimar-se no espaço acadêmico, fez com que os registros orais não ficassem isentos de críticas por parte dos seus detratores acadêmicos mais tradicionais, desconfiados pelo caráter volátil, arbitrário e intencional da memória. Soma-se a isto, o desabono dado aos temas que se abrigavam ao amparo da oralidade e que tratavam de sujeitos ou grupos privados de expressar-se publicamente, ausentes e distantes dos discursos impressos, representados por trabalhadores, militantes políticos, opositores ao governo, mulheres, ou seja, relatos de memória proscritos em função de interesses ou contingências específicas.

2.2 MEMÓRIA NA ARENA DA ESCRITA

Dentro da arena consignada à palavra escrita, os relatos de memória eram recebidos com ceticismo, seja pela subjetividade que gravita em torno dela, seja pelo caráter fantasioso que pode estar contido na rememoração dos fatos, seja também por considerá-la uma fonte pouco confiável devido à fragilidade física e etária dos sujeitos, além da nostalgia caraterística da velhice (THOMPSON, 2002). Isto gerou certo desabono da memória no campo da história, pois ela é vista como um embargo para uma história mais confiável, objetiva e isenta de dúvidas e questionamentos.

Os argumentos, embora ultrapassados e superados, tem servido de estímulo para os esforços destinados a incorporar, ao debate acadêmico e cientifico, o uso da memória como fonte histórica. Não obstante a indiferença e os adjetivos desfavoráveis, sua sedimentação tem implicado num exercício crítico destinado a confrontar essas construções de memória com outros tipos de fontes dando-lhe um caráter documental conexo aos propósitos da investigação.

Por outra parte, dedicar-se ao estudo histórico de memórias que envolvem experiências pessoais ou de âmbito privado nem sempre foi uma empresa fácil, pois ao abordá-las, o historiador se embrenha por um terreno volúvel, instável, que demanda do investigador certas

reservas e uma oportuna atenção na hora de analisá-las. A rigor, o ato mnemônico não está isento de influências externas, sejam elas de um tempo pretérito que se quer memorizar ou do presente que impera ao momento de evocar as lembranças e, essas sutilezas, não devem ser negligenciadas pelos investigadores que privilegiam a história oral e a memória.

Vale destacar que a crescente importância pelos estudos da memória e o consequente debate entre historiadores e os pesquisadores é um legado historiográfico francês, que enriqueceu os debates acadêmicos a partir da década de 1970. A Escola dos Analles, ao delinear o interesse pela história das mentalidades ofereceu um campo fértil para os estudos do cotidiano, dos costumes e da cultura de grupos humanos de uma determinada localidade convergindo, desse modo, para o diálogo entre oralidade e memória.

O acento dado ao campo da memória propiciou uma constante reflexão e serviu como precedente para futuros trabalhos que se debruçaram sobre as múltiplas relações entre memória e história. Surgem, assim, diversas obras que contribuíram para um refinamento teórico do fenômeno da memória, tais como "Memória, esquecimento, silêncio", de Pollak, (1989); "Memória Coletiva", de Halbwachs (1990); "Memória e História", de Nora (1993); "História e Memória", de Le Goff (2003), entre outros.

Num exercício de compreensão do conceito de memória é necessário distinguir a obra de Maurice Halbwachs que, na primeira metade do século XX, formulou uma espécie de sociologia da memória a partir de um analise onde destacava a memória individual como parte integrante de uma memória coletiva, destacando que todas as lembranças se constroem ao interior de um grupo social. Acresce ainda que, a partir dessa vivência de grupo as lembranças podem ser reconstruídas ou simuladas tendo como base as possíveis representações do passado do indivíduo, as quais, adquirem sentido a partir da percepção dos outros.

Para Halbwachs (1990), fica evidente o fato de que não existe memória que seja o resultado da *imaginação pura e simples*, pois para ele, o ato de reconstrução da memória tem como parâmetro o sujeito, cuja memória individual só adquire dimensão em concordância com as percepções integradas a uma memória coletiva. Além disso, este autor adverte para a oposição entre os termos "memória coletiva" e "história", asseverando que esta última é *a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens* (HALBWACHS, 1990, p. 80) ordenando os acontecimentos pretéritos e determinando-os de acordo com certas conveniências e regras.

Destarte, o autor afirma que a história se inicia no momento em que se desagrega a memória social, entendida por ele como a tradição, a qual se respalda na experiência de um

passado vivido pelo sujeito de forma natural e vibrante e que difere bastante do passado aprendido na história escrita nos livros. Para ele, a demanda de escrever a história, seja de um indivíduo, de uma sociedade ou de um período da história humana, sempre se manifesta quando os fatos em questão já fazem parte de um passado distante.

Considerando que o referido coletivo representa um conjunto de homens e mulheres situados num espaço e tempo determinados, entretanto, são os indivíduos que exercitam o ato de rememorar enquanto parte integrante desse determinado grupo. Em concordância, pode-se afirmar que cada indivíduo projeta uma perspectiva diversa sobre seu círculo grupal e que *cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com os meios*. (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Nessa contraposição entre história e memória, Halbwachs, destaca que:

> Não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória. Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto. (HALBWACHS, 1990, p.60).

Com respeito à memória coletiva, Halbwachs, adiciona que esta é uma atividade marcada pela espontaneidade, natural, seletiva e desinteressada, que preserva do passado exclusivamente aquilo que considera vital e necessário para estabelecer um vínculo entre o presente e o passado. Em relação à história, o citado autor assevera que ela é um processo suscetível aos interesses e manipulações de caráter político, Halbwachs (1990), respeitando, portanto, as possibilidades e limitações que cada uma oferece.

Não obstante a memória possua um traço pessoal, já que as lembranças do sujeito respondem à trajetória de vida individual, Halbwachs ressalta a importância da mesma enquanto um fenômeno de caráter social, portanto, passível de variantes, mudanças e transformações. O ato de rememorar traz consigo, intrinsicamente, uma referência grupal que interatua e se retroalimenta com outras lembranças que lhe oferecem respaldo, conexão com a realidade e com determinados contextos que, para este autor, recebem a denominação de *quadros sociais da memória* (HALBWACHS, 2004)

O debate entre história e memória, também fez parte das preocupações de Pierre Nora, enfatizando a problemática dos lugares de memória que, segundo este autor, se ainda exercitássemos o ato mnemônico não haveria a *necessidade de lhe consagrar lugares* e, cada

expressão cotidiana ou gesto, seria reiterado religiosamente como uma *identificação carnal do ato e do sentido*. Acrescenta ainda que, desde que existam evidencias, espaços geográficos e elementos mediadores *não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história* (NORA, 1993, p. 9).

Assim, a atividade relacionada com a memorização se distanciou da dinâmica vital e cotidiana do ser humano deixando de significar um ato de resistência, de preservação, de recordação e passou, principalmente, a significar o ato de esquecer, de monumentalizar ou se transformar, como afirma Nora, em *lugares de memória*.

Numa descrição mais detalhada dessa contenda entre memória e história, Nora assevera que:

> A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (...) é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente (...) ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. (NORA, 1993, p.9)

A objeção que Nora apresenta com relação à história refere-se a seu caráter incompleto e problemático de um fato pretérito, cuja elaboração requer uma atividade intelectual e dum *analise e discursos críticos.* Na sua concepção, a história é uma atividade que as modernas sociedades fazem do seu passado porque, as mesmas, estão *condenadas ao esquecimento* (NORA, 1993, p. 8).

O imediatismo do presente fragmentou as relações sociais criando uma sensação de um presente ininterrupto sem os consequentes vínculos com o passado, um fenômeno que Nora denomina de “aceleração”, que distancia a memória da história, atomiza a identidade grupal fazendo com que esses grupos se caracterizem pela alienação mnemônica. As rupturas derivadas desse mundo moderno, assim como as transformações tecnológicas, trouxeram consigo certa obsessão pelo presente estabelecendo novos padrões nas relações interpessoais e na forma como lidar com o passado.

Salienta este autor que a ruptura com o passado traz a reboque a ruptura com a memória, a qual se desfigura, fracciona-se, despedaça-se e fossiliza-se, até se transfigurar em sítios de consagração ou *lugares de memória*. Essa realidade adquire consistência na medida em que a mesma se distancia do seu habitat e da transmissão geracional da mesma levando a Nora a afirmar que, na atualidade, os monumentos, os símbolos ou qualquer vestígio físico, integram o

esforço empreendido através da política institucional de recuperação e resgate da memória, fato que resultou na sua frase lapidar: *Fala-se muito de memória porque ela não existe mais* (NORA, 1993, p. 1).

Apesar dessa "aceleração" referida por Nora e a evidencia inconteste dos "lugares de memória", a memória do homem e da mulher continua latente na sociedade atual, independente da tecnologia e do insistente horizonte global, cujo pressuposto está orientado para diluir fronteiras, culturas, histórias e tradições. Os esforços para a desestimar fizeram com que a memória perdesse seu prestigio, sua dimensão de caráter público, para transformar a mesma numa aptidão ou recurso subsidiário de cunho estritamente privado, mas apesar de que o ato de lembrar e de transmitir saberes, conhecimentos e ritos ainda prevaleça na sociedade, *é o documento que se mantém como autoridade final e como garantia de transmissão para o futuro* [...] (THOMPSON, 1998, p.50).

A memória reporta ao passado, entretanto nessa passagem do passado para o tempo presente a memória incorpora as dimensões interpretativas do presente, suas influencias, suas vivencias e experiências adquiridas no âmbito social, cultural, religioso, político e educacional. Thompson (1998), adverte para o cuidado do historiador à hora do analise das fontes, da interpretação e da crítica das mesmas, pois nenhuma delas está isenta de subjetividade, de manipulação e, principalmente, das motivações que levaram a determinada fonte a constituir-se como tal, o que reforça o seu caráter parcial e incompleto.

Pondera, ainda, sobre a importância de lidar com determinados arquivos, inclusive com as entrevistas que evocam a memória do entrevistado, pois:

> [...] todos eles representam, quer a partir de posições pessoais ou de agregados, a percepção social dos fatos; além disso, estão todos sujeitos a pressões sociais do contexto em que são obtidos. Com essas formas de evidência, o que chega até nós é o significado social, e este é que deve ser avaliado. (...) certamente não é por acaso que esses documentos e registros vieram a estar ao dispor do historiador. Houve um objeto social por trás de sua criação original, tanto quanto de sua posterior preservação. (THOMPSON, 1998, p.145).

A riqueza que oferecem os relatos de memória e o seu processo de construção e elaboração exigem do historiador a percepção e compreensão dessas representações do passado. Não obstante a memória reporte ao passado, o processo de rememoração se processa no tempo presente a partir de personagens vivos, os quais selecionam os fatos ao relatar as trajetórias vividas, assim como o processo de organizar e verbalizar o discurso ampliam as possibilidades de analise que, circunstancialmente, excedem os fatos.

Thompson (1992), afirma que a memória, ao ser requerida, pode restituir aos sujeitos que protagonizaram a história, efetivamente um lugar na história. Dessa forma, mediante a verbalização de suas próprias palavras, os sujeitos constroem e reconstroem narrativas a partir de uma interpretação pessoal dos fatos, pautada por emoções e vivências que não são homogêneas e que estão submetidas ao imperativo do presente, com a particular forma de ver e perceber o mundo ao seu redor e, portanto, sujeitas a múltiplos significados.

No que diz respeito ao Brasil e ao processo de construção de uma memória histórica do recente passado político-ditatorial, o ato memorialístico tem transitado por uma polaridade que vai do heroísmo da militância e da luta revolucionária até o derrotismo, adquirindo formas diversas como a clandestinidade, as prisões, a tortura e, de modo especial, o exílio. Uma densa produção editorialista e trabalhos acadêmicos têm contribuído para que a dita problemática, que envolve o passado ditatorial brasileiro e suas arbitrariedades, não fique na penumbra da história política e social do país.

Neste sentido, a partir do final da década de 1960 e inícios de 1970, surgem uma série de trabalhos memorialísticos que tem propiciado refletir sobre a relevância das memórias do exílio contrastando-os com a memória oficial que se, de um lado, se utiliza de diversos mecanismos para torná-la legitima, por outro, surgem [...] *relatos que, ao criarem diferentes representações do passado, permitem preservar uma história social que dispõe de diversos mecanismos de sobrevivência para escapar a dominação*. (CARDOSO, 1994. p. 179)

As memórias que chegaram ao público leitor eram o reflexo oculto de uma realidade política que afetou de forma direta e indireta, não só aos brasileiros que estiveram vinculados a grupos políticos ideologicamente definidos, senão também a uma parte importante da sociedade brasileira que, a partir do processo de abertura controlada pelos militares, elas irromperam no campo editorial com força. Soma-se a esse cenário, um promissor incremento de publicações autobiográficas e biográficas que abordam, além da participação dos militantes homens nesse processo de enfrentamento político contra o regime militar, também o protagonismo de um número significativo de mulheres militantes adicionando, com as suas memórias, um valor ingente para a compreensão e análise crítica da história da resistência exercida contra o Estado de exceção imposto no país a partir de 1964.

Este impulso publicitário, que Ângela de Castro Gomes chamou de "*boom* de publicações de caráter biográfico e autobiográfico" (GOMES, 2004) adquiriu certa pujança:

> Na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de todo o indivíduo e que disponibilizou instrumentos que permitem o registro de sua identidade, como é o caso da difusão de saber ler, escrever e fotografar, abriu espaço para a legitimidade do desejo de registro da memória do homem (e mulheres eu acrescento) "anônimo", do indivíduo "comum", cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas menos fundamentais a partir da ótica da produção de si. (GOMES, 2004, p. 13).

Ao enfatizar o protagonismo das mulheres, Ângela de Castro Gomes traz ao debate a invisibilidade dessa luta travada por elas, em parte contra o próprio regime e, por outro, contra as assimetrias de gênero que estiveram presentes não só nas suas vidas cotidianas enquanto mulheres, senão também no interior dessas organizações políticas da qual fizeram parte. Nesta mesma perspectiva de convergência entre gênero, ditaduras e memória, destaca-se a obra *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul* de Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wollf, na qual se desenvolve um estudo comparativo dos períodos ditatoriais de América do Sul, analisando *gênero e feminismo com ditaduras e todas as suas consequências e desdobramentos.* (PEDRO, 2010: P.7).

O trabalho traz contribuições valiosas compostas por narrativas de mulheres militantes durante os períodos vivenciados durante as ditaduras na América do Sul a partir de uma perspectiva de género, fruto da:

> [...] troca de experiências e principalmente a formulação de novos conhecimentos sobre este período da história recente em que os países do Cone Sul, e entre eles o Brasil, viveram processos semelhantes, porém, certamente, reagiram a estes conforme suas configurações culturais, sociais e históricas. Esta proposta se materializa especialmente neste livro, que apresenta um panorama amplo do que de mais inovador tem sido produzido no campo dos estudos de gênero sobre o período das Ditaduras Militares no Cone Sul. (PEDRO; WOLFF, 2010, p. 8).

Refletir sobre a memória do exílio implica em debruçar-se sobre certas singularidades que contemplam não só os homens, senão também a participação ativa das mulheres que demandam um lugar na história, principalmente no seu próprio país, onde o governo de exceção as penalizou com a expulsão do território nacional e as condenou ao asilo numa cultura alheia. Romper esse anonimato não implica em uma supervalorização das mesmas, nem menos ainda transformá-las em heroínas, sua inserção nas páginas da história significa reconhecer *los gestos más sutiles, aquellos más difícilmente representables.* (OBERTI, 2010, p. 29)

Destarte, as referidas narrativas contribuem para desmitificar, em parte, a "memória oficial" na sua insistente tentativa de suprimir para o conhecimento da sociedade brasileira as evidências de uma resistência e de uma luta organizada por organizações e militantes de

esquerda, onde se inclui um número relevante de mulheres, as quais defenderam seus projetos e utopias a favor de uma sociedade mais justa e igualitária, tanto dentro do país, como fora dele na condição de exiladas. Fortalecer e registrar as memórias do exílio das mulheres em um país sul-americano implica dialogar com suas experiências, estratégias e silêncios que, implícita o explicitamente foram desqualificadas, ignoradas e/ou negadas por una sociedade ancorada nas versões masculinas relacionadas a essas contingencias políticas do dito período.

Destaque-se que a participação das mulheres no processo, sua postura de não consentir passivamente a revogação das liberdades básicas e, de se posicionar junto aos grupos e organizações opositoras ao regime imposto pela força, situou-as num campo suscetível às discricionariedades da administração castrense e às penalidades que a legislação exclusiva impunha.

Neste sentido, Alejandra Oberti argumenta que:

> Esos relatos no tratan de rehacer la historia incluyendo esta vez a las mujeres, dándoles el lugar que les fuera negado. Más bien proponen una memoria que valoriza cuestiones que podrían parecer intrascendentes, que no están inscriptas, y no lo estarán, en los grandes hechos de la historia. (…) trazan una memoria que permite distanciarse de las versiones estatuidas, proponer otras formas de relacionarse con los sucesos del pasado y redefinir las dimensiones con las que se analizan el pasado reciente para establecer una memoria crítica. (2010, p. 28).

Portanto, os relatos de memória trazem consigo a história de sujeitos marcados por singularidades e convergências, pois o exílio vivido num país de América Latina permitiu, para alguns, encontrar terreno fértil para continuar projetos políticos, realizações profissionais e pessoais, além de se defrontar com uma realidade que era comum para um número significativo deles, ou seja, a luta pela emancipação econômica e política e pela construção de uma sociedade menos desigual. Outro fator importante nessa rememoração ancorada no desterro de inúmeros militantes brasileiros e pessoas comuns é a constatação de que, o fenômeno do exílio, ultrapassa a esfera geográfica e espacial, do local e específico, sua projeção se dilata e adquire conotações nacionais, regionais e internacionais.

A memória do exilio, ao ser interrogada e questionada, faz emergir um passado que carrega consigo a marca da incompletude, de um projeto inconcluso, de uma revolução derrotada, de um sonho abortado, de um ideal maculado. Dimensionar esse passado no presente é doloroso, indigesto e, muitas vezes, as palavras não conseguem verbalizar o sentimento real, emitir os fonemas que melhor traduzem esse tempo pretérito, esse abismo cronológico que

adormece entre lembranças nebulosas contrastadas num tempo presente que provoca e convoca, um presente que recodifica o discurso desse passado, inquirindo-o, transfigurando-o e matizando-o a partir de cada imagem invocada e materializada em verbos e predicados.

A violência institucional desatada no país, materializada em abusos diversos, não mediu esforços destinados a desarticular as organizações e atingir diretamente suas lideranças e integrantes, inclusive as mulheres, que participaram ativamente nessa lide e conviveram permanentemente com a insegurança derivada da vida clandestina, ameaçadas e perseguidas pelos agentes da repressão e, ao cair detidas nas diversas prisões ou centros de detenção, tiveram igual ou pior sorte que os homens diante dos seus verdugos sendo submetidas a violentas torturas, vexames e violências de caráter especificamente sexuais. Essa realidade que implicou em confrontos, lutas, sonhos, ideias, mas também de injustiças e violências, traz consigo una densidade de rememorações que transitam parcialmente por una memória negativa desse passado, memória que em alguns aspectos representa uma ruptura, uma ferida dolorosa, um trauma que é inerente ao distanciamento intempestivo do seu espaço vital e dos seus entes mais queridos.

Por isto, ao se debruçar sobre essa problemática imbricada entre memória e exílio, é conveniente perceber as vias de dispersão do processo de rememoração já que, o mesmo, não é um ato mecânico, linear, disciplinado e, menos ainda, um interlocutor obediente que responde ou se comporta como nós gostaríamos. Essa dispersão pode estar relacionada a fatos que lembram rupturas, sigilos, vazios, bloqueios, traumas ou simplesmente silêncios que, por se só, podem expressar muito mais que os fonemas verbalizados fazendo que a prudência, à hora de provocar a memória do outro, seja de vital importância considerando que essas fronteiras temporais estão impregnadas de abalos físicos, psíquicos e, porque:

> Elaborar lo traumático implica poner una distancia entre el pasado y el presente, de modo que se pueda recordar que algo ocurrió, pero al mismo tiempo reconocer la vida presente y los proyectos futuros. En la memoria, a diferencia de la repetición traumática, el pasado no invade el presente sino que lo informa. (JELIN, 2002, p. 69).

Essa informação que chega até o presente é um informe de modo parcial, cerceado, já que a temporalidade do exílio que a memória convoca projeta-se como um mosaico anômalo, com partes extraviadas, com pedaços soltos, com nomes esquecidos, com ruas cinzentas, com habitações opacas, com pessoas sem rosto. O presente interpela ao passado através da memória, mas este nem sempre se apresenta como algo integro, coerente e continuo, em certas ocasiões se

manifesta como um livro com páginas arrancadas, como uma imagem embaçada, como uma história truncada, vivências que as vezes é impossível verbalizar porque tiveram um impacto que, nas palavras de Lucia Lobato: *foi enorme e as lições foram muitas e únicas. Só quem passa por situações como essa leva consigo a experiência que é impossível de transmitir*[58].

A memória dista de uma estrutura operativa que ofereça um resultado integral, completo, sem falhas, como um ato imediato e com respostas a todas as interrogantes. Entretanto, é importante ter presente que, ao processar as lembranças, ela elabora um expediente evocativo cujos critérios repousam na subjetividade inerente ao processo de rememoração, o qual é seletivo, irradia reminiscências explícitas e razoáveis numa sequência compreensível, porém também desvelam silêncios, reservas e circunspeções que sinalizam a existência aparente de um terreno desabitado de memórias.

Essa sequência assistemática, composta de recordações e silêncios, evidenciam que no processo de rememoração é praticamente improvável recordar o conjunto de fatos e vivências do passado, também deixam de manifesto que *esquecer não significa extinguir o reprimido (...) que aquilo que foi esquecido tenha desaparecido totalmente do inconsciente* (SILVA, 2010, p. 514). Esse mutismo adquire valor à hora de analisar as aproximações e os distanciamentos que as memórias do exílio podem oferecer e evocar, também insinua que não é um "esquecimento" inerte ou sem latência, ao contrário, ele continua pulsante como um fluído que transita pelo tempo e pelo espaço esperando ser convocado pela memória na forma de *velhas recordações, algumas esmaecidas. Cicatrizes indeléveis na alma. (...) É muito difícil contar isto tudo*[59].

Percebe-se, também, que as narrativas de memória relacionadas ao exílio estão imbuídas de uma gama de perspectivas que envolvem pontos de vistas doutrinários, concepções do mundo, inclusive variadas interpretações da realidade latino-americana ou dos países onde passaram seu exílio, assim como o processo de adaptação a essa outra realidade que nem sempre se apresentou de forma pacífica e positiva para todos. Temos, assim, a construção de relatos do passado a partir de uma perspectiva individual que está em permanente diálogo com o presente e com seu entorno social, político ou econômico, o que suscita modificações informativas e certos hiatos ou omissões com relação aos fatos relatados emergindo, por consequência, uma memória parcial porque, em certos momentos, como ilustra Teresa Cavalcante: *eu sou muito esquecida, de muitas coisas, quero esquecer eu acho*[60].

---

[58] Entrevista concedida ao autor por Lucia Lobato, no dia 16/09/2014.
[59] Eliete Ferrer "Passaporte para o mundo" In: **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos/Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p.506.
[60] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017

Paul Ricoeur (2007), adverte para a imparcialidade da memória e a possibilidade de iludir-se com ela, pois esta se caracteriza por um processo em construção, por narrativas de experiências vividas no passado e, principalmente, pela intencionalidade do sujeito. O passado não se pode traspor fielmente a partir da verbalização evocada em tempo presente e é justamente sobre essa consciência que Ricoeur alerta à hora de se debruçar sobre o objeto e a imagem que se constrói sobre dito objeto pois, essa compreensão, segundo este autor, é a base para situar a História e a memória em campos de produção de significados. (RICOEUR, 2007)

Neste âmbito, é necessária uma distinção preliminar, as memorias são evocadas por indivíduos que falam em nome próprio e partir do seu pedestal privativo e a partir do qual é possível formular, reformular, repetir, interromper, silenciar e, inclusive, fantasiar os fatos vividos. Este campo de possibilidades não o oferece o documento escrito posto que, a sua leitura, será a mesma para todos os investigadores, mas não a sua interpretação.

A fala do sujeito, que em certos momentos pode parecer repetitiva e supérflua, nunca é a mesma porque seu lugar de relato muda, sua narrativa se desloca, seu centro de emissão é alterado, já que:

> […] al narrar, al relatar, al argumentar sobre los hechos vividos el *yo* que narra en tanto sujeto de la enunciación, no repite mecánicamente una y otra vez lo mismo, sino que se desplaza, está cada vez en otro lugar. La primera persona del testimonio, se puede pensar como "desobediente" a los mandatos estatuidos por las memorias canónicas: hablan desde sus presentes, asumiendo el pasado de manera descentrada. (OBERTI, 2010, p. 14).

Esse deslocamento do lugar da fala demanda atenção e perspicácia do pesquisador para perceber a bruma que cobre esse domínio mnemônico que se apresenta de forma espontânea e, concomitantemente, voluntaria e involuntária, horizontal, aberta e distante de regras ou normas impostas. Entretanto, Alejandra Oberti insiste para esse deslocamento das narrativas, principalmente quando elas contemplam o universo feminino e seus testemunhos, pois *en los testimonios de las mujeres - de una gran parte de las mujeres - ese desplazamiento tiene un plus: se trata de un desplazamiento desde el género* (OBERTI, 2010, p. 15).

Esse "plus" marca diferenças à hora de analisar as memorias e histórias dos exilados e, de maneira especial das exiladas, pois seus relatos refletem uma perspectiva impregnada de sutilezas que não se orientam por um discurso preciso, centralizado e objetivo. Suas

manifestações memorialísticas envolvem omissões, distorções, hesitações, e são construídas e reconstruídas a partir dos estímulos da realidade contingente.

As ditas especificidades inerentes ao processo memorialístico demandam critérios de distinção entre memória e História, independente de posições hierarquias, de valor ou de oposição e compreender sua interdependência e reciprocidade no processo da análise histórica do exilio. Pierre Nora confere destacada importância a essa dualidade, afirmando que a memória é objeto da História, mas não deve se submeter a ela, pois esta, ao se submeter à memória perde sua função crítica. (NORA, 1993)

Por consequência, nem a memória nem a História auferem fidelidade absoluta aos fatos investigados, já que, tanto uma quanto outra são passiveis de interferências do indivíduo ou do grupo que as constrói e as representa e, em ambas prevalecem fatores espaciais e temporais inerentes ao lugar onde ocorre o fato e onde ele é relatado. Em contraste com a memória, a História é uma atividade de pesquisa e produção de conhecimento que procura compreender o passado a partir dos registros produzidos por seus atores ao longo do tempo e no espaço.

A narrativa histórica dispõe os acontecimentos a partir de uma explicação hipotética, na qual o contexto social e político do narrador, assim como as escolhas e inquietações a partir da conjuntura presente permeiam seu objeto de estudo e, consequentemente, o resultado da sua investigação, procedimento este que deve obedecer a critérios metodológicos próprios atribuindo à pesquisa histórica um caráter acadêmico. Como um esforço de esclarecer mal-entendidos entre estes dois campos, o filosofo espanhol Antolín Sánchez Cuervo, ao analisar os relatos do exilio espanhol, no ano de 1939, argumentou:

> Historia y memoria no son, ni mucho menos, términos sinónimos o intercambiables. Si lo primero es el auténtico nervio de la subjetividad moderna, a partir sobre todo de la Ilustración y sus realizaciones bajo la lógica del progreso, lo segundo constituye su gran ausencia en la medida en que se ve confinada al ámbito privado, testimonial o meramente "moralizante", o en que es identificada con la tradición –es decir, con la autoridad precrítica o la memoria de los vencedores–. (CUERVO, 2009, p. 3-4).

Nessa rememoração de um passado marcado pelas penalidades, pelas arbitrariedades e violência institucional, a memória do exilado se confronta com a memória oficial que o Estado registrou como a conveniente para o período. O esforço das autoridades castrenses, dispostos a abandonar o poder para dar passo a um questionável processo de redemocratização, estava orientado a evitar o revanchismo e processos judiciais contra agentes do Estado e seus superiores institucionais imediatos.

A memória, do outro lado da trincheira oficial, tinha que adquirir um significado palatável e admissível por todos os envolvidos nessa disputa sangrenta. Assim, ao final dos anos de 1970 e inícios de 1980, o discurso predominante girou em torno de uma resistência coletiva na qual todos resistiram; resistiram os militares e resistiram as vítimas dos militares (REIS FILHO, 1999), portanto, era chegada a hora da reconciliação onde o passado não importava e o que prevalecia era o futuro que seria construído a partir desse momento.

Evidencia-se, assim, que as memórias representaram uma parte importante de uma realidade política que afetou diretamente aos brasileiros, independente de aqueles que optaram pela via armada e pelo confronto direto aos militares. Do mesmo modo, as pautas defendidas pelos protagonistas que comandaram processo de redemocratização, se orientaram no sentido de negligenciar e embalsamar essas memórias referentes ao exílio e à resistência do governo ditatorial evitando, com isso, a decomposição do processo de transição.

A transição, marcada pela aquiescência do "amigo e inimigo interno", teve como corolário uma obra que apareceu no meio de uma irrupção editorial sobre o exilio e a luta armada, além de diversas obras sobre memórias, biografias e autobiografias no final dos anos de 1970 e durante boa parte da década de 1980. O livro de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?* transformou-se num recorde de vendas, principalmente pela sua proposta conciliadora, a qual, de acordo com Daniel Aarão Reis Filho (1999), era a mais pertinente para esse período de transferência de poder dos militares para os civis.

Ernesto Geisel e seu sucessor, João Batista Figueiredo, posicionaram as peças do tabuleiro político no sentido de conduzir a abertura política dentro de parâmetros de contenção sobre os grupos opositores e de coesão das fileiras castrenses, no sentido de preservar a sua unidade e evitar futuros processo na justiça num regime democrático. Com a promulgação da Lei de Anistia, os militares se preparavam para abandonar o poder e tutelar o processo de transição que culminaria com as Diretas-Já, revogando a legislação referente aos atos institucionais e à Lei de Segurança Nacional, porém evitando que a oposição impusera seus critérios e pautas nos debates sobre a anistia e os anistiados.

A anistia amparou-se na Lei Nº 6683, do 28 de agosto de 1979, que no seu artigo 1º determinava:

> É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e

> representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. § 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política[61].

Embora tenha sido um passo significativo para o processo de transição, as organizações relacionadas aos diretos humanos, exilados, banidos e cassados políticos demandaram uma anistia "ampla, geral e irrestrita", já que a anunciada pelos militares era limitada, vertical e de caráter parcial. O texto em questão excluía dos benefícios da anistia aos condenados por "crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal", penalizando numerosos militantes que haviam participado de organizações armadas em sequestro de embaixadores ou assaltos a bancos ou similares.

Todavia, o que mais inquietava aos detratores desse texto era que os agentes do Estado pertencentes às instituições militares que, entre 1964 e 1979, haviam participado da arquitetura repressiva, eram incluídos no grupo de beneficiados por "crimes conexos". A impunidade dos militares recebeu o amparo da lei diluindo o terrorismo do Estado e seus responsáveis numa adequada indulgencia institucional que eclipsou a memória histórica dessas décadas de arbítrio, contrastando com o retorno de milhares de exilados que voltaram de diversos continentes e retomaram gradativamente as atividades políticas exercendo pressão para uma efetiva redemocratização e eleições livres para governantes nas diversas instâncias administrativas do país.

A palavra anistia se aplicava no seu pleno sentido etimológico, *amnesia*, é dizer, *"sem memória"* e, na ausência dessa memória histórica, política e traumática se erguia a "Nova República", sem magoas, sem ressentimentos, sem culpas nem culpados, sem passado, sem justiça, sem História. Os protagonistas de ambos bandos, que haviam sido adversários naquele período, se reconciliavam mutuamente predominando, deste modo, as versões da esquerda por sobre as versões dos militares nessas décadas de confronto, caracterizando uma situação inusitada nesse esforço memorialístico onde o vencido tornou-se o "dono" da história (D'ARAUJO, 1994, p. 13).

A representação dessa anistia, como um acordo entre o Estado e seus órgãos repressivos que torturaram e violentaram e, parte significativa da sociedade brasileira disposta a esquecer as arbitrariedades desse período, teve o objetivo de institucionalizar uma memória oficial no presente sobre o arbítrio ditatorial de décadas anteriores que, muito mais que uma memória ativa

[61] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6683.htm. Acesso em 02/11/ 2016.

e salutar, é uma prática estatal de esquecimento histórico e político da sociedade privando-a de uma leitura crítica de seu passado. A memória manipulada, o esquecimento comandado e a construção de um discurso conciliador presente na anistia configuraram a promoção de um imaginário coletivo sem conflitos, sem magoas cujo propósito fim é o de *fazer calar o não-esquecimento da memória.* (RICOEUR, 2007, p. 461).

A amnesia social representou um instrumento eficaz à hora de operar a transição sem traumas, sem rancores, sem vinganças posteriores, atuando como elemento central a partir do qual gravitou a paz e o equilíbrio da "Nova República". Uma república onde as instituições públicas, seus agentes e funcionários que fizeram parte do aparato repressivo e que provocaram sequelas indeléveis no corpo físico e psíquico de inúmeras brasileiras e brasileiros, assim como no corpo social da nação, transitam na atualidade livremente amparados pela impunidade e pelo que Orlandi (2007) denomina de "silenciamento", um silenciamento político desse passado, um silenciamento destinado ao esquecimento.

Percebe-se que este fenômeno manifestou-se em diversos países de América Latina, onde os regimes autoritários promoveram uma transição democrática caracterizada por um processo onde instituir a amnesia coletiva foi condição *sine qua non* para a redemocratização dos respectivos países. Esse vazio na história política do continente, ainda desafia às organizações de direitos humanos e de organizações políticas que lutam para a reconstrução memorialistica desse período como pilar fundamental para a edificação de uma democracia em que a memória histórica seja elemento estruturante da mesma.

Desafiar essas políticas de "amnésia", institucionalizadas no interior dos processos de concialição da sociedade tem por objetivo apagar um legado incômodo, inquietante, atrevido, que não aceita transformar esse passado político autoritário e violento num produto de consumo rápido e descartavel. Dissipar essa desmemória Richard (2000) e despertar à sociedade desse estupor coletivo e exultante, como forma de resistir ao processo de omissão e silenciamento imposto pela tolerância acordada em código democrático, é uma demanda ainda presente no Brasil e em alguns países do continente.

É importante neste sentido perceber que, após esses processos de redemocratização:

> [...] as políticas da memória (agitadas por todos aqueles que se opuseram a que o apagamento dos vestígios do passado – do desaparecido, dos desaparecidos – fosse o preço a pagar como tributo indecente ao milagre neoliberal) enfrentaram as tecnologias da desmemória que, diariamente, submergem a conflitividade do social na massa festiva do publicitário e do mediático. (RICHARD, 2000. p.10)

Daí a importancia da preservação dessas memórias, não só do exilio, senão de todo esse período sombrio da política brasileira que fraturou os pilares organizacionais do Estado, dos partidos representativos e dos cidadãos, dessa memória da falta de liberdade, das perseguições, das prisões, da tortura e do arbítrio. Um ato mnemônico que se insurja contra o conformismo e a passividade dos interesses não declarados, que desate os nós das fitas comemorativas conciliatorias e se divorcie das alianças das contradições. Impoe-se, assim, a necessidade de dar voz a todo:

> […] lo que olvida, lo que calla intencionalmente, lo que modifica, lo que inventa, (...) lo que sus ideas actuales le indican que debe ser enfatizado en función de una acción política o moral en el presente, lo que utiliza como dispositivo retórico para argumentar, para atacar o defenderse, lo que conoce por experiencia y lo conoce por los medios, que se confunde, después de un tiempo, con su experiencia etc. (SARLO, 2005, p.79).

Na gestação dessas memórias encontra-se a palavra e é, justamente ela, a que demanda uma reabilitação, uma palavra que contemple além do indivíduo e se projete coletiva e pluralmente, resistindo contra a comodidade dos entendimentos, negando aquilo que se impõe como o óbvio e aceitável. Uma palavra impregnada de memórias múltiplas, de contradições, de perspectivas provocativas, de gritos e alertas, ou, como afirma a chilena Nelly Richard, *una memoria que sea capaz de oponerse al desgaste, a la borradura del recuerdo que sumerge el pasado en la indiferencia o bien que neutraliza sus conflictos de voces tras el formalismo (y formulismo) político de una cita meramente institucional* (RICHARD, 2002, p. 188)

O exílio e o registro dessas memórias inerentes a esse processo histórico não estão inseridas nesse imperativo reconciliatório, pois o processo memorialístico tem a intenção de provocar, de invocar, de evocar, e trazer à superfície essas experiências particulares, suas posições políticas e sociais, além de promover o diálogo entre o sujeito, o contexto e suas memórias e, assim, contribuir para preencher páginas inconclusas dessa história. Portanto, as memórias do exílio devem ser entendidas como um conjunto de experiências particulares e, ao discutir as distintas opiniões sobre as ações políticas, culturais e sociais, assim como observar as relações entre o sujeito, o contexto e suas recordações, elas contribuem efetivamente para a compreensão do período e para buscar debatê-lo como parte de uma memória inerente à sociedade brasileira.

O uso da memória é de fundamental importância para uma leitura mais ampla sobre esse processo, no qual, os registros escritos na história recente não contemplaram ou simplesmente omitiram, além disso, permite entender as múltiplas ações que fizeram parte dessa experiência, seus encontros e desencontros, sua complexidade e a riqueza dos próprios relatos. As ditas memórias, permitem ouvir vozes silenciadas, presenças invisíveis e con hecer fragmentos desse mosaico denominado exílio.

3. DAQUI PARA LÁ: ZONA DE EXPULSÃO

Os exilados que tiveram que deixar o território nacional fizeram-no impulsados por diversas razões e a partir de diversas vias, aéreas, fluviais e terrestres, predominando quantitativamente esta última. Em alguns casos, a saída implicou uma solicitação formal de asilo em representações diplomática ou, em outras, a partida foi de caráter compulsório ou voluntario através de controles fronteiriços com países como Uruguai, Bolívia ou Argentina.

O Paraguai, apesar de estar governado pelo General Alfredo Stroessner[62], cujo governo ditatorial controlava o país desde o ano de 1954, não impediu o trânsito de alguns exilados por esse território. A fronteira, com atrativos turísticos mútuos como as cataratas do Iguaçú, facilitava o trânsito dos brasileiros que se deslocavam para Argentina ou, circunstancialmente para o Chile.

Também houve aqueles que, coercitivamente, foram expulsos do território nacional aplicando-lhes a pena de banimento imposta através do Ato Institucional número 13 (AI-13) e do Ato Complementar nº 64 (AC-64), em 5 de setembro de 1969, o que caracterizou um desterro e a proibição de retornar ao Brasil negando-lhes passaportes ou qualquer documento oficial aos banidos transformando-os em apátridas[63]. A penalidade representou um duro golpe aos que lutavam contra o regime autoritário, pois ficaram proibidos de retornar ao país enquanto a pena se manteve vigente, até o 13 de outubro de 1978[64] impondo-lhes um castigo que, de fato, os diferenciava do resto dos exilados que saíram do Brasil a partir de 1964.[65]

O AI-13 foi decretado em 5 de setembro de 1969, um dia após o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, no Rio de Janeiro, o dia 4 de setembro de 1969, pelos grupos Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e a Ação Libertadora Nacional (ALN), resultando na liberdade de 15 presos políticos banidos e enviados para o exilio no México. Junto com o AI-13, também se decretou o AI-14, que instituía a pena de morte e a

---

[62] Alfredo Stroessner Matiauda, militar paraguaio, filiado ao Partido Colorado, de linha conservadora, chegou ao poder no Paraguai através dum golpe de Estado, em agosto de 1954, dirigindo ditatorialmente o país por 35 anos, até fevereiro de 1989.

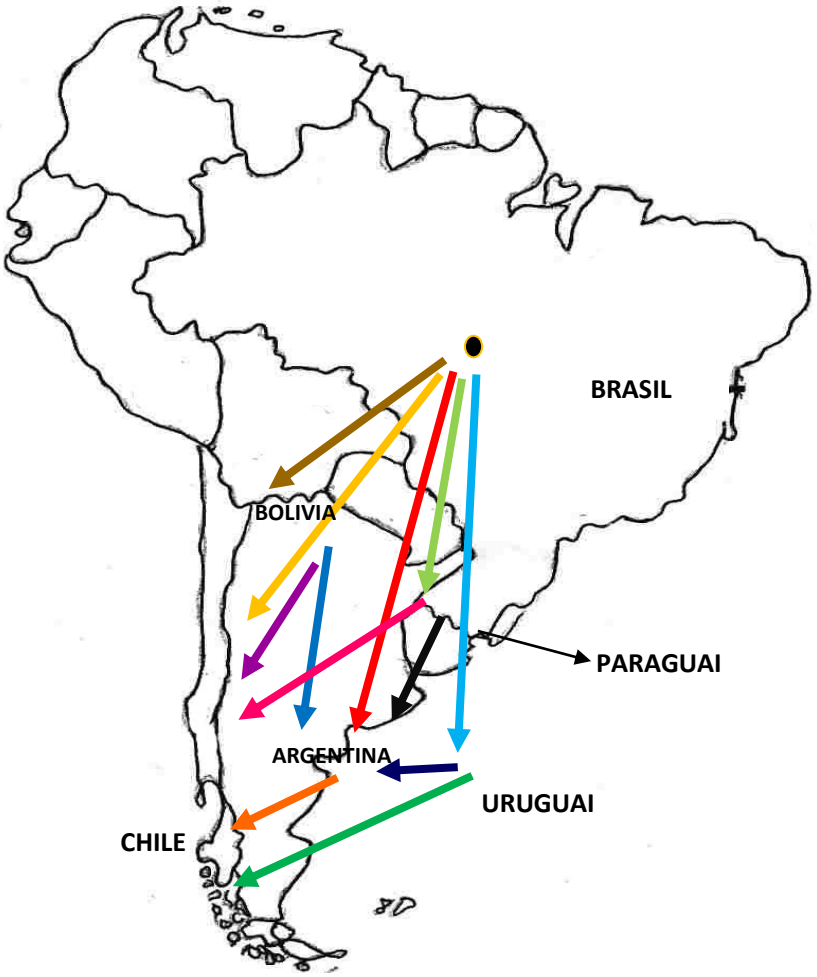
[63] O banimento do território nacional foi instituído através do Ato Complementar nº 64, do 5 de setembro de 1969. In: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-64-5-setembro-1969-364693-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

[64] O banimento foi revogado através da Emenda Constitucional nº 11, do 13 de outubro de 1978. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc11-78.htm. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

[65] Entre os banidos se encontram os 70 militantes de diversas organizações que foram trocados pelo sequestro do embaixador Suíço e foram para o exilio no Chile, em janeiro de 1971.

Lei de Segurança Nacional (LSN), através do Decreto Lei nº 898/1969, legitimando e endurecendo ainda mais a engrenagem repressiva.

Mapa do Exilio na América do Sul



LEGENDA

Brasil – Paraguai
Brasil – Bolívia
Brasil – Argentina
Brasil – Uruguai
Brasil – Chile
Uruguai – Chile
Paraguai - Argentina
Uruguai - Argentina
Bolívia – Argentina
Argentina - Chile
Bolívia – Chile

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Essas medidas destinadas a reprimir os sequestros não tiveram o resultado imediato, posto que meses depois foi sequestrado o Cônsul Japonês, Nobuo Okuchi, na cidade de São Paulo, o dia 11 de março de 1970, pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), desta vez, obtendo a troca de 5 prisioneiros políticos que foram banidos e enviados com destino ao México. Esse sequestro teve o objetivo de libertar um prisioneiro que era membro importante da VPR, Shizuo Osawa, que possuía informações importantes sobre a localização de Carlos Lamarca, principal liderança da VPR e das operações da guerrilha no Vale de Ribera e, sua liberdade, segundo as memórias de um dos integrantes da organização, Liszt Viera, era um imperativo de segurança máxima, porque *nós sabíamos que o cara [Osawa] estava sendo torturado pelo Fleury. Era urgente liberar o sujeito* (VIEIRA, 2008, p.15).

O ano de 1970 era o ano da Copa Mundial de Futebol, celebrada no México, momento propicio para um terceiro sequestro considerando que boa parte da população estaria distraída com os jogos da Copa. O alvo desse momento foi o embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, sequestrado o dia 11 de maio de 1970 no Rio de Janeiro, pela ALN e a VPR, resultando na liberdade de 40 presos políticos, todos eles banidos do território nacional e enviados para o exílio na Argélia.

Ao fim daquele ano, os serviços diplomáticos foram alertados novamente com a notícia de um quarto sequestro, desta vez a do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, no Rio de Janeiro, no dia 07 de dezembro de 1970, organizado pela VPR que exigiu do governo militar a liberdade de 70 presos, os quais foram banidos e enviados para o Chile. Esse sequestro, a diferença dos outros anteriores foi o que mais demorou, praticamente um mês, tendo o desenlace mais tenso porque o governo dificultou as negociações até o limite do possível, rejeitando as listas de prisioneiros que os sequestradores enviavam para serem trocados com o intuito de ganhar tempo para que órgãos de segurança descobriram o cativeiro e libertassem o Embaixador.

O GRUPO DOS 70 ENVIADOS PARA O CHILE EM JANEIRO DE 1971

1) Afonso Celso Lana Leite (MG) (Aposentado)
2) Afonso Junqueira de Alvarenga (ES) (Aposentado)
3) Aluísio Ferreira Palmar (RG), jornalista, organizador do site: www.documentosrevelados.com.br
4) Antônio Expedito Carvalho (Faleceu)
5) Antônio Rogério Garcia de Silveira (RJ) (artista gráfico RJ)
6)Antônio Ubaldino Pereira (MG) (aposentado)
7)Aristenes Nogueira de Almeida (mora na Suécia)
8) Armando Augusto Vargas Dias (RS) (Mora no RS)
9) Bruno Dauster Magalhães e Silva (mora na BA)
10) Bruno Piola (mora na Itália)
11) Carlos Bernardo Vainer (RJ) (Professor no RJ)
12) Carmela Pezzuti (MG) (Aposentada)
13) Conceição Imaculada de Oliveira (SP) (sindicalista)
14) Cristovão da Silva Ribeiro (RJ) (Funcionaria da prefeitura no Rio de Janeiro)
15) Daniel José de Carvalho (morreu ao voltar ao Brasil clandestinamente).
16) Delci Pfelstenfizer (SP) (Engenheiro agrônomo)
17) Derly José de Carvalho (SP) (mora em São Paulo)
18) Edmur Péricles Camargo. (consta como desaparecido)
19) Elinor Mendes Brito (RJ) (funcionária pública no Rio de Janeiro)
20) Encarnacion Lopes Peres (faleceu)
21) Francisco Roberval Mendes (RJ) (historiador e professor)
22) Geny Cecilia Piola. (mora na Itália)
23) Gustavo Buarque Schiller: (suicidou-se no Rio de Janeiro)
24) Humberto Trigueiros Limas (RJ) (jornalista no RJ)
25) Irani Campos (MG) (advogado em MG)
26) Ismael Antonio de Souza (SP) (sindicalista SP)
27) Jaime Walwitz Cardoso (RJ) (funcionário da NUCLEP-RJ)
28) Jairo José de Carvalho (morreu ao voltar ao Brasil clandestinamente).
29) Jean Marc Van der Weld (RJ) (trabalha como ambientalista e com agricultura alternativa)
30) João Batista Rita (morreu ao voltar ao Brasil clandestinamente).
31) João Carlos Bona Garcia (RS) (aposentado)
32) Joel José de Carvalho (morreu ao voltar ao Brasil clandestinamente).
33) José Duarte dos Santos (GO) (Funcionário público em Goiás)
34) Jovelina Tonello do Nascimento (faleceu em 2016)
35) Julio Antonio Bittencourt de Almeida (mora na Alemanha)
36) Lucio Flávio Uchoa Regueiro (faleceu)
37) Luiz Alberto Sanz (RJ) (Professor na UFF-RJ)
38) Marta Curtiss de Alvarenga (ES) (aposentada)
39) Manuel Dias do Nascimento (não localizado)
40) Marco Maranhão Costa (RJ) (funcionário RJ)
41) Maria Auxiliadora Lara Barcelos (suicidou-se na Alemanha)
42) Maria Nazaré Cunha da Rocha (faleceu)
43) Nancy Mangabeira Unger (professora universitária na UFBA, Bahia)
44) Nelson Chaves dos Santos (SP) (trabalha numa gráfica em SP)
45) Otacílio Pereira da Silva (faleceu)
46) Paulo Roberto Alves (mora na Suécia)
47) Paulo Roberto Teles Franck (RS) (mora em RS)
48) Pedro Alves Filho (RJ) (empresário no RJ)
49) Pedro França Viegas (SP) (Mora em SP)
50) Pedro Paulo Bretas (mora na Costa Rica)
51) Rafael de Falcão Neto (SP) (empresário em SP)
52) Reinaldo Guarani Simões (escritor)
53) Reinaldo José de Melo (MG) (sociólogo em MG)

54) Roberto Cardoso Ferraz do Amaral (não localizado)
55) Roque Aparecido da Silva (SP) (assessor internacional sindical)
56) Samuel Aarão Reis (RJ) (educador popular)
57) Sonia Regina Yessin Ramos (RJ) (advogada RJ)
58) Takao Amano (SP) (advogado SP)
59) Tito de Alencar Lima (suicidou-se em Paris)
60) Ubiratan de Souza (RG) (economista RS)
61) Valneri Neves Antunes (faleceu)
62) Vera Maria Rocha Pereira (mora em Salvador, Bahia)
63) Washington Alves da Silva (ES) (aposentado)
64) Wellington Moreira Diniz (MG) (mora em MG)
65) Wilson Nascimento Barbosa (SP) (professor de história USP)
66) Pedro Chaves dos Santos (mora em Moçambique)
67) Ubiratan Vatutin Borges (mora na Suécia)
68) Wanio José de Matos (morto no estádio Nacional, no Chile, após o golpe militar de 1973)
Na fonte consultada não constam: 69) René Louis de Carvalho; e, 70) Pedro Antonio de Fortini (mora na Itália)

Fonte: <https://www.geni.com/projects/Exilados-brasileiros-os-70-do-Chile/26365> Acesso em: 24 de outubro de 2017; https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/15/brasil/18.html: Acesso 30 de maio de 2017.

Com relação aos sequestros realizados entre o ano de 1969 e 1970, a historiadora Cristina Monteiro de Andrada Luna, destaca que as operações que derivaram nos sequestros de diplomatas pelos grupos armados tiveram uma peculiaridade evidente, pois não foram sequestros motivados por barganhas econômicas ou de retaliação pessoal ou algo semelhante. Todos eles foram:

> [...] crimes políticos, nos quais o resgate não abarcou nenhuma demanda financeira ou de objetos, como, por exemplo, armamento para alimentar a luta armada, mas, sim, exigências de divulgação de manifestos capazes de dar voz a quem não era mais escutado, (...), e de libertação de prisioneiros políticos, que encarcerados podiam ser torturados, mortos e entregar informações capazes de implicar a queda de companheiros e suas organizações armadas. (LUNA, 2015, p. 173-173)

Isto implicou numa árdua e tensa negociação entre os sequestradores e os militares, além de uma resposta imediata dos serviços de segurança e uma gradativa censura aos meios de informação para evitar o vazamento de notícias que poderiam resultar num desenlace indesejado. Se no sequestro do embaixador dos Estados Unidos a resposta foi rápida, as demandas dos sequestradores atendidas em tempo célere e a presença da imprensa no desenrolar da operação, o sequestro do embaixador suíço caracterizou-se pela demora, pelas negativas constantes de parte dos militares para aceitar as listas de presos a serem libertados e, por uma censura rígida aos meios de informação, transformando-a numa *ação que teve o maior*

tempo de duração, sendo que o embaixador permaneceu em cativeiro por aproximadamente quarenta dias (LUNA, 2015, p. 189-191).

No quadro seguinte, se ilustram os sequestros dos diplomatas, o grupo armado que realizou a operação, o número de militantes trocados pela liberdade do diplomata correspondente e o país de destino dos banidos. Dos quatro sequestros, três deles tiveram como alvo embaixadores: o dos Estados Unidos, o da Alemanha e o da Suíça respectivamente; e o segundo deles teve como objetivo o sequestro do Cônsul Japonês.

Quadro nº1

Diplomatas versus Grupos Armados/Militantes

Diplomata sequestrado	**Data do sequestro**	**Grupo armado**	**Nº de militantes trocados**	**País de destino dos banidos**
Embaixador Charles Burke Elbrick (EUA)	04/09/1969	ALN – MR-8	15	México
Cônsul Nobuo Okuchi (Japão)	11/03/1970	VPR	05	México
Embaixador Ehrenfried von Holleben (Alemanha)	11/05/1970	ALN- VPR	40	Argélia
Embaixador Giovanni Enrico Bucher (Suíça)	07/12/1970	VPR	70	Chile

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

A Vanguardia Popular Revolucionaria (VPR) participou de três desses sequestros, o do Cônsul Japonês, do Embaixador Alemão e do Embaixador Suíço. A Aliança de Libertação Nacional (ALN) atuou em dois sequestros, do Embaixador dos Estados Unidos e do Embaixador Alemão e, por último, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) esteve presente no primeiro deles que manteve em cativeiro o Embaixador dos Estados Unidos.

Além desses militantes que forma banidos, muitos exilados saíram do país utilizando-se de diversos recursos utilizados para escapar da máquina repressora como a identidade falsa, mecanismo que numa conjuntura politicamente adversa lhes oferecia um trânsito com relativa segurança e lhes permitia driblar o estrito controle dos serviços de inteligência ramificados em órgãos policiais e repartições públicas. Brasil já não era o lugar mais seguro para permanecer morando, trabalhando, organizando a resistência, lutando e, principalmente, para continuar combatendo na clandestinidade sem o contato e o respaldo social, pressuposto tão valioso para a teoria e a prática revolucionária.

O Brasil transformava-se numa zona de expulsão, onde parte dos opositores acossados pelos órgãos de repressão incorporaram a palavra fronteira como o vocábulo mais verbalizado ou pensado entre eles, imperando a opção de deslocamento geográfico do espaço nacional. As alternativas variavam de acordo com as contingencias, as facilidades para chegar até a fronteira e com o cerco que os pressionava por uma solução que poderia leva-los para outros países do continente americano, de Europa ou África.

3.1 A DITADURA 64 -84

A interrupção da normalidade democrática brasileira deu-se num contexto internacional de expansão da guerra fria e, no âmbito continental com a implantação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), *con sus nociones de 'amigo' y 'enemigo*" (ARRATE, 1988), amplificando a noção de "inimigo interno" onde qualquer cidadão podia ser considerado como fator de risco para a segurança do país. Somava-se a isso, a vitória e consolidação da revolução cubana, o triunfo do democrata John F. Kennedy, em 1960 nos Estados Unidos e, no âmbito europeu, os ares de mudanças que levaram a uma coalizão de centro-esquerda na Itália, em 1963 e, posteriormente, no Reino Unido com o triunfo dos trabalhistas em 1964.

Os acontecimentos citados amplificaram as preocupações dos EUA com relação ao continente incorporando-as ao seu vocabulário de segurança, fato este que se materializou na promoção de governos reformistas ou regimes militares com o intuito de evitar a disseminação dos movimentos revolucionários instigados pelo modelo cubano. A revolução cubana inspirava diversos movimentos da esquerda latino-americana, os quais desafiavam as velhas classes dominantes e seus governos marcados pelo círculo vicioso e perpétuo da manutenção das desigualdades, no sentido de promover transformações políticas e econômicas e construir uma sociedade mais equânime.

Acentue-se que, até o final da década de 1950, o espaço geográfico estadunidense não havia sofrido sobressaltos, em parte porque após o fim da segunda guerra estabeleceu-se o continente europeu como prioridade defensiva e a União Soviética como o Estado beligerante dentro do conceito de guerra fria tendo, como fundamento ideológico e militar, a bipolaridade entre EUA e URSS. A possibilidade de que o comunismo se estendesse pelo continente americano, a partir da vitória cubana, transformou-se numa ameaça e apelou-se para uma nova linguagem defensiva com um caráter essencialmente político e militar para a região denominada de Doutrina de Segurança Nacional (COMBLIM, 1978). A DSN tinha como

pressuposto geopolítico o Estado em detrimento da Nação e as ideias relacionadas ao conceito de guerra total,[66] considerando que o inimigo já não estava além das fronteiras nacionais e, sim, dentro do próprio território nacional, seja nas esferas do governo, nas instituições, nos sindicatos, nas universidades, entre outras.

A vitória revolucionária na ilha caribenha de Fidel Castro, em 1959, desafiou o desenho hegemônico regional estadunidense colocando em alerta o sistema de segurança continental e acentuando a reconfiguração do tabuleiro político latino-americano a partir de Washington. Nesse contexto chegou à presidência da República no Brasil João Goulart, em setembro de 1961, numa delicada manobra após a renúncia do presidente Jânio Quadros.

Pelas normas constitucionais assumiria o vice Jango, porém. os ministros militares general Odílio Denis, da Guerra, o almirante Sílvio Heck, da Marinha e, o brigadeiro Gabriel Grün Moss, da Aeronáutica, se interpuseram à posse do vice-presidente João Goulart por ele manter:

> [...] ligações com os sindicatos e promover agitação nos meios operários. Contra essa posição, que tinha o apoio de ponderável parcela das forças armadas, se manifestaram outros setores da sociedade, incluindo políticos, militares e comunistas. Como solução para a crise, o Congresso recomendou que a posse de Goulart fosse acompanhada da adoção no país do regime parlamentarista. A proposta foi transformada na Emenda Constitucional nº 4 e aprovada em 2 de setembro de 1961, tendo Goulart tomado posse cinco dias depois[67].

Em 1963, o regime presidencialista foi restabelecido, porém Goulart enfrentou uma acirrada oposição tanto dos militares anti-getulistas como dos setores da União Democrática Nacional (UDN) de Carlos Lacerda[68], além da dupla controvérsia com dois planos do seu governo, o Plano Trienal e as reformas de base[69], a primeira destinada a reduzir a inflação e atender as demandas sociais cada vez mais prementes e, a segunda, aduzia entre outras a uma reclamada reforma agrária.

Privilegiando canais de diálogo com setores da esquerda, de um lado, Jango viu-se pressionado pelas lideranças sindicais e pelos militares nacionalistas para levar adiante as

---

[66] O conceito de guerra Total ou guerra moderna, foi teorizado pelo oficial francês Roger Trinquier, na guerra pela independência de Argélia contra o colonialismo Frances. Trinquier vai desenvolver técnicas de combate à subversão utilizando métodos como os interrogatórios e a tortura, além do conceito de inimigo interno.

[67] http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb

[68] Carlos Frederico Werneck Lacerda, carioca, foi jornalista, escritor, político e empresário, elegeu-se deputado Federal nas legislaturas 1955-1959 e 1959-1963 pela União Democrática Nacional (UDN).

[69] O Plano Trienal, foi elaborado em 1963 pelo economista Celso Furtado e sua equipe, durante o governo de João Goulart. O plano pretendia controlar a inflação, controlar o déficit público e a contenção salarial; as reformas de base foi uma inciativa do governo João Goulart destinada a uma reforma estrutural no país, centradas no âmbito político, fiscal, educacional e agrário.

reformas, do outro, por setores opositores e setores militares insatisfeitos com os rumos do governo trabalhista e contrários ao programa de reformas de Goulart. Estes fatores foram interpretados como um gesto provocativo, adensando as fricções existentes nas correntes conservadoras, em setores castrenses e, externamente, na administração norte-americana.

A difícil equação desses fatores terminaria por minar as bases de apoio de setores nacionalistas levando ao governo de Joao Goulart a um impasse com o legislativo deixando o caminho aberto para o golpe civil-militar. Assim, o dia 1º de abril, os militares controlaram as principais cidades do país e iniciaram a ocupação do poder[70], enquanto os fatos se sucediam e o posto do chefe do executivo se declarava oficialmente vago, o presidente João Goulart partiu de Brasília para Porto Alegre para exiliar-se no Uruguai.

Os militares impuseram um modelo onde prevaleceu a centralização do poder transformando a divisão federativa numa mera ficção, concentrando o mesmo nas mãos do executivo, que foi fortalecido em detrimento do legislativo e do judiciário. Instituíram-se os Inquéritos Policial-Militares (IPMs) como forma de purgar a sociedade do "inimigo interno" e, para secundá-los, implantou-se a censura aos meios de comunicação, o controle das estruturas partidárias, a extinção de eleições diretas para presidente e governadores dos estados e a proibição das atividades sindicais, tudo isso, para coibir inciativas opositoras que ameaçassem o regime.

Todavia, foi necessário dar um caráter de legalidade jurídica à empresa golpista endossando as decisões na forma de Atos Institucionais (AI), acrescido dos Atos Complementares (AC), da Constituição de 1967 e a Lei de Segurança Nacional (LSN). Assim, entre os anos de 1964 até 1969, o governo militar brasileiro promulgou um total de 17 Atos institucionais (Ais) que, por sua vez, foram regulamentados através de 104 Atos complementares (AC), instrumentos jurídicos que, de acordo com Klein (1978), atribuíram à administração pública, assim como às atividades políticas, uma consistente centralização e controle.

O fim do pluripartidarismo foi decretado através do Ato Institucional nº 2, do 27/10 1965 e, no seu Ato Complementar nº 24, do 30/11/1965, extinguiram-se os partidos

[70] Para um estudo mais detalhado sobre o golpe de Estado de 1964, ver: DREYFUS, René. **1964**: A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981; FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014; NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014; REIS FILHO, Daniel A., SÁ MOTTA, Rodrigo Patto; RIDENTI, Marcelo (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil.** 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Para um panorama mais abrangente sobre o período ver: GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002; **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003; **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 e; **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

existentes[71] no país e decretou o bipartidarismo, através do Ato Constitucional nº 4 (AC-4)[72]. Essa nova legislação exigia que para o exercício partidário esses dois novos partidos deveriam ter, no mínimo, 120 deputados federais e 20 senadores, fazendo com que diversos parlamentares dos antigos partidos se reagrupassem em duas novas agremiações: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), coexistindo em cada uma delas diversas correntes políticas do passado democrático.

No que diz respeito à Constituição de 1967, instituída pelo regime militar, concentrou os poderes do Estado nas mãos do Executivo e vigorou até a promulgação da denominada Constituição cidadã, em 1988, durante o governo de José Sarney. Ainda, durante o regime militar, a Lei de Segurança Nacional (LSN) teve duas versões (1967 e 1969), ambas em função da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) aplicada no âmbito local no combate ao "inimigo interno" e, em âmbito internacional, da guerra fria.

Apesar desse esforço de legitimação jurídica, os militares permitiram a existência do bipartidarismo como forma de controle da representação política e duma democracia de fachada posto que, tanto o ARENA como MDB ocuparam o espaço partidário e, este último, desempenhou um disfarce opositor convergindo para dentro da sua sigla a maioria dos partidos que orbitaram na esfera do governo de João Goulart e que foram extinguidos em 1965 pelo AI-2. Ambas as agrupações foram autorizadas com o intuito de dar uma roupagem de legalidade ao regime projetando uma imagem de normalidade democrática e institucional, artifício decorativo que distava de uma efetiva democracia representativa e que, a partir desse momento, lhes permitia atuar como um bloco opositor dentro dos limites estabelecidos pelo regime.

O Comando Supremo Revolucionário apoiava-se no âmbito estritamente militar, no binômio dos Atos Institucionais (AI) e na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e, no que diz respeito às articulações com a sociedade civil, os militares contavam com o apoio do IPES e IBAD, as quais desempenharam um destacado protagonismo nas articulações que derrubaram o Presidente João Goulart. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), dirigido pelo integralista Ivan Hasslocher, fundado em 1959, atuou diretamente no financiamento de campanhas de parlamentares contrários ao Presidente João Goulart sendo, segundo Dreifuss (1981), desde seus primórdios, integrado pelo:

---

[71] Até 1965 existiam no Brasil o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Social Trabalhista (PST) e, o Partido Democrata Cristão (PDC). Ver: LAVAREDA, Antônio. A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964). Rio de Janeiro: Fundo/Iuperj, 1999.

[72] http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/constituicao-de-1967. Aceeso:13/11/2016.

> [...] ex-integralista Inácio de Freitas Rolim, instrutor da ESG, do empresário Jorge Behring de Mattos, presidente do CONCLAP e da Associação empresarial Centro de Indústrias da Guanabara, do empresário Alberto Byngton Jr., presidente do CONCLAP em 1963, do empresário G. Borghoff, da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federation of the American Chambers of Commerce, e de Ivan Hasslocher, integralista, diretor geral do IBAD, e que foi apontado como sendo agente da CIA(Agência Central de Informações) dos Estados Unidos para o Brasil, Bolívia e Equador. (DREIFUSS, 1981, p. 111)

Por seu turno, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), foi fundado em 1961 pelo empresário da mineração Augusto Trajano de Azevedo e pelo Presidente da Light, Antônio Gallotti, além de empresários como Glycon Paiva e Gilbert Huber Jr, ambos os institutos de orientação anticomunista, na qual participaram destacados civis e militares e tiveram participação ativa na conspiração que levou ao golpe de Estado de 1964. (DREIFUSS, 1981).

A ideia de derrubar Goulart e assumir militarmente o governo não foi uma empresa efêmera, como parte da classe política que apoiou o golpe imaginava, já que uma vez controlada a estrutura governamental e o território nacional, os militares se digladiaram sobre a dicotomia de devolver o governo aos civis em poucos meses ou perpetuar-se no poder por tempo indeterminado. Prevaleceu esta última, porém para que o dito desígnio tivesse sucesso foi necessário montar uma arquitetura de informações interna e externa que operasse, concomitantemente, nas áreas de segurança, espionagem e repressão contra os opositores declarados ou contra qualquer suspeito considerado passível de investigação.

Na medida em que recrudesceram as ações dos grupos opositores e das organizações da esquerda armada surgiu a necessidade de centralizar e coordenar as atividades destinadas ao combate do crime político a partir da Operação Bandeirante (OBAN), organização criada em julho de 1969 e formada por militares e policiais, atuando como um centro integrador dos diversos órgãos de informação e repressão política. Sua finalidade era combater as organizações de esquerda através de um sistema que identificava e capturava opositores ou integrantes de grupos subversivos dentro do perímetro onde se localizava o II Exército, no estado de São Paulo, contando com uma arquitetura operativa que reunia diversas áreas militares e de segurança, como o II Exército, a Marinha, a Aeronáutica, o Serviço Nacional de Informações (SNI), a Polícia Federal (DPF) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

A Oban extinguiu as suas atividades no ano de 1970 e, no seu lugar, foram criados o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de

Informações (DOI), ambos conhecidos pela sigla de “DOI-CODI”, órgão repressivo e de inteligência que esteve subordinado à estrutura do Exército e, no interior das suas instalações, estiveram detidos um número significativo de militantes e suspeitos de atividades opositoras, os quais foram torturados e submetidos a todo tipo de vexames. O CODI tinha as funções de planejamento, coordenação e assessoramento das atividades relacionadas à informação e à segurança e, complementarmente, o DOI executava as ações essencialmente repressivas, tornando-o mais ágil, dinâmico e muito mais protagonista nas atividades coercitivas destinadas à vigilância, detenção, interrogação e tortura em centros oficiais ou clandestinos onde, circunstancialmente, se recorria à eliminação física dos adversários políticos. Embora desempenhando atividades diferentes ambos representavam uma verdadeira “simbiose” (D’ARAUJO, 1994).

O resultado das operações desses órgãos contabilizava, em fins de 1973, a desarticulação das principais organizações políticas de esquerda que lutavam contra o governo militar e a maioria dos seus militantes encontravam-se detidos, exilados, banidos ou assassinados. A período relacionado à ditadura civil-militar comportou cinco militares diferentes na direção do país, a saber, Humberto Castelo Branco (1964-1967); Artur da Costa e Silva (1967-1969); Emilio Garrastazu Médici (1969- 1974); Ernesto Geisel (1974-1979) e, por último, João Figueiredo (1979-1985), três décadas que transformaram o governo militar brasileiros num dos mais longos domínios castrenses em sul-américa após a ditadura de Stroessner no Paraguai.

O primeiro militar a governar o país nesse período foi Castelo Branco, que se caracterizou pela implantação dos Atos Institucionais, instrumentos repressivos destinados ao controle político e social dado que, o primeiro deles, o AI-1, decretou a intervenção e fechamento de sindicatos e associações civis, a proibição do direito de greve e a cassação de mandatos, entre os que se destacaram o mandato do presidente da República Juscelino Kubitschek e dos governadores Miguel Arraes e Leonel Brizola. Em outubro de 1965, o AI-2, tencionou ainda mais as medidas de verticalização castrense, extinguindo os partidos políticos, suspendendo os direitos políticos e determinando eleições indiretas para a presidência da República, restrições estas, complementadas com o AI-4 que instituiu os trabalhos para a elaboração da nova constituição de 1967.

A partir de 1967, Artur da Costa e Silva (1967-1969), governou com base na nova Constituição promulgada em 1967 que, embora pretendesse disciplinar a crescente oposição, não evitou a deflagração de greves, ações armadas de grupos opositores e protestos estudantis,

cujo corolário foi a morte do estudante Edson Luís, em 28 de março de 1968, atingido após a Policia Militar invadir o restaurante universitário no Rio de Janeiro. O clima de contestação potencializou-se resultando na passeata dos cem mil que reuniu, além de estudantes, inúmeros trabalhadores, setores da igreja e donas de casa que protestavam contra as práticas violentas utilizadas pelas forças repressoras, assim como contra as arbitrarias prisões de estudantes e cidadãos exigindo, portanto, o fim da ditadura.

Costa e Silva decidiu pela decretação do Ato Institucional nº5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, que endureceu o regime e implantou a militarização e verticalização do Estado, deu plenos poderes aos militares e suspendeu o Habeas Corpus. A decretação desse ato provocou *amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático do Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes* (ALVES, 1987, p. 141).

Em agosto do ano seguinte, Costa Silva se viu afetado na sua saúde devido a uma trombose, imprevisto que acelerou a transferência do poder para Emilio Garrastazu Médici. O General Médici governou o país de 1969 a 1974 e durante esses cinco anos, os operativos do aparato repressivo materializou uma vigilância e perseguição sistemática aos dissidentes, contabilizou inúmeras prisões, torturas, desaparecimentos, exílios e o banimento de militantes que haviam sequestrado diplomatas deixando gravitar sobre o território nacional a violência e o terror institucional de forma ameaçadora.

Concomitante à essa intensa teia coercitiva os militares que governaram o país enfrentaram duas tentativas de guerrilha rural: uma no início de 1970, no interior do estado de São Paulo, no Vale da Ribeira; e, a outra, na região do Araguaia, no estado do Pará, entre o fim da década de 1960 e início da década de 1970, entretanto, ambas foram sistematicamente reprimidas pelo Exército. Nesse mesmo período, duas lideranças emblemáticas para os órgãos de inteligência e repressão foram mortos pelos agentes da repressão, a saber, Carlos Mariguelha,[73] dirigente da Aliança Libertadora Nacional (ALN), assassinado o dia 4 de novembro de 1969, na rua Casa Branca, na capital paulista, numa operação coordenada pelo delegado Sergio Paranhos Fleury[74] e; Carlos Lamarca[75], dirigente do Vanguarda Popular

[73] Carlos Marighella, baiano, foi o líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN), que combateu a ditadura brasileira a partir da tática de guerrilha urbana. Foi morto pelos serviços de inteligência o dia 4 de novembro de 1969, na cidade de São Paulo.

[74] Sérgio Fernando Paranhos Fleury, policial carioca, conhecido como o Delegado Fleury, atuou delegado no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do estado de São Paulo durante o regime Militar no Brasil, desde o ano 1968. Fleury destacou-se pela morte de Carlos Marighella e pela detenção, tortura e eliminação de

Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), assassinado em 17 de setembro de 1971, por integrantes da Operação Pajuçara, em Ipupiara, no interior da Bahia.

A luta desigual enfrentada pelos grupos opositores da esquerda armada esteve comandada conjuntamente pelos órgãos vinculados às ramas das forças armadas, como os Departamentos de Operações e Informações (DOIs) e o Comando de Operações de Defesa Interna (CODI), além desses destacavam-se o Centro de Informações do Exército (Ciex); o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e; o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa). A eliminação dos grupos insurgentes teve como pano de fundo o "Milagre Econômico", caracterizado pelo crescimento econômico atrelado a uma sólida presença de capital estrangeiro em áreas estratégicas como a petroquímica a siderurgia e a energia, o que resultou numa alta concentração de renda e em resultando em profundas desigualdades sóciais.

Em março de 1974, Médici deixou a presidência e assumiu Ernesto Geisel (1974-1979), o qual deu início ao processo de distensão política adjetivado de "lento, gradual e seguro", apelando a recursos jurídicos de contenção política, como a Lei Falcão e o Pacote de Abril[76]. Durante seu mandato se evidenciaram as disputas internas dentro do Exército com a corrente denominada de linha dura, acusada pela morte do jornalista Vladmir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho[77] nas instalações do DOI-CODI, além das crescentes demandas que emanaram da sociedade civil pelo retorno à democracia representativa.

Ao final do governo de Ernesto Geisel, o país adormecia no balanço ufanista do "Milagre Econômico" que já mostrava seu declínio devido à crise do petróleo, com índices inflacionários e uma desigualdade social elevada, acrescida por numerosas greves no ABC

---

vários militantes de esquerda nessa época, falecendo misteriosamente num acidente abordo do seu iate, no ano de 1979.

[75] Carlos Lamarca, militar carioca, desertou do exército em 1969 e se integrou à guerrilha contra a ditadura militar na organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), participou da guerrilha do Vale de Ribeira e, devido ao cerco da repressão se deslocou para a Bahia, desligou-se da VPR se integrando ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Na Bahia será cercado e morto, no município de Brotas de Macaúbas o dia 17 de setembro de 1971.

[76] A Lei Falcão foi decretada em 1976, durante o governo de Ernesto Geisel, no processo de reabertura política da ditadura militar brasileira. Essa Lei tinha o objetivo de controla e limitar a propaganda dos partidos políticos da oposição na rádio e na TV, evitando assim seu fortalecimento; já o Pacote de Abril foi um conjunto de leis outorgado em 13 de abril de 1977 pelo Presidente Ernesto Geisel, lançado durante o fechamento do Congresso durante 14 dias. As leis impostas nesse pacote estavam as eleições indiretas para governados e a ampliação do mandato presidencial de 5 para 6 anos.

[77] Vladimir Herzog, croata, jornalista, foi assassinado no dia 25 de outubro de 1975 nas dependências do DOI-Codi, em São Paulo, após interrogatórios e torturas pelas suas supostas ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB); Manoel Fiel Filho, alagoano, foi um operário metalúrgico e, em janeiro de 1976 foi preso pelos agentes do DOI-Codi de São Paulo e morto nas suas dependências sob acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em ambos casos, os militares alegaram que eles se enforcaram na cela, circunstâncias que foram desmentidas posteriormente confirmando as mortes por torturas.

paulista, região onde se destacou a figura do líder sindical Luís Ignácio Lula da Silva. Em vista disso, os militares deram início a uma calculada distensão política, decisão tomada dentro de uma realidade política ausente de grupos armados, sem assaltos ou sequestros de diplomatas que alterassem a paz dos lares, a ordem das instituições nem o progresso do país, cuja evidencia mais palpável foi a extinção do AI-5, em outubro de 1978.

Em 15 de março de 1979, assumiu o governo o quinto representante militar, João Batista Figueiredo, oriundo da Escola Superior de Guerra (ESG)[78], que deu continuidade ao processo de abertura do seu antecessor promulgando, em agosto de 1979, a Lei de Anistia Política que revogou as penalidades impostas aos dissidentes políticos. Durante seu governo aprovou-se a Lei Orgânica dos Partidos permitindo a criação de diversos partidos, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), entre outros. Cresceu a pressão da sociedade por eleições diretas, na campanha "Direitas Já", processo que concluiu com as eleições indiretas para presidente realizadas em janeiro de 1985 finalizando, assim, o período de governos militares e iniciando-se o período de transição democrática com Tancredo de Almeida Neves como o primeiro presidente civil eleito indiretamente, seu falecimento em abril desse ano, levou seu vice, José Sarney, a assumir como presidente do Brasil.

Excetuando a ditadura paraguaia, que teve uma duração de 34 anos, de 1954 até 1989, o regime militar brasileiro foi o mais prolongado de América do Sul, se comparado com os seus vizinhos Argentina (1966-1973 e 1976-1983), Uruguai (1973-1985) e o Chile (1973-1989). Nesse período, a ditadura brasileira institucionalizou um complexo sistema de informações e inteligência nacional e internacional com dados que vieram, posteriormente, a subsidiar diligentemente a "Operação Condor", uma eficiente máquina de cooperação dos organismos de inteligência militar e paramilitar das ditaduras latino-americanas orientada a eliminar opositores que estavam de passagem ou exilados em diversos países do continente ou fora dele.

A Operação Condor surgiu a partir de uma reunião secreta na cidade de Santiago, capital do Chile, em novembro de 1975, onde o general do exército chileno e chefe da Direção Nacional de Inteligência (DINA), Manuel Contreras, reuniu os generais dos serviços de inteligência das seis ditaduras do Cone Sul — Chile, Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia, destinado a intercambiar informações, prisioneiros e eliminar militantes de esquerda ou grupos subversivos em qualquer país do continente.

[78] A Escola Superior de Guerra (ESG), foi criada em 1949, cujo objetivo é desenvolver estudos relacionados à defesa nacional e aos estudos em geopolítica, política e estratégia. Entre seus principais expoentes esta o General Golbery do Couto e Silva, criador do Serviço Nacional de informações (SNI).

É importante ressaltar que ainda se tencionam os conceitos mais adequados para esse período sombrio da ditadura vivida pela sociedade brasileira, por um lado, há os que defendem que esse hiato democrático foi da autoria dos militares brasileiros em consonância com a ajuda da inteligência dos Estados Unidos e seus interesses no país e que, a partir dessa constatação, seria aceitável a denominação de "ditadura militar", "golpe militar" ou "regime militar". (AARÃO, 1999) Acresce-se a essa querela, o adjetivo de "civil", ao considerar que a obra dos militares, em 1964, não haveria alcançado a conquistado do Estado, (DREIFUSS, 1981) sem a participação de setores do empresariado e de seguimentos civis da sociedade, tais como o IPES, o IBAD e setores da Igreja Católica.

Além do controle do território nacional e sua dinâmica interna, as lideranças castrenses brasileiras se preocuparam com a geopolítica regional despertando inquietações com relação aos países vizinhos, seus governos e, principalmente, a agitação política das organizações de esquerda inerente a cada país. Debruçaram-se especificamente sobre os processos que poderiam ameaçar a segurança da nação e de América do Sul ou, contrariar os interesses do Brasil configurando uma pretensa postura hegemônica (PADRÓS, 2013), que via aos exilados brasileiros e aos grupos da esquerda armada como perigos potenciais.

Golbery de Couto e Silva, um dos fundadores da Escola Superior de Guerra (ESG), já expressava certa preocupação com relação às possíveis ameaças que recaiam sobre o continente latino-americano. Na sua obra "Geopolítica do Brasil", de Couto e Silva manifestava incisivamente seu desassossego com relação à capacidade de sedução que o comunismo exercia na população que, segundo ele:

> [...] capitaliza os descontentamentos locais, as frustrações da miséria e da fome, os justos anseios nacionalistas, os ressentimentos e ódios anticolonialistas gerados por um longo passado de opressão imperialista, para, insuflando-os, apoiando-os até mesmo materialmente, provocar a erupção de violentos focos de perturbação e desordem e ganhar, afinal, decisiva influência, senão desde logo o domínio ostensivo, seja através de golpes de Estado desfechados por uma camarilha que se lhe dobre às imposições, seja mediante uma longa e exaustiva guerra subversiva de terrorismo e de guerrilhas. (SILVA, 1981, p. 193).

A preocupação com o surgimento de movimentos insurrecionais e a possibilidade cada vez mais premente da implantação de um governo comunista na América do Sul impunha, segundo Couto e Silva, a necessidade imperiosa de se unir com os países vizinhos e preparar uma defesa comum contra esse fundado inimigo. Para tanto, *prepararmo-nos, na América*

Latina, para dar a mão a qualquer de nossos vizinhos, na defesa de um inigualável patrimônio comum, contra quaisquer investidas exóticas. (SILVA, 1981, p. 194)

O governo militar no Brasil seguiu à risca as orientações de Golbery ingerindo-se diretamente nos golpes de Estado na Bolívia, em 1971; no Uruguai, em junho de 1973; e no Chile, em setembro do mesmo ano[79]. O regime brasileiro ampliou seu perímetro de ação além-fronteiras confabulando, apoiando, promovendo ou participando ativamente dos processos destinados a sepultar os governos eleitos democraticamente ao sul do continente e, deste modo, especializava-se em transferir tecnologia golpista exercendo controle sobre a região e consagrando seu papel de subimperialismo regional[80].

a) O Serviço Nacional de Informações (SNI)

O Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão vinculado diretamente à Presidência da República que foi instituído oficialmente no dia 13 de junho de 1964, através da Lei nº 4.341 que, no seu artigo 2º destacava que o SNI "tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional"[81]. Além destas, lhe competia coletar, analisar informações e incorporá-las ao conjunto de referências obtidas por especialistas que se debruçavam sobre segmentos sociais passíveis de investigação, como o movimento estudantil, o movimento sindical e, inclusive, o movimento vinculado à Igreja Católica para elaborar um cruzamento sistemático de dados e efetividade nos operativos da repressão.

Este órgão de inteligência assentava-se num desenho operacional que, segundo Fico, (2001) envolvia o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Embora a atuação desses centros contasse com certa independência, a supervisão e administração das informações ficava sob responsabilidade da SNI enquanto organismo centralizador que contava, ademais,

---

[79] As atividades do governo brasileiro e, principalmente da interferência do Itamaraty nesses golpes de Estado nos países vizinhos, são abordados no livros de Moniz Bandeira, **Fórmula para o caos; Ascensão e queda de Salvador Allende** (1970-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; **Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile:** 30 anos Depois. Maringá: Espaço Acadêmico, n. 28, set, 2003.

[80] Para um melhor entendimento sobre este conceito, ver as obras de Rui Mauro Marini: MARINI, Ruy Mauro. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Marco Zero, 1992; La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. In: **Cuadernos Políticos** n.12, México: Ediciones Era, abril-junio de 1977; **Subdesarrollo y revolución.** México: Siglo XXI, Editores, (quinta edición) 1974, pp. VIIXXIII. Ver também: **Revista Punto Final**, Año VII, Santiago de Chile, martes 7 de noviembre de 1972, nº170, p. 22-24; e Año VII, Santiago de Chile, martes 10 de abril de 1973, nº181, p. 12-14.

[81] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4341.htm, acesso em 23/04/2017.

com órgãos que possuíam atribuições territoriais mais amplas como a Polícia Federal (PF) e, outras, com atribuições estaduais como as Delegacias de Ordem Política e Social, (DOPS).

Nos estertores do governo militar, a iniciativa do regime de promover uma abertura política enfrentou as demandas de diversos setores pela redemocratização do país e encontrou, por parte da cúpula militar e de alguns agentes do SNI, resistências que começaram a ocupar as páginas dos jornais que noticiavam ações violentas e colocavam esse órgão de inteligência como principal suspeito por atividades de terrorismo de Estado destacando-se, dois casos bastante emblemáticos que chamaram a atenção da opinião pública: o atentado frustrado ao Centro de Convenções do Riocentro; e, a morte do jornalista Alexandre von Baumgarten. O ataque ao Riocentro foi realizado na noite de 30 de abril de 1981, por militares descontentes com o processo de redemocratização, durante um ato comemorativo do Dia do Trabalhador, onde os explosivos que seriam utilizados no atentado acabaram explodindo antecipadamente dentro do carro dos militares, matando o sargento Guilherme Pereira do Rosário e ferindo gravemente o capitão Wilson Dias Machado.

O outro fato, foi a morte do jornalista Alexandre von Baumgarten, que foi encontrado morto com quatro tiros na Praia da Macumba (RJ), no dia 25 de outubro de 1982. Posterior a sua morte foi publicado um dossiê em que acusava o SNI e, junto a essas acusações, incluía o General Newton Cruz e a revista O Cruzeiro de participarem num esquema de lavagem de dinheiro, mas como Baumgarten estava jurado de morte, ele pediu que ditas informações só fossem reveladas caso ele desaparecesse por algum motivo.

Os dois casos contribuíram significativamente para conhecer as atividades desse braço repressivo do regime e, consequentemente, frear as atividades paralelas de grupos vinculados ao SNI que tinham a intenção de boicotar o processo de abertura e redemocratização impulsado pelo General Geisel a partir de 1974 e, continuado com o General Figueiredo a partir de 1979 (OLIVEIRA, 1994); D'ARAÙJO, 1995). Gradativamente esse órgão foi perdendo suas atribuições e atividades de cunho paramilitar para enquadrar as suas tarefas dentro dos parâmetros de um regime democrático.

Desde sua formação em 1964, até a década de 1980, o SNI gravitou na órbita do Exército brasileiro e sua chefia, monopólio e centralização estiveram a cargo de militares com patente de general. Nenhum representante dos outros ramos das forças armadas teve essa atribuição estando, durante todo esse período sob comando de generais, inicialmente por Golbery do Couto e Silva, de junho de 1964 a março de 1967; Emílio Garrastazu Médici, de março de 1967 a abril de 1969; Carlos Alberto da Fontoura, de abril de 1969 a março de 1974;

João Batista Figueiredo, de março de 1974 a junho de 1978; e, por último, Otávio Aguiar de Medeiros, de junho de 1978 a março de 1985, coincidindo a sua saída com o início do governo Sarney, sendo que dois deles, Médici e Figueiredo chegaram à Presidência da República.

b) O Ato Institucional nº 5 (AI-5)

A decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, sistematizou a repressão e a militarização do Estado resultando em inúmeras prisões e iniquidades contra intelectuais, estudantes, sindicalistas, políticos e lideranças sociais. Esse Ato Institucional representou o ápice no processo de coerção dos direitos civis facultando aos militares com poderes autocráticos.

Entretanto, na medida em que se institucionalizava o exercício do controle da sociedade nas suas múltiplas atividades e se tencionavam as relações a partir de um Estado policialesco cresciam, também, os grupos que optavam pelo confronto direto com o governo militar a partir do seu ingresso em organizações armadas revolucionárias. Muitos jovens que pertenciam ao movimento estudantil, assim como trabalhadores organizados em sindicatos e organizações católicas decidiram enfrentar o cerceamento das liberdades que recaia sobre diversos seguimentos sociais imposto pelo AI-5 e pela imposição à sociedade brasileira da lógica do terror institucionalizada através do SNI.

Ressalte-se que parte significativa desses militantes que decidiram pelo caminho da via armada, não representavam a classe trabalhadora brasileira, nem tampouco as camadas populares mais atingidas pelas precárias condições econômicas e pela violência policial nas periferias das capitais. Os integrantes que constituíam essas organizações na segunda metade da década dos 60 eram, na sua maioria, oriundos das classes médias urbanas, escolarizados, do sexo masculino e jovens (RIDENTI, 1993).

As ações que caracterizaram esse período gravitaram, espacialmente, nas áreas urbanas das principais capitais brasileiras, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo e Recife, seu *modus operandi,* restringiu-se aos assaltos a bancos e alguns estabelecimentos comerciais como forma de obter recursos para a obtenção de armas e dinheiro para materializar a revolução. Ademais dessas "*desapropriações*", entre as quais a mais audaciosa foi o assalto ao cofre de Adhemar de

Barros[82], ação realizada pela Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), atingindo um político e empresário paulista conhecido pelo seu apoio ao regime, o que expus as fragilidades do próprio sistema de segurança e combate à subversão.

Outra linha de ação dos militantes urbanos foi o sequestro de diplomatas, essas operações tinham um duplo impacto: por um lado, atingir frontalmente o governo militar que se via obrigado a negociar com os sequestradores a liberdade de prisioneiros e o envio dos mesmos para o exterior; e, por outro, projetava a luta dos militantes e da organização internacionalmente comprometendo a imagem do regime perante a opinião pública mundial. Dos quatro sequestros de diplomatas, dois ganharam relevância e proporção interna e externa, o primeiro deles atingiu ao embaixador dos Estados Unidos, principal potência militar e econômica do ocidente, Charles Elbrick, em 04 de setembro de 1969 e, o segundo, ao embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher, em 07 dezembro de 1970, cujas negociações se estenderam além do previsto e foram acompanhadas diariamente pela opinião pública internacional.

O sequestro de Elbrick, além de deixar patente as inconsistências com relação às salvaguardas dos diplomatas no território nacional, também tencionou as relações com os Estados Unidos exigindo uma rápida resposta ao impasse político que ameaçava o diplomata. Um dia após o sequestro, o governo militar acuado política e militarmente, apelou reativamente para o arsenal jurídico decretando o Ato Institucional nº 13[83], instrumento que baniu os militantes que partiram para o exilio em troca do diplomata e, logo em seguida, o aparato repressivo desatou um operativo de grandes proporções que teve como consequência direta o cerco e a morte do líder da ALN, Carlos Marighela, cuja organização havia participado da ação contra o embaixador estadunidense.

Com relação ao sequestro do embaixador suíço, as negociações se estenderam durante semanas provocando desgastes de ambas as partes, seja pelas listas dos prisioneiros negociados, refeitas várias vezes para atender interesses mútuos, seja pela pressão que pairava colocando em risco a vida do diplomata acrescido pelo cerco que faziam as forças de segurança, fato este, que eriçava o ambiente no cativeiro e punha em risco um desfecho sem vítimas. O cativeiro

[82] Adhemar de Barros foi ex-governador de São Paulo, à época do assalto, 18 de julho de 1969, ele guardava o cofre na residência da sua namorada, Anna Gimel Benchimol Capriglione, tia de Gustavo Buarque Schiller, um dos militantes que participaram do assalto.

[83] O dia 5 de setembro de 1969, o governo militar decreta o AI-13, que no seu Art. 1º, determinava que: "O Poder Executivo poderá, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar, banir do território nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional". Era mais um instrumento jurídico destinado ao combate das atividades dos grupos de esquerda armada que desafiavam o regime.

durou 40 dias, desde o dia 7 de dezembro até o dia 16 de janeiro onde foram, resultando na troca de 70 prisioneiros pela liberdade do diplomata e enviados para o exílio no Chile.

O exílio não foi, unicamente, o resultado dos sequestros nem de ações armadas dos grupos de esquerda que optaram pelo caminho da confrontação direta à ditadura, também teve um número significativo de brasileiros que saíram para o exilio diante da impossibilidade de viver no Brasil num ambiente que os ameaçava e, por extensão, punha em risco os seus familiares e amigos. Nestes casos, a decisão de partir, assim como o país de destino e a via de saída, não obedeceu às determinações de um decreto nem de um Ato Institucional e, sim, uma deliberação voluntaria dos afetados.

3.2 A CLANDESTINIDADE

O enfrentamento político e armado das organizações opositoras contra o regime de fato teve como resposta uma violenta repressão que foi cercando e limitando a ação dessas dissidências a uma esfera cada vez mais atomizada[84]. O cerceamento das liberdades essenciais desatado contra as organizações políticas, sindicais, estudantis e representativas da sociedade, foi acompanhado de um enérgico operativo destinado à contenção do "inimigo interno" levando aos militantes que desafiavam o regime a uma arriscada vida de ação clandestina.

Gradativamente, a militância encoberta levou a um afastamento e perda dos seus referentes sociais e comunitários, enfrentando-se a um imperativo adverso que isolava, fragmentava, interrompia o cotidiano e o protagonismo social atingindo a sua própria personalidade e identidade. Por outro lado, a clandestinidade o impeliu a adotar regras severas de austeridade e de impessoalidade descartando qualquer aproximação que implicara alimentar algum sentimento ou emoções inerentes ao ser humano.

É importante destacar que ao entrar na clandestinidade muitos militantes não se enclausuraram nem perderam o contato com a realidade na sua volta, embora a estrutura autoritária e repressiva não lhes permitia levar uma vida normal, a opção pela clandestinidade implicou numa intensa e permanente atividade política através de contatos e reuniões para continuar com determinação a luta de resistência. Além disso, a vida clandestina permitiu o

[84] Para um estudo historiográfico mais abrangente sobre a memória da luta armada no Brasil, ver: Jacob Gorender, **Combate nas Trevas** – A esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada. São Paulo: Ática, 1987; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985; Marcelo Ridenti, As *esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974)*: uma bibliografia. **Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth**, vol.8, n.14/15. Campinas: UNICAMP, 2001, pp. 259–295.; e CARDOSO, Lucileide. Revolução e Resistencia: historiografia e luta armada no Brasil. **Revista da Faculdade de Letras**. Serie de História. Universidade do Porto. V.4, p.33-49, 2014.

fortalecimento de sólidos laços com os companheiros e companheiras de luta que, a rigor, se transformaram em verdadeiras famílias construídas em função das contingencias históricas do país.

Derlei de Luca, militante da AP, pormenoriza o clima que predominava no ambiente clandestino que, a pesar de todos os riscos, transmitia uma sensação de segurança:

> Na clandestinidade, apesar de você sair da sua terra e da sua família, você tem uma outra família, a AP tinha muito espirito de clã, era um clã, a gente era muito afetiva e a gente tinha os companheiros que eram como irmãos. Então, a gente se sentia mais ou menos segura dento do grupo[85].

O cerco policial transformava o ambiente sombrio, nebuloso, ocluso, onde a possibilidade do enfrentamento armado com as forças militares governantes se distanciava, na medida em que os militantes e as organizações iam caindo em prisão e submetidos a inumanas sessões de torturas restando, assim, a alternativa da clandestinidade ou o exilio. O imperativo de sobrevivência conduziu o militante a uma polaridade conflitiva, levando-o a transitar entre um comportamento professo, cauteloso, monástico; e, por outro, a uma latente necessidade de falar com as pessoas, sentí-las, construir relações, afeiçoar-se ou emocionar-se, impondo uma realidade intransigente, espinhosa, onde o fator risco era uma permanente sombra que demandava atenção, alerta e diligencia, já que:

> [...] a vida em clandestinidade exige disciplina, sobriedade e, sobretudo, desapego a qualquer tipo de pessoas. Por outro lado, o isolamento natural, provocado pela situação de clandestinidade, faz aflorar a necessidade de companhia, oscilando os militantes entre esses dois extremos. (LACERDA, 2011, p. 148).

As circunstâncias impostas pela coação do aparato repressivo levaram alguns militantes a encenar papéis socialmente convincentes, tais como comerciantes, profissionais liberais, operários, tudo como uma criteriosa fachada para se auto preservar e preservar os seus companheiros de organização. Era necessário, se o ambiente escolhido assim o recomendasse, fingirem-se como casais de namorados ou representando a união formal de marido e mulher, personificação bastante crível dentro da vizinhança e um despiste seguro e insuspeito para transitar pela superfície pantanosa da clandestinidade.

Instrumentalizaram-se, desse modo, as representações sociais de gênero, para as quais os militantes viam-se compelidos a desempenhar para poder manter as aparências. A mulher se

[85] Entrevista concedida ao autor por Derlei de Luca, no dia 17/12/2017

ocupava do espaço privado da casa e estabelecia o inevitável diálogo com os vizinhos, já o homem devia simular a saída diária para um suposto trabalho, sempre com o cuidado com as palavras, as informações e a história que deveriam reproduzir para cada ocasião evitando, assim, contradições que pudessem comprometê-los ou despertar suspeitas que levassem às pessoas a denuncia-los à polícia.

A clandestinidade os obrigava a transmutarem-se em diversos nomes, pessoas, profissões, famílias, estado civil, condição social e econômica, aspectos físicos e hábitos, enfim, a imposição do sigilo extremo para todas as atividades conduziu ao militante a refazer-se em vários pedaços, em vários personagens, cada um deles em total assincronia com o último papel interpretado nesse limbo libertário. Essa multiplicidade de personagens demandou coerência minuto a minuto, uma sequência lógica de dados relacionados àquela história criada para essa ocasião, e, além disso, interpretar funções e discursos de acordo com o ente social determinado.

A vida clandestina implicou desenvolver técnicas de falsificação de documentos, pois os controles dentro de ônibus, nas rodovias, nas estações rodoviárias, portos e aeroportos eram estritos. Viajar dentro território nacional era um risco adicional, já que as empresas de transportes eram controladas diuturnamente pelos serviços de segurança do governo para checar as listas de passageiros, prática que se estendeu a todos os meios de transporte.

A vida nos “aparelhos” resultou um verdadeiro tormento, pois nem sempre era seguro sair e menos ainda estabelecer contato com o exterior. Caminhar pelo interior da casa onde se encontravam e fazer as atividades habituais mínimas, implicou adotar um código silencioso ao extremo para não ser ouvido, visto ou despertar a curiosidade de um vizinho chegando repentinamente para descobrir o sigilo:

> Como não se pode sair jogamos baralho, lemos, ouvimos música, baixinho, mantendo sempre a mesma luz acesa para não chamar atenção dos vizinhos. Os alimentos são trazidos por uma companheira paranaense, chamada Vera, uma vez por dia, e que não fica no apartamento. (DE LUCA, 2002, p. 34).

Esta mesma autora, militante da AP e exilada no Chile, ao referir-se à clandestinidade enumera uma série de cuidados que o militante deveu seguir rigorosamente para evitar a prisão e as consequências posteriores que comprometiam a segurança do próprio ativista como de toda a organização. Entre as recomendações elencadas se encontravam aquelas que recomendavam andar, de preferência, por ruas movimentadas e evitar fazer o mesmo durante a noite; ser pontual à hora do encontro com o seu contato e não ficar mais de cinco minutos no local

marcado; evitar marcar os encontros nas esquinas e sempre no meio do quarteirão, evitando surpresas desagradáveis; e uma de vital importância, que foi a de evitar esperar ou procurar um companheiro que houvesse faltado ao encontro (LUCA, 2002, p. 72-73).

Assim, a segurança na vida clandestina implicou numa gama de códigos de alerta, mas também de fictícios nomes, endereços, profissões e famílias fingidas ou inventadas como parte de uma trama urdida para uma representação teatral que, a cada ato, exigia a substituição desse personagem por outro, com uma história, cenário e figurino diferente. Máscaras para ocultar rostos e nomes, atores especialistas na arte de mimetizar-se, ocultar-se e atuar secretamente numa realidade inventada onde:

> Éramos chamados por outros nomes que não os nossos, vivíamos entre desconhecidos, desempenhávamos atividade profissional marginal e, principalmente, varremos o passado de nossas mentes. Tivemos que esquecer pessoas, acontecimentos, amizades, nomes e endereços; assumir uma história postiça de vida; deixar de lado nossa maneira de ser, de ver o mundo de outro jeito. (MELONI, 1968, p. 23-24).

A polaridade entre a vida legal e a vida clandestina fragmentou o tecido social e referencial dos jovens militantes, mas em alguns casos, foi necessário equacionar a legalidade e a ilegalidade num corpo útil para driblar os serviços de inteligência do regime e construir uma fachada confiável aos olhos dos vizinhos e curiosos. Roque Aparecido, metalúrgico, militante da VPR e protagonista da greve de Osasco de 1968 em São Paulo, relata que ele passou a:

> [...] viver na clandestinidade como militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Naquelas condições, para alugar uma casa, para viver clandestinamente, a gente tinha que tomar muitas precauções. Foi então que eu e minha namorada decidimos antecipar o nosso casamento. Casamo-nos já na clandestinidade. Como casal oficialmente constituído, alugamos, tranquilamente, uma casa, onde moramos até o dia 2 de fevereiro de 1969. Neste dia, como seguidamente fazia, saí cedo de casa para me encontrar com um companheiro da VPR[86].

As diferenças evidenciadas nesse desigual confronto eram latentes, as organizações atuavam em grupos pequenos, com integrantes de diversas faixas etárias, mas na sua maioria jovens, com recursos materiais limitados ou mínimos e, ainda, sem poder estabelecer uma base de operações fixa ou estável territorialmente e que lhes permitisse atuar coordenadamente. Viver nas sombras, numa completa ruptura com a sua rotina, e ainda sem poder sequer se aproximar da própria família eram imposições da clandestinidade difíceis de superar:

[86] Roque Aparecido da Silva. “OPERARIO, ESTUDANTE, COMUNISTA”. In: 68 a geração que queria mudar o mundo: relatos / Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p.396.

> De repente, me vejo escondido numa fazenda – um lugar muito bonito, mas absolutamente nostálgico para mim -, durante quatro meses. Uma semana depois que cheguei aí, já não suportava mais a ausência dos meus filhos. Isso começou até a me criar problemas psicológicos. Voltei pra São Paulo, mas tive que ficar vivendo uma semana numa casa, três dias noutra, 15 dias noutra[87].

A violência institucional desatada no país não mediu esforços para desarticular as organizações e atingir diretamente aos seus integrantes e, por extensão, aos familiares, amigos ou conhecidos. As mulheres não ficaram a reboque da luta política, empreendida maioritariamente por homens e as suas respectivas organizações, digladiando-se ativamente num confronto aberto ou na clandestinidade e, circunstancialmente, tendo que enfrentar a insegurança e os vexames da prisão e a tortura.

Ser mulher, mulher militante, e ainda ter como companheiro outro militante, implicava num risco múltiplo e a clandestinidade adquiria uma duplicidade que potencializava ao máximo todos os códigos de segurança:

> Eu vivia com um companheiro, que era mais avançado que eu, em termos de luta clandestina. Teria, portanto, que fazer uma dupla opção pela clandestinidade, uma, como militante, para continuar na vanguarda da luta, e outra, como mulher, para acompanhar meu companheiro. Comecei então a ser buscada tanto por ter participado no movimento estudantil, como por ser mulher de um cara super procurado. Resultado, em 1969, com 22 anos, eu estava queimadíssima[88].

Houve casos em que a família, quando ainda era possível aproximar-se dela, coparticipava desses códigos secretos de segurança. Juca Ferreira, militante do MR-8, rememora as regras de segurança visual que sua mãe tinha que pôr em ação à hora de algum perigo. Deste modo, a clandestinidade e o atuar clandestino extrapolavam a esfera restrita do militante e sua organização:

> Eu tinha um esquema em casa, que se a polícia tivesse tido lá, minha mãe acendia a luz da varanda, e se fosse grave, botava uma toalha. A luz significava não chegue antes de telefonar e se ...a toalha, significava suma!!!, desapareça!!!, a barra pesou!!!. Aí eu entrei na clandestinidade (...)[89]

---

[87] José Barbosa Monteiro, operário metalúrgico paulista. In: UCHÔA CAVALCANTI, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). **Memórias do exílio**: Brasil — (1964-19??) – de muitos caminhos. São Paulo: Livramento, 1978. p. 131.

[88] Juliana da Rocha, líder estudantil. In: UCHÔA CAVALCANTI, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). **Memórias do exílio**: Brasil — (1964-19??) – de muitos caminhos. São Paulo: Livramento, 1978. P. 179.

[89] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira, em: 29/10/2013

O círculo social de muitos jovens militantes era algo distante das classes populares, do povo, dos trabalhadores, da periferia das grandes cidades e, inclusive, da luta ideológica e partidária das organizações políticas da esquerda brasileira antes do golpe de 1964. A militarização do Estado a partir do AI-5 levou a muitos jovens universitários e secundaristas a participar ativamente na política, integrando-se em organizações que optaram pela luta política ou armada contra a ditadura e viver a clandestinidade, longe das comodidades materiais, das festas, dos amigos e da liberdade de ir e vir.

Na medida em que a repressão fechava o cerco, esses jovens militantes se confrontaram com a insensibilidade dos seus semelhantes e da sua classe de origem. A classe média, que foi o berço de muitos desses jovens, assim como os amigos de infância de muitos deles, os rejeitavam pelo fato de serem "terroristas" e, consequentemente, pelo fato de representarem uma potencial ameaça para suas famílias.

Foi o caso de José Pereira da Silva, militante da ALN, que diante do cerco policial decide ir:

> [...] para um "aparelho" (...). Lá, ficamos alguns dias até que alugamos, em um cortiço na Mooca, um quarto e cozinha separados, com banheiro coletivo. Começamos a viver o novo clima de clandestinidade, período de pouco dinheiro, muita repressão e quedas sem explicação plausível. A classe média que nos recebia com carinho e admiração, naquele momento, nos evitava o que podia, por medo da polícia. Ao mesmo tempo, envolvia-se com a ilusão do "milagre econômico"[90].

O "milagre econômico" seduzia à classe média e, o noticiário sobre a "ameaça terrorista", a encorajava a se distanciar da realidade contingente e dar as costas para velhos amigos e conhecidos que haviam optado pela resistência. A amizade ou contato com pessoas suspeitas poderia acarretar sérios contratempos para a imagem pública dessas famílias de bem.

O temor e a insegurança abriam também brechas para o delírio, onde os sentidos habituais como ver, ouvir e o sentir adquiriram um grau de distorção incontrolável levando a desconfiar de todo e de todos, alterando o sono e as funções metabólicas fundamentais. O "aparelho" ou essa segurança relativa desintegrava-se, tornava-se espectral, e transformava a clandestinidade num tormento onde (...) *a polícia política da ditadura estava presente em toda parte, (...) ela era quase onipresente*[91].

---

[90] José Pereira da Silva. "DECISÃO QUE MARCOU MINHA VIDA". In: **68 a geração que queria mudar o mundo:** relatos / Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p.423.
[91] Magno José Vilela, Frade dominicano. In: UCHÔA CAVALCANTI, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). **Memórias do exílio**: Brasil — (1964-19??) – de muitos caminhos. São Paulo: Livramento, 1978. p. 206.

A sistemática propagação das notícias com referência ao cerco e morte dos "terroristas", alimentava a insânia e a fragilidade que esteve presente em todo e qualquer lugar. A tensão e a adrenalina alcançaram níveis insuportáveis, pois, sair do refúgio clandestino para comprar ou para tomar um ônibus era um ato em que se *tomavam todas as precauções possíveis e imagináveis: mudar minha fisionomia, tomar o ônibus num certo lugar, descer em tal outro, etc*[92].

Os mecanismos de segurança exigiam mudanças constantes para se readequar a um novo aparelho, a uma nova identidade e a uma dinâmica espacial e social que reduzisse, minimamente, os riscos e perdas diante de uma luta desigual e irregular submetida ao constante cerco da repressão. Edson Ferrer da Cunha, jornalista carioca, relata as tensões que implicava mudar constantemente os métodos de segurança do aparelho e o comportamento social dos membros implicados de preservar a integridade do mesmo:

> Por motivo de segurança, deveria mudar-se, continuamente, de apartamento ou de casa. Refiro-me aos chamados "aparelhos", mantidos às expensas da organização, com muita vigilância nas cercanias, exercida por militantes disfarçados em transeuntes comuns, pelas ruas e bares que, diante de um mínimo indício de aparecimento da repressão, davam o alerta, por intermédio de um som ou sinal previamente combinado, proporcionando o tempo de fuga aos camaradas alojados nos aparelhos. Mas as forças armadas passaram a usar carros descaracterizados, o que dificultou em muito o trabalho dos vigilantes[93].

As organizações e seus militantes foram perdendo espaço e poder de combate, seu objetivo original transitou de uma racional e convicta determinação de combate político e armado contra a ditadura, para um comportamento instintivo de sobrevivência animal, acossado pelo inimigo, ameaçado diuturnamente, numa dispersão e esfacelamento espacial, social e organizacional, em soma, caminhando inevitavelmente para uma cronológica autodestruição. Diante dessas contingencias irreversíveis *'desbundadas'*[94] *em massa eram empreendidas em direção ao Chile* (...) (GUARANY, 1984, p. 37), como forma de sobreviver à manifesta corporificação da tragédia humana e política que a repressão celebrava ao compasso musical do "milagre econômico".

---

[92] Magno José Vilela, Op. Cit, p. 206.

[93] Edson Ferrer da Cunha. "A MALA". In: **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos/Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p.365.

[94] O "desbunde" era uma expressão utilizada pelas organizações e seus militantes para referir-se àqueles que abandonavam a luta por diversos motivos, optavam pelo exilio ou não suportavam as inclemências impostas pela luta revolucionária decidindo retomar suas vidas com o mínimo de riscos.

a) As vias de saída

Na medida em que a estrutura tentacular da repressão alcançava as organizações, os seus militantes, amigos, familiares, inclusive trabalhadores e pessoas comuns desvinculadas de qualquer atividade política, a sensação de insegurança, o temor da prisão, da tortura e da morte ia comprometendo a sobrevivência dentro da cidade, do município, do estado e do território nacional. O "aparelho" já não era o lugar mais seguro, o mesmo acontecia com as casas de parentes e amigos que se transformaram em armadilhas, as ruas que pareciam tão tranquilas e familiares pareciam cada vez mais ameaçadoras; os próprios pedestres despertavam desconfianças e receios diante da possibilidade de serem os temíveis agentes do DOI-CODI ou do SNI.

Como continuar essa assimétrica luta contra um exército convencional que operava com pleno controle dos meios de informação e do sistema de telecomunicações, sitiando e monitorando o espaço público e privado corporificando uma presença ubíqua e coativa? Seus agentes, infiltrados em diversas áreas do tecido social, atuavam na área da educação, nos sindicatos e fábricas, no sistema de transporte aéreo, marítimo e terrestre, nos mercados, nos hospitais, nos bares e restaurantes, numa capilaridade geográfica ímpar.

Adicionava-se a esta contingência a desarticulação das organizações com as prisões dos companheiros ou pelo decesso dos mesmos após violentas sessões de tortura ou nos confrontos diretos com as patrulhas e agentes da repressão. Sair do país era uma decisão que, para alguns, era inaceitável e um tema muito indigesto, porém para outros, era a única forma de preservar o que restava das organizações e poder retomar a luta a partir de uma reorganização no exílio.

A permanência no país era uma realidade insustentável e o simples fato de exercer até a mais primária atividade cotidiana era considerado altamente perigoso para a preservação da própria vida e dos seus entes mais próximos. Sair rumo ao exílio respondia a uma ideia que foi adquirindo materialidade, porém, essa decisão não ficou isenta de dúvidas, conflitos, resistências e posições que iam ao encontro dos mais ferventes ideais, além de ter que arquitetar contatos e elaborar documentos falsificados para despistar os controles diante das possíveis eventualidades burocráticas.

Herbert de Souza, o "Betinho", relata que ele foi:

> [...] levado até o lado da fronteira por um companheiro, passo pelo Paraguai, vou pela Argentina e entro no Chile. (...) Através de um contato consigo um documento que me

> dá uma certa cobertura, e passo mostrando a xerox pelo Paraguai, Argentina, (...) Foz de Iguaçu (...) ai eu tive que passar 15 dias porque a polícia estava esperando um quadro da ELN que ia passar...tinha muito policial ali...ai quando acalmaram passei (...) e só vou encontrar alguém que me pergunta pela verdadeira carteira no Chile, onde eu já me considero a salvo[95].

A posição geográfica do Brasil era um fator favorável para deixar o território, pois as vias mais expeditas para atravessar a fronteira e sair rumo ao exílio por via terrestre foram o Uruguai, o Paraguai e a Argentina e, circunstancialmente, a Bolívia. O Peru, a Colômbia e a Venezuela, embora países fronteiriços, apresentavam um obstáculo natural composto pela selva amazônica e o Chile, implicava atravessar do oceano atlântico para o pacifico por terra ou, chegar até o território argentino e atravessar a cordilheira dos Andes, uma cadeia montanhosa que provocava uma mistura de fascinação e medo aos que a cruzavam.

Os que optaram por cruzar a fronteira que une o Brasil com Argentina e Paraguai, se depararam com que esse passo fronteiriço possuía na sua denominação oficial um nome muito sugestivo para aqueles que naquela época escapavam das agruras do regime militar. A busca pela liberdade implicou dar um passo até a linha limítrofe identificada como "el paso de los libres", cujo nome, por si só, provocava emoções encontradas*: só que 'el paso de los libres' era uma tensão enorme porque eles pegavam uma lista e conferiam controlando quem estava ali*[96].

Eliete Ferrer saiu do Brasil passando inicialmente por Argentina e, a partir daí, decidiu atravessar para o país vizinho atravessando a cordilheira até chegar ao Chile onde finalmente conseguiu se exilar. Eliete entrou na Argentina:

> [...] com carteira de identidade (...). Tínhamos muita pressa de abandonar o país. Iriamos para o Chile. Estávamos vivos (...). Finalmente, viajamos para o Chile, depois de receber notícias daquele país. O povo chileno era legalista e lá não aconteceria nenhum golpe, apregoavam. Primeiro, de Buenos Aires a Mendoza, de ônibus. De Mendoza a Santiago, viajamos de trem. Muito frio e, por causa das greves de transporte, jornada mais que longa onde me impressionou a imponência dos Andes, cordilheira masculina, com certeza. Andes. Másculo, colossal, alto, forte, quase sem vegetação, seco, duro, silencioso…lindo e assustador! [97]

Nem todas ou todos tiveram um trânsito tranquilo até o exílio, houve casos em que as circunstâncias adversas impunham sair com premência e ainda levando consigo sua prole, expondo-os a todo tipo eventualidades. Esse foi o caso de Neuza Barbosa, militante da POLOP

---

[95] Herbert de Souza "Betinho" In: UCHÔA CAVALCANTI, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). **Memórias do exílio**: Brasil — (1964-19??) – de muitos caminhos. São Paulo: Livramento, 1978. P. 94.
[96] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcanti no dia 17/12/2017.
[97] Eliete Ferrer. "Passaporte para o mundo". In: **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos/Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p.507.

e da POC que, ao rememorar a permanente insegurança provocada por uma vida clandestina e a violência institucional à que foi submetida pelos seus captores, na Operação Bandeirantes (OBAN), teve que sair para o exílio junto aos seus filhos pequenos rumo ao Chile.

Suas firmes convicções contribuíram para não claudicar à hora de tomar uma decisão que implicava deixar para trás seu espaço cotidiano, família, amigos e, principalmente, seu campo de batalha onde lutava na trincheira oposta ao regime militar. Em janeiro de 1971, Neuza decide sair do Brasil diante da constatação iniludível de que já não havia condições políticas favoráveis para continuar lutando, nem menos ainda para retomar o cotidiano como mais uma pessoa dentro desse coletivo humano que representava a sociedade brasileira *a não ser que você se recusasse de tudo e não fizesse nada, virasse uma dona de casa dentro da família e, não era essa minha perspectiva de vida naquela ocasião*[98].

Para boa parte dos militantes das organizações políticas ou armadas que lutaram contra a ditadura consideravam que essa batalha não se assentava em pressupostos derrotistas. Portanto, sair do país não fazia parte dos planos imediatos, inclusive quando o acossamento das forças repressivas explicitava a desproporção do embate com as forças convencionais.

Se atravessar a fronteira para alguns foi uma escolha pessoal, a partir do sequestro de diplomatas estrangeiros isto se altera substancialmente, pois para muitos militantes que se encontravam prisioneiros em diversos presídios do país, submetidos a sessões de tortura e em condições físicas deploráveis, a notícia de que seriam libertados e enviados ao exterior era uma decisão impessoal, verticalizada e intempestiva. Foi o caso de Roque Aparecido, militante da VPR e responsável pelo trabalho operário e estudantil dessa organização, preso após participar na organização da primeira greve na cidade de Osasco contra a legislação imposta pela ditadura, em 1968.

Depois de semanas de torturas ficou detido no Presídio Tiradentes, em São Paulo, por um período de quase dois anos até sair na lista dos prisioneiros trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher:

> Yo he sido arrestado el 2 de febrero de 1969, cuando iba a encontrarme con un compañero, yo no sabía que había sido detenido y llegó la policía a la cita que él tenía conmigo, ahí fueron treinta y pocos días de tortura y me quedé en la cárcel en São Paulo mismo, en el presidio Tiradentes, fueron dos años de cárcel y salí en enero de 1971, hacia Chile, cuando he sido canjeado por el embajador suizo, que había sido secuestrado por los compañeros que continuaban la lucha[99].

[98] Entrevista concedida ao autor por Neuza Barbosa, em 26/09/2013
[99] Entrevista concedida ao autor (em espanhol) por Roque Aparecido, em 17/08/ 2017.

Um momento crucial, que resultaria num contato com um companheiro de organização, transformou-se em dois anos de prisão e torturas. Dois anos de tormentos que acabaram quando foi sequestrado o diplomata suíço e, em troca, exigiu-se a liberdade de 70 prisioneiros pela liberdade do embaixador que, finalmente, foram transportados via aérea ao Chile de Allende.

Cid Benjamin, dirigente estudantil e militante da organização MR-8, saiu do país por uma via semelhante à de Roque Aparecido. Foi libertado da prisão junto a 39 companheiros em troca da liberdade do embaixador alemão, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben, os quais foram posteriormente enviados ao exílio na Argélia:

> Fui preso em abril de 1970 e, dois meses depois, fui trocado juntamente com outros 39 companheiros, pelo embaixador alemão, que tinha sido sequestrado pela guerrilha. Fui entregue ao governo argelino. Posteriormente viajei para o Chile, de onde regressaria ao Brasil clandestinamente. Prisões e mortes desarticularam a minha organização e impediram a volta. Veio então o golpe militar chileno[100].

Cid Benjamim, deixou o Brasil rumo a Argélia, mas fez questão de viajar ao Chile para facilitar seu retorno ao seu país por vias clandestinas. Retorno este que, para a maioria das organizações que estavam no exilio, era uma questão prioritária para a luta contra a ditadura e a posterior restauração da vida democrática.

Para alguns, a saída do país foi um ato de caráter voluntário e decidido configurando um autoexílio e, o destino, não despertava nenhuma dúvida nem ambiguidade com relação aos possíveis contratempos que poderiam encontrar no Chile. Ressalte-se também que, inúmeros brasileiros saíram do território nacional por vias não oficiais, não solicitaram formalmente asilo no país de chegada nem houve um registro confiável para um levantamento estadístico, considerando que muitos deles entraram no Chile com documentos falsos para evitar a detenção pelos controles fronteiriços.

Lucia Lobato, companheira de Ronald Lobato, militante do PCBR, relata sua saída do Brasil e chegada no Chile e as possibilidades que esse país lhes oferecia:

> Sai do Brasil por conta de perseguição política, principalmente ao Ronald Arantes Lobato que, naquela época era meu marido e membro do PCBR. Não chegamos a pedir asilo, viajamos para o Chile com documentos e nomes falsos e escolhemos o Chile por conta das possibilidades de trabalho e estudo, eis que conhecíamos e nos relacionávamos com professores e profissionais brasileiros qualificados que estavam em órgãos internacionais e governamentais no Chile. Chegamos no Chile em 1970 e saímos de lá dois ou três meses depois do golpe de Pinochet[101].

[100] Entrevista concedida ao autor por Cid Benjamin, em 05/02/ 2017.
[101] Entrevista concedida ao autor por Lucia Lobato, no dia 16/09/2014.

A saída do país de Lucia Lobato foi motivada pela integridade do seu companheiro e, por extensão, a dela mesma. Embora tenham saído com documentos falsos, não houve a necessidade de solicitar formalmente o asilo político às autoridades chilenas e, a inserção de ambos nesse país foi facilitada pelos contatos acadêmicos que possuíam nesse país.

Para outros, deixar seu próprio país obedecia a circunstancias mais imperativas, onde a própria integridade estava ameaçada, assim como a do seu companheiro ou companheira e inclusive filhos. Chegar ao Chile significou passar, em alguns casos, por outros países e vivenciar experiências tanto positivas como negativas de acordo com diversos fatores de caráter pessoal, cultural, econômico e político, entretanto, para o cearense e militante do PC do B, João de Paula, prevalecia um denominador significativo para muitos brasileiros:

> O Chile era a única alternativa naquele momento, a democracia que restava era no Chile, o resto eram ditaduras (...) e que tinha uma postura de acolhida aos perseguidos do regime militar por conta do governo de Allende. Então era a razão decisiva, que era a acolhedora, era uma democracia acolhedora para os perseguidos[102].

A realidade do continente sul-americano era preocupante e não deixava espaço para muitas opções de asilo. O chile atraia pela proximidade, pela vitória de Salvador Allende e a implantação de um governo socialista e, principalmente, pela disposição desse país e do seu governo para acolher os prosseguidos políticos de diversas latitudes de forma incondicional.

Efetivaram-se, ademais, saídas bastante tensas e penosas, que incluíam pessoas que depois de meses ou anos de prisão e maus tratos tiveram seus nomes incluídos nas listas de prisioneiros políticos trocados pelos embaixadores sequestrados. Nestes casos, a possibilidade de escolha do país de destino não teve o caráter individual sendo uma decisão negociada entre a organização ou organizações que planejaram e executaram o sequestro, o governo militar, e o país que aceitaria receber os militantes libertados na condição de asilados políticos.

Na maioria destes casos, a chegada ao país de asilo fez-se por via aérea, evitando assim uma retaliação de última hora dos operativos policiais e de inteligência no sentido de abortar a saída dos prisioneiros rumo ao exílio. África e América Latina foram os destinos que receberam aos brasileiros que resultaram na troca dos diplomatas sequestrados, sendo que no continente africano, Argélia, recebeu os 40 militantes brasileiros trocados pelo embaixador alemão; já no continente americano, México, recebeu incialmente 15, pela troca do embaixador

[102] Entrevista concedida ao autor por João de Paula no dia 17/12/2017.

dos Estados Unidos e, posteriormente outros 5 intercambiados pelo cônsul japonês; todavia, o Chile foi o país que recebeu a maior quantidade de exilados, os 70 trocados pelo embaixador suíço.

B) O exílio

O exílio, enquanto instrumento de poder que se destinou a controlar e neutralizar a oposição, não possuía reconhecimento jurídico no âmbito internacional, entretanto, ao chegar ao Chile, os exilados brasileiros adquiriram o estatuto de asilados, figura jurídica que estava respaldada por acordos regionais restritos a América Latina. Porém, após o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, o governo brasileiro ampliou a esfera punitiva para os que ameaçavam a ordem interna do país decretando, no dia 4 de setembro de 1969, o Ato Institucional nº13 (AI-13), que estabeleceu "o desterro do território nacional às pessoas perigosas para a segurança nacional", banindo-os e, em função desse decreto, eles não teriam direito à emissão de passaporte, a renovação do mesmo nem, tampouco, obter qualquer tipo de documento que certificasse a sua identidade nacional.

Perante as sucessivas derrotas impostas pelo aparato repressivo à oposição armada, a perspectiva de deixar o país ativou o debate entre os membros das organizações e, deliberar sobre o assunto, implicava em enfatizar as diferenças e posições perante a forma, a correlação de forças e a estratégia da luta contra o inimigo comum. Para alguns, sair para o exilio representava estancar as sucessivas quedas dos "aparelhos", a morte de companheiros, as continuas prisões e às mórbidas sessões de torturas, ou seja, enfrentar o dilema de *ter um cara vivo podendo trabalhar, ou ter um cara morto por quase nada (...) que não tínhamos condições de sobrevivência, que nessa altura (...) era uma situação de suicídio*[103], porém, significava também abandonar a luta e reconhecer a derrota, ou, fraquejar ideologicamente.

Ter que emigrar compulsória ou voluntariamente diante dos expedientes autoritários dos governos, tanto do brasil como do continente, trouxe consigo uma multiplicidade de sentimentos, experiências, traumas, sofrimentos, que nem sempre são devidamente verbalizados nem registrados na história política de um país. Para o chileno Jorge Arrate[104],

[103] Herbert de Souza "Betinho" In: UCHÔA CAVALCANTI, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). **Memórias do exílio**: Brasil — (1964-19??) – de muitos caminhos. São Paulo: Livramento, 1978. P. 95.

[104] Jorge Arrate foi membro do Partido Socialista de Chile (PS) e durante o governo do socialista Salvador Allende foi presidente executivo da Corporação do Cobre do Chile e ministro das minas. Docente universitário e ministro de Educação (1992-1994), no governo de Patricio Aylwin, e depois, ministro do Trabalho e Previdência Social (1994-1998) e secretário geral de Governo (1998-1999), durante a administração de Eduardo Frei Ruiz-Tagle. No ano 2000, foi embaixador do Chile na Argentina durante o governo de Ricardo Lagos.

membro do Partido Socialista do Chile, abandonar seu círculo vital e cotidiano na condição de exilado representa:

> […] la exclusión del país proprio, autoimpuesta o decretada por alguna autoridad, por un tiempo prolongado. Desde muy antiguo el exilio es parte de la batería de sanciones penales que los ordenamientos jurídicos, de los primitivos a los modernos, han establecido como formas de protección de la sociedad o de castigo a quien viola sus normas. (1988, p. 115)

Além de atingir diretamente aos políticos ou opositores do regime de exceção, essa realidade atingiu também à intelectualidade dos respectivos países, como académicos, artistas e escritores, como foi o caso de Horacio Salas, poeta argentino exilado depois do golpe de Estado na Argentina, em 1976, o qual traz uma contribuição importante com relação às diferenças que rondam os conceitos de "exílio" e "emigração voluntária" identificando o ponto crucial que configura a sua divergência. Para ele, o contraste gravita no aspecto volitivo do ser humano, ou seja, a bondade ou desejo de querer e poder fazer uma determinada ação e, é aqui, onde reside o cerne que permite separar um do outro:

> El exilio se diferencia de la emigración voluntaria en algo esencial: el deseo. Aunque no sea del todo cierto, uno elige el instante de la partida y supone que también podrá fijar la fecha del regreso. El exiliado, en cambio, es un expulsado, ignora si alguna vez podrá volver a su país, y su viaje posee las características de lo impuesto por la fuerza, de una injusta condena, de una sentencia sin término. (SALAS, 1993, p. 558).

Ao final dessa década de 1970, Cristina Pinheiro Machado lançou o livro "Os exilados – 5 mil brasileiros à espera de anistia" (Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1979), no qual enfatiza que, a partir do Golpe de 1964, houve duas correntes de brasileiros que tiveram que sair do país por motivações de ordem política, sendo a primeira logo depois de 1964; e, a segunda, a partir da implantação do AI-5, no final de 1968. Segundo esta autora, o Uruguai foi o país receptor de mais de 1.000 brasileiros "expurgados de 1964" (MACHADO, 1979) que incluíam o próprio presidente João Goulart e o núcleo central do seu governo composto, entre outros, por Waldir Pires, Almino Affonso, Darcy Ribeiro e Leonel Brizola.

A temática do exílio continua presente na atualidade ampliando sua perspectiva documental e se enriquecendo com novos depoimentos, desta vez não só de homens, senão também de mulheres e dos filhos dos exilados. (ABREU, 2010; PAIVA, 2004; MARQUES, 2010) Essa fenda aberta pelo exílio foi desintegrando sociabilidades, referências, imagens, sons, aromas, nomes, lugares, os quais vão desaparecendo numa nevoa temporal e espacial

difícil de dissipar. É o ocaso parcial de uma existência, um dissabor entranhável que se projeta e invade os segundos e minutos do dia a dia, como sintomas de uma abstração material e imaterial porque o exílio, nas palavras do escritor argentino Julio Cortázar:

> […] es la cesación del contacto de un follaje y de un raigambre con el aire y la tierra connaturales; es como el brusco final de un amor, es como la muerte inconcebiblemente horrible porque es una muerte que sigue viviendo conscientemente (...). (1980, p. 60)

Dita realidade não atingiu só aos militantes das organizações políticas e sua profusão cindiu, simultaneamente, o tecido familiar, social e laboral centrifugando parentes, amigos, companheiros e companheiras, além de pais e filhos. A partida com destino ao exílio implicou deixar os espaços cotidianos de convivência, distanciar-se do seu centro gravitacional e, principalmente, na ruptura de laços familiares e sociais, aqueles mesmos que impedem que o indivíduo se aliene da realidade e caia no anonimato, no ostracismo e na fragmentação de si mesmo.

Dos exilados brasileiros que chegaram ao Chile logo depois do golpe de Estado de 1964 no Brasil, destacaram-se intelectuais que haviam participado no governo Goulart e que no Chile, durante o governo de Eduardo Frei, eles se integraram em áreas do governo democrata cristão contribuindo na elaboração de políticas públicas destinados à população chilena. Sergio Munõz, chileno, militante naquela época do Partido Comunista do Chile, lembra dos primeiros exilados brasileiros que chegaram nesse país e os que posteriormente saíram do Brasil em função do AI-5:

> […] siendo el más destacado Paulo Freire (…) la mayoría se insertaron en puestos del gobierno y, tengo entendido, que algunos fueron bastante importantes en las políticas agrarias y de promoción popular, hubo una experiencia muy importante de movilización popular. (…) con el AI-5, ahí ya había llegado Theotonio dos Santos y viene la mayoría de los brasileños que me tocó conocer, como Rui Mauro Marini, Vania Bambirra, etc, que llegan a la Universidad de Chile, al Centro de Estudios Socioeconómicos. Ellos no participaron del trabajo de base[105].

A chegada destes exilados coincide com um contexto nacional e internacional, no qual se questiona ativamente a política que condenava a grupos populares maioritários à indigência social e política, os quais, foram objeto das políticas de promoção social levada adiante pelo governo Frei. O Chile não ficou alheio a essa realidade que ativou demandas históricas no

[105] Entrevista concedida ao autor por Sergio Muñoz, (em espanhol), no dia 17/12/2017.

continente e, a partir de 1967 *se produce una eclosión popular que va a culminar con el triunfo de Salvador Allende el año 1970, por así decir, hay un ascenso de la lucha de clases*[106].

Para Muñoz, o ano de 1967 marcou um momento significativo porque foi nesse ano, que chegou ao Chile, na condição de exilado, o antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, com o qual Sergio teve uma sólida relação de amizade e acompanhou o profícuo processo intelectual que esse intelectual desenvolveu naquele período. A análise do processo político chileno e as perspectivas que ele previu para o governo de Salvador Allende, lhe custaram severas críticas dos grupos políticos vinculados à coalizão do governo, a Unidade Popular, enquadrando-o entre os opositores de direita que tentavam desestabilizar a "via chilena", como o relata Muñoz:

> Darcy Ribeiro llegó a Chile el año 1967, cuando se creó, por parte del Rector Eugenio Gonzales, el Instituto de Estudios Internacionales. Darcy fue el primero que hizo el análisis de la derrota de Allende[107] y culpaba a la ultraizquierda y, como la ultraizquierda estaba en ascenso en aquella época, obviamente Darcy pasaba a ser un crítico de derecha de la experiencia de la Unidad Popular[108].

Posteriormente, Sergio Munoz teve a possibilidade de trabalhar diretamente com outros brasileiros que se destacaram nos centros académicos, principalmente no CESO, vinculado a Universidade do Chile, transformando-o em referência nacional para os estudos que subsidiaram o processo político chileno. Assim, após o triunfo de Allende nas eleições de setembro de 1970, *fui a trabajar al Centro de Estudios Socioeconómicos, donde estaba Emir Sader, Marco Aurelio Garcia, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Rui Mauro Marini*[109] e, destes brasileiros, Muñoz lembra de forma muito especial a experiência compartida junto a Emir Sader, *porque trabajamos juntos en la historia del movimiento obrero*[110].

Se o exílio representou um imperioso hiato na vida dos homens, também impactou o cotidiano das mulheres brasileiras e, essa realidade tem merecido a atenção tanto de historiadores, sociólogos, psicólogos, assim como de outras áreas do conhecimento que se voltaram sobre esse fenômeno que afetou profundamente à sociedade sul-americana nas décadas de 1960 e 1970. A sensação de ruptura, que é inerente ao distanciamento intempestivo do seu espaço vital e dos seus entes mais significativos, trouxe consigo uma densidade de

---

[106] Entrevista concedida ao autor por Sergio Muñoz, (em espanhol), no dia 17/12/2017.
[107] Sobre a analise elaborada por Darcy sobre o governo de Allende, ver: http://www.socialistamorena.com.br/salvador-allende-e-a-esquerda-desvairada/. Acesso em: 03/09/2015.
[108] Entrevista concedida ao autor por Sergio Muñoz, (em espanhol), no dia 17/12/2017.
[109] Entrevista concedida ao autor por Sergio Muñoz, (em espanhol), no dia 17/12/2017.
[110] Entrevista concedida ao autor por Sergio Muñoz, (em espanhol), no dia 17/12/2017.

rememorações que transitam, parcialmente, por uma memória tanto negativa como positiva do exílio.

O trânsito geográfico imposto pelo exílio permitiu aos homens e mulheres fazerem uma leitura mais crítica e racional do contexto político brasileiro e, a depender do país ou o continente que os recebeu na condição de exiliados, adquirir uma perspectiva mais ampla da realidade política e social de América Latina e do contexto mundial. Destarte, a problemática do exílio implica ir além dessa dispersão humana por espaços territoriais, dessa fratura geográfica, dessas fronteiras oficiais, desse estatuto jurídico e se, a abordagem do exílio implica, antes de tudo, se debruçar sobre o exilado (ROLLEMBERG, 1999) há, também, de se debruçar sobre a exilada, transpondo esse referencial genérico proposto pela citada autora permitindo contemplar as interfases de gênero implícitas no fenômeno em análise.

Os relatos femininos do exílio permitem estabelecer um diálogo, não só com as mulheres que deixaram o país para preservar suas vidas, senão também com aquelas que tiveram que ficar convivendo com as injustiças e arbitrariedades diretas ou indiretas. Mães, filhas, irmãs, namoradas, esposas, que sentiram e suportaram o peso da máquina poderosa que reprimiu, vigiou ostensivamente seus passos, obrigou-as a silenciar ou a buscar estratégias para driblar à polícia ou aos agentes do SNI, despertando nelas um sentido de resistência, de rebelião, de combate ativo para proteger parentes, amigos, militantes e informações, como uma trincheira não declarada e cifrada a partir de uma perspectiva de gênero.

Na obra de Albertina Costa, encontram-se as memorias de Regina (pseudônimo) num testemunho registrado em 1978, relatando as dificuldades que teve para se integrar na sociedade chilena e as agruras que foi o fato de se negar a toda e qualquer convivência com os habitantes do lugar. Sua recusa à integração social resultou num auto clandestinidade, pois se negava a aceitar o exílio como uma realidade duradoura nem tampouco como a possibilidade de reconstrução do projeto pessoal, explicitando a outra face do exílio impregnada de dramaticidade e conflitos:

> O Chile para mim foi um desterro. Vivia enfiada numa casa com jardim, cachorro, gato, clandestina nos quatro primeiros meses porque queria voltar para o Brasil, vendo só o meu companheiro. Aquilo era uma desgraça. Eu me sentia desterrada, escondida, era um pesadelo, um sacrifício. Cada dia tinha que ter força para o dia seguinte. Cheguei no exílio com uma mão na frente e outra atrás, tinha perdido tudo, tudo... e não tentei reconstruir coisa alguma. Sentia assim: estou aqui provisoriamente, porque

> vou voltar, então não vale a pena...O que me impediu de me integrar no Chile foi essa sensação de provisório, de não fazer projetos de vida por mais de alguns meses[111].

No relato de Regina emergem, também, elementos de referência pessoal, emocional, histórica e política que se sobrepõem à restrita memória de indivíduos ou grupos que militaram em grupos armados. A negativa de se integrar à sociedade chilena acabou restringindo uma leitura mais objetiva sobre o próprio exílio e a sociedade que a recebeu.

Relatos que deram visibilidade às memórias femininas do exílio num país sul-americano e propõem um diálogo com protagonismos marcados por uma capilaridade de experiências, estratégias, silêncios e narrativas de um cotidiano codificado em verbalizações que, implícita o explicitamente, foram desqualificadas, ignoradas e/ou negadas por uma sociedade ancorada em versões masculinas das contingências políticas desse período. Diversos estudos de âmbito nacional compostos por memórias, testemunhas e autobiografias sobre o exílio[112] têm contribuído para uma melhor compreensão sobre a participação delas durante esses tempos de arbitrariedades no país, entretanto, como afirma Cecilia Coimbra, uma militante que viveu ativamente essa experiência, ainda não é possível:

> (...) apontar quantas mulheres participaram desse processo. No Projeto Brasil Nunca Mais, consta que 884 mulheres foram presas e denunciadas à justiça militar à época. Entretanto, acredito que esse número seja bem maior, tendo em vista que muitas presas - como foi o meu caso - não foram levadas à justiça militar e muitas que militaram no período não chegaram a ser presas. (COIMBRA, 2011, p. 46).

O amparo legal para o asilo foi ratificado pelos países de América do Sul nas Convenções de Caracas, aprovado na "X Conferência Interamericana" celebrada em 28 de março de 1954, onde se estabeleceu o instituto do asilo a partir de duas convenções especificas: a "Convenção sobre Asilo Diplomático" (instituto que se estende às representações

---

[111] COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha. **Memórias das mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. P.425.

[112] CAVALCANTI, Pedro Cavalcanti. Uchoa, RAMOS, Jovelino (orgs.). **Memórias do exílio Brasil** (1964-19??). São Paulo: Livramento, 1978; COSTA, Albertina de O. (org.). **Memória das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; GULLAR, Ferreira. **Rabos de foguete**: os anos de exílio. Rio de Janeiro: Revan, 1998; KONDER, Rodolfo. **Tempo de ameaça**: autobiografia política de um exilado. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978; MACHADO, Cristina Pinheiro. **Os exilados**: 5 mil brasileiros à espera da anistia. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.; PLÁCIDO, Delson. **Depoimento de um ex-exilado**. Rio de Janeiro: Brasil Hoje, 1994; RABÊLO, José Maria, RABÊLO, Thereza. **Diáspora**: os longos caminhos do exílio. São Paulo: Geração, 2001. Entre os trabalhos acadêmicos mais recentes, ver: MASSENA, Andréa Prestes. **Exílio em Moçambique**: as experiências vividas em terra estrangeira durante a Ditadura Militar no Brasil. 2005. Dissertação (Mestrado em História Comparada). UFRJ, Rio de Janeiro; PAIVA, Tatiana Moreira Campo. **Herdeiros do exílio**: Memórias de filhos de exilados brasileiros da Ditadura Militar. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2006. (Dissertação de Mestrado); GOUVÊA, Yara; BIRCK, Danielle. **Duas vozes no exílio**. São Paulo: Cultura, 2007.

diplomáticas, além de navios, aeronaves e acampamentos militares) e a "Convenção sobre Asilo Territorial". Ressalte-se que o asilo político é um instrumento regional, restrito à América Latina e constitui um ato político e soberano do Estado, sem interferências nem pressões de potências ou países estrangeiros[113].

Houve, todavia, além das experiências políticas, sociais, partidárias e humanas, um fenômeno imprevisível que escapava a qualquer teoria e prática insurgente e que os brasileiros desconheciam totalmente, além de não conseguir dimensionar sua amplitude e drama. O Chile, por estar localizado sobre uma falha geológica é castigado com certa habitualidade com tremores de terra passageiros ou com violentos terremotos de variadas intensidades, circunstancia que ativa os sistemas de alarmes e o instinto primitivo de sobrevivência.

Thereza Rabêlo, exilada no Chile junto com seu companheiro José Maria Rabêlo e, com seus sete filhos, viveu essa imponderável revolução da natureza, além do pânico e da impotência provocada durante sua passagem, relata que:

> No Chile tivemos também nosso batismo de fogo com os terremotos. Foi numa noite em que o Zé Maria e eu voltávamos de uma reunião de exilados em uma das casas do poeta Pablo Neruda, ouvi um barulho ensurdecedor, que vinha do fundo da terra. Zé Maria estacionou o carro para não perder o controle da direção, as luzes se apagaram, eu ouvia gritos. Dezenas de pessoas morreram, milhares ficaram feridas. Felizmente nada aconteceu com meus meninos e com minha mãe, que estava passando uma temporada em Santiago[114].

Os distintos graus de assimilação dessa realidade, ancorada entre o mar pacífico e a Cordilheira dos Andes, transitaram pela febril e inicial euforia de viver a liberdade depois de meses ou anos de clandestinidade, de rever projetos políticos e pessoais, de estar livre das prisões, das torturas, das ameaças e dos medos, ao sentimento sombrio da solidão e o vazio, da crise de identidade e de referências. O impacto de chegar a um país estrangeiro provocou, simultaneamente, um ambiente impregnado de expectativas, esperanças e motivações para reconstruir a vida sem traumas, porém, eivado por conflitos, contradições, rupturas, desânimos, e em casos extremos, por um imperioso silencio ou uma prescindência da memória onde o país natal *foi ficando distante* (...) *amigos e parentes tinham medo de manter contato com exilados* (RABÊLO, 2011, p. 524).

---

[113] Com relação ao tema, ver: FERNÁNDEZ, Jaime Esponda. "La tradición latinoamericana de asilo y La protección internacional de los refugiados". In: **El asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina**: análisis crítico del dualismo "asilo-refugio" a la luz del derecho internacional de los derechos humanos. Buenos Aires: ACNUR, 2003; OEA. Convenção Sobre Asilo Diplomático, Caracas, 1954. Disponível em http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/A-46.htm. Acesso em 24 jan. 2016.

[114] Thereza Rabêlo. "Fui para o exilio com sete filhos". In: **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos/Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p.524

O exilio, ao provocar esse êxodo massivo composto por coerentes e convictos quadros da política nacional, por mulheres e jovens que não duvidaram à hora de enfrentar o inimigo comum que os oprimia deixou, em vários países do continente, uma anemia social e política que as gerações de décadas posteriores e diversos setores sociais não conseguiram mitigar, ao serem *« integrados» por la vía del consumo, derivados de sus ingresos o por el efecto de la gigantesca masificación del crédito* (...) (MOULIAN, 1997, p. 99) A aridez do exercício público, aliada ao temor que o Estado imprimiu em cada indivíduo, se fez patente numa acentuada indiferença com relação ao interesse coletivo e às demandas comunitárias por uma sociedade mais igualitária, ambiente que foi propiciado no Brasil pelo "milagre econômico" e pelas políticas neoliberais que se implantaram em diversos países do continente, dando passo a uma cidadania em função da sua possibilidade de consumo, já que:

> [...] la ciudadanía crediticia son formas de despolitización de la ciudadanía, en la medida que ya no se concibe a la política como la posibilidad de la deliberación, por tanto, de la interrogación crítica. (…) La ciudadanía como administración de lo local, renuncia a preguntas sobre el orden social global predeterminado a priori. La ciudadanía crediticia asume que el poder al que debe aspirar es sólo el ejercicio de los derechos del consumidor. (MOULIAN, 1997, p.104)

No processo de redemocratização, operado na década de 1980, parte da sociedade brasileira e de outros países da região tiveram que enfrentar esse desafio que distanciava um número crescente da população da coisa pública. Uma sociedade que não aspirava alcançar a liberdade política, senão a liberdade que o mercado lhe oferecia, configurada num *individuo assalariado, no mediado por el sindicato, como ideal de las relaciones de trabajo y el individuo – consumidor como lo real de las relaciones de consumo* (MOULIAN, 1997, p. 99-100).

Esse espaço público de luta política foi se esvaziando e transformando-se em um espaço hostil, inseguro e ameaçador. O espírito gregário, crítico e de organização social foi se fragmentando e, aos poucos, se transferindo para os grandes centros comerciais onde a bandeira de luta é a bandeira da ordem financeira.

c) O CIEX e o monitoramento dos exilados em território chileno.

A ditadura brasileira estruturou a partir de 1964, um complexo sistema de informações no âmbito territorial do país através do Sistema Nacional de Informações (SNI). Apesar da eficiência e verticalidade desse órgão, houve a necessidade de amplificar as atividades de

vigilância além das fronteiras físicas da sua jurisdição nacional, principalmente para monitorar os brasileiros que se encontravam exilados em diversos países latino-americanos ou em outros continentes.

A iniciativa de criar um órgão com ramificações internacionais coube ao secretário-geral do Itamaraty, Manoel Pio Corrêa[115], que sugeriu aproveitar a estrutura das legações do Governo no exterior e os vínculos existentes com o Ministério das Relações Exteriores, via Itamaraty, para acompanhar os passos do primeiro grupo de exilados que saíram do Brasil com destino ao Uruguai, órgão que, nas palavras de Pio Corrêa registradas no seu livro de memórias, era o de vigiar esses exilados que organizavam atividades contra a ditadura em território uruguaio (CORREA, 1996). No ano de 1966 surgiu, dois anos após a deposição de Goulart, o Centro de Informações do Exterior (CIEX), vinculado diretamente ao SNI e, que, apesar de estar subordinado ao Ministério das Relações Exteriores não constava oficialmente no seu organograma oficial.

No organograma oficial do Itamaraty constavam o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Divisão de Segurança e Informações (DSI), enquanto que o CIEX operava de forma encoberta e o documento que deu origem a esse centro jamais foi publicado ou encontrado, já que:

> [...] em nome da proteção ao sigilo de suas atividades, certas categorias funcionais deveriam ser retiradas do domínio da lei geral, mediante a adoção de estatuto jurídico próprio, não raro impreciso e largamente consuetudinário. Isso explica, em parte, a inexistência de um ato administrativo de criação do Ciex. Na tradição oral do MRE, fala-se da assinatura de portaria ultrassecreta, jamais publicada ou encontrada, em que teriam sido capituladas as atribuições do Ciex [116].

Embora seu trabalho específico estivesse orientado ao acompanhamento das atividades dos exilados que se encontravam no exterior, as suas ações não se concentraram de forma exclusiva no CIEX nem na DSI. O monitoramento dos exilados foi uma atividade que envolvia uma complexa rede de informantes que atuavam como funcionários do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em diversos países do continente Sul-Americano e em outras latitudes onde haviam representações diplomáticas brasileiras pois, através:

---

[115] Manoel Pio Correia Junior (1918-20130), foi um diplomata brasileiro, Secretário Geral do Itamaraty e embaixador do Brasil no Uruguai (1964-1966) e na Argentina (1967-1969). Publicou o livro "O mundo em que vivi", em 1995, de cunho memorialístico e autobiográfico pela editora Expressão Cultura.

[116] Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade, V. 1. Cap. 5. A participação do estado brasileiro em graves violações no exterior. Brasília: CNV, 2014, p. 179. In: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 05/02/ 2017.

> [...] de instruções vindas, em certos casos, diretamente da alta chefia do MRE ou da própria DSI, ou ainda por iniciativa de diplomatas em serviço nas embaixadas e consulados, o MRE pôs sua rede de postos no exterior a serviço da política repressiva. Muitos diplomatas e funcionários de outras categorias do Serviço Exterior desempenharam funções de espionagem de brasileiros que se opunham ao regime: restringiram-lhes o exercício de direitos fundamentais, criaram embaraços à sua vida cotidiana nos países em que residiam, impediram seu retorno ao Brasil, mantiveram os órgãos repressivos informados de seus passos e atividades no exterior, e chegaram a interagir com autoridades de outros países para que a repressão brasileira pudesse atuar além-fronteiras. Inegavelmente, o MRE funcionou, naqueles anos, como uma das engrenagens do aparato repressivo da ditadura[117].

O Centro de Informações do Exterior tinha, entre suas atribuições, produzir uma base de dados sobre os brasileiros exilados no exterior, as prováveis articulações entre exilados brasileiros com organizações de esquerda de outros países que se encontravam no exílio e evitar que, através das atividades destes, a imagem internacional do governo militar ficasse desacreditada, preocupação que inquietava sensivelmente Pio Corrêa no período materializando a criação desse órgão.

Sua atuação se demarcava em:

> [...] conformidade com os desígnios do Serviço Nacional de Informações (SNI). Seus objetivos eram plenamente compatíveis com os interesses da ditadura, ou seja, sua função era correlata e complementar aos outros sistemas de informações então vigentes: a estabilidade do regime, que a cada ano se sustentava mais e mais na repressão aos seus opositores[118].

A execução das atividades inerentes a esse centro era desempenhada por funcionários destinados a diversas representações diplomáticas dentro da arquitetura funcional do Itamaraty, que estavam designados para atuar no continente Sul-Americano, assim como em Europa, África e Ásia. Destaque-se que a função do Itamaraty e suas representações é a de atender a seus compatriotas em qualquer circunstância ou contingencia requerida no exterior, independente de posições sociais, políticas e econômicas, entretanto, a partir da criação do CIEX em 1966, essa função foi subtraída em função de pressupostos ideológicos.

Se as intranquilidades de Pio Correia nascem a partir dos exilados brasileiros no Uruguai, elas se estenderam a outros países e regiões em função da própria atividade política dos exilados que se organizaram em associações e elaboraram publicações de jornais,

---

[117] Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade, V. 1. Cap. 5. A participação do estado brasileiro em graves violações no exterior. Brasília: CNV, 2014, p. 176. In: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 05/02/ 2017.

[118] PENHA FILHO, Pio. **Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX):** O elo perdido da repressão, P.78-79. Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/87>. Acesso em 29/10/2013

denunciando a realidade política brasileira que, para eles, estava privada de instituições democráticas, de liberdades políticas e individuais, operando repressivamente e utilizando a prisão e a tortura como instrumentos de combate aos grupos opositores.

No caso chileno, os exilados brasileiros formaram associações e grupos que denunciavam a realidade política do Brasil, como a Frente Brasileira de Informações (FBI), a Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade (ACBS), o Comitê de Denúncia à Repressão no Brasil (CDR), entre outras que, além das denúncias, recebiam o apoio dos partidos e organizações políticas da esquerda chilena e do próprio governo, fato que contribuiu para que ditas denúncias chegassem ao conhecimento de organismos internacionais de defesa dos direitos humanos e fossem conhecidos pela opinião pública internacional.

No final da década de 1960 e início de 1970, a realidade política chilena despertou preocupações nas autoridades do governo militar brasileiro e, ao mesmo tempo, atraiu as atenções do CIEX que via com preocupação a vitória do socialista Salvador Allende. Sua "via chilena ao socialismo" inquietou o governo brasileiro, o qual, *não admitia, em sua vizinhança, experiências de esquerda, que viessem a estimular a chamada subversão e obstaculizar, externamente, a expansão dos seus interesses econômicos* (BANDEIRA, 2010, p. 412).

O capital humano que operava esse centro de informações estava composto por diplomatas que já se haviam debruçado sobre o estudo e acompanhamento do comunismo, tanto no Brasil como no resto do mundo. Portanto, à hora da sua criação, em 1966, já existia um acervo significativo sobre dita doutrina política que se remontava ao ano de 1925:

> [...] quando Raul Paranhos do Rio Branco, então ministro plenipotenciário do Brasil em Berna, deu início ao intercâmbio com a Entente Internationale contre la Troisième Internationale – mais conhecida como Entente Internationale Anticommuniste (EIA). Organização não governamental com sede em Genebra, a EIA fora fundada em 1924 e era presidida por um advogado suíço, Théodore Aubert, amigo de Raul do Rio Branco e de outros diplomatas brasileiros. A EIA propunha-se a combater a ação do Komintern – a Internacional Comunista, sediada em Moscou – no plano internacional e a defender os princípios de ordem, família, propriedade e pátria, que considerava ameaçados pelos ataques constantes de agrupamentos tidos como subversivos[119].

No âmbito das relações internacionais do Estado brasileiro, esse referente foi adquirindo diferentes siglas até chegar a configurar-se como CIEX tendo, entre outras: o Conselho de Defesa Nacional (CNS), em 1927; Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN), em 1934; O Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), em 1946; e, por último,

[119] Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório /Comissão Nacional da Verdade, V. 1. Cap. 5. A participação do estado brasileiro em graves violações no exterior. Brasília: CNV, 2014, p. 180-181. In: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 05/02/ 2017.

o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964, a partir do qual surgiu o CIEX. Essa linha de atuação do CIEX a nível internacional é corroborada por Pio Penha Filho (2005) afirmando que:

> O CIEX não surgiu do nada. À frente do Centro encontravam-se diplomatas de primeira linha do Ministério das Relações Exteriores que, inclusive, já detinha larga experiência no monitoramento das atividades de militantes do Partido Comunista Brasileiro no exterior – e, de forma geral, de análise da atuação do movimento comunista internacional. (PENHA FILHO, 2005, p. 5)

As atividades do CIEX foram confirmadas por Maria Thereza Rabêlo e o seu marido José Maria Rabêlo, que viveram parte do seu exílio no Chile. Em Diáspora: os longos caminhos do exílio (2001), Maria Thereza, em coautoria, denunciou essa espionagem dos agentes brasileiros em território chileno afirmando que no Ministério da Justiça, em Brasília, (...) *Há informações de que cerca de 300 agentes brasileiros passaram por Santiago ou atuavam permanentemente lá.* (...). *Vivemos no exterior sob vigilância constante dos serviços secretos brasileiros, numa página vergonhosa de nossa história, que precisa ser levantada em toda a sua extensão* (RABÊLO, 2001, p. 78-80).

Sua complexa arquitetura permitia monitorar de forma diária e com riqueza de detalhes e informações as atividades dos exilados brasileiros no Chile, as quais incluíam nomes, datas, endereços, viagens, contatos, lugares de encontro, enfim, uma lista de operações que demandava muitos agentes ou informantes para a permanente atualização das informações e operações. Essas informações eram catalogadas com códigos classificados com letras e números para estabelecer sua importância e urgência que, segundo Fico (2001), podia variar de "A" (mais confiável) até "F" (menos confiável) complementado, num momento posterior, de acordo com a autenticidade da informação produzida, com uma relação numérica que ia de 1 (mais autêntico) a 6 (menos autêntico). (FICO, 2001, p. 95)

No primeiro semestre de 1970, o CIEX já informava a Brasília sobre o número de asilados brasileiros no Chile e as suas atividades, incluindo o apoio econômico destinado aos brasileiros que chegavam nesse país na condição de exilados, conhecida como "a caixinha". Em paralelo, alertava para as possíveis vitórias eleitorais de Salvador Allende e o apoio do mesmo à causa dos exilados brasileiros:

> **CIEX 148: Asilados brasileiros no Chile. Atividades subversivas no Brasil.**
> 1. O afluxo de asilados e refugiados brasileiros no Chile ter-se ia incrementado nos últimos meses, estimando-se que, em abr/70, se encontrariam naquele país cerca

> de 300 elementos, entre asilados de jure, refugiados, ingressados como turistas ou clandestinamente.
> 2. A razão de tal incremento seria atribuível a:
> i) Existência de uma chamada "caixinha", sustentada por asilados que usufruem de cargos, bem remunerados em dólares, em organismos internacionais com sede no Chile, como a CEPAL, OIT, etc.
> ii) Possibilidades de contatos organizados com o PC Chileno e outras organizações de esquerda, bem como as perspectivas otimistas de uma vitória eleitoral de SALVADOR ALLENDE, que teria prometido ao grupo de asilados encabeçado por ALMINO AFONSO apoio a movimento tendente a derrubar o Governo brasileiro (CIEX 148 – [B-2] - 20/05/70).

Com Salvador Allende já como presidente eleito, o CIEX expressou as suas inquietudes pelo país sul-americano que se manifestaram com a visita que o líder cubano Fidel Castro faria ao Chile. Na ocasião alertava sobre o encontro nesse país de vários líderes subversivos brasileiros, entre eles, Carlos Lamarca, e com os diversos contatos que os exilados no Chile desenvolviam em conjunto com militantes de outros países:

> **CIEX, nº 99: Reunião de líderes subversivos brasileiros no Chile.**
> Notícias de diversas fontes vem indicando que se pretendem reunir em Santiago, durante a visita de FIDEL CASTRO, os líderes mais conhecidos da subversão no Brasil, entre os quais MIGUEL ARRAIS, CARLOS LAMARCA E APOLÔNIO DE CARVALHO.
> 3. Tem-se igualmente registrado entre asilados brasileiros uma desusada atividade de correios e enviados entre Santiago e Montevidéu, Paris, Argel, Cuba e Buenos aires, bem como a saída para o Chile, via fronteira uruguaia, de um certo número de elementos subversivos procedentes de São Paulo, Rio, Porto Alegre e Belo Horizonte.
> 4. Ainda outros informes vêm dando notícia da organização de bases de treinamento de guerrilheiros brasileiros no Chile, bem como do estabelecimento de bases para a formação de redes de informação e contra-informação, ambas sob orientação da DGI cubana. (CIEX, nº 99 - [A-1] 28/04/71).

Um mês depois, em maio de 1971, o CIEX registrou a emissão, pelo governo socialista chileno, de passaportes para estrangeiros para poder sair do Chile. Entre os que obtiveram documentos de viagem se encontravam vários exilados pertencentes ao grupo dos 70:

> **CIEX 119 - (A-2) 18/maio/71: Asilados brasileiros no Chile. Documentação de viagem[120].**

O CIEX também acompanhou exilados que representavam a cultura brasileira, especificamente a música. No mês de junho de 1971, o CIEX apontou que o Músico Geraldo Vandré havia solicitado prorrogação do seu passaporte para viajar aos Estados Unidos e, além disso, afirma que o referido músico estaria viciado em drogas, rejeitava certas ideologias e

[120] Ver Anexo A

pretendia voltar ao Brasil. Complementarmente, se descrevem as viagens que o músico realizou entre os dias 09/ julho de 1969, até o 20/abril de 1971, para diversos países da Europa e, inclusive, para os Estados Unidos:

> **CIEX 195: Chile. Atividades de GERALDO VANDRÉ.**
> **1.** Em 08/jun/71 GERALDO PDROSA DE ARAUJO DIAS (GERALDO VANDRÉ), compositor brasileiro de músicas de protesto, solicitou ao Consulado – Geral do Brasil, em Santiago, prorrogação dos seu passaporte comum nº 653797 para poder viajar, em 25/jun/71, com destino aos Estados Unidos de América, onde cumprirá contratos com empresários norte-americanos para atuação em espetáculos musicais.
> **2.** Em Santiago (RCH) VANDRÉ estaria em permanente contato com AMADEU THIAGO DE MELLO, MANOEL THIAGO DE MELLO (filho do primeiro), GLAUBER ROCHA e NORMA BENGUEL (os dois últimos estariam realizando películas no Chile).
> **3.** Consta ainda, que o marginado estaria viciado em drogas e teria declarado – no meio de asilados brasileiros – que não queria saber de comunistas e nem de imperialistas e o que desejaria é "ganhar muito dinheiro e viver em paz e praticar o amor livre (hippie)". Pretenderia retornar ao Brasil no final do corrente ano, nas mesmas condições dos regressos de "CHICO" BUARQUE DE HOLANDA e CAETANO VELOSO.
> **4.** Dados de identificação do marginado e viagens realizadas.
>
> B) Viagens.
> - em 09/JUL/69, saiu de Santiago (RCH) com destino a Paris (FR);
> - em 13/AGO/69, saiu de Paris (FR) com destino a Belgrado (RFI), onde chegou em 13/SET/69;
> - em 20/SET/69, chegou a Atenas (GR), procedente de Belgrado;
> - em 20/SET/69, chegou a Belgrado, procedente de Atenas;
> - em 27/OUT/69, chegou a Paris, procedente de Belgrado;
> - em 27/NOV/69, chegou a Ashford (GB), procedente de Calais (RF);
> - em 04/DEZ/69, chegou a Calais, procedente de Ashford;
> - em 24/DEZ/69 chegou a Perly (Suíça), procedente de França;
> - em 12/JAN/70, saiu de Genebra (Suíça), com destino a Alemanha Ocidental (RFA), onde chegou a 18/JAN/ 70;
> - em 02/ABR/70, chegou a Itália, procedente da RFA;
> - em 08/ABR/70, chegou Moiilesulaz (Suíça), procedente da Itália;
> - em 16/ABR/70, chegou a França, procedente da Suíça;
> - em 09/MAI/70, Chegou a Dover (GB), procedente de Calais;
> - em 12/MAI/70, chegou a Paris, procedente de Londres (GB);
> - em 20/OUT/70, saiu da França com destino a..?
> - em 03/NOV/70, chegou a Dover, procedente de Calais;
> - em 05/NOV/70, chegou a Calais, procedente de Dover;
> - em 14/FEV/71, saiu de Havre (RF), com destino a Boston (EUA) onde chegou a 21/FEV/71;
> - em 20/ABR/71, chegou a Santiago, procedente de Nova York (EUA).
> (CIEX 195 – [A-1] – 28/06/71).

O educador Paulo Freire também esteve na orbita de vigilância do CIEX. Em agosto de 1971, esse órgão assinala a presença desse intelectual, que o adjetiva de marginado, numa conferência na Universidade do Chile, sobre Educação Libertadora:

> **CIEX 257: Chile. Atividades do asilado PAULO FREIRE. Frente religiosa. Universidade do Chile.**
> **1.** Em 07/jul/71, o asilado brasileiro PAULO FREIRE, pronunciou uma conferência no Salão de Honra da Universidade do Chile, sob o tema, "A EDUCAÇÃO LIBERTADORA", sob os auspícios da Vice-reitoria da Escola de Comunicações daquela Universidade.
> **2.** O marginado estaria chefiando uma delegação de vinte "educadores cristãos", de vários países, que assistiram à "III CONFERENCIA PERMANENTE DE DIRIGENTES DE CONSELHOS NACIONAIS DE POLÍTICA CIENTIFICA E DE INVESTIGAÇÃO DA AMERICA LATINA", patrocinada pela UNESCO.
> **5.** PAULO FREIRE, que viveu algum tempo asilado no Chile, é muito conhecido, tendo publicado em Santiago seu método de alfabetização de adultos, com o título "Método Psicossocial". (CIEX 257 – [B-1] - 05/08/71).

O Chile não era a única preocupação do CIEX, sua complexa estrutura de informações que contava com o subsidio diário dos serviços de inteligência, também se preocupava em monitorar os países que se encontravam na sua esfera de influência ou interesse. Após o golpe de Estado na Bolívia, em agosto de 1971, e em cuja conspiração o governo brasileiro participou ativamente[121], o CIEX acompanhou atentamente a reação dos brasileiros exilados no Chile e as possíveis ações que estes pretendiam empreender contra funcionários e instalações diplomáticas brasileiras, a modo de protesto:

> **CIEX 355: Chile: Deposição do Governo boliviano. Repercussões no Chile. Asilados brasileiros. Atos contra o Brasil.**
> 5). Quando se confirmou a queda do governo de Torres, o ambiente de revolta entre os refugiados aumentou. Decidiram de imediato, cancelar quaisquer comemorações para o dia 7 de setembro. Em lugar das mesmas (seria um "Festival de Solidariedade"), chegaram a estudar a possiblidade de executar uma das seguintes ações, depois abandonadas:
> a) incendiar as dependências do consulado brasileiro em Santiago;
> b) organizar uma passeata em frente à embaixada do Brasil e apedrejar sua sede;
> c) lavar com sangue (que seria cedido por um dos matadouros da capital) uma bandeira brasileira em local central de Santiago;
> d) sequestrar o Adido Militar brasileiro, cujo nome e endereço, deve-se ressaltar, ainda seria desconhecido pelo grupo exaltado, que fazia esta última e mais dramática proposição. (CIEX, nº 355 [b-1] do 14/09/71).

Todo esse esmero estava destinado a rastrear, não só os exilados no exterior, senão também informar detalhadamente as atividades dos respectivos governos onde ditos exilados se encontravam. Assim, o CIEX se apresentava como peça importante na arquitetura de inteligência e informação do governo militar brasileiro e expandia seus tentáculos aos países vizinhos, porque o papel destinado ao Estado e a sua institucionalidade era [...] *o combate ao*

[121] Ver as obras de Moniz Bandeira, **Fórmula para o caos**; Ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; e **Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile:** 30 anos ddepois. Maringá: Espaço Acadêmico, n. 28, set, 2003.

inimigo interno, estivesse ele onde estivesse, ou seja, dentro das fronteiras do Estado ou fora delas [...]. (PENNA FILHO, 2009, p. 46)

Ao início do ano de 1970, havia no Chile um número significativo de exilados brasileiros que, desde 1964, já se haviam deslocado para essa região e difundiam a imagem de um Brasil governado por uma ditadura que oprimia à sua população, encarcerava, torturava e eliminava aos seus opositores, além de manterem contato permanente com outras organizações revolucionarias do continente ampliando sua capacidade operativa e de combate contra o governo brasileiro.

O Chile destoava dos seus homólogos da região porque era a única democracia no meio de regimes militares e, por sua tradição de oferecer incondicionalmente asilo aos perseguidos políticos, ele passou a ser o centro das atenções para a esquerda da América Latina que escapava das respectivas ditaduras e chegava num país governado por um socialista que havia chegado ao governo pelo sufrágio universal, fenômeno que contrariava os referentes clássicos da conquista de um governo socialista pela via armada transformando-se, assim, em uma experiência *sui generis* no continente.

A "via chilena ao socialismo" aguçou os olhares e o desejo de conhecê-la e participar ativamente da mesma provocando a afluência de militantes de esquerda que buscaram asilo nesse país, além de inúmeros simpatizantes de diversos lugares do mundo e variadas posições doutrinárias que chegavam para aquilatar esse singular ensaio político. Nesse ambiente de mudança política, o controle sobre os exilados brasileiros no Chile se fez através do Centro de Informações do Exterior (CIEX), que esteve vinculado diretamente ao SNI, sob ao amparo do âmbito diplomático do Ministério das Relações Exteriores, via Itamaraty e da Embaixada Brasileira em Santiago, representação diplomática que, entre 1968 e 1975, esteve sob comando do Embaixador Câmara Canto, considerado, Segundo Sader, *o quinto membro da junta (militar) por suas estreitas relações com o governo militar* [122].

De acordo com Emir Sader, o embaixador brasileiro no Chile, Câmara Castro, durante os anos que se desempenhou nesse cargo estabeleceu vínculos estreitos com os altos mandos do Exército e da Marinha e, após o dia do golpe, em 11 de setembro de 1973, foi o primeiro diplomata estrangeiro a reconhecer o governo militar chileno de Pinochet e sua Junta Militar[123].

---

[122] SADER, Emir. "Brasil patrocinou golpe de Pinochet em 1973, no Chile". **Carta Maior,** 5 ago. 2003. Disponível em:http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sem-editoria/Brasil-patrocinou-golpe-de-Pinochet-em-1973-no-Chile/27/356.

[123] SADER, Emir. "Brasil patrocinou golpe de Pinochet em 1973, no Chile". **Carta Maior,** 5 ago. 2003. Disponível em:http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sem-editoria/Brasil-patrocinou-golpe-de-Pinochet-em-1973-no-Chile/27/356.

Câmara Canto, reconhecido pelo seu anticomunismo, deu amparo institucional às atividades do CIEX e do DSI, desde o final do governo de Eduardo Frei, até o dia do golpe de Estado que interrompeu o governo de Salvador Allende e a democracia chilena.

A Embaixada Brasileira em Santiago e o seu embaixador Antônio Cândido de Câmara Canto contrariou as diretrizes que orientavam as atividades consulares e diplomáticas para os nacionais em território estrangeiro. Isso ficou evidente, não só durante o período do governo de Allende senão, principalmente, durante os dias que se sucederam após o golpe de Estado, pois de forma deliberada:

> [...] o Estado brasileiro se omitiu no exercício da proteção consular a seus nacionais. Ao negar-lhes autorização para que voltassem ao Brasil, prolongou a estada de dezenas de detidos, em condições sub-humanas, no Estádio Nacional em Santiago. Em vez de contribuir para que os brasileiros saíssem do Chile com destino a outros países (como era, aliás, desejo expresso das novas autoridades chilenas), preocupou-se em obter listas de nomes e qualificações daqueles que se abrigavam em embaixadas de terceiros países, ou se refugiavam nas sedes de organizações internacionais. Mais que tudo, interessavam à ditadura brasileira os dados de partida dos exilados, os quais permitiriam o monitoramento de sua movimentação posterior. O governo Médici enviou ao Chile uma equipe de militares e policiais brasileiros, para interrogar – segundo o depoimento de vários sobreviventes, sob tortura – seus compatriotas detidos no Estádio Nacional[124].

Após o golpe de Estado, em 11 de setembro de 1973, a preocupação em obter informações sobre os brasileiros refugiados em embaixadas e em sedes de organismos internacionais registrou-se nos diversos informes que o CIEX enviou ao DSI e aos serviços de informações no Brasil. O Centro de Informações do Exterior elaborou listas detalhadas como os nomes dos brasileiros asilados em sedes diplomáticas e, junto a esses dados, os países para os quais se lhes outorgava salvo-conduto.

Entre os dias 24 de setembro 1973 e o 25 de outubro de 1973, o CIEX, redigiu dez informes relacionados ao tema que se listam a seguir:

> **CIEX 453: Asilados brasileiros. Chile. Argentina.**
> **1.** Encontram-se asilados na Embaixada de Argentina em Santiago os seguintes brasileiros: VICTOR HUGO KLAGSBRUNN; MARIA AMERICA DINIZ REIS MEDEIROS; CARLOS BAUMFELD VIEIRA ARAGON; CLUDET GUEDES COELHO; FERNANDO PAULO NAGLE GABEIRA; SERGIO DE FARIAS PINHO; ELAINE BERARDO; SANDRA MACEDO CASTRO; NELSON CHAVES DOS SANTOS e VERA SILVIA ARAUJO MAGALHÃES.

[124] Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade, V. 1. Cap. 5. A participação do estado brasileiro em graves violações no exterior. Brasília: CNV, 2014, p. 193. In: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 05/02/ 2017.

2. Consta, que outros dez brasileiros estariam refugiados na Embaixada do Peru, em Santiago, que ainda não foram identificados. (CIEX 453-[B-2] - 24/SETEMBRO/73).

CIEX 456: Chile. Situação interna. Asilados na Embaixada do Panamá.
1. A Embaixada do Panamá anunciou que se encontram em sua sede cerca de cento e cinquenta pessoas, que solicitaram asilo.
2. Entre os refugiados encontram-se vários estrangeiros e também brasileiros, ainda não identificados. (CIEX 456 - [A-1] - 24/SETEMBRO/73)[125].

CIEX 462: Situação dos asilados e refugiados no Chile.
1. O Governo chileno decidiu separar os estrangeiros suspeitos que se encontravam no Chile em dois grupos. O primeiro será composto pelos asilados e refugiados que estavam com sua documentação em ordem e em seu poder; o segundo reunirá os que não conseguirem comprovar a legitimidade de sua presença no Chile e/ou que estejam vinculados a atividades extremistas.
2. Os do primeiro grupo serão todos expulsos do Chile, mas nunca para seus países de origem, conforme promessa já feita pelas autoridades chilenas à Organização de refugiados das Nações Unidas.
3. Quanto aos que forem colocados no segundo grupo, a decisão do governo é submetê-los à justiça militar, a fim de serem julgados "com o máximo rigor".
4. As autoridades chilenas estão tendo grande dificuldade em proceder a essa triagem por haverem sido queimados, logo que eclodiu a revolução (11 de setembro de 1973), todos os arquivos referentes a estrangeiros na Polícia de Investigações e no Ministério do Interior. Nessas condições, está sendo feita uma reconstituição daqueles registros com base na documentação que ainda exista e nos interrogatórios que estão sendo feitos com todos os estrangeiros detidos. (CIEX 462 - [A-2] - 26/SETEMBRO/73).

CIEX 473: Chile. Brasileiros detidos.
Em 28 de setembro de 1973, quarenta e um brasileiros encontravam-se detidos no recinto do Estádio Nacional do Chile, a saber: (CIEX 473-[C-2] – 28/SETEMBRO/73)[126].

CIEX 477: Asilados brasileiros nas Embaixadas de Argentina e México em Santiago.
Segundo relação, conhecida a 28 de setembro de 1973, cento e oito (108) brasileiros encontram-se asilados na Embaixada de Argentina em Santiago. (CIEX 477- [A-2] - 03/OUTUBRO/73)[127].

CIEX 480: Chile. Brasileiros detidos.
1. À raiz dos pronunciamentos militares do 11 de setembro, as autoridades da Marinha chilena prenderam vinte e dois brasileiros radicados na província de Concepción, e os enviaram à ilha de "Quiriquina", nas proximidades de Talcahuano.
2. Dos detidos, treze foram postos em liberdade e nove permaneceram detidos por atividades subversivas, a saber: (CIEX 480 - [A-2] - 04/OUTUBRO/73)[128].

CIEX 525: Subversivos brasileiros no Chile. Concessão de Salvo-condutos.

[125] Ver anexo B
[126] Ver anexo C
[127] Ver anexo D
[128] Ver anexo E

> **1.** Transcreve-se, no anexo a este informe, a relação oficial dos cento e quarenta e sete (147) salvo-condutos concedidos a brasileiros, pelo Ministério das relações exteriores do Chile, agrupados de acordo com os países para os quais são validos.
> Obs: Alguns nomes poderão estar com a grafia errada, devido à origem da relação e à urgência com que está sendo distribuída, antes mesmo de uma verificação cuidadosa de cada nome. (CIEX 525- [A-1] -19/OUTUBRO/73)[129].
>
> **CIEX 526 (B-1) - 19/OUTUBRO/73: Brasileiros asilados na Embaixada do México em Santiago.**
> **1.** A seguir, a relação dos brasileiros que se encontravam asilados na Embaixada do México em Santiago. (CIEX 526 – [B-1] - 19/OUTUBRO/73)[130].
>
> **CIEX 532- (A-1) 22/OUTUBRO/73: Asilados na Embaixada de Venezuela em Santiago.**
> **1.** Encontram-se asilados na Embaixada de Venezuela, em Santiago, os seguintes brasileiros. (CIEX 532 – [A-1] - 22/OUTUBRO/73)[131].

No informe 532, entre os asilados na Embaixada de Venezuela, se cita o nome de Nancy Mangabeira Unger, certamente de forma errada, pois a mesma já havia saído do país antes do golpe:

> **CIEX 538: Chile. Asilados brasileiros. Concessão de salvo-condutos.**
> 1. Em anexo, este Centro remete relação de brasileiros que procuraram asilo diplomático em Embaixadas de terceiros países em Santiago do Chile, e aos quais o Governo chileno concedeu salvo-conduto para deixarem o país.
> 4 Como é sabido, o costume espanhol é o de colocar o sobrenome materno em último lugar. (CIEX 538 – [A-1] - 25/OUTUBRO/73)[132].

Um mês depois do golpe de Estado, o CIEX registrou um informe com declarações do escritor e Prêmio Nobel de literatura, o Colombiano Gabriel García Márquez, acusando o Brasil com respeito à sua política internacional. Nele, se detalham as acusações que Garcia Márquez fazia contra Brasil e sua interferência nos recentes golpes de Estado em América do Sul:

> **CIEX 543: GABRIEL GARCIA MARQUEZ. Declarações sobre Brasil.**
> **1.** Segundo despacho da agencia de notícias "Latin", datado de 8 de outubro de 1973, da cidade de México, o escritor colombiano GABRIEL GARCIA MARQUEZ, acusou o Brasil de ser um perigo para os países de américa do sul e culpou esse país de orquestrar a queda do extinto presidente chileno SALVADOR ALLENDE, a de JUAN JOSÉ TORRES, na Bolívia, e o golpe de estado que desfechou o mandatário JUAN MARIA BORDABERRY com o apoio dos militares no Uruguai. (CIEX nº 543 – [A-2] - 30/ outubro/ 1973).

Esse vultoso patrimônio de informações adquiriu um valor agregado inestimável, já que não se limitou unicamente a monitorar exilados brasileiros, senão a diversos militantes que

[129] Ver anexo F
[130] Ver Anexo G
[131] Ver anexo H
[132] Ver anexo I

estavam no exilio ou transitavam entre os países sul-americanos. Igualmente, suas atividades objetivavam angariar informações privilegiadas sobre os governos, partidos, sindicatos e diversos seguimentos sociais, cabedal informativo que mais tarde será a moeda de intercambio utilizada pela Operação Condor, uma associação secreta das agências de inteligência das ditaduras de Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Bolívia, a qual se especializou em eliminar dissidentes políticos em diversos países.

4. DE FREI A ALLENDE

Em 1964, a população chilena foi chamada às urnas para eleger um novo presidente para governar o país durante o mandato de seis anos, referente ao período 1964-1970[133], resultando vitorioso Eduardo Frei, do Partido Democrata Cristão (PDC), quem obteve a maioria absoluta com 1.409,012 votos (56,9%). Nestas eleições, houve um aumento considerável da população com direito a voto[134], se comparada com a eleição anterior de 1958, alcançando um 34,73% da população total do país totalizando 2.512.147 eleitores.

O programa presidencial recebeu a denominação de "Revolução em Liberdade" explicitando, por um lado, a necessidade de efetuar mudanças necessárias na sociedade chilena preservando a arquitetura institucional, e, por outro, propondo uma revolução que não contivesse o caráter radical e totalitário da esquerda, nem referências ao modelo revolucionário cubano, que se projetava na região como o primeiro processo vitorioso no continente. Frei e o seu partido defendiam a necessidade de reformas substanciais, tanto no âmbito urbano como rural, porém, sua aplicação requeria algo mais que uma simples proposta de campanha ou um conjunto de boas intenções.

Já no governo, sua equipe tentou equacionar a implantação dessas reformas a partir das teorias cepalinas e, principalmente, a partir das contribuições do jesuíta e sociólogo belga Roger Vekemans[135]. A ideia de planejar a economia de forma eficiente e incorporar à população aos benefícios básicos da sociedade capitalista adquiriram força quando:

> […] los teóricos de la CEPAL y de la revista jesuita Mensaje, influidos por su sociólogo Roger Vekemans, afirmaron que efectuarlas consistía en una planificación que fuera más allá de lo meramente indicativo. (…) Según estos, la iniciativa privada no era solidaria, y en consecuencia atentaba contra los intereses comunes. Únicamente una instancia superior, el Estado, podía establecer las prioridades sociales y económicas que, dentro de su diagnóstico, llevarían a una solución adecuada. (…) De ahí surgió el impulso para crear la Oficina de Planificación Nacional (ODEPLAN), cuyo proyecto fue enviado al Parlamento en 1964 como parte del paquete de reformas constitucionales propuestas por Frei en aquella oportunidad. (CARDEMIL, 1977, p. 196).

[133] Para o período presidencial de 1964-1970, se apresentaram três candidatos: Eduardo Frei Montalva (Partido Democrata Cristão), Salvador Allende Gossens (Frente de Ação Popular, FRAP), e Julio Durán Neumann (Partido Radical). O vencedor dessa disputa foi Eduardo Frei Montalva, obtendo a maioria absoluta com o 56,09% dos votos.

[134] Nas eleições de 1964, os cidadãos inscritos no Registro Eleitoral chileno eram um total de 2.915.220 eleitores, representando o 34,7% da população,

[135] Roger Vekemans, da Companhia de Jesús, chegou ao Chile em 1957 e a partir daí teve uma intensa atividade política e académica. Fundou a Escola de Sociologia da Universidade Católica e o Centro de Estudos para o Desenvolvimento Social para América Latina (DESAL).

Nesse período, a CEPAL desenvolvia teorias desenvolvimentistas para América Latina, identificando os entraves que impediam a expansão econômica, assim como a análise de problemas decorrentes no âmbito social contribuindo para a elaboração de políticas públicas e de uma base teórica para as reformas estruturais que os governantes da região pretendiam imprimir. Frei e seu partido se identificaram com as ideias desenvolvimentistas da CEPAL e, ao mesmo tempo, o PDC buscava inspiração nas teorias sobre a marginalidade que se derivaram do pensamento social da Igreja Católica e de algumas organizações afins.

A proposta apregoada pelo PDC estava destinada a modificar a base produtiva do país com o objetivo de intensificar o processo de industrialização na infraestrutura econômica, e, concomitantemente, iniciar um processo de mudanças no regime de propriedade da terra objetivando uma profunda reforma agrária. Para alcançar esse propósito, os dirigentes do PDC cogitavam que o Estado, pela sua importância, deveria desempenhar um papel principal nesse desafio de realizar mudanças de modo gradual e harmônico promovendo reformas sociais destinas a eliminar a marginalidade e integrá-la à sociedade.

Nos primeiros anos do seu governo, Frei desenvolveu uma vigorosa atividade material com a construção de escolas, casas populares, centros de saúde, assistência às mulheres grávidas, implantação do sistema de água potável e outras iniciativas. Esse diligente protagonismo tinha o objetivo de atender, preventivamente, às muitas demandas que faziam parte da luta do povo por uma vida digna, terreno no qual o marxismo semeava seu discurso ideológico ecoando afirmativamente nesse carente e postergado cotidiano.

A operação, denominada de "Promoção Popular", exortava essas massas marginalizadas dos centros urbanos a se integrar e participar da dinâmica político-social através de diversas organizações que recebiam a promoção do Estado. Assim, surgem sistematicamente diversas coletividades alavancadas pelo governo tais como cooperativas, centros culturais e artísticos, centros de mães, associações de bairros, grupos desportivos, todas elas atuando sob a tutela do PDC, agrupação política que se propôs governar o país a partir da perspectiva da "terceira via", a qual, segundo as próprias palavras repetidas por Frei durante seu mandato, iria superar *el capitalismo como filosofía social y el comunismo como su antídoto*[136].

[136] Esta frase é atribuída ao deputado pela Democracia Cristã, numa sessão da Câmara dos Deputados do Chile, em 15 de setembro de 1966. Ver: https://www.bcn.cl/laborparlamentaria/wsgi/consulta/verLaborParlamentariaPantallaCompleta.py?id=1196#indice-tipoParticipacion-920. Acesso em: 25, 12, 2016.

Frei diagnosticou que o esgotamento da via capitalista afetava diretamente à sociedade e economia chilena e, as mudanças estruturais, demandavam ações concretas e eficazes amparadas por um modelo que contivesse toda a força semântica da revolução, porém, sem ameaças à propriedade. Entretanto, seu governo oferecia um caminho dissociado do marxismo e das propostas da esquerda chilena que, seduzida pelo discurso de Fidel, apelavam para um modelo revolucionário emulando a vitória cubana.

Todavia, essas preocupações não se restringiam ao PDC, a Frei, nem a membros da Igreja Católica como o jesuíta Vekemans, elas inquietavam de maneira específica ao governo dos Estados Unidos que, desde 1962 centrou seus interesses nesse distante país ao sul do continente. O confronto de Washington com Moscou e, posteriormente, com a ilha de Fidel, alertou o governo estadunidense com relação às ameaças geradas pelo descontento crescente e pela emergência de grupos radicais de esquerda.

A Frente de Ação Popular (FRAP), que teve Salvador Allende como referência e havia crescido eleitoralmente transformando-se em uma hipotética vitória da esquerda e, ao mesmo tempo numa ameaça, o que levou ao governo dos EUA apoiar ao candidato democrata cristão Eduardo Frei. A administração Kennedy não estava disposta a potencializar a influência comunista no continente e, diligentemente, acionou recursos de dentro e fora do seu país para:

> […] que Frei alcanzara una holgada mayoría absoluta, no sólo relativa. El objetivo de este esfuerzo a escala realmente internacional era establecer una dinastía política de modo que Chile se convirtiera en un país suficientemente estable y confiable como para que valiera la pena una inversión estadounidense económica y social de US$ 1.250 millones; así Chile encarnaría en los ámbitos político y social los ideales progresistas de sus mecenas norteamericanos[137].

Ao mesmo tempo, em 1964 o governo chileno do presidente Jorge Alessandri, do Partido Nacional (PN), concluía a sua administração marcada por uma depressão econômica, com índices preocupantes de inflação, tensões sociais crescentes na cidade e no campo, ativando demandas de grupos e correntes políticas que exigiam mudanças na direção política do país. Todavia, ao interior do próprio PDC, partido que Washington pretendia patrocinar nas eleições de 1964, emergiam disputas e fragmentações internas devido às correntes mais progressistas que pendiam para posturas pro-marxistas[138].

---

[137] KORRY, Edward M. Los Estados Unidos en Chile y Chile en los Estados Unidos. Una retrospectiva política y económica (1963-1975). **Estudios públicos**, 72 (primavera 1998), p.31-32.

[138] No mês de maio de 1959, o PDC realizou sua primeira Convenção Nacional, surgindo ali três tendências: a "purista" liderada por Jaime Castillo Velasco, que pretendia substituir o capitalismo pelo comunitarismo, superando o confronto entre esquerda-direita. Uma segunda, "popular", liderada por Rafael Gumucio, Alberto

Além das questões políticas evidentes incidiam as de caráter econômico, principalmente os referentes à exploração de minérios, área controlada por três empresas dos EUA que, juntas, controlavam aproximadamente 70% das exportações do cobre chileno. O interesse internacional pelas áreas de mineração em território chileno e o controle da sua extração e distribuição foi adquirindo consistência, desde o início do século XX, já que:

> Entre 1910 e 1950, a Anaconda, por meio de suas filiais Exploration Company e Andes Copper Co. assumiu o controle das minas de Chuquicamata, que possuíam a terça parte das reservas cupríferas do mundo. Em 1951, a Braden Copper Co. obteve a concessão da mina de El Teniente, considerada então a maior mina subterrânea do mundo, a 120 Kilômetros de Santiago do Chile. (BANDEIRA, 2008, p. 99).

Posterior à Revolução Cubana e a crise dos mísseis com Moscou, o governo de Kennedy orientou seus esforços para evitar a vitória de Salvador Allende no pleito de 1964. Para ele o PDC, dirigido por Eduardo Frei, era a aposta mais efetiva para oferecer uma alternativa reformista para Chile e o momento mais apropriado para instituir o programa de ajuda econômica denominado de "Aliança para o Progresso" como uma forma de neutralizar a "cubanização" do continente.

O programa de Kennedy destacava, entre outros pontos, a regulação dos preços para os produtos de exportação e a promoção da reforma agrária para remover o entranhado latifúndio, logo:

> […] una de las metas clave de la Alianza para el Progreso - el programa más importante para América Latina del gobierno Kennedy – fue fomentar partidos políticos centristas y reformistas como "una alternativa viable" a los movimientos revolucionarios de izquierda. (KORNBLUH, 2003, p. 15).

A salvaguarda dos interesses dos EUA à essa época contava com a ajuda da Agência Central de Inteligência (CIA) que, no caso chileno, começou a operar desde 1961, com o objetivo de minar as possibilidades da esquerda na disputa eleitoral de 1964 e favorecer ao candidato do PDC através de uma massiva campanha de desinformação destinada a atemorizar o eleitorado. (KORNBLUH, 2003) As operações se destinavam a monitorar e financiar diversos meios de comunicação, organizações estudantis, trabalhadores, camponeses e partidos

---

Jerez, Julio Silva e Jacques Chonchol, posicionada contra o sistema oligárquico-capitalista e com uma clara aproximação com a esquerda marxista. E a terceira, liderada Por Eduardo Frei e Patricio Aylwin, tinha a pretensão de ser a síntese das outras duas, propondo um planejamento económico e uma profunda reforma agraria e industrial. Ao final saiu vitoriosa a terceira tendência de Frei, os quais rejeitaram qualquer aproximação com a esquerda, e principalmente, com o Partido Comunista.

de centro, áreas sensíveis no tabuleiro sócio-político do país e passíveis do magnetismo verbal das correntes da esquerda chilena.

Destarte, Washington não pretendia assistir passivamente à evolução dos fatos e:

> [...] defrontado com o problema de Cuba, alarmou-se com a possibilidade de que Salvador Allende, com suporte do PS e do PCCh, um dos mais fortes do Ocidente, chegasse ao poder, por via legal, e afetasse os interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos. A FRAP, nas eleições parlamentares de 1961, havia avançado bastante e elegera 40 deputados e 9 senadores. O PC fizera 7 deputados e elegera 4 senadores. E defendia a doutrina da via pacífica para o socialismo (...) (BANDEIRA, 2008, p. 103).

A possibilidade de que a FRAP triunfasse nas eleições de 1964 havia crescido consideravelmente e a administração Kennedy mensurava as implicações dessa hipótese no âmbito dos seus interesses econômicos no país e dentro da geopolítica regional e internacional no marco da guerra fria. A partir dessas constatações, Kennedy ofereceu apoio econômico e político à campanha de Eduardo Frei, cuja plataforma explicitava a implantação de reformas em consonância com o Programa da Aliança para o Progresso.

Com relação aos recursos minerais, o candidato Eduardo Frei prometia uma "chilenização" do cobre, o que se traduzia num acordo consensual entre o governo chileno e as empresas estadunidenses, sem ameaçar a permanência nem os interesses comerciais das mesmas. Nesse item, Frei e o PDC preconizavam que:

> [...] a sua nacionalização prejudicaria a assistência tecnológica necessária, porque o Chile não dispunha de recursos para indenizar os proprietários, estorvaria o aumento da produção e abalaria as relações com os Estados Unidos. Seu propósito era promover a *"Chilenização"* da indústria do cobre, por meio da aquisição pelo governo de 51% das ações da Kennecott e a participação minoritária em duas outras grandes corporações. Frei estava mais interessado em expandir a produção de cobre, para acelerar o crescimento econômico do país e aumentar a receita, do que em uma reforma profunda na propriedade da indústria. (BANDEIRA, 2008, p. 105).

Isto posto, EUA autorizou um programa de assistência financeira destinada à candidatura de Eduardo Frei que, segundo Kornbluh (2003), entre essa data e as eleições de 1964, a CIA orientou um montante de quatro milhões de dólares destinados para obter a vitória do candidato do PDC. Cabe destacar que o eixo principal dessa operação estava destinado a uma incessante "campanha do terror" contra o candidato do FRAP, Salvador Allende, seja através dos programas de rádio, da distribuição de cartazes nas principais vias da cidade e pinturas em muros, entre outras.

O rádio era o único e principal instrumento de comunicação massiva no período e, nos meses anteriores à eleição:

> Un grupo de propaganda de la CIA, por ejemplo, distribuía diariamente tres mil carteles anticomunistas y emitía veinticuatro noticiarios radiales, además de veintiséis informativos a la semana. Todas estas actividades tenían como objetivo alejar al electorado de Allende e inclinarlo hacia Eduardo Frei. (KORNBLUH, 2003, p. 17).

Como resultado desse esforço adicional, o candidato Eduardo Frei obteve "una mayoría aplastante, 57% de los votos, cifra absolutamente insólita en las típicas elecciones presidenciales chilenas a tres bandas" (KORNBLUH, 2003, p. 17). Seu governo iniciou-se com o respaldo de organizações internacionais e nacionais, pilares fundamentais para a implantação da "revolução em liberdade", projeto político que se propunha transformar as ancestrais estruturas na economia do país, assim como no âmbito rural do território chileno.

Entretanto, a dinâmica da "Revolução em Liberdade" e as reformas suscitariam novas demandas para as quais *era preciso actuar a través de otros conductos políticos y militares para prevenir um movimento massivo a favor de cambios profundos* (BITAR, 1995, p. 42). Assim, as reformas orientadas pela Aliança para o Progresso foram superadas pelo ritmo das contingencias e, já em 1968, a inflação disparou o alerta não só no governo, senão nos diversos setores que se viam afetados pela retração econômica.

O dia 6 de novembro de 1968, em entrevista ao principal jornal da capital chilena *El Mercurio*, Frei expressava sua inquietação com os indicadores econômicos afirmando que (...) *el problema de la inflación es el más grave que tiene este gobierno*[139]. Certamente não era o único, o governo já percebia que o descompasso econômico acelerava de forma preocupante a agitação política de diversos setores do país, o que se manifesta numa onda crescente de greves e confrontos entre civis e as forças de ordem transformando a "Revolução em Liberdade" numa "frustração da sociedade" registrando-se, de acordo com Bitar (1995), 1.819 greves e 656.000 grevistas até o ano de 1970.

As greves desatadas nesse final de década mobilizaram diversas categorias, algumas consideradas essenciais como as Forças Armadas e o sistema de saúde. A sociedade se politizava e demandava melhores condições de vida, realidade que o governo Frei teve que enfrentar em pleno ambiente pré-eleitoral, portanto, esses últimos anos da década de 1960:

[139] El Mercurio, 6 de novembro de 1968, p. 32

> Fueron esos los tiempos de una ola de huelgas y desórdenes generalizados, pues prácticamente todos los sectores de empleados públicos, como el personal de Correos, del Servicio Nacional de Salud, profesores, miembros de las Fuerzas Armadas y empleados del Poder Judicial, fueron a paro o protestaron por beneficios laborales y de remuneraciones. (CARDEMIL, 1977, p. 214)

Em outro âmbito, o ano de 1968 afetou também a rígida estrutura eclesiástica chilena, que a partir do Concílio Vaticano propunha mudanças dentro da Igreja. Um grupo numeroso desses sacerdotes, inseridos nas comunidades periféricas de Santiago, acompanhava com entusiasmo o avanço da Teologia da Libertação[140], que aproximava os religiosos das organizações de esquerda na promoção de um diálogo entre cristãos e marxistas.

Na madrugada do dia 11 de agosto de 1968, um grupo de sacerdotes e laicos ingressou na Catedral de Santiago e invadiram o recinto como uma forma de chamar a atenção da sociedade chilena para com o comportamento da hierarquia institucional perante as desigualdades do país. A partir dese ato simbólico:

> La toma del recinto estaba consumada, esta se prolongaría durante trece horas y media: desde las cuatro de la madrugada hasta las dieciséis treinta horas, cuando la abandonaron pacíficamente. En el frontis de la Catedral fueron colgados dos lienzos con proclamas, hecho de común ocurrencia en actos similares pero, inéditos en un recinto religioso. Las consignas de los lienzos resumían la filosofía de la agrupación: "Cristo es igual a la verdad" y "por una iglesia junto al pueblo y su lucha. Justicia y amor[141].

O grupo que planejou e ocupou o templo mais representativo do catolicismo chileno pertencia à chamada "Iglesia Joven", que contava aproximadamente com umas 200 pessoas, entre sacerdotes, trabalhadores sindicalizados, freiras, laicos e jovens líderes estudantis, a única exceção entre esses jovens que decidiram questionar a instituição católica, era o dirigente da Central Única dos Trabalhadores do Chile (CUT), Clotario Blest que, naquele momento, estava perto dos 70 anos. Nas palavras deste último, esse ato:

---

[140] Sobre a Teologia da Libertação podem consultar-se as seguintes obras: COMBLIN José. **Théologie de la Révolution**. Paris, Universitaires, 1970; GUTIERREZ Gustavo. **Teología de la liberación**. Lima: Perspectivas/Centro de Estudios y Publicaciones, 1971; BOFF Leonardo. **Jesús Cristo libertador**. Ensaio de Cristologia crítica para o nosso tempo. Petrópolis: Vozes. 1972; RICHARD Pablo. **Cristianos por el socialismo**. Historia y documentos. Salamanca: Sígueme, 1976; ELLACURÍA Ignacio, Jon Sobrino. **Mysterium Liberationis**. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación (ii vols.), Trotta, Valladolid, 1990; ROMERO, Galdámez, A. Óscar, Damas, Arturo Rivera, *et al.* **Iglesia de los pobres y organizaciones populares**. UCA Editores, San Salvador, 1978; SEGUNDO, Juan Luis. **De la sociedad a la teología**. Carlos Lohlé, Buenos Aires, 1970, entre outras.

[141] CONCHA, O. Héctor. La iglesia joven y la "toma" de la Catedral de Santiago: 11 de agosto de 1968. Disponible en: http://www.archivochile.com/Mov_sociales/iglesia_popular/MSiglepopu0001.pdf. Acceso en: 08/07/2017.

> […] pese a la ira que provocó en nuestras cúpulas, tuvo una gran repercusión que era lo que buscábamos, se divulgó nuestro pensamiento y el Cardenal fue tocado. Por ejemplo, poco tiempo después, vendió su elegante mansión de la calle Lota y se fue a vivir a una casa más modesta en un barrio menos ostentoso. Creó, también, la Vicaría Obrera y pidió austeridad en la conducta del Clero y por último, no debemos olvidarlo, dio comienzo con su ejemplo, al traspasar a los campesinos, los fundos que poseía la Iglesia a la Reforma Agraria[142].

Outro setor que expressou sua inconformidade com as diretrizes econômicas do governo do PDC, foram os militares, ressentidos pela falta de uma política de governo para o setor e marginados das prioridades administrativas de Frei. Suas demandas gravitavam em duas áreas bastante sensíveis "a) el material anticuado para los institutos armados, indigno para un profesional de alta preparación técnica, y b) los bajos salarios e incentivos económicos" (CARDEMIL, 1977, p. 282).

As inquietudes transformaram-se em manifestações diretas, no sentido de sensibilizar as autoridades a atenderem seus reclamos. Destarte, o dia 21 de outubro do ano 1969, o regimento de artilharia "Tacna", foi controlado pelo general do exército Roberto Viux Marambio[143] e, a partir dessa unidade militar ele faz públicas as demandas castrenses provocando uma crise institucional e a consequente decretação do Estado de sitio que, após o controle pelo governo dos amotinados, o general Viux foi reformado.

A pesar de prevalecer o caráter econômico do movimento, havia outras inquietações não verbalizadas na pauta dos militares sediciosos, já que:

> […] fundamentado en exigencias de mejoramiento económico, denunciaba la inquietud existencial que latía en el seno de los institutos armados. Entonces no se aspiraba sólo a mayores remuneraciones, también había detrás de sus exigencias una profunda desazón por la "blandura" del gobierno demócrata cristiana para reprimir al movimiento popular en ascenso y mucha preocupación por el rol dirigente que los comunistas chilenos estaban asumiendo dentro de la izquierda. (ALMEIDA, 1986, p. 105).

A soma desses conflitos transformaram o país num verdadeiro campo de batalha, evidenciando que a "Revolução em Liberdade" de Frei havia resultado numa crescente onda de reivindicações, *aumentando el grado de organización popular en todos los sectores, a la vez que produce un aumento de su nivel de aspiraciones* (RAMOS, 1972, p. 238).

---

[142] Echeverría, Mónica. Clotario Blest. **Antihistoria de un luchador**: Iglesia Joven. 1978. Disponible en: http://www.blest.eu/biblio/echeverria/cap14.html. Acceso en: 02/03/2017

[143] Roberto Urbano Viaux Marambio foi um general do exército chileno e o artífice de duas tentativas de golpe de estado no Chile. A primeira, contra o presidente Eduardo Frei, em 1969; e o segundo, no sequestro e morte do General do Exército René Schneider, com a intenção de impedir a pose do presidente eleito Salvador Allende em 1970.

Nesse período de seis anos de governo democrata cristão, o Estado ampliou sua orbita de ação regulando a economia na cidade e o campo e, apesar de moderar diligentemente os conflitos, Frei não conseguiu conter a organização e politização das demandas que adquiriram capilaridade e escaparam ao controle do Estado. Isto desgastou a imagem do governante apesar da crescente organização sindical promovida nessa administração resultando na fragmentação da sua base de apoio social e político concluindo seu mandato no meio de uma crise política.

O ano de 1970 começava com os ânimos político-partidários exaltados entre os grupos que se dispunham a participar do pleito eleitoral em setembro desse ano, explicitando posições perfiladas em três candidaturas. Representando o Partido Nacional (PN), estava o candidato Jorge Alessandri[144]; pelo Partido Socialista (PS), Salvador Allende; e pela Democracia Cristã (DC), partido que governava o país desde 1964, se apresentava Radomiro Tomic[145].

O dia da eleição, o 4 de setembro de 1970, Salvador Allende, do PS, obteve a primeira maioria relativa, resultado que constitucionalmente previa que a decisão ficaria nas mãos do Congresso Pleno[146], o qual se reuniria o dia 24 de outubro desse mesmo ano para dirimir o impasse, cuja posse definitiva se celebraria o dia 4 de novembro. Entretanto, esses dois meses, entre o dia 4 de setembro e 4 de novembro, o país viveu uma serie de tentativas destinadas a impedir o acesso de Allende ao governo e a capital do país, Santiago *era un hervidero de conciliábulos, reuniones privadas, rumores, intrigas y manifestaciones públicas* (YOFRÉ, 2000, p.88).

Curiosamente, o triunfo de um governo de esquerda numa eleição democrática e dentro da legalidade e dos instrumentos jurídicos que, até então, haviam sido solicitados em momentos circunstanciais para combater e reprimir os movimentos populares. Nesse histórico momento em que um socialista conquistava o poder executivo do país, esse dispositivo legal *se puso, en ese momento, de parte del pueblo* (INSUNZA, 1971, p.260).

O PDC, que tinha maioria no parlamento, decidiu numa reunião que seus parlamentares dariam o voto a Allende, na condição de que ele aceitara uma lista de "Garantias Constitucionais" as quais deveriam incorporar-se à Carta Magna. Essas "Garantias", que compreendiam um número de sete e tratavam de diversos temas sensíveis à sociedade como:

---

[144] Jorge Alessandri Rodríguez foi político, empresário e engenheiro chileno, deputado, senador e ministro de Estado. Eleito presidente da república, governou o Chile entre 1958 e 1964.

[145] Radomiro Tomic Romero, advogado e político do Partido Democrata Cristão. Foi deputado, senador da república e embaixador do Chile nos Estados Unidos ante a Organização das Nações Unidas (ONU).

[146] A Constituição Chilena do período contemplava a possibilidade de que, numa disputa presidencial, nenhum dos candidatos obtivesse a maioria absoluta, o Congresso Pleno, (uma sessão conjunta entre o Senado e a Câmara de deputados) deveriam realizar uma eleição entre as duas primeiras maiorias.

partidos políticos, meios de comunicação, direito de reunião e de liberdade pessoal, Forças Armadas, direito de associação e de agremiação e, por último, o direito de reivindicação e de greve.

Os setores conservadores do PN e do PDC, que viram como seus candidatos ficavam fora da disputa, não receberam com serenidade o triunfo de Allende. Entre as diversas possibilidades que se esgrimiam uma era dominante: não podiam entregar o poder de forma passiva a um governante que se declarava abertamente marxista e que tinha o partido comunista como um dos pilares da sua vitória. Por tanto, a tradicional oligarquía política chilena:

> […] no podía dejarse arrebatar el gobierno sin resistencia y desató el terror financiero, que recibió inmediato estímulo de parte del gobierno. Los grandes empresarios despedían trabajadores, suspendían las compras, detenían la producción, paralizaban las entregas de materias primas, cortaban las ventas a plazo y, desde los bancos por ellos controlados, cortaban la concesión de créditos. (…) La campaña tenía por objetivo unir contra Allende y la UP a todos los "demócratas" – especialmente a la derecha y a la Democracia Cristiana – para salvar a Chile de la "tiranía comunista. (LABARCA, 1971, p. 385).

Diversos grupos vinculados à direita chilena e insatisfeitos com o resultado das eleições, se prepararam para desatar uma série de atividades com o objetivo de criar um ambiente de insegurança e temor na população e, consequentemente, sensibilizar os parlamentares no Congresso para que eles votassem no candidato que havia conseguido o segundo lugar no pleito, o candidato do Partido Nacional, Jorge Alessandri. O triunfo de Salvador Allende para presidente, aventou dentro das forças de oposição o imperioso dilema de respeitar essa maioria relativa e consagrar Allende como presidente de acordo com a tradição política chilena[147], ou, se decretava o estado de confabulações para impedir por todos os meios que o candidato da esquerda marxista fosse empossado para dirigir o governo.

Nesse clima de tramas, a representação diplomática Argentina em Santiago do Chile registrava a, modo de alerta, a formação e as atividades de três grupos específicos que realizavam preparativos com finalidades conspiratórias:

> "Los Cuervos Rojos". N.E.CH ("No entreguemos Chile"). "Grupo de características nazis. Distribuidos de acuerdo a los distritos electorales de Santiago, con militares retirados en sus dirigentes y jefes de grupo. Se encuentran en contacto con el general Viaux".
> "Comité Viauxista. Grupo formado a raíz de los sucesos del Tacna, que en estos momentos se dedica a la propaganda del general mencionado. Trata por todos los

[147] A tradição política chilena da época, estabelecia que, diante da possibilidade de que nenhum candidato obtivesse a maioria absoluta, restaria ao Congresso Pleno dirimir a disputa e eleger a primeira maioria relativa.

> medios de aglutinar en torno al mencionado jefe a todos los restantes movimientos dispersos".
> "Movimiento Anticomunista Nacional" (MAN). Actúa en apoyo de "Patria y Libertad", pero con las tareas de terrorismo necesarias para crear un clima de caos en Chile que decida a las Fuerzas Armadas a actuar. (…) Actúan en el mismo suboficial retirados del Ejército. Se agrupan de a 5 personas con un auto por cada grupo. Adoptaron la sigla BOC ("Brigadas Obrero Campesinas") para despistar a la policía". (YOFRE, 2000, p. 95)

O resultado da eleição representava um fato preocupante para importantes personalidades vinculadas ao governo estadunidense de Richard Nixon, como o embaixador Edward Korry quem, de acordo com Kornbluh (2003), culpava diretamente ao PDC pelo triunfo do socialista e, por extensão, à classe alta da direita chilena que permitiram o triunfo de Allende. O governo dos EUA, preocupado com o triunfo de um marxista e de evitar a influência de Moscou no Chile, preparou um sedimentado arsenal de operações destinado à guerra psicológica, à propaganda e à polarização das forças em disputa para potencializar o confronto e a desestabilização político-econômica da sociedade.

Nessas eleições de 1970, EUA já contava com uma experiência acumulada e amadurecida desde 1952, no Egito, interferindo no cenário político para acirrar e agudizar os conflitos que eram estrategicamente instrumentalizados pela CIA, com a intenção de criar as condições objetivas para a deflagração de um golpe de Estado. Para esta empresa se incorporaram, além dos grupos de empresários e da oposição chilena, as grandes corporações estadunidenses, particularmente a International Telephone & Telegraph Corporation (ITT), um conglomerado empresarial estadunidense que controlava 70% da telefonia chilena, o sistema de distribuição de eletricidade, uma rede de hotéis, ademais de se desempenhar como o principal financiador do jornal mais tradicional chileno, "El Mercurio", alem de parlamentares e partidos políticos de oposição para impedir que Allende ganhasse as eleições de 1970 e, posteriormente, fosse ratificado pelo Congresso Pleno de Chile[148].

O empresariado chileno e os proprietários de terras se inclinavam favoravelmente à candidatura de Alessandri por não se sentirem ameaçados pela reforma agrária nem pela estatização do setor produtivo nacional, entretanto as empresas norte-americanas, decididas a apoiar abertamente a candidatura de Alessandri, estavam dispostas a fazer de tudo para impedir

[148] Para uma consulta mais ampla, ver: **Los Documentos Secretos de la ITT y la República de Chile.** Santiago de Chile: Editora Quimantú, 1972; Sampson Anthony. **El Estado Soberano de la ITT.** España: Círculo de Lectores, 1975; Gregorio Selser. **Una empresa multinacional.** La ITT en los Estados Unidos y en Chile. Buenos Aires: Granica Editor, 1974.

que o candidato socialista triunfasse e levasse adiante seu programa de nacionalização dos recursos do país, atingindo diretamente interesses estadunidenses. Por esses motivos:

> A ideia de golpe de Estado, na eventualidade de que Alessandri não ganhasse o pleito, já estava em gestação nas cabeças de Nixon e de Kissinger, daí por que preferiam financiar a campanha de *spoling operations* contra a UP, sem se comprometer com a candidatura de Alessandri, que, tanto como a de Tomic, parecia inviável. (MONIZ BANDEIRA, 2008, p. 145).

Após o inesperado resultado eleitoral, os EUA e a Central de Inteligência Americana (CIA) planejaram uma forma efetiva de impedir que o Congresso ratificara a Salvador Allende como presidente da nação. Essas ações encobertas receberam a denominação de Track I e Track II, sendo que a primeira delas se destinava a uma solução de âmbito parlamentar, cujo esforço se centrava para que o Congresso elegera o candidato que havia conseguido a segunda maioria relativa dos sufrágios, é dizer, Jorge Alessandri.

A fase do Track 1 incluía uma organizada campanha do terror que incluía a retirada de dólares, abandono de empresas e uma sistemática propaganda no rádio e na imprensa escrita disseminando a ameaça comunista para o país. Alguns setores da DC preocupados com uma opção antidemocrática, assim como a consequente ruptura da tradição parlamentaria em pleitos eleitorais, previam que votar por Alessandri era desrespeitar a vontade de um terço do eleitorado que havia votado por Allende e que, além disso, *la vía electoral estaba cerrada para ellos y que, más bien, deberían pensar en la violencia y en la ruta de la insurrección* (ORREGO, 1972, p.17).

A segunda opção destinada a acometer contra o resultado eleitoral e a confirmação do Congresso Pleno, denominada de Track II:

> […] tenía como objetivos identificar a cualquier oficial chileno, en servicio activo o en retiro, dispuesto a liderar un golpe militar violento, y proporcionar todo incentivo, fundamento, dirección, coordinación, equipo y financiamiento necesarios para provocar con éxito el derrocamiento de la democracia chilena. (KORNBLUH, 2003, p. 35).

Fracassado o Track I, restava a alternativa de impelir aos militares a detonar um golpe de Estado com apoio explícito da classe dominante de direita e com a preparação de um clima de insegurança propicio como preâmbulo para a ruptura institucional, entretanto, além de todos esses planes destinados a impedir a posse de Allende, havia outro obstáculo no âmbito da instituição militar que parecia inabalável, o Comandante em chefe do Exército René

Schneider[149]. Ele não era partidário da ingerência do Exército em política, nem menos ainda em aventuras golpistas destinadas a alterar o marco legal e constitucional do país.

Essa postura legalista de Schneider foi explicitada por ele numa entrevista para o jornal o mercúrio meses antes da eleição afirmando que, *El Ejército es garante de una elección normal, de que asuma la Presidencia de la República quién sea elegido por el Pueblo* (...)[150], declaração esta que posteriormente se daria a conhecer pela denominação de "Doutrina Schneider" expressa numa postura de neutralidade institucional, a qual rendeu-lhe todo tipo de pressões para que renunciasse ao comando do exército deixando, desse modo, o caminho livre para uma intervenção armada liderada por um militar reformado, o ex-general Roberto Viux, o mesmo que havia protagonizado o motim conhecido como o "Tacnazo" no fim do ano de 1969.

No âmbito da esquerda, os militantes do Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR) pressentiram que a oposição da direita chilena e parte dos militares não se conformariam com o resultado das urnas. Com eficiente diligencia acompanharam os passos de pessoas e grupos interessados numa operação destinada à ruptura do processo político e a impedir a ratificação do Congresso e, em novembro de 1970, denunciaram a trama e os envolvidos no assassinato do general perpetrado a fins de outubro do mesmo ano:

> Sin embargo, el mismo Viux desde un comienzo les anunció a sus más íntimos que en caso de fracasar la renuncia de Schneider, tendría que usarse un procedimiento más drástico: se le secuestraría y se le sacaría de Santiago para provocar un golpe de Estado. En los hechos este propósito desembocó en el asesinato del Comandante en Jefe del Ejército[151].

O general Schneider faleceu o dia 25 de outubro[152], três dias depois do haver sido sequestrado por um grupo de ultradireita e ferido mortalmente no atentado, fato que consternou a boa parte da sociedade chilena. Apesar de que as suspeitas veiculadas nos meios de informação recaiam sobre a esquerda, descobriu-se posteriormente que os responsáveis haviam

---

[149] O General René Schneider Chereau, foi Comandante-chefe do Exército chileno, a partir do ano de 1969. Schneider se estacou como um defensor de os princípios constitucionais do país, sem interferências da instituição nas contingencias políticas. Após a vitória de Salvador Allende, ele manifestou publicamente essas posições afirmando que as forças armadas respeitariam o veredito das urnas, o que mais tarde se conheceria como a Doutrina Schneider. Este Militar sofreu um sequestro que resultou na sua morte, realizado por grupos de ultradireita interessados em boicotar a consagração de Allende como presidente do Chile em 1970.

[150] Diario El Mercurio, Santiago, 8 de mayo de 1970, p. 19).

[151] MIR, El MIR denuncia a los verdaderos culpables del asesinato del General Schneider, *Revista Punto Final*, Vol: nº 117, martes 10 de noviembre de 1970, p.6

[152] Os detalhes dessa tragédia e das personagens que participaram no complot está devidamente registrado em jornais e publicações diversas. Entre outros pode-se consultar o Diario el Siglo, Diario Puro Chile e o livro: LABARCA, Eduardo. G. **Chile al rojo vivo**. Santiago: Ediciones Universidad Tecnica del Estado, 1971.

sido pessoas que faziam parte do círculo de Viux, pertencentes à organização de ultradireita Pátria e Liberdade e militares ativos e da reserva, além de outras personalidades da política e de empresários chilenos.

Diante dessa tragédia, o Exército nomeou seu substituto, o General Carlos Prats,[153] seguindo os ritos hierárquicos da instituição. Prats foi designado Comandante chefe do Exército e, seus princípios, se demarcaram dentro da doutrina do seu antecessor, mantendo uma postura legalista e constitucionalista e, a partir desse convulsionado episódio que custou a vida de Schneider, Carlos Prats teve como desafio manter a delicada linha de neutralidade ao interior das forças armadas chilenas.

Todas essas ações destinadas a evitar a posse de Allende numa trama para incitar um golpe foram investigadas, evidenciando a participação de setores da direita chilena e do Exército resultando num amplo consenso sobre a pertinência de nomear a Salvador Allende[154] como Presidente do Chile evitando uma fragmentação mais aguda na sociedade.

Allende havia sido derrotado nas três eleições anteriores de 1952, 1958 e 1964, sendo que em 1958 perdeu por estreita margem para o candidato do Partido Nacional (PN), Jorge Alessandri. Na primeira delas Allende candidatou-se como representante da Frente del Pueblo, composta pelo Partido Comunista (PCCh) e uma fração do Partido Socialista (PS) e, nas duas seguintes, se apresentou como candidato do Frente de Acción Popular (FRAP) que aglomerava o Partido Comunista, o Partido Socialista e outros partidos menores.

Em 1970, a Unidade Popular (UP) incluiu, além dos dois partidos da esquerda que estiveram presentes nos pleitos anteriores, o Partido Radical (PR) e setores de orientação cristã, como o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU), que se havia desmembrado da Democracia Cristã em 1969. Assim, a UP se esboçava como a expressão acabada do esforço que orientou a vida política de Allende em pro da unidade da esquerda chilena incluindo outros partidos de centro com o objetivo de projetar uma vitória viável.

A unidade alcançada para a disputa das eleições em setembro de 1970 e a consequente vitória, representou o resultado de um longo processo de lutas respaldado na institucionalidade do país. Somava-se a isso um ativo desenvolvimento das organizações sociais que foram

[153] O General Carlos Prats González foi Comandante-chefe do Exército chileno e defensor da Doutrina Schneider, seu antecessor. Participou no governo Allende como Ministro de Estado e, após a sua renúncia, sucedeu a Augusto Pinochet. Posterior ao golpe de Estado em 1973, ele se exilia na Argentina onde foi assassinado junto com a sua esposa, Sofía Cuthbert, num atentado planejado pela Direção Nacional de inteligência do Chile (DINA), fazendo explodir o veículo em que ambos viajavam, na cidade de Buenos Aires, no dia 30 de setembro 1974.

[154] A ratificação pelo Congresso Pleno, o dia 24 de outubro de 1970, teve como resultado as seguintes cifras: 153 votos a favor, 35 votos em contra, e 7 votos em branco, consagrando a Salvador Allende como Presidente da República para o exercício de 1970-1976.

adquirindo expressividade junto ao vigor do movimento operário com uma clara orientação ideológica.

Allende se consagrava nas urnas com a primeira maioria relativa, num país cercado por regimes militares[155] e com os Estados Unidos interferindo diretamente na política interna dos países do continente aplicando a doutrina da guerra fria sintetizada na frase "não vos governeis". Allende proclamava uma transição pacífica ao socialismo e, sua "via chilena", desfazia o *esquema de la toma del poder por la vía armada que postulaban la mayoría de los movimientos marxistas del continente inspirados en la experiencia de la revolución cubana*. (GONZALES, 2012, p. 35)

O dia 4 de novembro o presidente Salvador Allende pode, finalmente, assumir o mandato de Presidente do Chile por um período de seis anos e, seu governo, caracterizou-se pela unidade da coalisão governista e o apoio de parte da população. As transformações estruturais que integraram o programa de governo foram implantadas de imediato, caracterizando os primeiros meses do ano de 1971 como um período consensual com respeito ao diálogo com a oposição, caracterizando o triunfo de Salvador Allende, de acordo com Sergio Muñoz, como *el triunfo de la línea histórica del Partido Comunista desde el año 1938, (...) que es la colaboración consciente de clases*[156].

Durante os primeiros meses do ano de 1971, a Reforma Agrária que havia sido aprovada no governo Frei avançou de forma acelerada na expropriação de inúmeros latifúndios[157], além disso, se alcançou um acordo para uma reforma constitucional destinada à nacionalização do cobre e de outras riquezas nacionais. No mês de julho desse mesmo ano, o congresso aprovou por unanimidade o artigo 20 da Constituição que permitiu nacionalizar os recursos minerais do cobre, demanda histórica da esquerda chilena, presente nas campanhas anteriores com Allende como candidato e, dois meses depois, em setembro de 1971, determinou-se não indenizar às empresas estadunidenses por considerar-se que as mesmas

[155] Em 1964, as forças armadas de Brasil haviam deposto João Goulart; em 1966, os militares argentinos haviam deposto o Presidente radical Arturo Illia; no ano de 1968, no Peru, um golpe de Estado liderado pelo general Juan Domingo Alvarado impôs um regime de corte nacionalista; e, em Bolívia, num golpe de Estado deflagrado em 1969, o general Alfredo Ovando Candia era quem decidia os destinos desse país andino.

[156] Entrevista concedida ao autor por Sergio Muñoz (em espanhol), no dia 17/12/2017.

[157] Segundo Sergio Bitar, nesses primeiros meses de governo intensificaram-se as expropriações superando, em um ano, todas as expropriações do governo anterior chegando ao número de 1.379 áreas expropriadas. In BITAR, Sergio. **Chile 1970-1973.** Asumir la historia para construir el futuro. Santiago: Pehuén, 1995, p. 84.

haviam obtido utilidades excessivas durante as décadas que haviam explorado o setor mineiro do país[158].

Em função dessa decisão, as intenções dos EUA dirigidas a desestabilizar e derrubar o governo constitucional de Salvador Allende adquiriram um ritmo cada vez mais acelerado que não se limitou ao âmbito estritamente político. A central de inteligência dos EUA, a CIA, encarregou-se de insuflar os setores mais reacionários das Forças Armadas chilenas disseminando as ameaças de que o governo de Allende implantaria no Chile a ditadura do proletariado seguindo os modelos soviético e cubano.

O primeiro ano de governo, 1971, apesar de obter resultados favoráveis em diversos aspectos, houve três fatos que marcaram uma mudança nas pacíficas relações institucionais e partidárias entre oposição e governo. O primeiro deles foi o assassinato do ex-ministro de Frei, Perez Zujovic[159], pelo grupo de extrema esquerda Vanguardia Organizada del Pueblo (VOP), o dia 8 de junho de 1971; o segundo se refere ao momento histórico da nacionalização do cobre decretado o dia 11 de julho desse ano; e, o terceiro e mais polémico, foi a visita oficial ao Chile do líder cubano Fidel Castro no início de novembro até os primeiros dias de dezembro.

O assassinato de Perez Zujovic fraturou o delicado consenso entre a DC e a UP, pois a oposição democrata cristã acusou ao governo e o MIR pela fatalidade, embora o grupo responsável pela autoria do atentado e os seus integrantes tenham sido identificados no decorrer das investigações, as relações entre as o governo e a oposição no parlamento composta pela DC nunca mais voltaram ao nível anterior. Este fato acabou comprometendo sensivelmente as negociações que o governo tecia no Congresso, onde era minoritário, para levar adiante de forma integral o programa de governo da UP.

A nacionalização do cobre implicou na negativa do governo chileno de indenizar às empresas norte-americanas que exploravam esse minério desde início do século XX. Ao não receber nenhum tipo de compensação econômica pela nacionalização das empresas mineiras, a reação de Washington foi célere e, nas palavras de Yofré (2000), *al día siguiente Estados Unidos suspendió todo tipo de ayuda económica*.

---

[158] Após a nacionalização o Presidente da República fixou o montante das utilidades excessivas que seriam descontadas para determinar, posteriormente, o valor da indenização para as empresas estadunidenses Kennecott e Anaconda. O resultado foi uma compensação nula. (BITAR, 1995, p. 83)

[159] Edmundo Pérez Zujovic foi ministro do Interior no governo de Eduardo Frei à época do confronto entra os carabineros (polícia militar chilena) e populares que pretendiam ocupar um terreno para moradia, esse choque com a polícia deixou um saldo de nove mortos na localidade conhecida como Pampa Irigoín, na cidade de Puerto Montt, no sul do Chile, o dia 9 de março de 1969.

Ainda no ano de 1971, Allende recebeu a visita do líder cubano Fidel Castro, que chegou o dia 10 de novembro de 1971 e aproveitou a sua visita para reunir-se com diversos representantes de partidos, sindicalistas e dirigentes estudantis que apoiavam o processo de transição ao socialismo que se gestava no Chile. Na sua permanência no território chileno, Castro também se reuniu com o grupo Cristãos pelo Socialismo (CpS)[160] e, ao referir-se à militância dos cristãos dentro do processo revolucionário chileno, Fidel afirmou que: *en una revolución hay una serie de factores morales que son decisivos, nuestros países son muy pobres para poder dar al hombre riquezas materiales, pero no para darle un sentido de igualdad, un sentido de dignidad humana*[161].

A fascinação e o magnetismo que provocou a presença do líder cubano nas correntes de esquerda e em parte significativa da classe trabalhadora e estudantil, também atraiu alguns exilados que aproveitaram a oportunidade para conhecer e ouvir o líder caribenho que haviam ouvido só de nome ou visto a sua fotografia na imprensa tradicional. Numa das suas visitas a diversos lugares da capital chilena, Fidel visitou a Universidade do Chile para dirigir-se aos estudantes e docentes dessa instituição e ao povo que desejava vê-lo e, aproveitando esse particular momento, a exilada brasileira Neuza Barbosa somou-se a essa multidão e acompanhou atentamente o discurso de Castro, discursos estes que naquela época eram celebres pela sua longa duração extrapolando a paciência dos seus ensimesmados ouvintes:

> Lembro quando Fidel Castro esteve no Chile, me lembro que eu fui ver o Fidel na Universidade do Chile, ao meio-dia, um sol escaldante, que já era verão, ele falou durante 3 horas sem parar, ninguém movia uma palha, as pessoas ficavam extasiadas, era uma coisa deslumbrante. Eu me lembro que fiquei 3 horas de pé, parada, vendo Fidel falar (...) fiquei do meio dia até as 3 horas da tarde sem mover um dedo[162].

Entretanto, Castro rompeu com as normas protocolares de uma visita oficial de um mandatário estrangeiro permanecendo no Chile por 23 dias, desde o 10 de novembro de 1971 até o 4 de dezembro do mesmo ano, representando *la visita más extensa de un político extranjero de la historia de Chile, y probablemente la más controvertida*. (FERNANDOIS, 1985, p. 210) Sua presença colocou em alerta os grupos de oposição e contribuiu par alarmar as

[160] O movimento "Cristãos pelo Socialismo" (CpS) surgiu no Chile em 1971, se destacou pelo protagonismo político de um grupo de religiosos católicos ao interior da Igreja Católica e pela sua ativa incorporação ao projeto de transição ao socialismo pela via democrática que levou ao governo do Chile ao socialista Salvador Allende.
[161]BETTO, Frei. **Fidel e a Religião**: Conversas com Frei Betto. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.12
[162] Entrevista concedida ao autor por Neuza Barbosa, em 26/09/2013

classes altas e médias que viam nessa visita uma inclinação do governo de Allende à construção de um regime comunista, considerando que:

> Fidel Castro esteve em diversas cidades do Chile, nas quais sempre pronunciou um discurso, para multidões extasiadas, e serviu como pretexto para que os meios de comunicação apresentassem sua visita, em meio a uma enxurrada de insultos e injúrias, como o prenúncio de que o Chile se converteria em uma nova Cuba, com a perda da liberdade política e o fim da democracia. (MONIZ BANDEIRA, 2008, p. 291)

Esses fatos contribuíram para que o ano de 1971 se encerrasse com a "Marcha de las cacerolas" protagonizada pelas senhoras dos bairros de classe média e alta desfilando com as suas panelas vazias e protestando pelo desabastecimento e os altos preços dos alimentos e, paralelamente a essa manifestação feminina, a DC organizou uma massiva concentração no Estádio Nacional numa evidente demonstração de força e unidade opositora. No âmbito da economia doméstica, o desabastecimento já limitava a oferta de artigos de primeira necessidade atingindo diretamente às camadas populares simpáticas ao governo e ao resto da população, pressagiando uma crescente espiral de insatisfação e de manifestações de rua desatando confrontos violentos entre grupos pro governo e os de oposição.

No segundo ano de governo, a oposição formou a Confederação Democrática (CODE), unificando o PDC e o PN, partidos que nas eleições de 1970 se haviam apresentado divididos, o que contribui para a vitória da UP. Naquele ano de 1972, a direita reunificou-se aproveitando o clima de contradições e fragmentação da coalisão governista formalizando, assim, uma união que configurava uma disputa bipolar entre direita e esquerda.

Em paralelo, a polarização política fortaleceu a organização dos trabalhadores que, em alguns casos, assumiram o controle de fábricas e empresas que paralisaram a produção com o intuito de sabotar a economia ou eram abandonadas pelos seus donos ou administradores configurando o primeiro passo para a formação dos "Cordones Industriales", organizações de trabalhadores reunidos em sindicatos exercendo funções em diversas empresas responsáveis pela produção de eletrodomésticos, pneumáticos, vidros, produção têxtil, alumínio, manufaturas em cobre, entre outras. Diante da ofensiva da oposição os trabalhadores se organizaram, inicialmente no Comando de Trabalhadores, assumindo a direção dessas fábricas com o intuito de manter a produção configurando-se concretamente em organizações de poder popular, autônomos e independentes do poder executivo, dos partidos e dos sindicatos.

Ditas organizações de base acentuaram o debate do "poder popular" e, a partir do processo de radicalização política da sociedade e do boicote econômico e político orquestrado pela CIA e por grupos locais, transformaram-se em espaços onde:

> Começava a se cristalizar entre eles a legitimidade das ações de enfrentamento com o Estado e com um dos seus fundamentos, a propriedade privada, adotando-se as *tomas* como principal ato prático e simbólico daquela radicalização política e social. (CURY, 2017, p. 385)

Contudo, o momento mais crítico do ano de 1972 foi a paralização dos caminhoneiros, em outubro desse ano, organizada pelo dirigente do grêmio dessa categoria, León Vilarín, que se estendeu desde o dia 11 de outubro até o 5 de novembro. A paralização do setor dos transportes provocou o desabastecimento de alimentos e produtos de primeira necessidade, insumos industriais, além de sabotar o setor agrícola nas colheitas programadas para esse início de primavera.

A crise desatada pela ofensiva opositora levou ao governo de Allende a solicitar a colaboração dos militares para manter a ordem pública e, posteriormente, para integra-los pela primeira vez num gabinete de emergência, no entanto, a presença dos militares no governo expôs o radicalismo de ambos os bandos levando à oposição a criticar ostensivamente o apoio das Forças Armadas ao governo buscando semear a divisão dentro da instituição. Já, do lado da esquerda e do próprio governo, o MIR e algumas personalidades integrantes da Unidade Popular, principalmente de parte do Partido Socialista liderado por Carlos Altamirano[163], as críticas estavam fundadas no temor de que a participação dos militares ao interior do executivo representaria um sério obstáculo ao processo de construção do socialismo, além de abrir uma brecha para a ingerência dos militares nos assuntos de governo.

Todavia, o ingresso dos membros das forças armadas ao executivo permitiu que o governo controlasse os distúrbios e o caos, decisão que contribui sensivelmente para desmobilizar as massas que o respaldavam Allende na difícil negociação com o PDC e as condições para pôr fim à paralização dos caminhoneiros. A oposição, diante do fracasso da sua empresa destinada a provocar a renúncia de Allende, deslocou a contenda política para as eleições parlamentares de março de 1973, pleito que representou uma vitória relevante para o

[163] Carlos Altamirano Orrego, advogado, académico e político filiado ao Partido Socialista do Chile. Foi deputado e Senador da República e Secretário geral do Partido Socialista entre 1971 e 1979. Faleceu na cidade de Santiago do Chile, em 19 de maio de 2019.

governo que obteve 43,4 % dos votos, considerando o clima de hostilidades desatado pela oposição, a falta de alimentos básicos e os reflexos da paralização de outubro.

O resultado eleitoral demostrou um significativo respaldo dos setores populares ao governo e, as forças antagonistas, não conseguiram derrubar o presidente nem justificar uma ruptura institucional como pretendiam. Ainda assim, essa relativa vitória não impediu o andamento de operações consecutivas, sincronizadas e peremptórias: a greve dos mineiros da mina "El Teniente"[164]; as mobilizações dos estudantes contra o projeto de reforma educacional "ENU"[165]; o "Tanquetazo", tentativa de golpe no dia 29 de junho de 1973; a aplicação da "Ley de Control de Armas"[166]; e, por último, a renúncia do General Carlos Prats ao comando do exército chileno.

Essa sucessão de fatos transformou esse terceiro ano de governo num verdadeiro laboratório político-conspiratório contra a administração de Allende, iniciado com a greve dos mineiros da mina "El Teniente", a primeira greve operaria contra um governo que representava a classe trabalhadora, iniciada o dia 22 de abril de 1973 e se estendendo durante 76 dias, atingindo severamente a economia chilena cujo pilar dependia da produção mineira. O projeto de Educação Nacional Unificada (ENU), pretendia democratizar a educação fazendo-a acessível a todos os chilenos, porém, essa iniciativa desatou a reação do PDC, da Igreja Católica e de diversos setores que acusavam o governo de querer o controle marxista sobre a educação.

Outro fator de instabilidade político institucional aconteceu em 29 de junho de 1973, com o levante do regimento blindado nº 2, comandado pelo Tenente Coronel Souper, numa tentativa de golpe de Estado que foi sufocada pelas tropas comandadas pelo General Carlos Prats, evidenciando que já estava em marcha a conspiração contra o governo com o protagonismo de parte dos militares chilenos. Posterior a essa ação frustrada, foi aprovada pelo Congresso Nacional a "Ley de Control de armas" delegando às forças armadas a requisição de todas as armas em mãos dos militantes da esquerda que apoiavam ao governo poupando,

---

[164] A mina de cobre chilena "El Teniente" é a mina subterrânea mais profunda do planeta. Está localizada a 140 km. Ao sul da capital Santiago. Essa mina começou a ser explorada em 1904 e possui uma rede de mais de 3.000 quilômetros de galerias subterrâneas.

[165] A Escola Nacional Unificada (ENU), foi uma iniciativa do Governo de Allende para transformação integral, democrática e pluralista da educação chilena. Contemplava diversos atores da área, como docentes, professores, estudantes, pais e organizações afins. Não foi aprovada por falta de maioria no Congresso.

[166] A lei nº 17.798, de controle de armas, do 05 de abril de 1972, estabeleceu o controle de armas por membros das forças armadas, contra os cidadãos que portarem, comercializarem ou utilizem para fins violentos e fora da lei. Esta lei foi utilizada pelas forças armadas dias antes do golpe para desarmar aos grupos que apoiavam o governo de Salvador Allende, entretanto, os grupos radicais de direita que possuíam arsenais não foram incomodados.

entretanto, os grupos paramilitares de direita que conspiravam abertamente contra a administração socialista.

Com tudo, o corolário dessa sequência de fatos destinados à derrubada do governo da Unidade Popular, orquestrada nacional e internacionalmente, foi a renúncia do general Carlos Prats do comando do Exército chileno, um militar constitucionalista e um obstáculo para o projeto golpista que após a sua renuncia deixou o caminho livre para que os conspiradores executaram o golpe em setembro de 1973. Prats, deixou o comando do exército após fortes pressões dos seus próprios companheiros de instituição e da oposição que, desde o início da sua presença no gabinete faziam declarações provocativas para que o militar saísse do governo e do comando da instituição armada.

Sua saída era a peça que faltava na trama conspiratória destinada a derrubar o presidente Allende no golpe de Estado deixando expostas, por um lado, as contradições da "via chilena ao socialismo" e as limitações de um governo integrado pelo Partido Comunista chileno, com minoria no parlamento e em permanente discrepância com os interesses de grupos econômicos e políticos nacionais e internacionais; e, por outro, acabou com a ilusão que prevalecia, naquele período, de que os militares chilenos eram legalistas e que não se aventurariam num golpe de Estado como seus vizinhos do continente.

Após a sua renúncia, Carlos Prats foi sucedido pelo comandante Augusto Pinochet, de acordo com a hierarquia da instituição castrense, figura emblemática que se transformou no semblante central do golpe de Estado personificando os 16 anos que durou a ditadura militar chilena.

4.1 A VIA CHILENA PARA O SOCIALISMO: PONTO DE ATRAÇÃO.

A experiência política denominada de "Via chilena ao socialismo" materializada pela chegada ao governo do Chile de Salvador Allende e a Unidade Popular (UP), em setembro de 1970, despertou a atenção de parte do continente, assim como do mundo. A vitória eleitoral de um socialista disposto a promover uma profunda transformação na sociedade chilena, dentro do marco legal vigente no país, foi um acontecimento de enorme projeção e transcendência para a política internacional, assim como para os interesses do governo estadunidense.

Depois de várias tentativas, Salvador Allende venceu as eleições para presidente com um programa destinado a implantar um modelo de transição da economia e do sistema político de cunho capitalista para o socialismo. Essa conquista adquiriu relevância porque Allende

chegou à presidência dentro de um processo democrático, com eleições livres e numa disputa justa e igualitária com seus oponentes, além disso, era o primeiro presidente socialista eleito na segunda metade do século XX.

A vitória do médico Salvador Allende representou, depois da vitória de Fidel Castro em Cuba, um dos momentos mais relevantes da história política de América Latina, pois colocava em pauta a conflitiva relação entre socialismo e democracia e a capacidade de diálogo entre ambas. Ao postular a construção do socialismo dentro dos marcos legais e institucionais que oferecia o Estado democrático e representativo chileno, Allende propunha uma empresa que desafiava, não só as estruturas da sociedade chilena, como também os referentes da esquerda internacional.

Todo isto se gestou num cenário que tinha como pano de fundo a crises do paradigma capitalista, colocando na arena política-ideológica do continente duas bandeiras que acirraram o debate das décadas de 1960-1970: Capitalismo o Revolução. Esta última adquiriu ressonância a partir da vitória revolucionária de Cuba, cujo modelo ergueu-se como referencial que guiava partidos e grupos dispostos a romper com o modelo capitalista que predominava na região.

O desafio de iniciar o trânsito para o socialismo dentro do marco democrático e institucional se gestou num país que, nas palavras de Allende, estava preparado para imprimir o que ele denominou *el segundo modelo de transición a la sociedad socialista*[167], que abriria o caminho para a transformação do seu alicerce econômico e as consequentes relações sociais de produção. Considerava-se que o Chile estava suficientemente amadurecido para levar adiante essa iniciativa, pois desde o ponto de vista da sua organização social, tradição política e partidária, desenvolvimento econômico e, principalmente, a sua estrutura institucional, o país podia transitar para um novo modelo político e econômico impulsionando os mecanismos que os três poderes constituídos ofereciam para esse momento histórico.

Além disso, argumentava-se que essa experiência era totalmente insólita, já que não existia no mundo um modelo que contemplasse a construção do regime socialista a partir dos pressupostos da legalidade democrática que a tradição chilena gozava. Essa realidade era o reflexo de quase quatro décadas de estabilidade institucional que posicionava o país próximo às democracias mais estáveis e desenvolvidas no mundo ocidental e, ao mesmo tempo, contrastava com a preocupante instabilidade de diversos países do continente que estavam sob governos ditatoriais com plena ausência de direitos e liberdades constitucionais.

---

[167] Salvador Allende, Primer Mensaje al Congreso Pleno, 21 de mayo de 1971, Santiago, Chile.

Apesar dessas evidencias favoráveis, a sociedade chilena padecia de um descompasso econômico com relação à sua dinâmica política-institucional. Sua economia girava basicamente em torno à extração mineral e um sistema agrícola que se caracterizava pela alta concentração da terra e uma limitada produtividade, o que situava o país no patamar de países dependentes e subdesenvolvidos configurando, nessa agitada década de 1960 e início de 1970, uma estrutura produtiva em crescente estado de crise. (AYLWIN, 2002)

Na perspectiva de alguns analistas da esquerda chilena, a condição de economia tardia sentenciou o modelo reformista sustentado pelo governo de Frei e pela Aliança para o Progresso durante seus seis anos à frente do país, o que levou a postular que o único caminho para superar esse estado de atraso econômico e conquistar uma independência soberana com benefícios concretos para a sociedade seria através do socialismo. Constrangida por uma acentuada dependência, a economia viu-se agravada pela marginalização de uma numerosa massa de camponeses sem terra e pelas técnicas agrícolas arcaicas que reprimiam o horizonte agrícola e, consequentemente, intensificaram o inquietante monopólio do setor financeiro e industrial.

Allende, um democrata convicto e histórico militante do Partido Socialista considerava que a realidade chilena se encontrava diante dum desafio histórico. Na sua primeira mensagem presidencial para o Congresso Pleno, como Presidente do Chile, destacou os pilares desse novo projeto de transição ao socialismo afirmando que o:

> Chile se encuentra ante la necesidad de iniciar una manera nueva de construir la sociedad socialista: la vía revolucionaria nuestra, la vía pluralista, anticipada por los clásicos del marxismo, pero jamás concretada … Chile es hoy la primera nación de la tierra llamada a conformar el segundo modelo de transición a la sociedad socialista … estoy seguro que tendremos la energía y la capacidad necesarias para llevar adelante nuestro esfuerzo, modelando la primera sociedad socialista edificada según un modelo democrático y pluralista y libertario [168].

A legalidade à qual se fazia referência comportava um horizonte institucional bastante amplo e variado e, no âmbito parlamentar, se vaticinava um obstáculo que demandaria muita habilidade política para conseguir a aprovação de importantes projetos para esse momento. Allende e os partidos que conformavam a UP, não contavam com maioria no Congresso, implicando numa árdua tarefa para levar adiante o programa que o governo precisava implantar no seu período presidencial.

[168] Mensaje Presidencial ante el Congreso Pleno, 21 de mayo de 1971, Santiago, Chile. P.VII

As declarações de Allende e de representantes dos partidos da Unidade Popular eram veementes em estabelecer as diferenças do modelo proposto no país com relação aos referentes tradicionais do campo socialista. O projeto chileno não pretendia uma ruptura brusca e violenta da institucionalidade burocrática existente, senão uma gradativa e pacífica substituição das suas estruturas para orienta-las à ao projeto de transição ao socialismo.

Nesse sentido, o Presidente expressou suas inquietudes com respeito à qualidade da relação entre o executivo e o legislativo considerando que as transformações estruturais propostas para a sociedade chilena passavam, diretamente pelo crivo dos parlamentares, que se transformaram em peças chaves no tabuleiro político para a edificação da "via chilena". Com respeito à necessidade de contar com o apoio dos deputados e senadores, Allende delegou indiretamente a eles, a responsabilidade como representantes dos interesses diversos da nação que se pretendia modificar:

> Nuestro sistema legal debe ser modificado. De ahí la gran responsabilidad de las Cámaras en la hora presente: contribuir a que no se bloquee la transformación de nuestro sistema jurídico. Del realismo del Congreso depende, en gran medida, que a la legalidad capitalista suceda la legalidad socialista conforme a las transformaciones socioeconómicas que estamos implementando, sin que una fractura violenta de la juridicidad abra las puertas a arbitrariedades y excesos que, responsablemente, queremos evitar[169].

Em outro âmbito, as formulações teóricas do projeto de transformação propostas pelo dirigente socialista durante esses três anos de governo, levaram alguns autores[170] a criticar as suas debilidades estratégicas, as quais se fizeram manifestas após o golpe de Estado e no processo de redemocratização. Entretanto, para o Presidente Allende o conceito de "via chilena" representava o eixo do seu programa de governo com respeitos às mudanças que a sociedade demandava, já para os outros membros da coalisão governista esta experiência política consideraram que essa experiência política se acomodava dentro de outras

[169] Ibidem, p. XI

[170] Joan Garcés, espanhol e assessor pessoal de Allende e Sergio Bitar, Político e engenheiro chileno e ministro de Estado no governo de Salvador Allende, integraram o governo de Allende e, ao analisar a "via chilena" após o golpe de 1973, criticaram à esquerda por não saber dimensionar a importância desse processo, além de considerar que a experiência chilena carecia de sustentação teórica, em função da sua própria originalidade. No período da redemocratização, Tomás Moulían, cientista político e sociólogo e Manuel Garreton, sociólogo e cientista político, teorizaram sobre o fracasso da democracia chilena afirmando que, as ações desencadeadas tanto pela esquerda como pela direita naquele período, conduziram ao país numa crise que foi de um caráter "parcial", em função da distorção do projeto governista provocada pela própria Unidade Popular e pelo descompasso entre política e economia.

denominações, tais como a via "não insurrecional", a via "socialista", a via "pacífica", a via "não armada", entre outras[171].

Fazer a "revolução" implicava operar, por um lado, mudanças radicais na ordem econômica e social que até então predominava no país e, por outro, orientar as ditas transformações respeitando as normas institucionais do sistema jurídico-político vigente. Esta dualidade, após o triunfo eleitoral e a posterior ratificação do Presidente Salvador Allende, fez desse desafio uma experiência inaudita que contou com o vigoroso respaldo do movimento social e de dois principais partidos de esquerda, o Partido Comunista do Chile (PCCh) e o Partido Socialista (PS), referentes históricos das lutas dos trabalhadores chilenos.

Outro elemento que exaltava as paixões na esquerda chilena nesse período e que se estendia na esquerda latino-americana era o debate sobre as possíveis opções para o acesso ao poder. O PS, três anos antes de chegar ao governo[172], debateu sobre as alternativas concretas que a conjuntura local poderia oferecer, concluindo que *a via armada era correta no contexto da nossa realidade* (ALTAMIRANO, 1979, p. 25), pois o sistema institucional vigente mostrava-se incapaz para aceitar a presença da classe trabalhadora nas esferas do governo e do Estado.

O contexto nacional gravitou para dita conclusão, já que as sucessivas derrotas da esquerda nos anos de 1958 e 1964 com Allende como candidato, haviam deixado um gosto amargo no partido e seus eleitores, levando a setores da intelectualidade e da juventude do partido a considerar Allende um político moldado no parlamento e na democracia formal burguesa e, portanto, inadequado para um processo revolucionário. Confluíam para essas apreciações os efeitos da revolução cubana e da guerrilha na Bolívia que havia custado a vida ao Che Guevara e haviam desafiado frontalmente aos Estados Unidos (EUA), encorajando a opção pela via armada em detrimento da via eleitoral.

O resultado do XXII Congresso de Chillán, em 1967, sintetizou de forma explicita esse vigoroso debate sobre a via a seguir concluindo que:

> A violência revolucionaria é legitima e inevitável. (...). Constitui a única via que conduz à tomada do poder político e econômico e à sua ulterior defesa e fortalecimento. A revolução socialista só pode consolidar-se destruindo o aparelho burocrático e militar do Estado burguês. As formas pacíficas ou legais de luta (reivindicatórias, ideológicas, eleitorais) não conduzem por si mesmas ao poder. O

[171] Entre os que usavam uma denominação diferente para esta experiência se encontrava o dirigente do Partido Comunista chileno Luis Corvalán. Ver Corvalan Luis. Camino de Victoria, Impresora Horizonte, Santiago, 1972.
[172] Em 1967, celebrou-se o XXXII Congreso do Partido Socialista onde, pela primeira vez, se debateu o problema estratégico da via de acesso ao poder.

> Partido Socialista considera-as como instrumentos limitados de ação, incorporados ao processo político que leva à luta armada. (ALTAMIRANO, 1979, p. 25).

Entre essas duas posições, a via armada, embora minoritária, era defendida por setores do PS e pelo Movimento de Esquerda Revolucionaria (MIR)[173] que se inclinavam por um processo impetuoso para a construção da sociedade socialista operando uma mudança na natureza do Estado. Já a via pacífica ou institucional, era defendida pelo Partido Comunista do Chile seguindo as orientações do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) que, desde 1956, considerava que em democracias mais estáveis, era possível transitar para o regime socialista a partir da institucionalidade, perspectiva que:

> […] se venía debatiendo en el seno del movimiento comunista y revolucionario mundial, especialmente a partir del Vigésimo Congreso del Partido Comunista de la Unión Soviética. Nikita Kruschov planteó allí su informe: "Es plenamente natural que las formas de transición al socialismo sean cada vez más variadas. Por cierto, no es obligatorio que la realización de estas formas vaya unida en todas las condiciones a la guerra civil". (LABARCA, 1971, p. 130).

Essa controvérsia deu um passo para uma aproximação de posições entre o PS e o PCCh, que resulto no Programa de Governo da Unidade Popular que moldou o consenso. Os socialistas aceitaram ampliar, com certas restrições, a base de alianças com outras correntes centristas e, os comunistas concordaram em que a construção do socialismo seria uma etapa a médio ou longo prazo, tendo a institucionalidade como uma fase importante para o contexto histórico chileno e o processo de transição ao socialismo.

A necessidade de teorizar sobre essa nova experiência política propondo profundas transformações num país da América do Sul se fez mais premente. Allende, fazendo referência a essa proposta singular denominado de "via chilena", afirmou que não *existem experiências anteriores que possamos usar como modelos*[174], acrescentando que esse desafio incluía a necessidade de desenvolver, concomitantemente, a teoria e a prática para caminhar na construção dessa nova configuração social, política e econômica que o país demandava.

Para os exilados brasileiros no Chile, que conheciam por experiência própria os movimentos conspiratórios que levaram ao golpe de Estado de 1964 no Brasil, percebiam que a "via chilena ao socialismo" despertava dúvidas e questionamentos, face ao avançado processo

[173] O Movimento de Izquierda Revolucionario (MIR), foi fundado o dia 15 de agosto de 1965, como uma força extraparlamentaria e revolucionaria, no meio da polarização política que viveu América Latina após a Revolução Cubana. O MIR apostava por um confronto direto com o Estado e com as classes dominantes, diferente do caminho legal e parlamentário que o Partido Comunista do Chile (PCCh) e o Partido Socialista (PS), do presidente Allende defendiam.

[174] Mensaje Presidencial, 1971, p. IX

de radicalização política e de sabotagens contra a economia chilena. Vera Rocha, militante do PCBR, assevera:

> Nosotros, jamás creíamos que iba a ser posible. ¡Jamás! Mismo a la llegada vimos que había un gran crecimiento de la participación popular, pero, para nosotros, siempre estaba claro que la organización de extrema derecha, todo el sabotaje que veíamos, los alimentos que no llegaban, todas las dificultades que fueron poniendo, era un proceso que iba creciendo y, por convicciones políticas, nosotros éramos marxistas, creíamos en un camino de transformaciones más radicales y nunca nos pareció posible que se llegaría al socialismo por la vía democrática, por las elecciones, por el camino que Allende tomaba[175].

Embora a participação popular no Chile e o protagonismo dos partidos de esquerda no governo fosse um fator que marcava diferenças, ao estabelecer analogias com os meses anteriores à deposição de João Goulart, para os exilados brasileiros era possível encontrar algumas semelhanças entre os dois processos políticos como na ofensiva parlamentária e a articulação de entidades civis acirrando o ambiente golpista. Os brasileiros também conheciam as arbitrariedades cometidas pelos militares logo depois de 1964 e, posteriormente, a violência da repressão política desatada contra os grupos opositores após 1968 com a decretação do AI-5.

Lembranças desagradáveis que faziam pressagiar um desenlace dramático para o Chile e para o governo socialista de Salvador Allende. Esse sentimento invadia o espírito do brasileiro Bruno Dauster, militante do PCBR, que considerava que a via pacífica podia desencadear uma guerra civil, já que os interesses da direita chilena e dos grupos internacionais acabariam sabotando o processo chileno, por isto:

> […] nosotros teníamos muchas dudas del camino chileno al socialismo, por otro lado, teníamos un pacto muy fuerte de ver este movimiento tan masivo, con tanta gente. Empezamos a imaginar, creo que esto pasó no solo con nuestros compañeros, creo que con todos los grupos. Este camino, en algún momento, van a tener que rechazarlo, habrá una tentativa de guerra civil, de golpe de Estado, que se alzará con el exterminio chileno. El camino chileno, en cuanto camino chileno pacifico al socialismo no tendrá suceso. Pero lo que sí se puede hacer es buscar, con toda la experiencia que se tiene, con toda la movilización que se tiene, prepararse para la guerra civil que vendrá, necesariamente cuando habrá el golpe[176].

O golpe de Estado parecia cada vez mais inevitável diante das contradições que degradavam o projeto de transição ao socialismo, intensificado pelo noticiário alarmante e os choques em via pública entre grupos radicais, levando alguns exilados a duvidar do caminho da institucionalidade defendida por Allende, cujo governo via-se ameaçado, por uma oposição

[175] Entrevista concedida ao autor por Vera Rocha Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.
[176] Entrevista concedida ao autor por Bruno Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.

muito bem articulada, financiada e decidida a derrotar a experiência chilena a qualquer custo. O caos se disseminavam e fazia eco na imprensa e nas instituições dos três poderes anunciando um confronto para o qual era necessário preparar o povo e os militantes para defender o projeto socialista.

4.2 Recepção, transição e inserção política e acadêmica

Na segunda metade da década de 1960, os primeiros brasileiros chegaram a Chile na qualidade de exilados, entre estes, encontravam-se Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, todos eles expulsos da Unb, em Brasília, onde atuavam como docentes. Além deles, podem-se citar outras personalidades que se desempenhavam tanto no âmbito político governamental como no âmbito acadêmico tais como Maria Conceição Tavares, os irmãos Emir e Eder Sader, Marco Aurelio Garcia, Fernando Henrique Cardoso, José Maria Rabelo, Almino Afonso, entre outros.

Eles encontraram na sociedade e no âmbito universitário chileno um rico debate em andamento sobre as diretrizes que orientavam o capitalismo no âmbito latino-americano e, neste contexto, se incorporaram às instituições nacionais e internacionais que atuavam nesse país que os recebeu como asilados. Desde os anos de 1950, a querela entre o nacional-desenvolvimentismo e as teses liberais, representadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e pelos economistas da Universidade de Chicago, despertou o interesse entre a intelectualidade chilena e da região motivando uma fértil polêmica que fez do Chile a "*meca*" dos estudiosos e pesquisadores sobre o tema.

No Chile, os brasileiros redescobriram a realidade latino-americana debatida no cotidiano da sociedade chilena, nos partidos políticos, nas universidades, assim como em diversas instituições de âmbito internacional sediadas no Chile. Revolução, democracia, partidos, Estado, socialismo, entre outras, eram questões debatidas acaloradamente tendo como estímulo a vitória da Revolução Cubana, a guerra do Vietnam e os efeitos visíveis da guerra fria e da Doutrina de Segurança Nacional no continente com materializados em regimes ditatoriais que ameaçavam as liberdades democráticas e a integridade coletiva e individual na região.

Os brasileiros descobrem a sociedade chilena, tão perto e tão longe da realidade brasileira e, a partir desse referente percebem que nesse país se debate não só a questão nacional senão o presente e o futuro do continente, suas lutas, suas conquistas e vitórias e, de

forma muito atenta, seus passos e contrapassos. Para os primeiros exilados brasileiros que chegaram ao Chile, esse processo de descoberta contribuiu para relativizar certas verdades e conceitos e dimensionar seu protagonismo, não só como brasileiros exilados, senão também como latino-americanos.

Entre os brasileiros que se integrarem em instituições de âmbito internacional e em instituições acadêmicas chilenas, se registra a Rui Mauro Marini, exilado inicialmente no México e posteriormente no Chile, se integrou nos quadros do CESO que ele considerava:

> [...] em seu momento, um dos principais centros intelectuais da América Latina. A maioria da intelectualidade latino-americana, europeia e norte-americana, principalmente de esquerda, passou por ali, dele participando mediante palestras, conferências, mesas-redondas e seminários. (MARINI, 1991, p. 18-19).

No âmbito do CESO, foi possível recopilar as impressões do chileno Roberto Pizarro, um dos seus diretores à época, que conviveu com vários brasileiros que passaram por esse centro. Ao momento do seu ingresso no CESO, em 1967, Pizarro lembra que *estaba básicamente Theotônio dos Santos, que armó un grupo de estudios de la Dependencia, en el cual yo participé y, también, estaba su esposa de la época, ya fallecida, Vania Bambirra*[177]. Acrescentando ainda que:

> Posteriormente se incorporó otro destacado estudioso e investigador (…) Rui Mauro Marini, que también jugó un papel destacado, tenía una muy buena formación y formó una área de trabajo "Estado y Clases sociales". Después del 68 o 70, se incorporaron otros brasileños más o menos destacados. En primer lugar Marco Aurelio García de Almeida (…) todos trabajamos hasta el golpe del 73 (…), termino con otro brasileño, Emir Sader, un destacado intelectual que trabajó con nosotros. Todos estos trabajaron de manera destacada como estudiosos, analistas en el plano de la sociología, de la ciencia política. Creo que tuvieron una influencia bastante notable en nuestro país, tanto en la formación de la juventud chilena y en el desarrollo de las ciencias sociales en Chile[178].

Passaram também por esse centro outros brasileiros que, embora não integrassem o centro, se interessavam pelos estudos desenvolvidos no mesmo. Figuras como Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Maria Conceição Tavares, estes dois últimos, eram economistas vinculados à CEPAL e *iban a discutir con nosotros pero su ámbito era más bien de la economía propiamente tal, no de la sociología o de la ciencia política*[179].

---

[177] Entrevista concedida ao autor por Roberto Pizarro, (em espanhol), no dia 2/02/2018.
[178] Entrevista concedida ao autor por Roberto Pizarro, (em espanhol), no dia 2/02/2018.
[179] Entrevista concedida ao autor por Roberto Pizarro, (em espanhol), no dia 2/02/2018.

Cristina Hurtado, chilena, professora universitária e, à época, militante socialista e integrante do CESO, rememora esse período junto aos brasileiros lembrando que, tanto Rui Mauro Marini como Theotônio dos Santos, publicaram artigos na Revista do Centro, a Revista "Chile Hoy" e Vania Bambirra, que também participou desse centro, aproveitou para ensinar-lhes artes marciais para a defesa pessoal, caso fossem atacadas pela direita. Segundo Cristina Hurtado, todos eles:

> Escribían en la revista Chile Hoy[180] y, Marco Aurelio García, trabajaba en la sección de ideología (…) teníamos distintas secciones con investigadores y teníamos un seminario, una vez a la semana, colectivo para todos. (…) ellos fueron clave en toda la teoría de la dependencia, fueron muy importantes y tuvieron una gran influencia acá en los estudiantes (…) La Vania era karateca firme, y nos hizo aprender a todos el kárate ahí en el CESO[181].

Essa medular convergência intelectual complementou-se com o contexto da vitória da Unidade Popular e do socialista Salvador Allende, nas acirradas eleições de setembro de 1970, que conduziram a esquerda chilena ao governo suscitando esperanças para uns e inquietações para outros. Na percepção de Marini, esse momento político contribuiu para o surgimento de outros centros de estudos e análise da realidade nacional e continental, contingencia que:

> [...] tornara Santiago centro mundial de atenção e de romaria de intelectuais e políticos, (...) além de incentivar o desenvolvimento de outros órgãos acadêmicos, como o Centro de Estudos da Realidade Nacional (CEREN) da Universidade Católica[182].

Estes centros de estudos e de pesquisas contribuíram decididamente para a inserção dos exilados brasileiros no desenvolvimento dos seus estudos e investigações acadêmicas a partir dessas respeitadas instituições. Apesar de vincular-se a diversos partidos da esquerda chilena como é o caso de Theotônio dos Santos e a Vania Bambirra, que se incorporaram ao Partido Socialista chileno e, Rui Mauro Marini junto com Emir Sader, que se aproximaram ao MIR, estes intelectuais brasileiros integrados ao CESO, na perspectiva de Roberto Pizarro:

> [...] observaban con mucho interés y, muy positivamente, el gobierno de Salvador Allende. Ellos manifestaban expresamente su apoyo, (…) y a lo que estaba realizando Salvador Allende. Había otros más críticos, como el caso de Rui Mauro (…) siempre

[180] A revista "Chile Hoy" era uma publicação do CESO. Nela eram publicados artigos de análise da conjuntura política, entre os quais, trabalhos dos brasileiros Rui Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vania Bambirra, entre outros.
[181] Entrevista concedida ao autor por Cristina Hurtado, (em espanhol), no dia 28/01/2015.
[182]MARINI, R.M. 1991. **Memória**. Disponível em: http://www.marini- escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm.

> apoyando el proceso, pero más crítico, porque Rui Mauro era militante del MIR y, en consecuencia, siempre estaba presente ahí, como defender el gobierno popular, el tema de la lucha armada. (…) Todos ellos tenían una percepción muy positiva de lo que es el proceso de transformación en Chile[183].

Com o golpe de Estado de 1973, os militares alertaram através dos Bandos militares para a presença de estrangeiros e o perigo que eles representavam para a segurança interna do país, associando-os com os grupos extremistas de esquerda e responsabilizando-os pelo caos em que se encontrava a nação chilena.

Pizarro acentua que entre os brasileiros integrados ao CESO, o caso de Theotônio dos Santos se distinguiu por que apareceu num dos primeiros bandos que chamaram aos estrangeiros para se entregarem às autoridades militares porque:

> Todos ellos eran militantes políticos de las organizaciones de izquierda (…) El caso de Theotônio es muy destacado porque Theotônio aparece en el primero o segundo bando militar[184], cuando le piden a los extremistas que se presenten a los cuarteles. Naturalmente no se presentó, ya le había pasado lo mismo en Brasil[185]

María Soledad Bravo, chilena e militante do Partido Socialista chileno no período do governo de Allende e interventora de uma rede de supermercados, lembra que a colônia de brasileiros se integrou com muita facilidade ao processo e à sociedade chilena destacando que, com eles, conheceram a música brasileira e tiveram aulas de samba, enfatizando a alegria que os caracterizava. Ainda assim, ela pontua os momentos em que os brasileiros advertiram aos chilenos sobre as possibilidades de um conflito político mais agudo desatado pela oposição chilena, lembrando que:

> [...] había opiniones de advertencia, yo recuerdo haber conversado con Ronald (lobato), varias veces, porque trabajábamos juntos y él me decía: '*Marisol, ve las estadísticas, mira como está compuesto tu país, mira la cantidad de clase media que tienen ustedes y qué políticas están haciendo para la clase media. Ustedes no están haciendo política para la clase media, esto se les va a revertir'.* Él me mostraba y me contaba como habían sido las torturas en Brasil, me mostraba documentos y revistas que sacaban acá en Chile y me decía: '*Ustedes tiene que tener cuidado, esto no va bien'.* O sea, toda esta alegría que nosotros teníamos, de estar haciendo la revolución, de sentirnos parte de un proceso único y, nosotros los chilenos con mayor razón, lo sentíamos así, que éramos un ejemplo para el mundo, (…) era la primera vez que el pueblo era gobierno[186].

---

[183] Entrevista concedida ao autor por Roberto Pizarro, (em espanhol), no dia 2/02/2018

[184] O nome de Theotônio dos Santos aparece no Bando nº 10, na lista de políticos que deviam presentar-se às autoridades militares para serem detidos. Entretanto, seu nome próprio está registrado com erro de grafia e aparece como "*Teotorio*" no lugar de "*Theotônio*", (Ver anexo j)

[185] Entrevista concedida ao autor por Roberto Pizarro, (em espanhol), no dia 2/02/2018.

[186] Entrevista concedida ao autor por María Soledad Bravo, (em espanhol), no dia 09/02/2016.

Independiente dessas inquietações, María Soledad expressa suas opiniões sobre a relação que teve com os brasileiros com os quais manteve contato direto:

> [...] tengo una excelente opinión de ellos, eran personas muy serias, que podían hacer análisis políticos interesantes, además, eran muy confiables. Se podía confiar en ellos, que las tareas que podíamos hacer juntos ellos iban a cumplir. Porque ellos habían trabajado en la clandestinidad, algunos en la lucha armada, los que estuvieron en la lucha armada sirvieron como instructores. En ese sentido, el aporte de los brasileños en todas las partes donde estuvieron, fue muy significativo e importante (…) estuvieron en todas las frentes, tanto gubernamentales, como en los sectores populares y campesinos (…) se integraron al proceso y trataron de dar lo mejor de sí[187].

A importância desses núcleos e a projeção internacional das suas atividades desempenharam importante atrativo para diversos docentes e pesquisadores de elevado padrão profissional tendo alguns deles participado diretamente em instituições governamentais, como foi o caso de Paulo Freire, que chegou ao Chile ainda no governo da Democracia Cristã e inseriu-se no ICIRA onde trabalhou em projetos de educação popular durante o governo de Eduardo Frei. Ele percebeu a problemática que implicava assumir a condição de exilado e de aproximar a teoria à prática num contexto reformista permeado por manifestas demandas revolucionárias que nutria a esquerda latino-americana:

> Vivi no Chile antes do governo Allende. Sai em 69 [...] e uma das coisas que aprendi, nessa reflexão sobre a cotidianidade era que as afirmações abstratas políticas, religiosas ou morais, que eram excelentes, não se transformavam, não se concretizavam nas ações individuais. Éramos revolucionários em abstrato, não na vida cotidiana [...] a revolução começa na revolução da vida cotidiana. (FREIRE; FAUDEZ, 1985, p. 35).

Paulo Freire dimensionou a realidade chilena no final da década de 1960, onde o clima de polarização política dava espaço para disseminar ideias que nem sempre se associavam com a realidade contingente do país. Realidade que a partir dos anos 70 será analisada de forma diferente por muitos brasileiros que tiveram que abandonar o anonimato da clandestinidade no Brasil e, no Chile, transitaram com liberdade e exerceram a sua respectiva profissão associando, concomitantemente, o papel político de um exilado e o de um profissional devidamente credenciado em áreas especificas contribuindo profissionalmente para um

[187] Entrevista concedida ao autor por María Soledad Bravo, (em espanhol), no dia 09/02/2016.

processo mais amplo, onde o Brasil e o Chile eram apenas partes integrantes desse complexo mosaico latino-americano.

Herbert José de Souza, o Betinho, viveu a particular experiência de sair da clandestinidade e ser um militante com diversos codinomes para, posteriormente no Chile, se confrontar com a necessidade de se apresentar publicamente como um profissional, sem os subterfúgios de driblar os agentes da repressão que ameaçavam diuturnamente sua vida. Essa vivência deu sentido ao seu cotidiano onde as palavras, ideias e o próprio trabalho se somavam ao processo histórico que se vivia no Chile e à consciência de fazer parte do mesmo:

> A primeira possibilidade que se apresenta de trabalho é a Flacso (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais), como auxiliar de investigação, como pesquisador (...) Depois de um certo tempo, através da Flacso, vou trabalhar com a Odeplan, que é a Oficina de Planificação da Presidência da República, com um assessor de Allende. Isso em função do processo eleitoral, da análise da conjuntura, como profissional e ao mesmo tempo como militante político, como um profissional-político[188].

Recuperar a identidade e dialogar profissionalmente e politicamente com os seus pares, sem o medo nem os fantasmas da vida clandestina, era de fato uma experiência única. Acordar de manhã sem pensar no próximo aparelho, nem no DOPS, DOI-CODI, OBAN, CENIMAR ou Fleury era uma mudança de hábitos difícil e complexa para Herbert de Souza destacando que:

> A transformação mais importante que ocorre para mim no Chile é que depois de ser no Brasil José, Pedro, Joaquim, Gilson, uma serie de pessoas na vida clandestina, eu tenho que no Chile voltar a ser eu e, para trabalhar e sobreviver, tenho que voltar a ser sociólogo[189].

Pra o Betinho, desfazer-se de diversas personalidades assumidas na clandestinidade foi uma experiência memorável, ainda mais quando percebe que pode reencontrar-se com sua própria identidade e transitar livremente pelas ruas de Santiago. Acordar pelas manhas e poder caminhar, visitar amigos e conhecidos, falar de política e poder exercer a sua profissão como sociólogo, adquiriram uma dimensão incomensurável para esse brasileiro que deixou pra atrás a sombria clandestinidade.

Assim, em contraste com os exilados institucionais[190] que chegaram imediatamente após 1964 e que foram recebidos em instituições nacionais e internacionais e percebiam seus

---

[188] Herbert de Souza "Betinho" In: UCHÔA CAVALCANTI, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). **Memórias do exílio**: Brasil — (1964-19??) – de muitos caminhos. São Paulo: Livramento, 1978. P. 97.

[189] Ibidem, p. 96,97

[190] Denomino "exilados institucionais" aqueles brasileiros que tiveram que abandonar as suas respectivas instituições (governo, universidades, etc.) onde desempenhavam funções no Brasil, para receberem asilo tanto do

proventos em dólares, havia aqueles exilados que formavam parte da diáspora compulsória compelidos pela violência repressiva, pela tortura, pelas prisões, pelo medo, pela desintegração social e familiar, enfim, aqueles que se recusaram a continuar vivendo em seu próprio país como verdadeiros espectros, numa caminhada para o ocaso. A precariedade econômica dos que foram chegando após 1968 e início de 1970 era uma marca constante, pois ademais dos militantes de organizações havia estudantes, sindicalistas, pessoas comuns que não estavam vinculadas diretamente a nenhuma organização ou partido e que, nesses primeiros momentos, receberam o apoio da chamada "caixinha", destinada a amparar economicamente aos recém-chegados para cobrir as necessidades mais imperiosas.

Lucia Lobato, militante do PCBR e exilada no Chile, formava parte desse universo feminino que também vivenciou essa dura realidade, visto que os homens não foram os únicos protagonistas desse processo e, ao referir-se a essa inciativa econômica para apoiar aos exilados para as necessidades básicas, ela lembra que a "caixinha" desempenhou uma base de apoio importante para os exilados que chegaram ao Chile em condições de precariedade econômica. O relato de Lucia Lobato evidencia que, se o exilio representou um imperioso hiato na vida dos homens, também teve profundos impactos no cotidiano das mulheres brasileiras e, os seus relatos, requerem especial atenção considerando que seu protagonismo enquanto exiladas e a forma muito particular de recriar as histórias, o interesse e a agitação que provocam, são diferentes para homens e mulheres (PISCITELLI, 1993).

Para muitas delas, sair do país significou escapar do Serviço Nacional de Informações e seu acosso ameaçador; já para outras, a vida no exterior representou um sentimento de perda, de solidão e da angustia, de ter que reconstruir o cotidiano sem o seu referente material nem afetivo vital. Reorganizar a vida num espaço desconhecido, com outro idioma, outro código de valor económico para o dia a dia, superando temores e desconfianças com os transeuntes na rua e no bairro onde moravam, em síntese, reconstruir a existência cronológica, espacial e temporal através do particular prisma feminino.

Destaque-se que os homens que chegavam ao país na condição de exilados receberam o reconhecimento de partidos políticos da esquerda chilena, assim como da sociedade local, oferecendo-lhes a possibilidade de retomar suas atividades políticas, laborais, estudantis ou acadêmicas facilitando significativamente a sua integração e desempenhando, quando se dava o caso, o seu tradicional papel de figura pública do grupo familiar. Já para as mulheres que

---

governo chileno como das instituições nacionais e internacionais que atuavam no país. Eles não se enfrentam no Brasil com o novo poder de fato nem vivenciaram as perseguições, torturas, desaparecimentos e mortes que caracterizaram a fase mais repressiva do regime.

chegaram ao país junto com os seus companheiros, ou com seus respectivos filhos, a discrepância era evidente, pois o espaço destinado para elas restringia-se ao âmbito privado das atividades domésticas, tarefas essas que nem sempre representaram um ponto pacífico potencializando divergências e rebelando-se contra esse relegado espaço que a sociedade, segundo Sarlo (2005), configurou-se como a quinta-essência da esfera feminina.

Alguns exilados encontraram no Chile um espaço democrático onde seus ideais revolucionários encontraram terreno propício para uma inserção sem traumas, sem o fantasma do aparato repressivo, sem ter que se esconder nem trocar de "aparelhos" para preservar a sua própria vida e das seus companheiros e companheiras e poder, finalmente, caminhar e falar com as pessoas em plena liberdade. Todavia, para outros, como o caso de Sandra (pseudónimo) essa inserção nunca chegou, e o lugar de exilio transformou-se numa inadaptação conflituosa, amplificada pela dificuldade que teve com o idioma, com os hábitos do povo, com o frio que a atormentava opressivamente entre a cordilheira e o oceano pacífico, além da solidão implícita nessa luta por independência e liberdade. Nas palavras de Sandra:

> Chile foi uma experiência muito ruim, eu me sentia numa armadilha o tempo todo. Lá vivi de fato a solidão que antes vivi acompanhada. Até do meu filho tive de me separar porque fui morar numa pensão onde ele não poderia ficar comigo e ele teve que ir a morar com o pai. [...] Por causa dessa solidão mesma, vivi uma situação de independência absoluta. Eu era eu. Isso era evidentemente uma coisa muito triste de concluir, mas podia viver sozinha no sentido de não ter amigos, não ter companheiro, não ter uma família, não ter organização política nem luta política, não ter absolutamente ninguém, não ter nada[191].

Destaque-se que essa transição e inserção no cotidiano chileno nem sempre se configurou como algo passivo nem estático, tampouco pode configurar-se como duas gerações de exilados isoladas entre si (ROLLEMBERG, 1999), pois, a opção por deixar o país não estava ao alcance de todos os membros do governo deposto de Jango nem os seus simpatizantes. Por outro lado, os que já se encontravam no Chile a partir de 1964, não estavam desconectados da realidade brasileira, nem os que foram para o exílio a partir do cerco repressivo institucionalizado em 1968 desconheciam o destino dos seus patrícios que representavam os primeiros exiliados em solo chileno.

A incondicional recepção oferecida no Chile demandou certa capacidade de adaptação, rearranjos e acomodações pessoais, grupais, materiais e, inclusive, reformulações ideológicas e organizacionais. Essa premência estava nucleada pelas condições objetivas que levaram a

[191]Sandra (pseudônimo) In: COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha. **Memórias das mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. P. 248.

deixar o país, que se enquadravam na militância dentro de determinadas agrupações políticas e ideológicas, assim como pelo imperativo de escapar com vida dessa espiral de arbitrariedades institucionalizadas, a pesar disso no Chile, Teresa Cavalcante afirma: [...] *estávamos num pais que não falávamos a língua (...) mas a confiança na liberdade era tão grande na gente que a gente estava em casa! Falando horrível o espanhol, mas os chilenos são muito receptivos*[192].

A vida política partidária também fazia parte do cotidiano, contribuindo decididamente para intercambiar ideias e projetos entre brasileiros e chilenos de forma conjunta onde alguns, segundo Bruno Dauster, *empiezan a hacer contactos con el PS, otros con el MIR, otros con el PC. Había muchas maneras de encontrarse y también intereses, muchos van a la escuela, vuelven a estudiar*[193]. Por outro lado, os exilados que chegaram com o grupo dos 70, em janeiro de 1971 receberam, excepcionalmente, todo o apoio do governo para a sua integração à sociedade chilena e as autoridades locais, nas palavras de Vera Rocha, *nos ponen en contacto con unos talleres para hacer cursos, para ayudarnos a aprender el idioma y tener también una profesión allá, porque muchos eran estudiantes y no habían terminado sus cursos, para tener una profesión que les permitiera trabajar*[194].

Destaque-se que dentro dos exilados brasileiros predominavam pessoas originarias de estratos sociais médios e de várias organizações políticas, mas de acordo com João de Paula, o maior número *veio do núcleo estudantil e dos diferentes partidos e, aí, você tinha toda a diáspora da esquerda, os grupos políticos que tinha no Brasil estavam ali no Chile*[195]. A classe trabalhadora, esteve maioritariamente ausente no exílio chileno, deduzindo disso que, o processo de luta e confronto direto com os militares, após 1968, não teve o apoio do povo, dos trabalhadores e das camadas populares mais desfavorecidas porque, segundo Ruth Cavalcante *eu não me lembro de ter conhecido nenhum operário, pobre, não me lembro. Me lembro sobretudo da classe média social alta, que teve condições de se deslocar. Também porque o deslocamento para o Chile era caro, você sair do Brasil não era uma coisa simples*[196].

A afirmação de Ruth Cavalcante não se sustenta plenamente diante a realidade mais abrangente dos exilados que foram para o Chile que, embora fossem predominantemente de classe média, houve entre eles um operário da indústria metalúrgica paulista, relativizando a predominância social do exilio. O operário referido era Roque Aparecido da Silva, militante da VPR e líder da greve dos metalúrgicos em Osasco realizada em 1968, ele chegou ao Chile em

[192] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017
[193] Entrevista concedida ao autor por Bruno Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.
[194] Entrevista concedida ao autor por Vera Rocha Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.
[195] Entrevista concedida ao autor por Joao de Paula no dia 17/12/2017.
[196] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcante no dia 17/12/2017.

janeiro de 1971, no grupo dos 70 militantes trocados pela liberdade do Embaixador suíço e, uma vez no Chile, desempenhou atividades vinculadas à indústria e ao movimento sindical.

A depender das atividades desempenhadas por cada exilado, seu círculo de relações e motivações variava significativamente e, no âmbito das organizações, propostas políticas, assim como divergências estratégicas da luta contra a ditadura brasileira, muitas disputas que já existiam no Brasil na análise de Paulo Lincoln *eram transporte para o Chile. Então, os partidos que aqui não se davam bem, digamos assim, eles levavam para lá as contradições, as disputas e as diferenças*[197]. Em outros casos, alguns militantes se incorporaram às atividades que compatibilizava coam a sua formação e inserção partidária, como no caso especifico de Paulo Lincoln, engenheiro, cujos contatos mais imediatos eram com membros do Partido Comunista chileno dentro da Corporación de la Reforma Agraria, CORA, na qual ele trabalhava e:

> [...] participava das reuniões que seriam do Partido Comunista da CORA, o núcleo da reforma agraria, mas não era como militante, apenas como membro institucional da organização que eles achavam que eu tinha que conhecer a posição para que pudesse exercer minha função de forma mais correta[198].

Os contatos com brasileiros resultaram, em alguns casos, projetos muitos profícuos para analisar a realidade político-econômica do Brasil e do continente, como no caso de Bruno Dauster, militante do PCBR, que posteriormente à sua chegada conseguiu se incorporar a uma empresa de comunicações e de telefonia que havia sido nacionalizada e, nesse interregno, encontrou-se com a economista Conceição Tavares que se encontrava exilada no Chile resultando, desse contato inicial, uma iniciativa destacada considerando que :

> […] con menos de un mes que yo había llegado fui a trabajar en Entel, que era de la ITT, que había sido nacionalizada. (…) cuando llegamos, ahí me encontré con Conceição, una economista, mi profesora, y le pedí si podríamos organizar un grupo de estudios económicos sobre el Brasil llamando a algunas personas del grupo nuestro, de otros grupos, para una discusión económica y política con ella. (…) entonces teníamos con ella este grupo de discusión que ella orientaba, daba la clase magistral porque ella tenía esa capacidad de análisis de Brasil. Además, en una decisión que tuvimos con la organización, creamos la revista "Pueblo y Poder", hecha en español (…) una revista abierta para discutir Brasil y la situación política de Latinoamérica[199].

[197] Entrevista concedida ao autor por Paulo Lincoln no dia 17/12/2017.
[198] Entrevista concedida ao autor por Paulo Lincoln no dia 17/12/2017.
[199] Entrevista concedida ao autor por Bruno Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.

Outro aspecto que inquietava aos exilados brasileiros no Chile era o relacionado com as informações sobre o Brasil, as quais eram muito esparsas e nem sempre era possível conseguir informações atualizadas. O mesmo acontecia com os contatos com as respectivas organizações que continuavam a luta no Brasil fazendo o possível para ajudar esses companheiros dentro das possibilidades, enviando informações sobre contatos ou fazendo chegar até eles documentos falsificados para poder atuar clandestinamente ou sair do Brasil com destino ao exilio. Sem embargo, esse contato:

> […] era un contacto clandestino, venía un correo, venía una persona, el contacto se hacía por ahí. Se hacían muchas cosas para apoyarse. (…) había talleres de documentación en que se producían documentos falsos, copias, documentos que se utilizaban en Brasil (…) los enviábamos para que la gente tuviera documentos con su foto[200].

Os encontros entre os brasileiros aconteciam em função das necessidades e das relações que existiam entre os grupos e indivíduos e, quando aconteciam, o tema predominante era a política. Ruth Cavalcante afirma que para *conversar banalidades era um problema, porque a toda hora só se queria falar de política, se era uma novidade diferente, era um problema gente! A gente não se podia encontrar para falar besteiras!* [201]. Independente da organização à qual pertenciam, os contatos aconteciam condicionadas pelo contexto político brasileiro e chileno, porém como relata Paulo Lincoln:

> [...] eram contatos mais a nível pessoal (...) conhecia e conversava sobre as organizações, mas não era um contato oficial, de partido. A gente discutia com muita frequência a questão das organizações do Brasil, essa discussão era constante, misturada com a experiência chilena. Então essa crítica e autocritica funcionava muito forte e, à medida que o processo chileno ia se deteriorando, também a visão mais militarista voltava à tona[202].

Ronald Lobato, militante do PCBR, descreve seu processo de integração e as atividades que circunstancialmente eram realizadas no Chile, com a diferença potencial que representava atuar em liberdade, o que favoreceu a obtenção de informações sobre o Brasil e asua organização muito mais atualizadas:

> […] conseguí empleo en el ICIRA, conectada a la FAO. Ha sido muy bueno porque el trabajo era de investigación sobre la reforma agraria y tuve que trabajar con gente interesante y con Thiago de Mello. La organización (PCBR) no se acabó, siguió

[200] Entrevista concedida ao autor por Bruno Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.
[201] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcante no dia 17/12/2017.
[202] Entrevista concedida ao autor por Paulo Lincoln no dia 17/12/2017.

> trabajando aquí en Brasil, así que teníamos comunicación. Lo bueno es que allá en Chile había libertad, así que, compañeros de distintos estados se comunicaban. Entonces teníamos una información de Brasil mejor que la información que teníamos de Brasil, en Brasil. (…) Cuando llegó Allende (…) fui a trabajar en la URPLAN, conectada a la ODEPLAN (Oficina de Planificación Nacional) (…) nosotros teníamos que acompañar los cordones industriales de Santiago y, yo, me dediqué más al cordón de Vicuña Mackenna[203].

Essa liberdade no exilio lhes permitiu elaborar publicações, como a revista "Pueblo y Poder" que tinha o objetivo de informar sobre o contexto político brasileiro e sobre temas de interesses pontuais. Essa publicação *a pesar de que era sobre Brasil (...) publicábamos ensayos sobre diferentes estados, sobre la cuestión campesina, sobre la cuestión urbana, sobre la cuestión política, pero solo hicimos 4 números*[204].

A possibilidade de externar as ideias a partir de documentos, informes ou outro tipo de publicações foi, sem dúvida, uma experiência que no contexto político brasileiro era uma realidade impensável. Analisar questões que, embora estivessem ancoradas na realidade do país de origem, Brasil, permitia ampliar o debate para um contexto mais amplo que incluía o Chile e o continente latino-americano.

4.3 FICAR COMO DECISÃO DE RECOMEÇO

A chegada ao país de cordilheiras, tanto para os primeiros exilados como para os que chegaram posteriormente ao cerco instaurado pelo SNI, a partir do AI-5, foi condicionada por fatores que iam além da sua condição de exilados. Para uns, pesou favoravelmente o respaldo acadêmico, financeiro, partidário, familiar, a proeminência social, o vínculo com instituições religiosas, enquanto que para outros, a saída e chegada a um novo país implicou em imperiosos rearranjos e adaptações que dependiam muito mais de terceiros do que deles próprios, incluído aí o governo, instituições, amigos ou conhecidos que já se encontravam no Chile.

Estes mesmos fatores determinaram a decisão de ficar no país de asilo ou continuar o caminho com destinos diversos, entretanto, houve outros que privilegiaram a decidida determinação de ficar e refazer projetos pessoais, acadêmicos, político-partidários, ou na ausência destes, simplesmente preencher os pulmões com a desejada liberdade e com possibilidade de nutrir promissoras expectativas numa sociedade democrática e politicamente ativa. Se o exílio cindiu territórios, famílias, cotidianos, abortando uma diversidade de projetos

[203] Entrevista concedida ao autor por Ronald Lobato (em espanhol), no dia 01/09/2014.
[204] Entrevista concedida ao autor por Ronald Lobato (em espanhol), no dia 01/09/2014.

que contemplavam, desde a luta armada contra o regime até aspectos pessoais, políticos, familiares, também representou um estímulo para recomeçar a vida a partir desse novo código espacial e territorial, onde prevalecia o esforço por entender, assimilar, relativizar e, se necessário, se somar às lutas desse povo que acolheu uma significativa quantidade de brasileiros, independente das motivações que os levaram a ingressar no Chile e de suas respectivas vinculações com organizações ou partidos.

O contexto revolucionário que se vivia no Chile após a vitória de Allende, fez com que alguns exilados não hesitassem à hora de ficar no Chile e recomeçar a luta a partir de outra realidade. A "via chilena ao socialismo" representou para diversos militantes e grupos que lutavam ativamente no Brasil contra o regime de exceção, a oportunidade de lutar a partir de um cenário onde a atividade e as organizações políticas atuavam em plena liberdade, perpassando as fronteiras das organizações partidárias e ecoando profundamente em todas as camadas populares.

O povo era protagonista ativo e a política capilarizada em diversos segmentos sociais, como trabalhadores, donas de casa e estudantes, o que contribuía para o despertar de uma consciência e a necessidade de construir para uma sociedade mais equânime, tendo o fermento revolucionário como combustível ideológico. Esse cenário impactou favoravelmente alguns exilados e influiu diretamente na decisão de ficar no país para incorporar-se ao processo revolucionário chileno:

> Muchos compañeros empezaron a discutir 'mira, yo pensaba volver a Brasil para hacer la revolución, pero yo estoy en un lugar en el que de un momento a otro habrá una guerra civil, una revolución, entonces, porque voy a hacer la revolución a 3.000 Km de distancia si estoy en el lócus de la revolución, voy a hacerla aquí'. Muchos compañeros empezaron a aproximarse de los grupos chilenos para prepararse para la guerra civil[205].

A fala de Bruno Dauster, exilado no Chile e militante do PCBR, evidencia a fascinação de estar num espaço onde os partidos de direita e de esquerda disputavam abertamente a conquista do governo sem o fantasma da clandestinidade, das perseguições, das prisões e das torturas, além de ilustrar os intensos debates e divisões que se geraram ao interior das organizações brasileiras exiladas no Chile, diante do imperativo de reintegrar-se à luta de resistência no Brasil ou participar ativamente no projeto da "via Chilena para o socialismo".

---

[205] Entrevista concedida ao autor por Bruno Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014

Também no âmbito acadêmico houve momentos em que alguns intelectuais se defrontaram com o imperativo de ficar e refazer, parcial ou integralmente, o objetivo fundamental que orientava suas vidas, a rigor, o de poder contribuir teoricamente para o conhecimento humano e subsidiar com seus estudos a tomada de consciência num mundo politicamente polarizado. Foi o caso de Vania Bambirra, que ficou no Chile durante sete anos e durante esse período desenvolveu um rico e intenso trabalho de pesquisa, além de reconhecidos postulados teóricos sobre a realidade política latino-americana. No seu memorial Vania descreve essa experiência afirmando que:

> Ficamos no Chile sete anos e meio. Lá, realmente, me afirmei como intelectual, como professor, como pesquisadora e cientista social. Levantei voo. Adquiri autoconfiança, produto da segurança de que o meu trabalho era sério e fundamentado. Comecei a realizar o sonho de entender o mundo para ajudar a transformá-lo. Apaixonei-me pela minha profissão[206].

A decisão de ficar contribuiu vigorosamente para a materialização da sua trajetória intelectual junto com um grupo de exilados latino-americanos que debatiam a problemática do capitalismo no continente em contraposição aos postulados cepalinos. Seus trabalhos, orientados a sistematizar a teoria da dependência adquiriram projeção no continente e fora dele, além de contribuir substantivamente para a elaboração do Programa da Unidade Popular que levou ao socialista Salvador Allende ao governo chileno, momento que marcou de forma singular a permanência de Bambirra no Chile junto com o sentimento de que, suas hipóteses teóricas, se refletiam nos fundamentos que alicerçaram o processo político chileno de transição ao socialismo que desafiava interesses arraigados, visto que:

> Pela primeira vez, um programa de governo feito por uma frente de esquerda, com a participação relevante de um Partido Comunista, colocava a ênfase na liquidação dos monopólios nacionais e internacionais; estabelecia, também, que a soberania nacional só poderia ser consolidada quando fosse superado o capitalismo dependente, através da transição socialista. Eram exatamente as conclusões óbvias das teses centrais que defendíamos em nossas publicações, cursos e conferências[207].

Decidir pela permanência no Chile ou buscar refúgio em outro país ou continente afetou sensivelmente tanto a Vambirra com o a outros exilados brasileiros que tiveram que optar entre viver a experiência chilena, dentro do continente, ou buscar outros horizontes além do

---

[206] BAMBIRRA, Vania. Memorial, 1991. In: https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/wp-content/uploads/2016/01/memorial-abril-1991.pdf, p. 28.
[207] Ibidem, p. 38-39.

continente sul-americano. Foi o caso do deputado Federal Marcio Moreira Alves[208] que diante da escolha de fazer uma pequena escala de duas semanas no país para continuar com destino a França, decidiu ficar no Chile e descobrir que sua estadia no nesse país lhe permitiu fazer uma leitura de um tema desconhecido para muitos brasileiros: a realidade de América Latina.

O panorama político e econômico do Chile lhe permite fazer uma leitura crítica de um espaço geográfico até então desconhecido irradiando, consequentemente, uma tomada de consciência sobre o seu próprio país como parte integrante de uma realidade econômica e sociológica convergente. Entre tomar o avião com destino a Paris e ficar no Chile, Moreira Alves optou pela segunda opção, decisão que contribuiu categoricamente para conhecer outras realidades sociais do continente como Peru e México, afirmando que:

> O Chile foi então uma abertura de horizontes e pensei, com a ajuda de um velho amigo, que o Chile não eliminava a possibilidade de América Latina. Se batesse na Europa dificilmente poderia voltar à América Latina, sobretudo para ficar um longo período. Por isso fiquei um ano e meio no Chile, saindo em junho de 1970, portanto alguns meses antes da eleição de Allende[209].

Para os militantes que pertenciam a organizações armadas ficar no Chile era um desafio que implicava numa estadia de curta duração, pois para muitos deles, a experiência chilena com Allende na presidência estava longe de ser um processo revolucionário, considerando que Salvador Allende havia chegado ao governo pela via institucional através de um processo eleitoral e não de confronto ou ruptura. Participar do processo chileno ou se integrar à sociedade e sua dinâmica representava, de acordo com o gaúcho, e militante da VPR, Carlos Bona Garcia (1989), coadunar com um governo que eles, os revolucionários brasileiros, consideravam reformista e, portanto, não merecia a consideração nem a confiança dos revolucionários brasileiros.

Uma variada gama de disposições amparou a decisão de ficar no Chile e houve *aqueles que resolveram se engajar na resistência chilena. Eu fico e eu fico para lutar. Isso teve vários*[210] e, a partir desse critério foi possível reformular projetos pessoais, estratégias de luta, atividades acadêmicas ou profissionais, perspectivas geopolíticas que contribuíram para compreender a realidade de um país e de um continente que para muitos era desconhecido. Ficar e refazer a vida num território alheio representou um momento conflitivo para alguns ou

---

[208] Jornalista e político carioca, esteve exilado no Chile de 1968 até 1971.
[209] Ibidem, p. 229.
[210] Entrevista concedida ao autor por Joao de Paula no dia 17/12/2017.

plenamente convicto para outros, irradiando consciência latino-americana e, ao mesmo tempo, ampliando os horizontes interpretativos de uma causa que era comum a todo o continente: a luta por transformações profundas e pelo fim das indignidades.

5.MEMORIAS EM MOVIMENTO

As décadas dos anos de 1960 e 1970 do século passado, circunscrevem-se dentro de um contexto que contemplou, além de governos, organizações partidárias, rupturas institucionais, militância política, resistência armada, clandestinidade, prisões e torturas, também o exílio de brasileiras e brasileiros tanto no Chile como em outras latitudes. O exílio no Chile deixou múltiplas recordações que vão, desde a euforia que representou alcançar a liberdade depois de meses ou anos de prisão e torturas, até a dificuldade de adaptação num país de cultura, clima e hábitos diferentes resultando, em alguns casos, um desajuste social e emocional que trouxe consigo evocações densas e nebulosas.

As memórias verbalizadas emergem fortalecidas pelas convicções ideológicas, aderências partidárias ou perspectivas pessoais, permitindo um relato fluído e impregnado de avanços e recuos, vitórias e derrotas, conquistas e perdas, projetando adjetivos tais como luta, revolução, confronto, repressão, liberdade, inadaptação, entre outros, que caracterizaram os anos de embate contra o regime ditatorial brasileiro e essa nova realidade em território estrangeiro. O protagonismo individual e coletivo ocupa a primeira linha do discurso, reforçando táticas e estratégias que ilustram posições explícitas e inequívocas dentro de um contexto nacional e internacional de acirrada polarização e que, gradativamente, esse espaço de ação se vê reduzido em função das operações repressivas que vão prendendo e eliminando militantes, desmantelando organizações e forçando-os a optar pelo exílio como uma última via de luta.

O exílio foi tema de debates entre organizações brasileiras, desta vez em território chileno, amplificado pela dualidade entre democracia e ditadura, entre a via armada e a via pacífica, entre a experiência histórica e política do Brasil e do Chile. Portanto, esse período vivido no Chile é um terreno fértil de memórias em movimento, memórias em transição e transformação, memórias que demandam o espaço público para vencer o anonimato, para derrotar o esquecimento e resistir ao banimento do território mnemônico.

Entretanto, nem sempre o exílio foi o resultado direto de atividades políticas partidárias e, para alguns, sair do Brasil teve como motivação acompanhar o seu companheiro, ou ter que reencontrá-lo no Chile depois de semanas ou meses de separação e ausência e, inclusive, ter que deixar o país por falta de perspectivas diante da realidade adversa que invadia o espaço público e privado. Diante dessa imperiosidade, chegar ao Chile foi uma experiência marcada por reveses e agruras que representaram verdadeiros obstáculos para uma integração pacífica

no país sul-americano, os quais se manifestaram nas dificuldades com o idioma, o clima, a alimentação, o contexto político, entre outros, capilarizando fragilidades humanas que se potencializaram malogrando o cotidiano.

5.1 Brasil: Uma ditadura e dois golpes (1964-1968)

Os relatos dos exilados brasileiros se reportaram ao contexto pretérito da vida política nacional brasileira marcado pela dinâmica predominante de antes e durante a ditadura brasileira período que, para alguns o período antes de 1964 e no período anterior ao AI-5, ainda era possível organizar manifestações, protestos, greves e, de uma ou outra forma, usufruir certa liberdade de ação. Em alguns casos, foi possível continuar os estudos na universidade e exercer atividades no âmbito político, no âmbito sindical, estudantil e de diversas organizações sociais, disseminando um ambiente de aparente tolerância.

Para Roque Aparecido, esses primeiros anos que vão de 1964 ate 1968 representaram uma intensa atividade contemplando sua vida como estudante e como militante metalúrgico em Osasco, São Paulo:

> […] trabajaba en una industria de materiales ferroviarios, era la mayor industria metalúrgica de materiales ferroviarios de América Latina, tenía 4500 obreros. Estudiaba por la noche, en el colegial e, ahí, teníamos todo el trabajo de organización estudiantil, también. En el 66, constituimos en Osasco el Círculo Estudiantil Osasquense, que era una reunión de todos los gremios estudiantiles de los colegios de la ciudad y, al mismo tiempo, organizamos el movimiento estudiantil secundario, no universitario, la Unión Paulista de los Estudiantes Secundarios, la UPES. Tenía una intensa participación, sea en el movimiento obrero como en el movimiento estudiantil. En el 68, organizamos allá, en Osasco, la gran huelga metalúrgica, en contra la dictadura, en contra la legislación impuesta y ha sido un movimiento que se ha sostenido, básicamente, en las organizaciones, en el interior de las fábricas, el sindicato acá se queda fuera de las empresas e con poca efectividad en la organización y en la movilización[211].

As atividades exercidas por Aparecido não sofreram, inicialmente, censura direta nem desataram ações repressivas por parte dos militares, contribuindo para mobilizar seguimentos diversos que expressavam seu descontento pelo rumo do país dirigido por instituições castrenses. Esse ambiente contribuiu para despertar a consciência política de alguns brasileiros e, em outros, fortaleceu certas convicções doutrinárias ou partidárias que adquiriram protagonismo posterior a partir da mudança política de 1964, como no caso de Aluizio Palmar,

[211] Entrevista concedida ao autor por Roque Aparecido, (em espanhol), no dia 2/02/2018.

que desde 1961 já militava no Partido Comunista brasileiro (PCB) e acompanhou os debates e as críticas que recaíram sobre o seu partido após o golpe de Estado, resultando em dissidências dentro da organização:

> Em 1966, construímos a dissidência do PCB no Estado do Rio de Janeiro. As dissidências dentro do velho PCB surgiram durante os debates no VI Congresso do Partido. Diversos setores estavam descontentes com as análises que o Comitê Central fez sobre as causas do Golpe Militar e o seu desdobramento. Foram muitas reuniões e congressos municipais e estaduais – todos realizados na mais rigorosa clandestinidade. Eram várias correntes. A da maioria do Comitê Central propunha alianças com a burguesia e lutar contra a ditadura dentro do MDB; outra dizia que a luta contra a ditadura deveria ser em vários níveis, desde luta de massas até enfrentamento armado, outra de que a repressão inviabilizava a luta de massas e de que a derrubada da ditadura seria por meio das guerrilhas rural e urbana. As dissidências adotaram esta última fórmula com algumas variações de estado para estado[212].

Das discrepâncias surgidas a partir da análise e ação do PCB diante das contingências de 1964, surgiram agrupações que expressavam, não só diferenças de estratégias na luta contra a ditadura, senão também um desmembramento regional que se concentrou na região centro sul do território. Niterói, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul foram os estados em que emergiram importantes dissidências, a partir das quais surgiram agrupações que desempenharam uma ativa luta contra o regime militar reconstituindo-se, posteriormente, em novas agrupações em função do cerco desatado pelo aparato repressivo e optando pela via da confrontação armada, como o descreve Palmar:

> A primeira Dissidência Comunista a assumir a luta armada foi a do Estado do Rio – Niterói. Antes era Estado da Guanabara, cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói. Isso aconteceu entre 1966 e 1968. A DI de Niterói rompeu em 1967 com a direção do PCB e partiu pra luta armada, surgindo daí o MR8. A DI do RS passa pro POC – Partido Operário Comunista e a DI do Paraná, se incorpora com a DI de Niterói. A DI de São Paulo seguiu Marighela na criação da Ação Libertadora Nacional, a DI da Guanabara, assume a sigla MR8, em 1969, quando a DI de Niterói cai nas garras da repressão. Com a queda do MR8 antigo, eu e outros dois companheiros entramos na Vanguarda Popular Revolucionária – VPR[213].

O crescente cerco do aparato repressivo levou ao militante Aluizio Palmar à perda da liberdade, passando por diversos centros prisionais, onde o tormento físico e as agressões faziam parte do tratamento "especial" destinado aos presos políticos, Palmar esteve detido em:

> [...] prisões em Curitiba, também no presídio da Marinha das ilhas das Cobras e na Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores, ambas no Rio de Janeiro. Em todos estes

[212] Entrevista concedida ao autor por Aluizio Palmar no dia 24/09/2014.
[213] Entrevista concedida ao autor por Aluizio Palmar no dia 24/09/2014.

> locais eu e meus companheiros de prisão, todos do MR8, de Niterói, fomos torturados. Mais tarde, após o julgamento na 1ª Auditoria da Marinha, fui enviado para o Presídio da Ilha Grande[214].

A Bahia não ficou fora da efervescência política expressada na forma de manifestações e demandas por uma sociedade livre, democrática e pela luta por preservar o direito à educação superior já que, naquela época, segundo Juca Ferreira, *Havia uma ameaça de privatizar o ensino meio e, canalizar o grosso dos estudantes para as escolas técnicas, ou seja, era uma maneira de vedar e dificultar o acesso às universidades*[215]. Essa realidade levou Ferreira a se filiar ao PCB como forma de respaldar partidariamente ditas querelas, porém, acabaria se desligando do partido em função da posição que adotou o partido diante da conjuntura que resultou na deposição do presidente Jango, assim, seu ingresso durou escassos seis meses:

> [...] porque o Partido Comunista estava com dificuldade de fazer autocrítica de 64 e, tinha uma visão ortodoxa vinda de fora de que o Brasil ainda era uma estrutura feudal, o capitalismo inda não tinha se implantado, quando na verdade o capitalismo já era o modo de produção do Brasil. Então comecei a me aproximar de correntes que tinham referências em vários trabalhos teóricos como o de Caio Prado Junior e vários outros e, acabei saindo, liderando a dissidência secundarista do Partido Comunista que se juntou à dissidência universitária do Rio de Janeiro que dirigiu as manifestações em 68. Juntamos e homenageamos uma organização que foi exterminada pelo golpe chamada de MR-8, em homenagem ao Che Guevara, pegamos o nome para passar a ideia que a luta continua, mas na verdade eram as dissidências[216].

As dissidências revelaram o processo de atomização de uma organização que, até então, era referência política no campo da esquerda brasileira desde a sua formação em 1922 e que, ao início da década de 1960 aglutinou as lutas no âmbito político e sindical com o objetivo de unir suas forças *às da burguesia nacional e de outros setores progressistas para levar a cabo a revolução democrático-burguesa no Brasil, etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora* (RIDENTI, 1993, p, 25). A partir da ruptura institucional de 1964 emergem no cenário nacional algumas organizações que, embora oriundas da matriz comunista, foram irradiadas pela influência do foquismo proveniente da revolução cubana e do maoísmo chinês (REUS FILHO, 1990; RIDENTI, 1993), cujas deferências táticas e estratégicas foram marcadas por uma intensa disputa entre elas.

Com o passar dos anos, as atividades desses grupos se decantaram por ações de guerrilha urbana, caracterizada por sequestros de diplomatas e assaltos a bancos ou centros

[214] Entrevista concedida ao autor por Aluizio Palmar no dia 24/09/2014.
[215] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.
[216] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.

comerciais como forma de luta e, os outros que surgiram dessas dissidências, defenderam um trabalho de conscientização das massas como base de apoio para levar adiante o processo revolucionário. Juca Ferreira explicita que, naquela época, os militares ativaram uma eficiente maquinaria de monitoramento e captura dos opositores e, *com o passar do tempo e o sucesso relativo quanto ao crescimento da economia, a ditadura foi ficando mais violenta e passou a eliminar os opositores*[217], circunstâncias que reduziram sensivelmente o deslocamento e as ações de confronto desencadeadas contra o regime já que, o encalço que o serviço de inteligência desatou contra os seus adversários, impôs uma complexa arquitetura clandestina para evitar ser atingido pelos militares e seus agentes, realidade que depois de meses, segundo Beluce Belluci e, [...] *com o aumento da prisão de outros companheiros e a perda de contato com a organização, resolvemos sair do pais para recontatar a organização*[218].

Nesse contexto, o 13 de dezembro de 1968 ficou marcado na memória de Ruth Cavalcante, nesse dia o governo militar decretou o Ato Institucional n° 5, data que coincidiu com a sua prisão no campus universitário onde lecionava, na cidade de Fortaleza e, após ser detida, as circunstâncias favoreceram a elaboração de um plano de fuga para poder escapar da mão dos seus captores. Sua condição de educadora e seu compromisso com seu papel social iam além das limitações impostas pelo regime, pois, naquela época ela:

> [...] estava formando pessoas para trabalhar com o método Paulo Freire quando aconteceu o golpe, o golpe sob o golpe, o AI-5, o Ato Institucional nº 5, (...) eu estava dando aula e achei que deveria dar uma satisfação aos alunos, de que não podia mais dar aula porque estava proibido qualquer tipo de organização de agrupamento. Nessa hora fui presa, no próprio campo da universidade, passei 4 meses na prisão e, como não havia prisão para presas políticas femininas, eles me botaram num hospital e facilitou que eu arquitetasse uma fuga, junto com meus familiares e com o pessoal do partido, da AP[219].

Posterior a esse fato, Ruth ingressou no PC do B, partido que seguia as orientações da China comunista de Mao e que, naquele período, preparava quadros para se deslocar para as áreas rurais e se integrar aos camponeses do lugar para assemelhar-se e, a partir desse processo, organizar uma guerrilha rural. Seguindo essas orientações Ruth e seu companheiro João de Paula se deslocaram para o interior de São Paulo, na fronteira com o estado do Paraná, no

[217] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.
[218] Entrevista concedida ao autor por Beluce Bellucci, no dia 09/09/2014.
[219] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcanti no dia 17/12/2017.

campo *e aí passamos um ano e começamos a discordar desse tipo de política, totalmente isolados! Isolados de tudo!* [220].

Ruth, detalha as condições materiais da localidade para onde foram deslocados pelo partido, com o intuito de preparar as bases para dar início à revolução rural de tipo maoísta que o PC do B teorizava. O lugar, destituído de qualquer meio de transporte, comércio e urbanidade básica resultou para eles uma experiência desfavorável e problemática, pois, segundo as palavras dessa militante:

> Nós morávamos numa casa de taipa coberta de palha (...) o companheiro nosso era dentista e já estava desdentado de tanto que ele morava lá e se casou com uma viúva com 5 filhos e morávamos todos nesse lugar, era para disfarçar mais, para se tornar uma pessoa do lugar e tal. Só que as condições eram de tal maneira precárias que eu me lembro que o João ia fazer compras e vinham enroladas no jornal, a gente ia ler aquele pedaço de jornal, porque não tinha que ler, era propaganda (risos). Era uma situação tão precária que, para fazer compras de comida se andava 12 quilômetros. Eu não sei como um partido inteiro podia entender que aquilo ali podia dar uns revolucionários a ponto de transformar o país inteiro[221].

As afirmações relatadas por Ruth, são complementadas por João de Paula, seu companheiro à época, nessa experiência enquanto militantes do PCdoB:

> [...] os dois fomos deslocados para uma região no interior de São Paulo que ninguém imaginava que pudesse ser uma região favorável para a preparação da luta armada, mas o PCdoB entendia que sim, que era uma zona de floresta, na fronteira de São Paulo com o Paraná, o Vale da Ribeira, onde por acaso o Lamarca montou um negócio lá que não tinha nada a ver com o PC do B e, que tornava a nossa vida mais perigosa ainda, nós fomos depois do Lamarca, então aquilo já estava na lupa dos militares.(...) fomos viver lá um ano, (...) enquanto acreditávamos que estávamos ali e que o movimento comunista sairia vitorioso no mundo e que a linha chinesa era a vanguarda do proletariado. Até que veio a visita de Nixon a China e, aí, fica claro que a China entra no mesmo jogo da URSS. (...) eu sei que começamos a questionar o PC do B, o PC do B não aceitou nosso questionamento[222].

Essa discordância levou a Ruth e João a tomar a decisão de sair do Partido e recomeçar suas vidas, porém viver uma vida sem sobressaltos nem temores era algo impensável diante da eficiente máquina repressiva que recaía sobre as organizações de esquerda. Diante desse impasse, as possibilidades de continuar no país eram bastante reduzidas levando-os à *clandestinidade sem ter suporte político nenhum, sem ter o apoio nem da família porque estávamos distantes, no sul do país, então o caminho foi ir para o Chile.*[223]

---

[220] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcanti no dia 17/12/2017.
[221] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcanti no dia 17/12/2017.
[222] Entrevista concedida ao autor por Joao de Paula no dia 17/12/2017.
[223] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcanti no dia 17/12/2017.

Discrepâncias semelhantes enfrentaram outros dois cearenses que se exilaram no Chile e que, juntos, participaram na Guerrilha do Araguaia, em Xambioá, no norte de Goiás, hoje integrada ao estado de Tocantins. Se deslocar-se para a região do Araguaia era parte do projeto político do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), cujos militantes o assumiram como um passo decisivo para o início da guerrilha rural contra a ditadura brasileira, entretanto nem todos eles conseguiram gerenciar as exigências e contradições que o projeto revolucionário impunha.

Teresa Cristina Siqueira Cavalcante e seu companheiro à época, Pedro Albuquerque, ambos militantes do PC do B, viveram pessoalmente as dificuldades e desentendimentos que implicaram levar à prática a teoria revolucionária que o Partido advogava. Com tudo, o partido, a luta revolucionária e a própria guerrilha não contemplavam a possibilidade de uma militante mulher decidir livremente pela maternidade o que, nas palavras de Teresa, se transformou numa situação bastante difícil de lidar:

> [...] porque eu não queria entrar na luta armada, eu tinha uma ideia muito romântica de que a gente conseguia mudar o poder através das transformações, da consciência, de tudo. Eu era muito ligada à população, mas, de todas maneiras, eu não estava preparada para entrar na guerrilha. Mas, também, tinha um problema. Eu queria ter um filho, na guerrilha era impossível uma coisa dessas. Nós chegamos no Araguaia, nos envolvemos para conhecer a mata, treinamento, inclusive eu era boa atiradora, incrível! Eu que não queira atirar, tinha talento. (...) uma vez o partido me colocou para dar aulas na comunidade, era uma das minhas tarefas no Araguaia além da preparação para a guerrilha que todos tinham que se preparar, eu tinha um grupo de alfabetização de adultos, isso aí me satisfazia muito. Ai aconteceu que eu fiquei gravida e eu decidi ter o filho, porque eu dizia que não foi proposital, mas como a gente não tomava pílulas, com o descuido (...) Ai, o partido não aceitou (...) falei com Pedro que eu ia embora de qualquer jeito, ou o partido quisesse ou não, então os companheiros não aceitaram e eu planejei uma fuga (...) como eu tenho um bom senso de localização e já estava 8 meses no Araguaia, eu tinha compreensão de tudo o espaço físico, então planejei a fuga dentro de umas picadas que o partido não sabia, mas a gente tomou o cuidado de deixar as armas num local que eles já tinham (...) nos troncos de arvore[224].

Essa decisão pessoal originou certas discórdias com os dirigentes do partido, e com alguns companheiros, provocando nela um sentimento contraditório entre a culpa de abandonar a luta e a impreterível decisão de ser mãe. Para Teresa, a saída do Araguaia foi um verdadeiro trauma *porque me senti que eu estava traindo o partido e ainda estava levando Pedro (...), mas eu estava determinada, eu não queria abandonar a guerrilha, mas, eu não queria deixar de ter minha filha e, sabia que lá não poderia ser*[225].

[224] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017.
[225] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017.

Seu companheiro, Pedro Albuquerque, que acompanhou Teresa no Araguaia e posteriormente deixaram juntos a guerrilha em função da gravidez dela, menciona a realidade política funesta à qual os grupos de esquerda e do seu partido, o PC do B, estavam submetidos sendo, diligentemente, desarticulados e eliminados pelos órgãos de repressão. O nascimento da filha e as barreiras que impediam poder criá-la com serenidade dentro do Brasil, levara-os a buscar um outro país para obter asilo com a inevitável separação da criança já que, em função do:

> [...] desbaratamento total da esquerda (…) de derrota, nós tínhamos sofrido uma derrota militar e a derrota política (…) desbaratado e derrotado militar e politicamente (…) não tinha como viver no Brasil (…) todas a portas se fecharam (…) depois, com a guerrilha, com a prisão e todo, a Teresa condenada não se podia apresentar, teve nossa filha e eu não podia viver com as duas, na prisão eu sustentei que nós nos tínhamos separados para proteger Teresa. Nessas circunstâncias, nos deixamos a nossa filha em Recife, com os país de Teresa e fomos procurar o exílio e, só tinha uma porta de saída, que era o Chile, não tinha outra, porque não podia sair, para qualquer outro país era o passaporte, aqui, na América do Sul era a identidade, saí com o nome de Francisco Cardoso de Oliveira[226].

No meio dessas incertezas sobre o futuro e na busca de um lugar no exterior para se refugiarem, Teresa e Pedro visitaram em Recife um velho conhecido de ambos, Dom Helder Câmara, que os questionou sobre o destino preferido por eles. Segundo Teresa, o religioso católico parece que já previa o desenlace da experiência chilena e ilustrou, sem meias palavras, o futuro político desse país *no Chile vai ter um golpe e vocês vão para outro golpe*[227], palavras essas que não foram suficientes para que eles desistissem de sua decisão porque *quando se tem filho, tudo muda (...) também, o processo chileno nos encantava muito (...) a gente via o Chile como um processo latino-americano mais avançado*[228].

A trajetória desde Recife até chegar à fronteira contou com o amparo permanente da instituição Católica, tanto na Bahia como em Minas Gerais e, nesse processo, segundo Pedro Albuquerque, *viemos para Salvador para procurar Don Timóteo, Don Timóteo nos abrigou no convento e, aí no convento, ele nos encaminhou para Belo Horizonte.*[229] Após a chegada no Chile e sentir que estavam distante das perseguições, esse primeiro vislumbre de liberdade foi ofuscado pelos humores geológicos do Pacifico que, de forma inusitada, lhes deu as boas-vindas sísmicas em pleno centro de Santiago onde, segundo Teresa Cavalcante, *tivemos a*

[226] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015
[227] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017
[228] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017
[229] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/201

experiência da natureza, no cerro Santa Lucia, a terra começou a tremer e, como não tínhamos experiência, pensávamos que era uma mangueira que estivesse fazendo barulho[230].

O país ao que Teresa Cavalcante chegava oferecia um fenômeno desconhecido para os brasileiros. Chile se encontra numa região de fricção entre duas placas tectônica: a do Nazca, que se encontra no Oceano Pacífico; e, a Sul-Americana, localizada em América do Sul, provocando permanente tremores de terra e terremotos com toda a fúria e violência das entranhas da terra.

5.2 – No Chile de Allende: via armada ou via pacifica.

As primeiras impressões que os exilados tiveram ao chegar no Chile, transitaram entre a euforia de se encontrar num pais que lhes oferecia viver em liberdade, presenciar o exercício da política partidária aberta e explícita com a participação da população local na política contingente, não só dos chilenos senão de diversos exilados do continente e de outras latitudes. A possibilidade de escapar de um cotidiano denso e ameaçador fazia do Chilenas palavras de Neuza Barbosa [...] *o país mais cobiçado pelos esquerdistas, a vitória da UP era uma motivação muito grande (...) para quem tinha alguma perspectiva política o Chile era o ideal*[231].

Embora o Brasil compartilhasse fronteira com vários países sul-americanos, esses países se diferenciavam, entre outras coisas pelo idioma e, alguns brasileiros que chegaram como exiliados no Chile tiveram problemas para compreender e se fazerem compreender nos primeiros contatos com a língua espanhola que, coloquialmente, varia de país para país. Ressalte-se que entre o idioma português e espanhol existem os chamados falsos amigos ou falsos cognatos[232] e, estes, também contribuíram para gerar momentos anedóticos nas primeiras tentativas de estabelecer contato verbal com os residentes locais.

Um destes casos aconteceu com o paulista Arnaldo Agenor Bertone, militante do PCB e exilado no Chile a partir de 1970 que, na sua passagem pela Bolívia, se defrontou com a

[230] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017
[231] Entrevista concedida ao autor por Neuza Barbosa, em 26/09/2013
[232] Os Falsos cognatos ou falsos amigos são palavras cuja grafia ou pronúncia é semelhante entre os idiomas Português e Espanhol, porém possuem valores semânticos ou significados diferentes.

diferença entre a escrita dos dias da semana em português e os correspondentes em espanhol[233]. Assim, num determinado momento:

> Na tentativa de sair da Bolívia, aconteceu, já de cara, a 1ª confusão com o espanhol. Lemos na estação ferroviária de Corumbá: *Santa Cruz Martes, Santa Cruz Miércoles, Santa Cruz Jueves*. Nos, porém, só queríamos seguir para Santa Cruz de la Sierra. No nosso quase nenhum conhecimento do castelhano, pensamos que eram várias diferentes cidades[234].

Semelhante confusão com os dias da semana aconteceu com os cearenses Ruth e João de Paula num esforço por conseguir cigarros, posto que ambos eram fumantes declarados e, meses antes do golpe de 1973, os produtos de consumo diários escasseavam fruto do boicote interno e externo sofrido pelo governo Allende. Ruth reproduz o diálogo entre seu companheiro João, que não sabia falar uma palavra em espanhol, ao igual que Ruth, e o vendedor de uma banca de revistas onde se vendiam cigarros, onde João pensou que o dia da semana, em que possivelmente haveria o produto, era uma marca de cigarros:

> **João:** cigarrillos?
> **Vendedor:** solamente el miércoles.
> **João:** serve, qualquer um[235].

Ruth lembra esse fato entre risos incontroláveis, pois entre todos os fumantes que havia em Santiago eles *eram as únicas pessoas que fumavam um cigarro que se chamava miércoles*[236].

Teresa Cavalcante também passou por um momento curioso à hora de ir a pagar a conta numa cafeteria em Santiago, pois o *"caixa"* onde devia pagar a conta, em espanhol se escreve *"caja",* sem acento e com o som da letra jota totalmente diferente do português, entretanto, a grafia trouxe de imediato à memória de Teresa a fruta tipicamente nordestino "cajá" e a felicidade de haver encontrado algum sabor da sua terra natal. De imediato ela dirigiu-se à moça dizendo: *"me serve um suco de cajá"* e a moça do caixa sem entender o que falava lhe perguntou "c*ajá*?", resultando num dialogo incompreensível para ambas e a confirmação para Teresa de que o espanhol *tem muitas palavras parecidas, iguais, mas o significado diferente*[237].

---

[233] Em espanhol os dias da semana são: Lunes (segunda feira); Martes (terça); Miércoles (quarta); Jueves (quinta); Viernes (sexta); Sábado e Domingo são iguais ao português.
[234] Arnaldo Agenor Bertone. "Tudo começa onde termina". In: **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos/Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p.276.
[235] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcante no dia 17/12/2017.
[236] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcante no dia 17/12/2017.
[237] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017

O primeiro impacto em território estrangeiro foi variado e interpretado a partir de diversos prismas de acordo com as condições, motivações e expectativas que cada um dos brasileiros tinha do país que os acolheu. Juca Ferreira, rememora sua chegada ao Chile, no início do ano de 1971, que coincide com uma grande manifestação popular convocada pelos partidos que conformavam a UP, coalizão governista de esquerda, que impactou sensivelmente o brasileiro porque:

> [...] quando chego no Chile marcaram uma reunião comigo no centro, mas foi o dia da maior manifestação do governo Allende, no ano 71, tinha uma manifestação de um dia inteiro, até gente de cavalo veio das províncias, das cidades pequenas, do campo, (...) a Unidade Popular, base social, se manifestou, o movimento operário, o camponês, classes média, o Partido Socialista, o Partido Comunista, Brigada Ramona Parra, MAPU, MIR e organizações, sindicatos, começaram depois do almoço, e eu com minha mala, esperando acabar porque a pessoa não chegava e, quando chegou, era o poeta Thiago de Mello que militava na organização[238].

Após os contatos iniciais, Juca optou por morar num bairro popular nas proximidades do centro de Santiago, onde teve experiências de âmbito político e de dimensões humanas inesquecíveis:

> [...] fui morar num bairro, población Bernardo Ohiggins, no paradeiro 14 de Vicuña Mackena. Era chão de terra, era um bairro pobre que acho que foi Eduardo Frei que tinha construído. La dentro tinha tudo, tinha MIR, tinha MAPU, tinha Democracia Crista e, era uma vida política intensa (...) As pessoas do Bairro pensavam que a gente era cubano, porque a gente falava um espanhol enrolado. Minha casa estava cheia de meninos, o dia todo. Um dia estava namorando de dia e ai eu vejo a cortina balançando, era um palito, os meninos aproveitavam um vidro quebrado para ficar olhando. Quando comprava melancia eu tinha que fazer um pacote quadrado ou senão tinha que dividir com 30 meninos, era um horror. Participava da vida política do bairro, participava intensamente, a convivência era a melhor possível. Um dia, a televisão chilena passou um filme *'não é hora de chorar'*[239] sobre a tortura no Brasil e os vizinhos praticamente invadiram a minha casa, com empanadas, com vinho, vieram a se confraternizar, se solidarizar e todos diziam: 'no Chile, isso não vai acontecer porque o exército é profissional e a democracia é consolidada'[240].

Vivenciar as multidões se manifestando na rua dando apoio tanto aos partidos de esquerda como aos de direita, era algo totalmente impensado para a realidade brasileira de onde

---

[238] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.

[239] "Não é hora de chorar", é um documentário produzido pelo Departamento de Cinema da Universidade do Chile e dirigido por Pedro Chaskel e Luiz Alberto Sanz. Nele constam os depoimentos dos revolucionários brasileiros que chegaram ao Chile em janeiro de 1971 detalhando a sua militância política, sua vida na clandestinidade e o tipo de tortura a que foram submetidos, simulando o "pau de arara, os afogamentos e os choques elétricos. Nesse documentário consta o relato do militante da VPR, Roque Silva, um dos entrevistados desta tese. Consultar em: https://www.youtube.com/watch?v=gBRq_-xB5lE.

[240] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.

haviam saído para o exílio. Para Paulo Lincoln, cearense e militante do PCBR, o primeiro que o impressionou foi:

> [...] a enorme diferença dos processos políticos históricos dos dois países. Quando cheguei lá, pouco tempo depois eu vi uma passeata do Partido Comunista chileno, todo mundo com bandeiras vermelhas e tal, centenas, milhares e, um ou dois dias depois, a direita fez a mesma manifestação, também com centenas e milhares. Isso, eu não tinha a menor noção de que pudesse acontecer no Brasil. A história toda do Chile era completamente diferente, uma história de democracia (...) o desenvolvimento das forças de esquerda oficiais, mesmo aquelas mais radicais como o MIR, eram coisas que não passavam pela minha cabeça (...)[241].

Sensações semelhantes invadiram à também cearense e militante do PC do B, Ruth Cavalcante que, à hora de buscar palavras para verbalizar essas memórias exclamou: *Meu Deus! Tudo aquilo que a gente imaginava, que lia, que era possível, acontece aqui!*[242]. Depois de meditar uns segundos, ressalta algo que a impressionou de forma muito particular e que avivava as suas esperanças na construção de uma sociedade mais digna [...] *todo mundo que lia jornal (...) no meio da rua, um grau de analfabetismo baixíssimo comparado com o nosso aqui*[243].

Um outro cearense, João de Paula Monteiro, que chegou ao Chile após escapar dos agentes da repressão, relata o impacto que representou para ele a aguçada consciência política da população chilena, tanto de direita como de esquerda, expressada sem escrúpulos nem temores como resultado de uma longa história de embates e conquistas democráticas. Na perspectiva dele, essa realidade não se expressava unicamente na dinâmica partidária, nas organizações sociais, sindicais ou universitárias, ela adquiria a força visual da palavra escrita onde as ideias e os debates chegavam ao povo a partir dos jornais escritos, posto que:

> [...] independentemente de ser de esquerda ou direita. Todo mundo lia jornal e discute e conversa e tal. O jornal de direita se apresentava como direita claramente, o de esquerda nas suas tonalidades se apresentava como tal. Tá aqui o jornal do MIR, o jornal do Partido Comunista, o Democrata Cristiano (...) ou seja, política explicita, politização[244].

Essa liberdade manifesta, também impactou positivamente Neuza Barbosa durante seu exílio no Chile, cujo processo político ancorado na "via chilena ao socialismo" representou

---

[241] Entrevista concedida ao autor por Paulo Lincoln no dia 17/12/2017.
[242] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcante no dia 17/12/2017.
[243] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcante no dia 17/12/2017.
[244] Entrevista concedida ao autor por Joao de Paula no dia 17/12/2017.

para ela *uma coisa interessante (...) a gente tinha muita esperança.*[245] Ademais, lhe impressionava a diversidade de obras literárias de autores clássicos da literatura universal que se vendiam a preços bastante exequíveis nos quiosques da cidade de Santiago oferecendo à população a possibilidade de desfrutar da uma boa leitura habito que, nas palavras de Neuza era:

> Uma das coisas que me encantavam (...) o lançamento de livros em bancas de revistas que se esgotavam em um ou dois dias e, eram livros bons, publicações maravilhosas, a quantidade de livrarias que tinha no Chile era muito grande. (...) isso tudo fazia parte de um processo político que estava em transe (...) era uma coisa muito encantadora! [246]

A realidade chilena imprimia sensibilidades variadas para cada brasileiro no exílio, considerando que havia entre eles uma diversa gama de interesses e motivações individuais e grupais que os animavam nesse novo território. A resistência à ditadura era o centro de convergência entre a maioria deles, entretanto, nas palavras de Aluizio Palmar, isso não impediu que alguns militantes vinculados às organizações armadas *mantiveram no Chile as suas estruturas clandestinas. É o caso da VPR, ALN, MR8, VAR Palmares e outras*[247].

Evidenciava-se, além disso, que tanto os exilados que chegaram ao Chile por decisão individual ou como integrantes de organizações armadas eram, predominantemente, oriundos de classe média e, suas diferença se projetaram muito mais a nível doutrinário e estratégico que social, diferenças essas que se materializam na militância desses exilados nos partidos da esquerda chilena. Em oposição a essa realidade se constata que a maioria da classes trabalhadora, embora diretamente afetados pela repressão dentro do Brasil e as privações que o milagre econômico impunha, não constaram nas listas do exilio brasileiro constatando o caráter socioeconômico dos exilados expressado por Pedro Albuquerque:

> O proletariado brasileiro não foi para o exílio, foi a classe média, da universidade e, dividido, aqui já era dividido (...) eram grupos dos mais variados e, essa divisão foi para o Chile. A situação do Chile também possibilitou a continuidade da divisão. Então, tinha os que defendiam o MIR, os que defendiam a posição do PS, alias do Allende e do PC chileno, os que defendiam a posição do Altamirano, do MAPU, e os que colocavam toda a Democracia Crista como inimiga[248].

[245] Entrevista concedida ao autor por Neuza Barbosa, em 26/09/2013.
[246] Entrevista concedida ao autor por Neuza Barbosa, em 26/09/2013.
[247] Entrevista concedida ao autor por Aluízio Palmar no dia 24/09/2014.
[248] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015

A dinâmica do processo chileno, a partir de 1970, estimulou o debate entre os que defenderam a institucionalidade ou via pacífica e aqueles que, influenciados pela revolução cubana e a guerra do Vietnam apelaram para a via armada. Os exilados brasileiros que pertenciam a organizações políticas, inclusive os que haviam optado pelo confronto armado no Brasil se debatiam, agora num país do lado do pacífico, entre essas duas opções de forma aberta sem os fantasmas da repressão brasileira.

Ronald Lobato, militante do PCBR, explicita esse debate que se estendeu territorialmente ao exílio no Chile onde a discussão de voltar ou não ao Brasil para continuar a luta transitou pelas opções que contemplaram as ações militaristas ou o trabalho político de massas, correntes dominantes naquela época ou, por uma inevitável autocrítica. Se preparar ou não para o retorno ao Brasil era uma constante:

> […] inclusive, se decía en Chile que estábamos allá porque queríamos volver. Un poco en broma con los que fueron para Europa, exactamente por eso, porque no estaban pensando en volver. Pero, al mismo tiempo, era una contradicción porque sabíamos que era necesario una retirada, ansiábamos por volver, pero había una discusión muy intensa porque, a nuestro juicio, la militarización de la acción política había sido muy exagerada, se había desplazado el trabajo político para el trabajo militar. Para nosotros mismos, del PCBR, que estábamos por una posición más política de que otros compañeros, de otras organizaciones, entendíamos al principio que la acción militar era una acción complementaria y que, inclusive, podría no divulgarse, pero que era necesaria. El rigor de los hechos y nuestra debilidad y separación de las bases sociales hizo con que, mismo con ese discurso, la práctica militar prevaleciera. Esa discusión estuvo allá en Chile[249].

A imperiosidade de voltar ao Brasil de forma clandestina para retomar a luta estimulava às organizações e aos seus militantes. Os riscos inerentes ao retorno condicionavam a dita decisão, embora a ideia de permanecer no exílio se fundamentava em critérios relacionados à desigual luta e a ofensiva da ditadura contra os seus opositores. Essa disjuntiva ocupava lugar nas discussões dos militantes, mas apesar dos receios:

> [...] a maior parte dessas organizações brasileiras, pretendia que seus militantes regressassem ao Brasil. Para os que pregavam a luta armada, tudo era uma questão de poucos meses. Para outros, o exílio seria demorado, pois não haveria condições de volta sem grandes riscos. Eu me encontrava entre os primeiros, embora tenha regressado somente após a anistia no Brasil em 1979, pese, não fosse o golpe do Chile em 1973 teria regressado clandestinamente pela minha organização[250].

O hábito de se reunir para acompanhar e discutir a realidade brasileira era algo frequente no Chile, porém a resolução de voltar ao Brasil nem sempre foi consensual, dependia

[249] Entrevista concedida ao autor por Ronald Lobato (em espanhol), no dia 01/09/2014.
[250] Entrevista concedida ao autor por Beluce Bellucci, no dia 09/09/2014.

de cada organização e da realidade interna de cada um. Entretanto, grupos como o PCBR, que embora defendessem a via do confronto armado, consideravam que o trabalho de conscientização política junto à população brasileira adquiria importância incontestável naquele contexto, tal como o relata Vera Rocha:

> Nosotros defendíamos, por ejemplo, el camino del cambio utilizando la lucha armada, pero dábamos mucha importancia al trabajo político. Otros grupos se transformaron en (GTAS). Grupos de trabajo armado, que hacían acciones armadas y creían que con esas acciones iban a multiplicar la revuelta, eso que nosotros llamábamos de "militaristas", que veían la cuestión militar como salida. Claro que esos tenían una visión de retorno de como volver al Brasil, de una manera bien distinta de nosotros, que buscábamos una inserción social para hacer un trabajo político también. Entonces, allá, era muy difícil pensar en volver de forma conjunta[251].

Essas divergências estratégicas levaram alguns exilados brasileiros a diversificar as táticas de luta tentando reproduzir contingências totalmente alheias à realidade brasileira, levando inclusive, na percepção de Ronald Lobato, a acirradas discussões *porque percibían que estaban en una posición muy enajenada de la realidad*[252]. Se o debate sobre a via armada e a via política era um discurso latente e que se adaptava plenamente ao debate dos grupos, partidos e ao contexto chileno, entre algumas organizações políticas brasileiras, além dessa disjuntiva prevalecia uma outra, que era a revolução de caráter urbana ou rural[253].

A via pacífica ou "via chilena ao socialismo" não era um denominador dentro da aliança de partidos do governo de Allende e, tampouco o era para diversos grupos brasileiros no exílio. Entre estes últimos, gravitava de forma permanente a ideia de voltar ao Brasil e retomar a luta armada contra os militares no poder, opção que os aproximava dos partidos chilenos, seja como militantes ou simpatizantes e os encorajava a continuar na luta, já que, como afirma Pedro Albuquerque, *havia grupos que se reuniam, grupos de brasileiros que continuaram a organização, volta para o Brasil, não volta e tal e, tinha brasileiros que militavam no Chile, no PC chileno, no PS chileno, no MIR*[254].

O espectro político ideológico era bastante amplo, assim como as decisões de cada um com respeito ao Brasil e à conjuntura política chilena já que, havendo aqueles que de forma

---

[251] Entrevista concedida ao autor por Vera Rocha Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.
[252] Entrevista concedida ao autor por Ronald Lobato (em espanhol), no dia 01/09/2014.
[253] Para uma litura mais abrangente sobre essas duas opções ver: GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** São Paulo: Ática, 1987; RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas urbanas: 1964-1974. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**, partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: editora da Unicamp, v. 6, p. 105-151, 2007; RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Unesp, 1993; AARÃO REIS, Daniel. Marxismo, sociedade e partidos políticos hoje. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**, partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: editora da Unicamp, v. 6, p. 439-461. 2007
[254] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015

decidida queriam voltar ao Brasil a partir do Chile, a partir de Cuba ou de outro lugar que permitisse o retorno clandestino, porém com o mínimo de segurança, outros, no entanto, se abstinham de qualquer atividade política se debruçando nas suas respectivas atividades e evitando contatos com as organizações ou com os outros exilados. Houve um número considerável que, de forma resoluta, somaram esforços aderindo ao processo político chileno e trabalhando ativamente para a vitória da "via chilena", posições em alguns momentos divergentes que não escaparam ao acalorado debate entre os exilados.

> Tinha pessoas ligadas à universidade que estavam no Chile e não queriam participar de política e, tinha outros, que eram o extremo, que queriam fazer a revolução, a partir do Chile ir para o Brasil e tal. E tinha outros, que nós nos incluímos, que queríamos ajudar no processo chileno, mas como brasileiros (...) tinha uns que estavam se preparando para voltar na clandestinidade e, tinha outros, que queiram ir para Cuba, tinha outros que queriam ficar no Chile, que era nosso caso, até que houvesse uma anistia no Brasil, porque a ideia era voltar para o Brasil, mas nunca na fase da ditadura (...) então era muita briga, na questão política havia muita discussão acalorada, muita divergência[255].

O MIR chileno, embora apoiasse o governo da Unidade Popular, mantinha uma posição crítica à via pacífica advogada por Allende, seus discursos inflamados alentavam a via militarista e rupturista se opondo a qualquer concessão com a direita chilena. Entre os grupos e militantes brasileiros que simpatizavam com o discurso do MIR havia:

> [...] muita gente dominada pela visão da luta armada e, o MIR, como saia com aquilo de FUZIL, FUZIL, FUZIL[256]! Aquilo ali dava a ideia como se você tivesse perdido a batalha militar no Brasil e fosse ganhar no Chile ou, no Chile, aqui devemos ganhar, estamos já perto[257].

Wilson Barbosa relata que no Chile daquela época, no meio de uma espiral de violência generalizada destinada a desestabilizar o governo de Allende, os exilados brasileiros mais organizados não ficaram de fora dessa contingência política local, asseverando que entre os exilados:

> [...] havia revolucionários organizados. Algumas dessas organizações começaram a dar cursos de autodefesa para grupos locais de trabalhadores e estudantes, em geral a pedido de nascentes organizações revolucionárias chilenas. Tais cursos logo se transformariam em cursos para aprendizagem de guerrilha, com técnicas de guerrilha urbana e rural. (...). Nessa época, havia entre as organizações ali existentes, um debate

[255] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017
[256] Se refere ao grito de ordem do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionario), que proclamava "*Pueblo, consciência y fuzil"*
[257] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017

> sobre o papel relativo da guerrilha urbana e da guerrilha rural, em um processo político de resistência popular a uma ditadura, como aquela que se avizinhava no Chile[258].

O clima de confronto premente transformou alguns brasileiros em potenciais instrutores de técnicas militares de guerrilha, pois muitos deles pertenciam a organizações armadas e eram reconhecidos no Chile pela sua experiência em ações de luta armada contra a ditadura no Brasil. Nos estertores do governo Allende, a nacionalidade brasileira era interpretada como sinônimo de técnicas avançadas de guerra irregular e alguns exilados, como Pedro Albuquerque, sofreram o assédio de estudantes ou militantes chilenos para uma possível transferência de tecnologia já que, *quando sabiam que tinha um brasileiro exilado, na cabeça deles, da esquerda chilena, todo brasileiro sabia fazer bombas. Ai, diziam para mim: 'Companheiro você tem que ensinar a fazer bombas!*[259]

No âmbito dos debates entre os exilados sobre a luta armada no Brasil, a possibilidade de levar adiante uma revolução rural resultou em tensas contendas verbais entre Juca Ferreira e um companheiro no Chile, (cujo nome Juca não lembrou) e que, aproveitando-se da liberdade de movimento que o país do exílio lhe oferecia, preparava-se para um hipotético combate na área rural do Brasil desenvolvendo táticas muito peculiares. Ferreira descreve o estado anímico de alguns militantes exilados que tentavam deixar o exílio e voltar para prosseguir a luta, entre eles:

> [...] tinha os que estavam no exílio já algum tempo, eram delirantes, teve um que me ensinou a viver num buraco como os vietnamitas viviam e, eu, brigando com ele que não era tatu para viver num buraco e que o Brasil não era o Vietnam (...) alguém ia descobrir o buraco porque aqui a luta era urbana, não era rural principalmente (...) tinha claro que tinha possibilidade da luta rural (...) os debates eram meio delirantes[260].

Para alguns exilados, a opção pela luta armada no Brasil nos primeiros anos de 1970 era uma batalha perdida, pois sem o apoio das massas e cada vez mais reduzidos e divididos em função dos operativos bem-sucedidos da repressão restava, como sombrias alternativas, o heroísmo suicida, a prisão e consequente tortura ou, o exílio. À medida em que se avolumavam as informações sobre as quedas das organizações e dos companheiros, Paulo Lincoln afirma

---

[258] Wilson Barbosa "Riñihue: en el monte". In: **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos/ Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p.541.
[259] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015
[260] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.

que ia ficando evidente nesse confronto que [...] *o nosso caminho brasileiro da luta armada era loucura, aquilo ali não dava, nossas tentativas aqui, eu já tinha me convencido*[261].

O contexto brasileiro, embora tema de debate permanente entre os exilados, parecia cada vez mais opaco, distante e ininteligível e, sempre que chegava alguém do Brasil, seja ele militante ou um simples cidadão sem vinculações políticas, se faziam esforços para contatar essa pessoa e obter, parcialmente, alguma informação sobre a realidade política brasileira. Neuza Barbosa relata ao respeito: *lembro de ir conversar com FHC, o pessoal do MR-8, e eu fui junto, marcou um encontro no hotel que FHC estava (...) para ele fazer um balanço da realidade brasileira*[262], demonstrando que obter informações era uma empresa potencialmente arriscada, podendo resultar em prisões, descoberta dos aparelhos e comprometendo organizações e militantes.

Muitas das informações que habitualmente chegavam no Chile e que, saíam do Chile com destino ao Brasil, gravitavam negativamente para aqueles que pertenciam a organizações políticas e que aspiravam voltar e recomeçar a luta no seu próprio país, pois esses militantes, como observou Neuza Barbosa:

> [...] viviam em função do Brasil (...) a vida era em função do Brasil, tinha reuniões, tinha discussões, tinha contatos que eram feitos, tinha planos de voltar clandestinamente para o Brasil. As coisas foram retrocedendo, por exemplo, dentro do MR-8. A questão da morte de Lamarca, aqui na Bahia, aí foi o debacle total porque, praticamente, as pessoas todas foram presas ou mortas (...) aí esse processo foi ficando mais difícil ainda, você pensar em voltar para fazer a revolução aqui no Brasil[263].

Esse debacle, ao que se refere Neuza, afetou diretamente os contatos que o exílio chileno tinha com as suas respectivas organizações, isolando-os e dissipando a possível volta à luta no Brasil. Relato semelhante ofereceu Roque Silva ao descrever que ao chegar no Chile estava praticamente sem contatos com a sua organização, a VPR, a qual já estava em franco desaparecimento em função dos revezes sofridos no enfrentamento com os militares acrescentando, ainda, um fator que pesava nas suas palavras: a de que a sua organização havia sido incapaz de salvaguardar a integridade de um dos seus líderes, Carlos Lamarca:

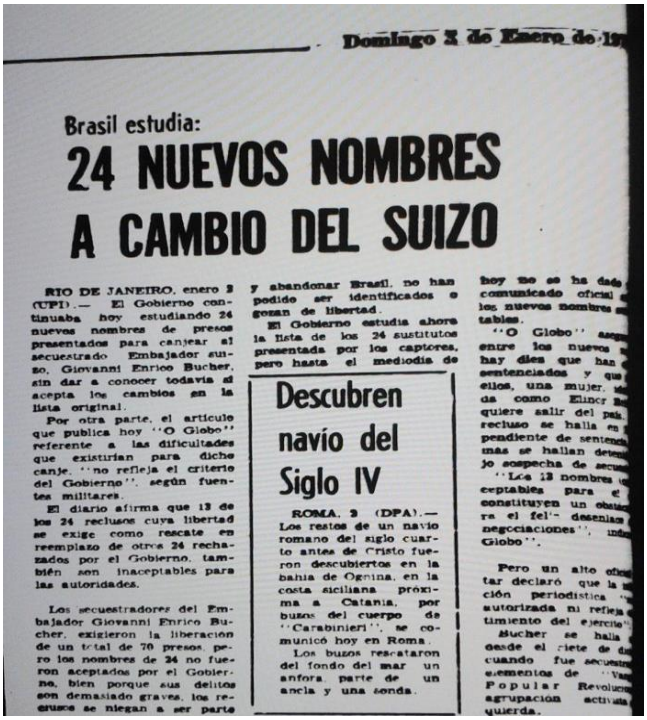
> […] en 71, cuando llegamos a Chile, ya estaba casi completamente destruida, la organización no tuvo ni siquiera la condición de mantener Lamarca en el sur, tuvieron que sacar Lamarca de allá porque no tenía ninguna estructura y capacidad de contactos (…) eran muy pocos. (…) los compañeros, con los cuales yo había militado

[261] Entrevista concedida ao autor por Joao de Paula no dia 17/12/2017.
[262] Entrevista concedida ao autor por Neuza Barbosa, em 26/09/2013.
[263] Entrevista concedida ao autor por Neuza Barbosa, em 26/09/2013.

> aquí en Brasil, ya estaban todos detenidos, muertos o en el exilio, yo no tenía ninguna información (…)[264].

Chegar no Chile depois das agruras da prisão e da tortura significou redimensionar a correlação de forças de grupos e companheiros que ainda lutavam no Brasil. O balanço feito na distância evidenciava a perda significativa de militantes e o desmantelamento das organizações respectivas, fato que deixava expostas as fragilidades estratégicas da resistência e o poder repressivo e de aniquilamento dos militares.

Os jornais chilenos, tanto de direita como de esquerda[265], acompanharam passo a passo o desenrolar das negociações referentes ao sequestro e, tanto o desenlace do mesmo como o destino dos sequestradores eram temas que ocupavam as capas dos jornais locais. O dia 03 de janeiro, o jornal "La prensa", na página nº 04, destacou as negociações tratadas para incluir outros nomes à lista de prisioneiros libertados que inicialmente tinham sido negadas pelos militares:



Domingo 3 de Enero de 19

Brasil estudia:

24 NUEVOS NOMBRES A CAMBIO DEL SUIZO

RIO DE JANEIRO, enero 3 (UPI).— El Gobierno continuaba hoy estudiando 24 nuevos nombres de presos presentados para canjear al secuestrado Embajador suizo, Giovanni Enrico Bucher, sin dar a conocer todavía si acepta los cambios en la lista original.

Por otra parte, el artículo que publica hoy "O Globo" referente a las dificultades que existirían para dicho canje, "no refleja el criterio del Gobierno", según fuentes militares.

El diario afirma que 13 de los 24 reclusos cuya libertad se exige como rescate en reemplazo de otros 24 rechazados por el Gobierno, también son inaceptables para las autoridades.

Los secuestradores del Embajador Giovanni Enrico Bucher, exigieron la liberación de un total de 70 presos, pero los nombres de 24 no fueron aceptados por el Gobierno, bien porque sus delitos son demasiado graves, los reos se niegan a ser parte y abandonar Brasil, no han podido ser identificados o gozan de libertad.

El Gobierno estudia ahora la lista de los 24 sustitutos presentada por los captores, pero hasta el mediodía de hoy no se ha dado comunicado oficial sobre los nuevos nombres aceptables.

"O Globo" asegura entre los nuevos hay diez que han sentenciados y que ellos, una mujer, da como Elinor quiere salir del país recluso se halla en pendiente de sentencia mas se hallan detenidos sospecha de secuestro.

"Los 13 nombres aceptables para el constituyen un obstáculo el feliz desenlace negociaciones", Globo".

Pero un alto oficial declaró que la información periodística autorizada ni refleja el pensamiento del ejército.

Bucher se halla desde el siete de cuando fue secuestrado elementos de "Vanguardia Popular Revolucionaria", agrupación activista de izquierda.

Descubren navío del Siglo IV

ROMA, 3 (DPA).— Los restos de un navío romano del siglo cuarto antes de Cristo fueron descubiertos en la bahía de Ognina, en la costa siciliana próxima a Catania, por buzos del cuerpo de "Carabinieri", se comunicó hoy en Roma.

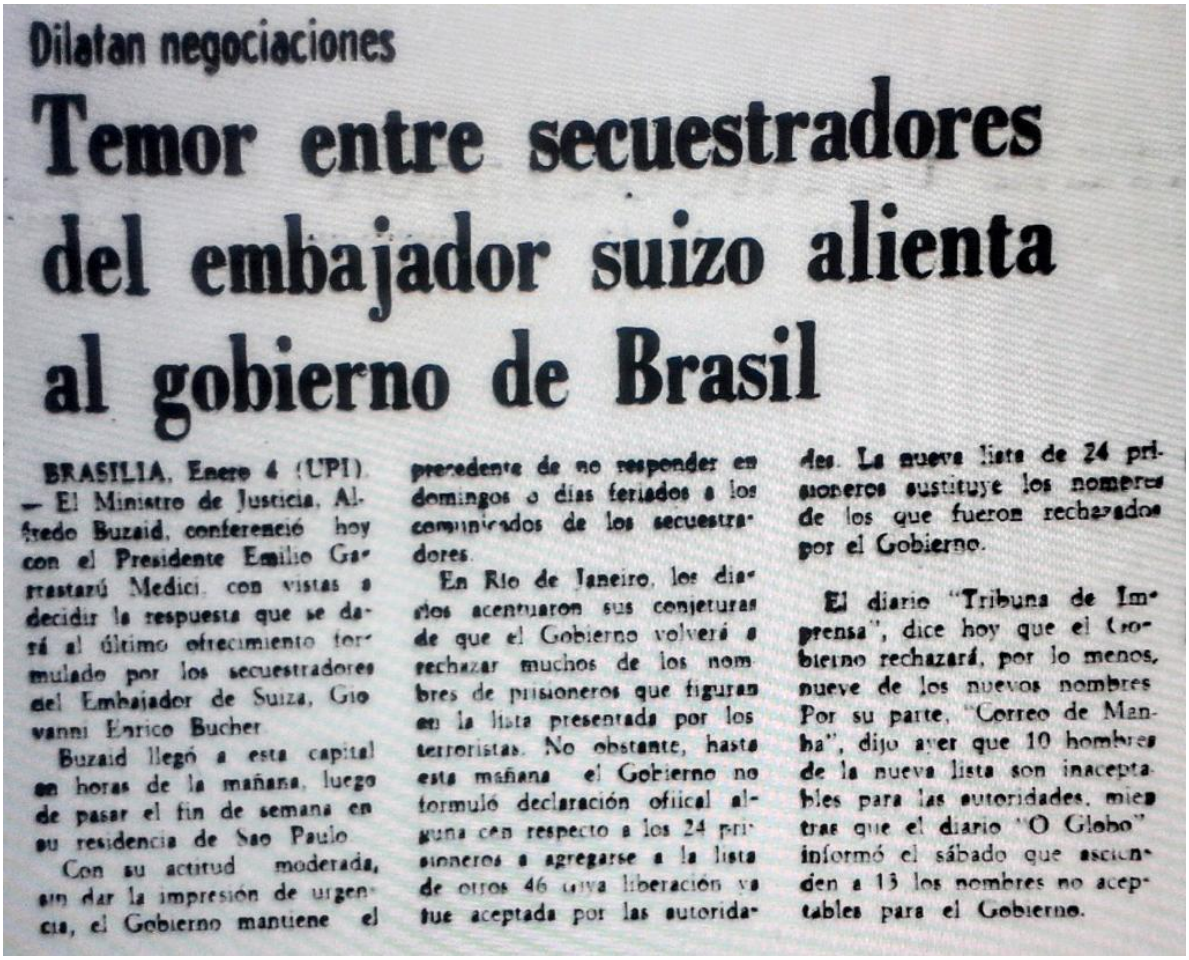
Los buzos rescataron del fondo del mar una ánfora, parte de un ancla y una sonda.

Imagem 1 ("La Prensa", 3 de janeiro de 1971, p. 04)

[264] Entrevista concedida ao autor por Roque Aparecido, (em espanhol), no dia 2/02/2018.

[265] Dentro do espectro da esquerda, destacam-se os jornais "El Clarín"; "Puro Chile"; "La Nación"; "La Última Hora"; "El Siglo" (pertencente ao Partido Comunista chileno - PCCH); e a revista "Punto Final" (pertencente ao Movimento de Esquerda Revolucionaria – MIR). No âmbito da direita, podem-se citar o principal deles "El Mercurio"; e outros como "Tribuna"; "La Segunda"; a revista "Qué Pasa"; "La Prensa" "La terceira"; entre outros.

Os 24 nomes apresentados pelos sequestradores se destinavam a substituir os nomes que os militares haviam rejeitado em listas anteriores. Essa tensa negociação alimentou especulações e deixou o clima bastante apreensivo, fato registrado no jornal “La Prensa”, do dia 5 de janeiro, na sua página nº 05:



Dilatan negociaciones

Temor entre secuestradores del embajador suizo alienta al gobierno de Brasil

BRASILIA, Enero 4 (UPI). — El Ministro de Justicia, Alfredo Buzaid, conferenció hoy con el Presidente Emilio Garrastazú Medici, con vistas a decidir la respuesta que se dará al último ofrecimiento formulado por los secuestradores del Embajador de Suiza, Giovanni Enrico Bucher.

Buzaid llegó a esta capital en horas de la mañana, luego de pasar el fin de semana en su residencia de Sao Paulo.

Con su actitud moderada, sin dar la impresión de urgencia, el Gobierno mantiene el precedente de no responder en domingos o días feriados a los comunicados de los secuestradores.

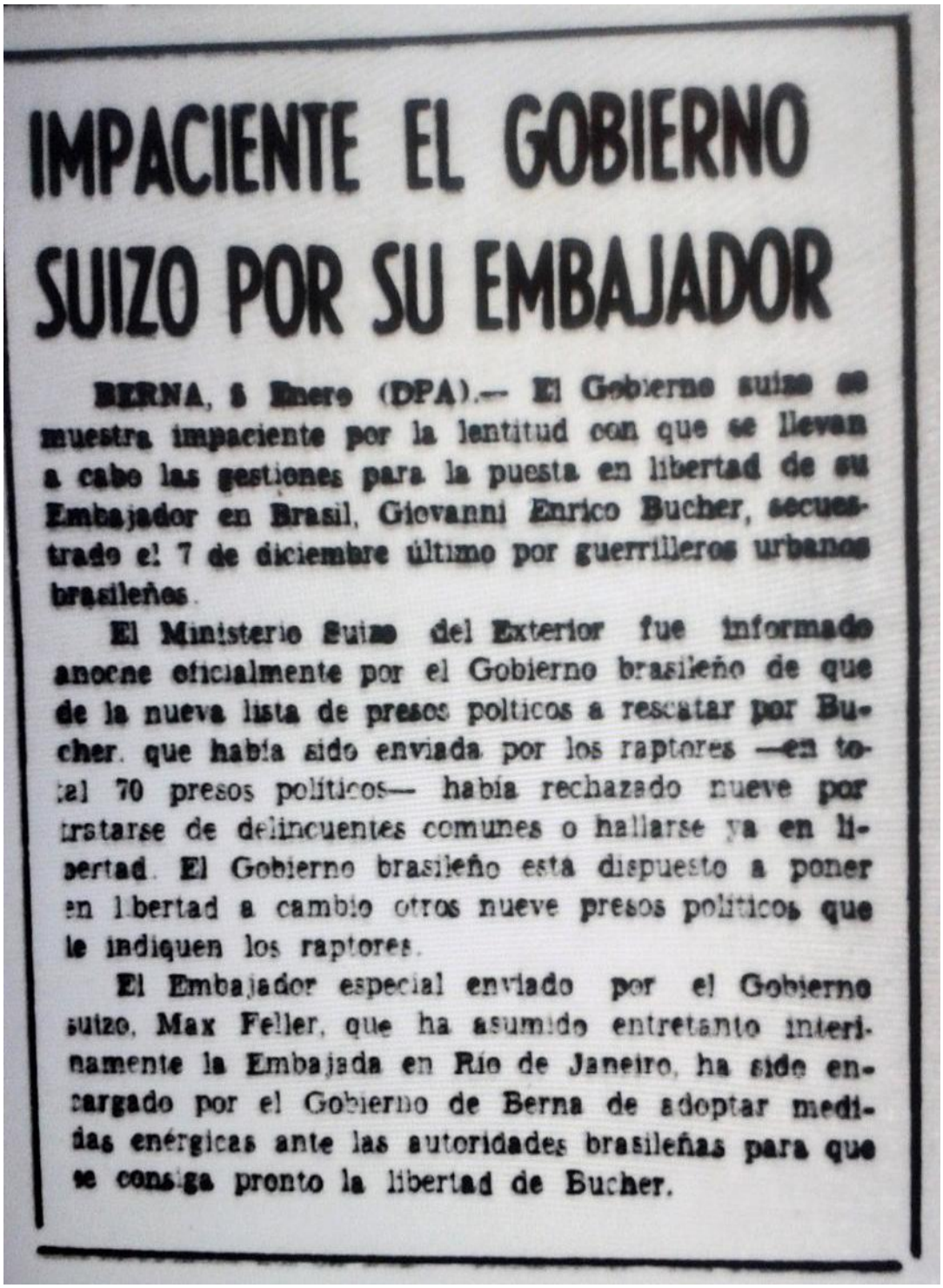
En Rio de Janeiro, los diarios acentuaron sus conjeturas de que el Gobierno volverá a rechazar muchos de los nombres de prisioneros que figuran en la lista presentada por los terroristas. No obstante, hasta esta mañana el Gobierno no formuló declaración oficial alguna con respecto a los 24 prisioneros a agregarse a la lista de otros 46 cuya liberación ya fue aceptada por las autoridades. La nueva lista de 24 prisioneros sustituye los nombres de los que fueron rechazados por el Gobierno.

El diario "Tribuna de Imprensa", dice hoy que el Gobierno rechazará, por lo menos, nueve de los nuevos nombres. Por su parte, "Correo de Manha", dijo ayer que 10 hombres de la nueva lista son inaceptables para las autoridades, mientras que el diario "O Globo" informó el sábado que ascienden a 13 los nombres no aceptables para el Gobierno.

Imagem 2 (“La Prensa”, 5 de janeiro de 1971, p. 5)

Esse impasse, não provocou aflição só nos sequestradores do Embaixador Suíço, desejoso que as autoridades brasileiras aceitassem as demandas destinas a libertar o maior número de companheiros das prisões da ditadura, a inquietação instalou-se também no âmbito diplomático. O governo suíço manifestou a sua inconformidade pela lentidão, por parte do governo brasileiro, em dar uma solução ao sequestro e libertar com vida ao seu representante diplomático.

O dia 06 de janeiro, o jornal “La Prensa” publicava na página nº 05, a notícia referente à inquietude do governo suíço pela vida do seu embaixador:



IMPACIENTE EL GOBIERNO SUIZO POR SU EMBAJADOR

BERNA, 5 Enero (DPA).— El Gobierno suizo se muestra impaciente por la lentitud con que se llevan a cabo las gestiones para la puesta en libertad de su Embajador en Brasil, Giovanni Enrico Bucher, secuestrado el 7 de diciembre último por guerrilleros urbanos brasileños.

El Ministerio Suizo del Exterior fue informado anoche oficialmente por el Gobierno brasileño de que de la nueva lista de presos políticos a rescatar por Bucher, que había sido enviada por los raptores —en total 70 presos políticos— había rechazado nueve por tratarse de delincuentes comunes o hallarse ya en libertad. El Gobierno brasileño está dispuesto a poner en libertad a cambio otros nueve presos políticos que le indiquen los raptores.

El Embajador especial enviado por el Gobierno suizo, Max Feller, que ha asumido entretanto interinamente la Embajada en Río de Janeiro, ha sido encargado por el Gobierno de Berna de adoptar medidas enérgicas ante las autoridades brasileñas para que se consiga pronto la libertad de Bucher.

Imagem 3 (“La Prensa”, 6 de janeiro de 1971, p. 5)

Ao dia seguinte, 07 de janeiro, data que marcava um mês do sequestro, esse mesmo jornal veiculou, na página nº05, as incansáveis negociações entre as autoridades brasileiras e o comando dos sequestradores. De acordo com a notícia, a demora do governo de aceitar certos nomes na lista que os militantes exigiam era proposital, pois respondia à estratégia de ganhar tempo permitindo aos órgãos policiais de descobrirem o cativeiro e libertar ao embaixador:

SIGUE EL TIRA Y AFLOJA POR EL EMBAJADOR SUIZO

RIO DE JANEIRO, 6 (UPI).— Fuentes militares fidedignas revelaron hoy que es muy probable que el gobierne rechace ''más de uno'' de los nombres contenidos en la nueva lista de prisioneros cuya libertad exigen los secuestradores en el canje del embajador de Suiza, Giovanni Enrico Bucher.

No obstante, las mismas fuentes indican que ''no habrá problemas para disponer la libertad de 70 prisioneros a cambio de la del embajador, en caso de que ello sea aceptable para el gobierno''.

Mañana se cumplirá un mes desde que Bucher fue secuestrado por elementos de la Vanguardia Popular Revolucionaria (VPR).

El gobierno aceptó liberar a 61 prisioneros durante el curso de las lentas negociaciones celebradas. Los secuestradores exigieron ayer la libertad de otros nueve prisioneros, pero el régimen mantiene su negativa a liberar a los acusados de haber cometido delitos graves —secuestros y asesinatos— así como a quienes se niegan a ser exiliados por vida.

Hasta ahora el gobierno rechazó los nombres de 28 personas incluidos en listas presentadas por los secuestradores. En el interís, la policía y el ejército continúan realizando procedimientos para localizar el lugar donde se encuentra Bucher. Anoche se llevó a cabo una redada en el barrio de Cosme Velhi, sin resultado satisfactorio.

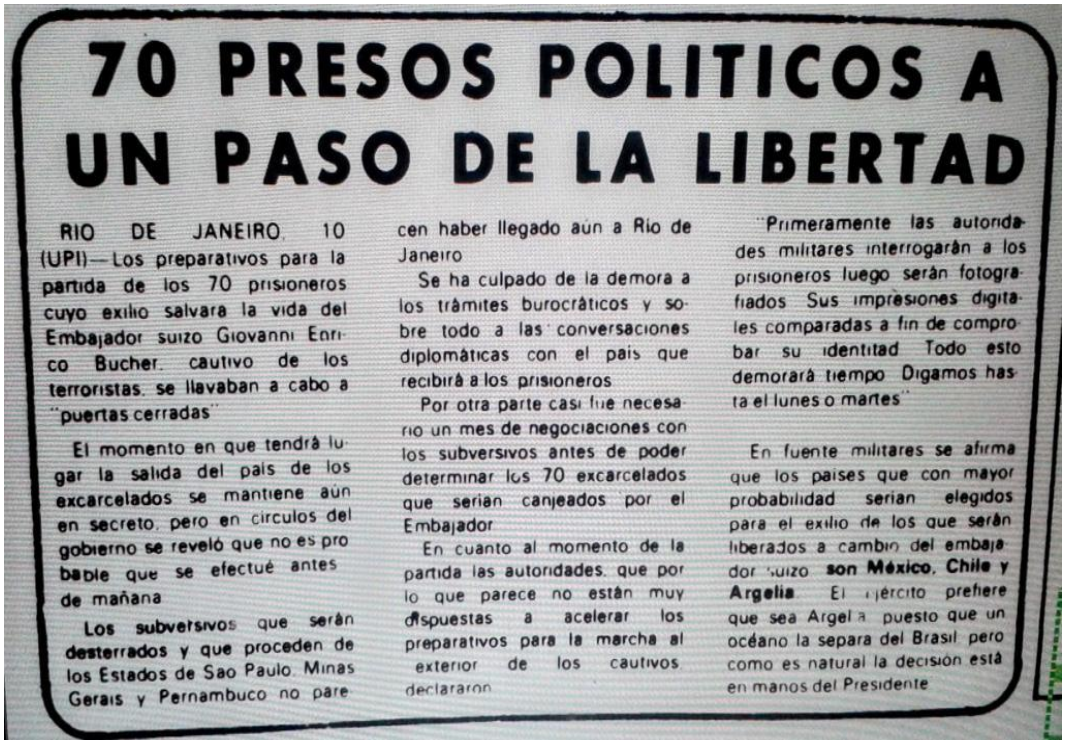
que hoy, mañana o a más

Fuentes militares estiman tardar pasado mañana, las autoridades responderán sobre la última lista de nueve nombres presentada por los terroristas.

Militares y policías tratan de que el gobierno obtenga la mayor cantidad de tiempo posible a fin de continuar sus esfuerzos para localizar a los secuestradores.

Imagem 4 (“La Prensa”, 7 de janeiro de 1971, p. 5)

Na segunda feira 11 de janeiro, o jornal “La Nación”, imprimiu na página nº 07, o caráter sigiloso do momento da partida, os tramites burocráticos da parte do governo brasileiro para verificar a identidade de cada um dos libertados e, ainda, se discutia sobre os possíveis países de destino para os militantes trocados. México, Argélia e o Chile eram os prováveis destinos, porém, a decisão do país de destino recairia estritamente nas autoridades brasileiras.



70 PRESOS POLITICOS A UN PASO DE LA LIBERTAD

RIO DE JANEIRO, 10 (UPI)—Los preparativos para la partida de los 70 prisioneros cuyo exilio salvara la vida del Embajador suizo Giovanni Enrico Bucher, cautivo de los terroristas, se llavaban a cabo a "puertas cerradas"

El momento en que tendrá lugar la salida del pais de los excarcelados se mantiene aún en secreto, pero en circulos del gobierno se reveló que no es probable que se efectué antes de mañana

Los subversivos que serán desterrados y que proceden de los Estados de Sao Paulo, Minas Gerais y Pernambuco no parecen haber llegado aún a Rio de Janeiro

Se ha culpado de la demora a los trâmites burocráticos y sobre todo a las conversaciones diplomáticas con el pais que recibirá a los prisioneros

Por otra parte casi fue necesario un mes de negociaciones con los subversivos antes de poder determinar los 70 excarcelados que serian canjeados por el Embajador

En cuanto al momento de la partida las autoridades, que por lo que parece no están muy dispuestas a acelerar los preparativos para la marcha al exterior de los cautivos, declararon

"Primeramente las autoridades militares interrogarán a los prisioneros luego serán fotografiados. Sus impresiones digitales comparadas a fin de comprobar su identitad. Todo esto demorará tiempo. Digamos hasta el lunes o martes"

En fuente militares se afirma que los paises que con mayor probabilidad serian elegidos para el exilio de los que serán liberados a cambio del embajador suizo **son México, Chile y Argelia**. El ejército prefiere que sea Argelia puesto que un océano la separa del Brasil pero como es natural la decisión está en manos del Presidente

Imagem 5 (“La Nación”, 11 de janeiro de 1971, p. 7)

Esse mesmo dia 11 de janeiro, o jornal “La Prensa”, na sua página de nº05 difundiu a notícia dos preparativos para concentrar aos prisioneiros para a sua possível partida que, segundo as autoridades brasileiras, era bastante complicado porque havia que reunir prisioneiros que se encontravam detidos em diversos estados do país, entretanto, esse medio informativo acrescentou que dentro do grupo dos 70 prisioneiros havia três figuras destacadas.

O jornal referido, citou os nomes de Jean Marc Van der Weld, que possuía dupla nacionalidade, brasileira e suíça; o religioso católico Tito de Alencar Lima, que havia denunciado as torturas numa revista do exterior e pelas quais tentou o suicídio; e, por último,

Nanci Mangabeira Unger[266], também com dupla nacionalidade, brasileira e estadunidense, acusada de pertencer a uma célula terrorista e de haver-se enfrentado à polícia num tiroteio.

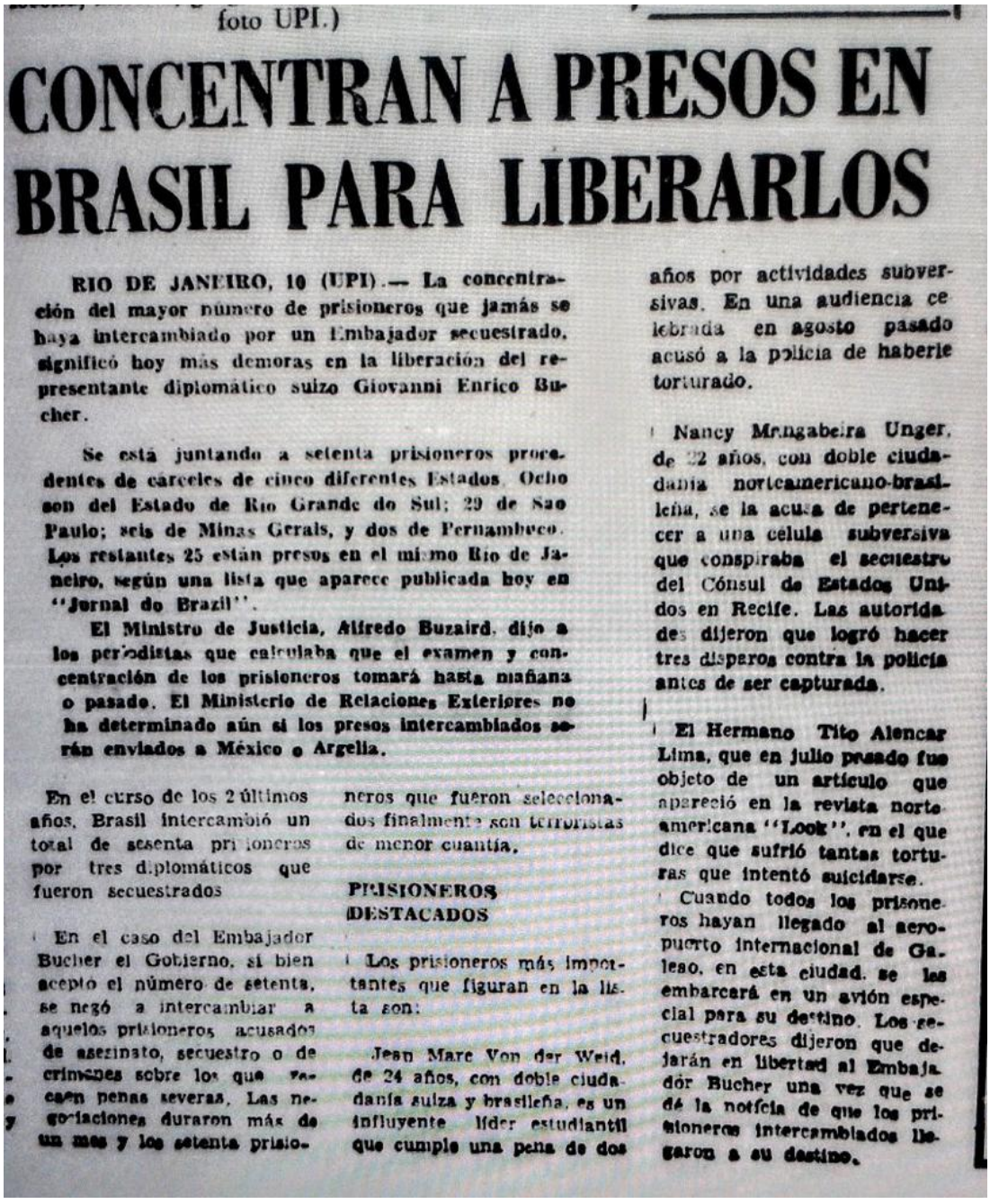


foto UPI.)

CONCENTRAN A PRESOS EN BRASIL PARA LIBERARLOS

RIO DE JANEIRO, 10 (UPI).— La concentración del mayor número de prisioneros que jamás se haya intercambiado por un Embajador secuestrado, significó hoy más demoras en la liberación del representante diplomático suizo Giovanni Enrico Bucher.

Se está juntando a setenta prisioneros procedentes de cárceles de cinco diferentes Estados. Ocho son del Estado de Rio Grande do Sul; 29 de Sao Paulo; seis de Minas Gerais, y dos de Pernambuco. Los restantes 25 están presos en el mismo Rio de Janeiro, según una lista que aparece publicada hoy en "Jornal do Brazil".

El Ministro de Justicia, Alfredo Buzaird, dijo a los periodistas que calculaba que el examen y concentración de los prisioneros tomará hasta mañana o pasado. El Ministerio de Relaciones Exteriores no ha determinado aún si los presos intercambiados serán enviados a México o Argelia.

En el curso de los 2 últimos años, Brasil intercambió un total de sesenta prisioneros por tres diplomáticos que fueron secuestrados

En el caso del Embajador Bucher el Gobierno, si bien aceptó el número de setenta, se negó a intercambiar a aquellos prisioneros acusados de asesinato, secuestro o de crímenes sobre los que recaen penas severas. Las negociaciones duraron más de un mes y los setenta prisioneros que fueron seleccionados finalmente son terroristas de menor cuantía.

PRISIONEROS DESTACADOS

Los prisioneros más importantes que figuran en la lista son:

Jean Marc Von der Weid, de 24 años, con doble ciudadanía suiza y brasileña, es un influyente líder estudiantil que cumple una pena de dos años por actividades subversivas. En una audiencia celebrada en agosto pasado acusó a la policía de haberle torturado.

Nancy Mangabeira Unger, de 22 años, con doble ciudadanía norteamericano-brasileña, se la acusa de pertenecer a una célula subversiva que conspiraba el secuestro del Cónsul de Estados Unidos en Recife. Las autoridades dijeron que logró hacer tres disparos contra la policía antes de ser capturada.

El Hermano Tito Alencar Lima, que en julio pasado fue objeto de un artículo que apareció en la revista norteamericana "Look", en el que dice que sufrió tantas torturas que intentó suicidarse.

Cuando todos los prisioneros hayan llegado al aeropuerto internacional de Galeao, en esta ciudad, se les embarcará en un avión especial para su destino. Los secuestradores dijeron que dejarán en libertad al Embajador Bucher una vez que se dé la noticia de que los prisioneros intercambiados llegaron a su destino.

Imagem 6 ("La Prensa", 11 de janeiro de 1971, p. 5)

[266] Nancy Mangabeira Unger é, atualmente, professora titular aposentada da Universidade Federal da Bahia.

A militante Nancy Mangabeira Unger, mereceu a atenção dos jornalistas chilenos, tanto do rádio, o jornal escrito e a televisão, devido a sua particular história de enfrentamento com os agentes da repressão no Brasil que resultou em marcas indeléveis no seu corpo, tanto na sua mão como também em alguns órgãos internos. Jovem e de uma beleza envolvente, segundo os jornalistas que a entrevistaram, Nancy ocupou espaço destacado no dia 17 de janeiro, na página nº 13, do Semanário oficial do Partido Comunista do Chile, "El Siglo", dois dias após a sua chegada ao Chile, na qual aparece a fotografia do seu rosto e, em destaque, a sua mão direita com o dedo polegar mutilado por um impacto de bala.

DEDO AMETRALLADO

LA BELLA Nancy Mangarena fue ametrallada en su propia casa por la policía. Perdió su dedo pulgar y una bala le traspasó el pulmón, el diafragma y el hígado.

Imagem 7 ("El Siglo", 17 de janeiro de 1971, p. 13)

Ainda no 17 de janeiro, o jornal “La Prensa”, na sua página nº 09, detalhou a vida de Nancy Mangabeira de forma mais extensa, ressaltando a comoção que esta militante causou a diversos jornalistas nacionais e internacionais, no refúgio “Hogar Pedro Aguirre Cerda” onde ela se encontrava junto com os outros 69 asilados, ao mostrar o polegar da sua mão direita mutilado.

NANCY MANGABEIRA, joven brasileña, entre un grupo de sus compatriotas, relata las brutalidades de que fue víctima en su país. Como recuerdo tiene una mano horriblemente mutilada.

LA HISTORIA DE UNA MUCHACHA QUE CONOCIO EL RIGOR DE LA DICTADURA

Nancy Mangabeira Unger, una joven de 22 años, de tez morena, expresión seria, mirada triste y rasgos agraciados, es una mujer feliz, ahora. Vivió una pesadilla, estuvo al borde de la muerte y sólo quiere olvidar lo que ha padecido.

La señorita Mangabeira nació en Río de Janeiro, es hija de padre norteamericano y madre brasileña, y habla indistintantemente portugués e inglés. Su padre, Mr. Arthur John Unger, ya fallecido, era en realidad un ciudadano alemán que se naturalizó norteamericano después de vivir algunos años en Estados Unidos. Tiene ella doble nacionalidad, la brasileña y la norteamericana.

CONMOCION

Produjo conmoción en la audiencia de un centenar de periodistas de diarios, agencias informativas, radios y canales de televisión tanto del país como del exterior, reunidos en el salón de actos del Hogar Taller Pedro Aguirre Cerda, cuando levantando su brazo derecho mostró su mano mutilada, a la que faltaba el dedo pulgar, con la

Río de Janeiro, de donde fue expulsada por sus "actividades subversivas".

Agregó que recibió dos balazos; el otro le afectó el hígado, pulmón y diafragma. Fue internada en el Hospital del Buen Socorro, en Recife, y luego estuvo detenida en la "Secretaría de Seguridad" y más tarde fue encarcelada en la Colonia Penal Femenina de Pernambuco.

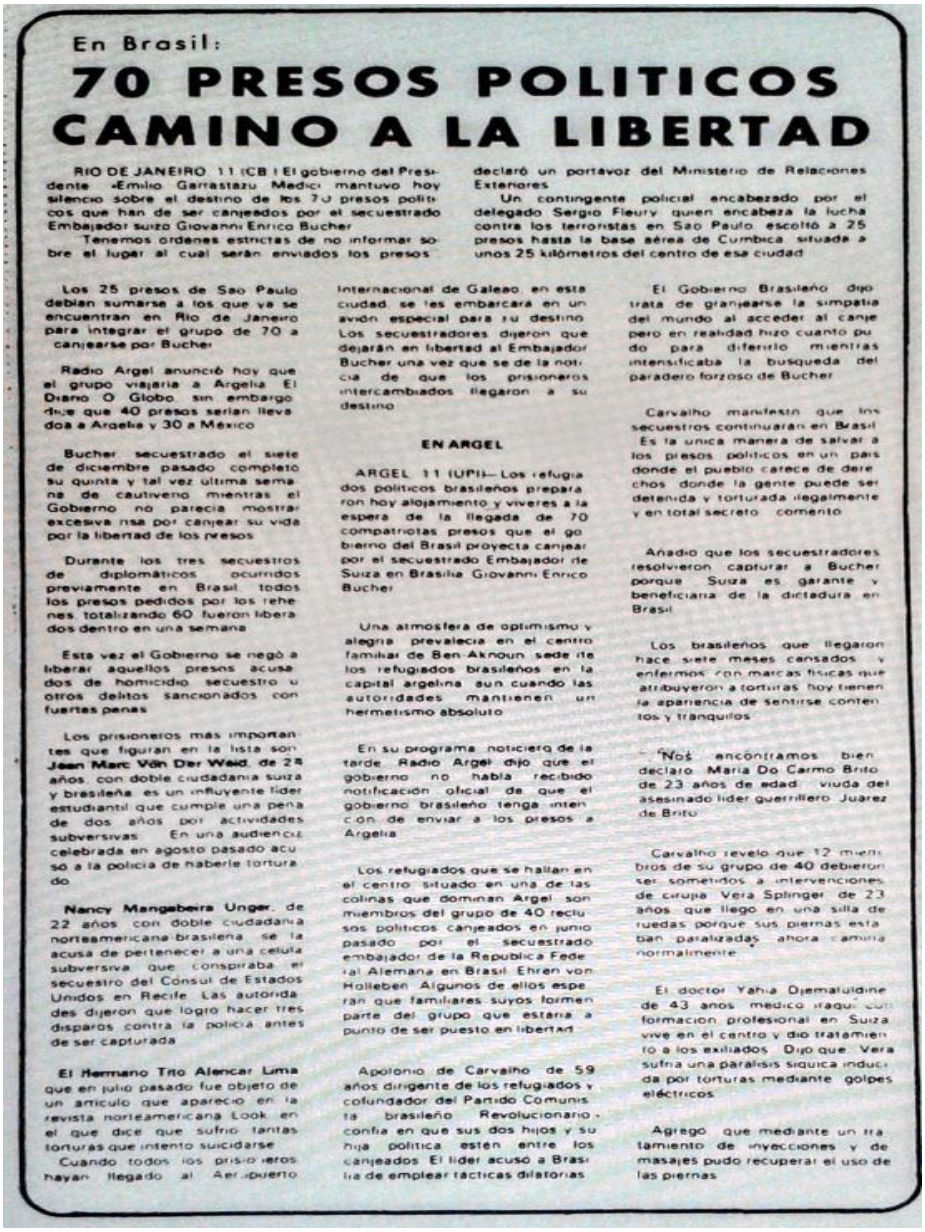
"Fuí sometida a torturas, pero ellas fueron psicológicas. En cambio, Francisco de Assis, el joven amigo que me visitaba en mi casa en los momentos de mi detención, fue objeto de torturas físicas terribles que no quisiera describir".

Cuando le preguntamos si en realidad ella participó en el complot para secuestrar al Cónsul norteamericano en Recife, Dan Lyon, nos respondió secamente: "Eso es lo que ellos dicen. La verdad es que el Gobierno brasileño retiró mas tarde esa acusación, pero, sin embargo, me encarcelaron por actividades revolucionarias".

Respecto a sus planes para el futuro y sobre si piensa quedarse en nuestro país, dijo que aún no había tomado una decisión al respecto.

Imagem 8 (“La Prensa”, 17 de janeiro de 1971, p. 9)

Ainda com os banidos em território brasileiro e sem saber o destino dos libertados, o jornal “La Nación” noticiou, no dia 12 de janeiro, na página nº 07, o sigilo que o governo militar ainda mantinha sobre o destino dos 70 banidos. Segundo o jornal, se especula que podem dividir o grupo, enviando uma parte ao México e, outra, para Argélia destacando, como nos outros médios escritos, a presença no grupo de três prisioneiros importantes, Jean Marc Van der Weld, Tito de Alencar Lima e Nancy Mangabeira Unger.



En Brasil:

70 PRESOS POLITICOS CAMINO A LA LIBERTAD

RIO DE JANEIRO 11 (CB) El gobierno del Presidente Emilio Garrastazu Medici mantuvo hoy silencio sobre el destino de los 70 presos politicos que han de ser canjeados por el secuestrado Embajador suizo Giovanni Enrico Bucher.

Tenemos ordenes estrictas de no informar sobre el lugar al cual serán enviados los presos declaró un portavoz del Ministerio de Relaciones Exteriores.

Un contingente policial encabezado por el delegado Sergio Fleury quien encabeza la lucha contra los terroristas en Sao Paulo escoltó a 25 presos hasta la base aérea de Cumbica situada a unos 25 kilómetros del centro de esa ciudad.

Los 25 presos de Sao Paulo debian sumarse a los que ya se encuentran en Rio de Janeiro para integrar el grupo de 70 a canjearse por Bucher.

Radio Argel anunció hoy que el grupo viajaria a Argelia. El Diario O Globo sin embargo dijo que 40 presos serian llevados a Argelia y 30 a México.

Bucher secuestrado el siete de diciembre pasado completó su quinta y tal vez ultima semana de cautiverio mientras el Gobierno no parecia mostrar excesiva risa por canjear su vida por la libertad de los presos.

Durante los tres secuestros de diplomáticos ocurridos previamente en Brasil todos los presos pedidos por los rehenes totalizando 60 fueron liberados dentro en una semana.

Esta vez el Gobierno se negó a liberar aquellos presos acusados de homicidio secuestro u otros delitos sancionados con fuertes penas.

Los prisioneros más importantes que figuran en la lista son **Jean Marc Van Der Weld**, de 28 años, con doble ciudadania suiza y brasileña es un influyente lider estudiantil que cumple una pena de dos años por actividades subversivas. En una audiencia celebrada en agosto pasado acusó a la policia de haberle torturado.

Nancy Mangabeira Unger, de 22 años con doble ciudadania norteamericana-brasileña se la acusa de pertenecer a una celula subversiva que conspiraba el secuestro del Cónsul de Estados Unidos en Recife. Las autoridades dijeron que logró hacer tres disparos contra la policia antes de ser capturada.

El Hermano Tito Alencar Lima que en julio pasado fue objeto de un articulo que apareció en la revista norteamericana Look en el que dice que sufrió tantas torturas que intentó suicidarse.

Cuando todos los prisioneros hayan llegado al Aeropuerto Internacional de Galeao en esta ciudad se les embarcara en un avión especial para su destino. Los secuestradores dijeron que dejarán en libertad al Embajador Bucher una vez que se de la noticia de que los prisioneros intercambiados llegaron a su destino.

EN ARGEL

ARGEL 11 (UPI)—Los refugiados politicos brasileños prepararon hoy alojamiento y viveres a la espera de la llegada de 70 compatriotas presos que el gobierno del Brasil proyecta canjear por el secuestrado Embajador de Suiza en Brasilia Giovanni Enrico Bucher.

Una atmosfera de optimismo y alegria prevalecia en el centro familiar de Ben Aknoun sede de los refugiados brasileños en la capital argelina aun cuando las autoridades mantienen un hermetismo absoluto.

En su programa noticiero de la tarde Radio Argel dijo que el gobierno no habia recibido notificación oficial de que el gobierno brasileño tenga intención de enviar a los presos a Argelia.

Los refugiados que se hallan en el centro situado en una de las colinas que dominan Argel son miembros del grupo de 40 reclusos politicos canjeados en junio pasado por el secuestrado embajador de la Republica Federal Alemana en Brasil Ehren von Holleben. Algunos de ellos esperan que familiares suyos formen parte del grupo que estaria a punto de ser puesto en libertad.

Apolonio de Carvalho de 59 años dirigente de los refugiados y cofundador del Partido Comunista brasileño Revolucionario confia en que sus dos hijos y su hija politica esten entre los canjeados. El lider acusó a Brasilia de emplear tácticas dilatorias.

El Gobierno Brasileño dijo trata de granjearse la simpatia del mundo al acceder al canje pero en realidad hizo cuanto pudo para diferirlo mientras intensificaba la busqueda del paradero forzoso de Bucher.

Carvalho manifestó que los secuestros continuaran en Brasil. Es la unica manera de salvar a los presos politicos en un pais donde el pueblo carece de derechos donde la gente puede ser detenida y torturada ilegalmente y en total secreto comentó.

Añadio que los secuestradores resolvieron capturar a Bucher porque Suiza es garante y beneficiaria de la dictadura en Brasil.

Los brasileños que llegaron hace siete meses cansados y enfermos con marcas fisicas que atribuyeron a torturas hoy tienen la apariencia de sentirse contentos y tranquilos.

"Nos encontramos bien declaró Maria Do Carmo Brito de 23 años de edad viuda del asesinado lider guerrillero Juarez de Brito.

Carvalho revelo que 12 miembros de su grupo de 40 debieron ser sometidos a intervenciones de cirugia. Vera Splinger de 23 años que llego en una silla de ruedas porque sus piernas estaban paralizadas ahora camina normalmente.

El doctor Yahia Djemaluidine de 43 años medico iraqui con formacion profesional en Suiza vive en el centro y dio tratamiento a los exiliados. Dijo que Vera sufria una paralisis siquica inducida por torturas mediante golpes eléctricos.

Agrego que mediante un tratamiento de inyecciones y de masajes pudo recuperar el uso de las piernas.

Imagem 9 (“La Nación”, 12 de janeiro de 1971, p. 7)

Esse mesmo dia 12 de janeiro, o jornal “La Prensa” na sua página nº 08 afirmava a decisão do governo brasileiros de enviar aos 70 prisioneiros ao Chile.

Setenta presos políticos brasileños viajan a Chile

La Cancillería está atenta cualquier información que ede llegar desde la Embada de Chile en Brasil sore el posible viaje a Sanago del grupo de 70 presos olíticos que el Gobierno de ese país dejara en libertad en canje por el Embajador de Suiza ante Brasilia, raptado por un grupo de extremistas.

La información la proporcionó el Subsecretario de Relaciones Exteriores, Alcides Leal, al término de una conversación sostenida por telex con Gustavo Vald vieso, Encargado de Negocios en la sede diplomática de Chile en Brasil.

Al respecto, Leal manifestó que hasta este momento no hay ninguna resolución del Gobierno brasileño acerca de los 70 presos, no obstante, las informaciones de las agencias internacionales sobre el viaje del grupo a Argelia. Valdivieso manifestó al Subsecretario que no tiene ninguna información al respecto, pero que ésta puede producirse en cualquier momento, incluso dentro de las próximas ocho horas.

A CHILE

BRASILIA, enero 11. (UPI). El Gobierno brasileño anunció oficialmente esta tarde, que los 70 presos liberados a cambio de la libertad del secuestrado Embajador suizo, Giovanni Enrico Bucher, serán enviados a Chile.

Empero, el Gobierno demanda que antes los secuestradores envíen una comunicación, comprometiéndose a dejar en libertad al diplomático suizo tan pronto como los presos lleguen a Chile.

Una nota oficial dada a conocer esta noche por los Ministros de Justicia, Alfredo Buzaid, y de Relaciones Exteriores, Mario Gulbson Barbosa, dice: “Atendiendo a la consulta que le hizo el Gobierno brasileño, con el exclusivo propósito de salvar la vida del Embajador de Suiza, Sr. Giovanni Enrico Bucher, el Gobierno de Chile decidió recibir en territorio de Chile, uno de los dos países escogidos por los secuestradores, a los 70 terroristas cambiados por el diplomático suizo.

“El Gobierno brasileño está en condiciones de hacer embarcar para Chile a los 70 terroristas, después del recibo de un mensaje de los secuestradores, dirigido al Ministerio de Justicia, fechado y firmado por el Embajador Bucher, en la cual se comprometen en liberar al secuestrado, sano y salvo, inmediatamente de la llegada a Chile de los referidos 70 terroristas.

heridas leves resultaron Eglantina Alvarez Moreira, esposa del chofer del vehículo volcado, Nicolás Hernández Loayza, y sus cinco pequeños hijos que viajaban en la cabina.

■ Baleado

En el Hospital Regional de La Unión falleció el agricultor, de 28 años, Gilberto Risco Miranda, como consecuencia de un balazo en el tórax que le disparó Germán Olivares Contreras, también agricultor, cuando sostenían una fuerte discusión en la casa de un amigo de ambos, durante la madrugada de ayer. El suceso se produjo en el lugar llamado Cunco-Mashue. El homicida fue detenido por la policía del lugar.

n otro ve- n el kiló- Chonchi y iloé. Como ho, resultó ntico Cha- nes de ca- on los pio- ay Vivar y de 30 y 20 ente. Con

quelme N.o 1003, en Curacautín. El inmueble, habitado por Belisario Gamonal Contreras, pensionado del Servicio de Seguro Social, de 67 años, quedó totalmente destruido. Con lesiones menos graves quedaron Pedro, Bella y Olga Gamonal Guerrero, de 16, 13 y 9 años, respectivamente. El incendio se inició al inflamarse la bencina de una garrafa que se encontraba cerca de la cocina a leña que usaban en la casa.

■ Cadáver

Sólo en la tarde de ayer fue rescatado el cuerpo de Domingo Hernández Salamanca, quien se ahogó el día 6 de diciembre pasado. El cadáver fue encontrado frente al lugar denominado Lonco, en el río Bío Bío

■ Resuelto

Funcionarios de la Brigada Especial de la Subprefectura Móvil de Investigaciones detuvo ayer al tipógrafo Segundo Matus Matus, de 37 años, por su participación en el robo de más de trescientos ternos desde la tienda ubicada en San Diego N.o 1968, ocurrido hace algunos días.

El detenido penetró, junto a otros tres individuos, a la sastrería de propiedad del industrial español Mariano Cubillos López, por un forado que abrieron en la parte posterior del local. La habilidad de los delincuentes los permitió desmantelar totalmente un complicado sistema de alarmas y de cables eléctricos destinados a electrocutar a quien entrara subrepticiamente al local.

Los ternos robados, cuyo avalúo supera los 200 mil escudos, fueron trasladados hasta una casa cercana cuyo dueño, un matarife, también participó en la comisión del delito. Este individuo está ya identificado por la policía, pero su nombre se mantuvo en reserva para evitar su huida.

Imagem 10 (“La Prensa”, 12 de janeiro de 1971, p. 8)

Um dia depois, o dia 13 de janeiro, o jornal “La Prensa” noticiou na sua primeira página que, no Chile, se esperavam os 70 libertados pelo sequestro do Embaixador Suíço. Embora o informativo destaca-se que ainda prevalecia a desinformação com relação ao destino dos mesmos e que poderia ser Argélia, México ou Chile.

LA PRENSA

DE SANTIAGO

SE ASILAN EN CHILE

Detenido Jor

METRALL

BALAS EN

CONCHA

A disposición de la Corte de Apelaciones fue puesto en la tarde de ayer el agricultor Jorge Ross Ossa, de 48 años, luego que fuera detenido por personal de Investigaciones en el Parque Concha y Toro de Puente.

La policía encontró en el fondo de Ross en el momento que fue aprehendido, más de 4 mil proyectiles de armas cortas, rifles y metralletas.

Luego de la detención el Director de Investigaciones, Emilio Cheyre, declaró que el personal a su cargo ha realizado numerosos allanamientos y pesquisas destinadas a encontrar armas.

Todas las pesquisas realizadas durante el día de ayer estuvieron basadas en las declaraciones prestadas por Ross ante la policía civil.

Esperan a los 70 brasileños

En la Cancillería chilena había mucha era total desconocimiento con respecto a la partida de los guerrilleros brasileños. Por lo menos así se desprendía de las declaraciones formuladas a los periodistas por el Subsecretario de esa Cartera, Alcides Leal.

De acuerdo con los antecedentes dados a conocer hasta esa hora, se seguía en el proceso de embarque en el aeropuerto de Río de Janeiro y se estaba determinado el punto de destino, mencionándose a Santiago de Chile, entre Argel y Ciudad de México.

En todo caso, en esta capital estaban tomadas todas las medidas para recibir y alojar a los 70 presos libertados.

Chile compró

Imagem 11 (“La Prensa”, 13 de janeiro de 1971, primeira página)

O dia 14 de janeiro, o jornal "Clarín" na página nº 17, dava a conhecer a notícia que finalmente os 70 seriam enviados ao Chile. O jornal acrescentava que viajariam junto com os libertados 35 agentes da Polícia Federal e que os acompanhariam durante a viagem até Santiago, capital do Chile.

El suizo debe estar hecho pipí:

Guerrilleros urbanos ganaron su pelea: sueltan 70 presos

RIO DE JANEIRO, enero 13 (UPI).— El proceso [illegible] la liberación del secuestrado Embajador de Suiza, Giovanni Enrico Bucher, parecía hoy aproximarse a su fin luego [illegible] que los terroristas prometieron que cumplirían con el canje una vez que los 70 prisioneros arribasen a Chile.

La nota que el Gobierno esperaba recibir fue encontrada recién en la víspera, aparentemente muy tarde, para hacerla tomar un vuelo sobre la cordillera de Los Andes.

A CHILE

RIO DE JANEIRO, 13 enero (EFE).— Aguárdase la partida, en las próximas horas, con destino a Chile de los 70 presos canjeados por la vida del Embajador suizo en Brasil, Giovanni Enrico Bucher, los cuales se encuentran concentrados en el aeropuerto internacional de Galeao, esperando la orden de embarque.

Esta mañana fueron convocados con urgencia los 35 agentes federales y estatales que habrían de acompañar a los excarcelados hasta la capital chilena. Los detectives ya se hallan en la base militar, lo cual indica que en cualquier momento podrá producirse el despegue del avión "Boeing" de la Compañía Aérea Brasileña "Varig", que espera desde ayer, con toda la tripulación preparada, la orden de partir.

Mientras tanto, el Comando del Primer Ejército sorteó entre los medios informativos, a cinco de estos órganos de prensa para documentar la salida de los presos brasileños, recayendo la suerte en los diarios cariocas "O Dia", "O Globo" y "Jornal do Brasil" y "Folha de Sao Paulo", de esta última ciudad, así como la agencia internacional de noticias "UPI".

LAS PLATAS

RIO DE JANEIRO, [illegible] enero (EFE).— La Empresa Aérea Brasileña "Varig", [illegible] revelado que el precio total del flete del Boeing-707, para trasladar desde Río de Janeiro a Santiago de Chile a los presos brasileños, será de unos 20.000 dólares, correspondiendo otros 7.000 en título de gratificación y hospedaje de los policías que acompañarán a los excarcelados.

Supone que cada agente recibió 200 dólares para gastos extraordinarios durante el viaje de ida y vuelta a Chile.

DIAS GOMIDE

Imagem 12 ("Clarín", 14 de janeiro de 1971, p. 17)

O percurso recorrido desde as prisões em diversos estados no Brasil, até chegar em território chileno, os 70 exilados tiveram momentos de tensão permanente sem saber o real destino nem o desenlace das negociações com o governo militar. Nessa conflituosa trama que envolvia sequestradores, embaixadas, militares, governo suíço e possíveis países de destino, os exilados ficaram, permanentemente, numa insegurança que poderia leva-los à liberdade, a perder as suas vidas ou voltar aos centros de detenção.

Roque Aparecido descreve esses momentos delicados e intermináveis de apreensão:

> […] fue un periodo largo de negociación y, nadie sabía cómo iba a terminar esto (…) si por un lado había la perspectiva de estar en libertad en otro país, que en ese entonces nadie sabía para cual país podría ser, al mismo tiempo la aflicción. ¿Y si hay algún problema y los compañeros terminan siendo obligados a enjuiciar al embajador? ¿Qué va a pasar con nosotros? (…) fuimos llevados todos para Rio de Janeiro (…) salimos en una avioneta, el grupo que estaba detenido en Sao Paulo, hacia Rio, todos los compañeros esposados, uno en el otro, una esposa para dos (…). Bueno, ahí en Rio juntos todos ya en el aeropuerto de Galeão, continuaba la tensión, porque hasta que estuviéramos en manos de esta gente, nadie podía saber lo que podría pasar (…) porque mismo en el vuelo todavía había una aprensión, bueno, salimos de Brasil, pero, el avión puede volver a cualquier momento sin problemas[267].

Dos 70 banidos que chegaram ao aeroporto de Santiago, o dia 15 de janeiro de 1971, posteriormente foram levados para uma localidade no centro de Santiago, El Hogar Pedro Aguirre Cerda que, despois do golpe de 1973, como lembra o chileno Sergio Muñoz, *se lo tomaron los milicos y crearon su propia universidad, la Universidad Bernardo O'Higgins*[268], porém, nem todos permaneceram no Chile, alguns, depois de passar pelos tramites oficiais recomendados pelas autoridades locais para assegurar sua condição de asilados, restabeleceram seus contatos com as suas respectivas organizações para poder se deslocar para outros países e poder retomar a sua rede de contatos ou fazer treinamento militar para voltar posteriormente ao Brasil.

No dia 15 de janeiro, dia da chegada dos 70 ao Aeroporto de Pudahuel na capital chilena, os jornais La Nación, Clarín e La Prensa, externaram diversas manchetes acompanhadas com imagens dos militantes celebrando a sua liberdade.

[267] Entrevista concedida ao autor por Roque Aparecido, (em espanhol), no dia 2/02/2018.
[268] Entrevista concedida ao autor por Sergio Muñoz (em espanhol), no dia 17/12/2017.

¡EXCLUSIVO! "LA NACION" PUBLICARA MAÑANA 16, EN FORMA ABSOLUTAMENTE EXCLUSIVA, LOS RESULTADOS DEL EXAMEN DE SELECCION UNIVERSITARIA DE TODO EL PAIS

LA NACION

PRECIO E°1,30 Santiago, Viernes 15 de Enero de 1971 Fundado el 14 de enero de 1917 Año LIV Nº 19.396

El Israelita y el de Concepción

2 BANCOS OFRECEN SUS ACCIONES AL GOBIERNO

67 ACCIONISTAS CONTROLAN 23 EMPRESAS BANCARIAS

"El Mercurio" es mayoritario en el Banco Edwards

(Pasa a la pág 5)

Chile te saluda, Cuba, Cuba, Cuba. Cuba

La llegada del Embajador cubano despertó el entusiasmo de todo el pueblo porteño.

GRITO DE LIBERTAD

CHILE DIO LA BIENVENIDA A LOS LIBERADOS BRASILEÑOS

Imagem 13 ("La Nación", 15 de janeiro de 1971, primeira página)

Por fin respiran aire libre

¡Carnaval carioca para los exiliados!

UNION QUIERE HACERLE LA BOLETA A COLO COLO

CLARÍN

EL DIARIO DE MAYOR CIRCULACION EN CHILE

Viernes 15 de enero de 1971 — Santiago, AÑO XVII, N° 5.952

PRECIOS

Días de semana ____ E° 1,00
Domingos ____ 1,50

Servicio Aéreo Especial LASA
Arica - Iquique - Antofagasta
Días de Semana ____ E° 1,30
Domingos ____ 1,80

Imagem 14 (“Clarín”, 15 de janeiro de 1971, primeira página)

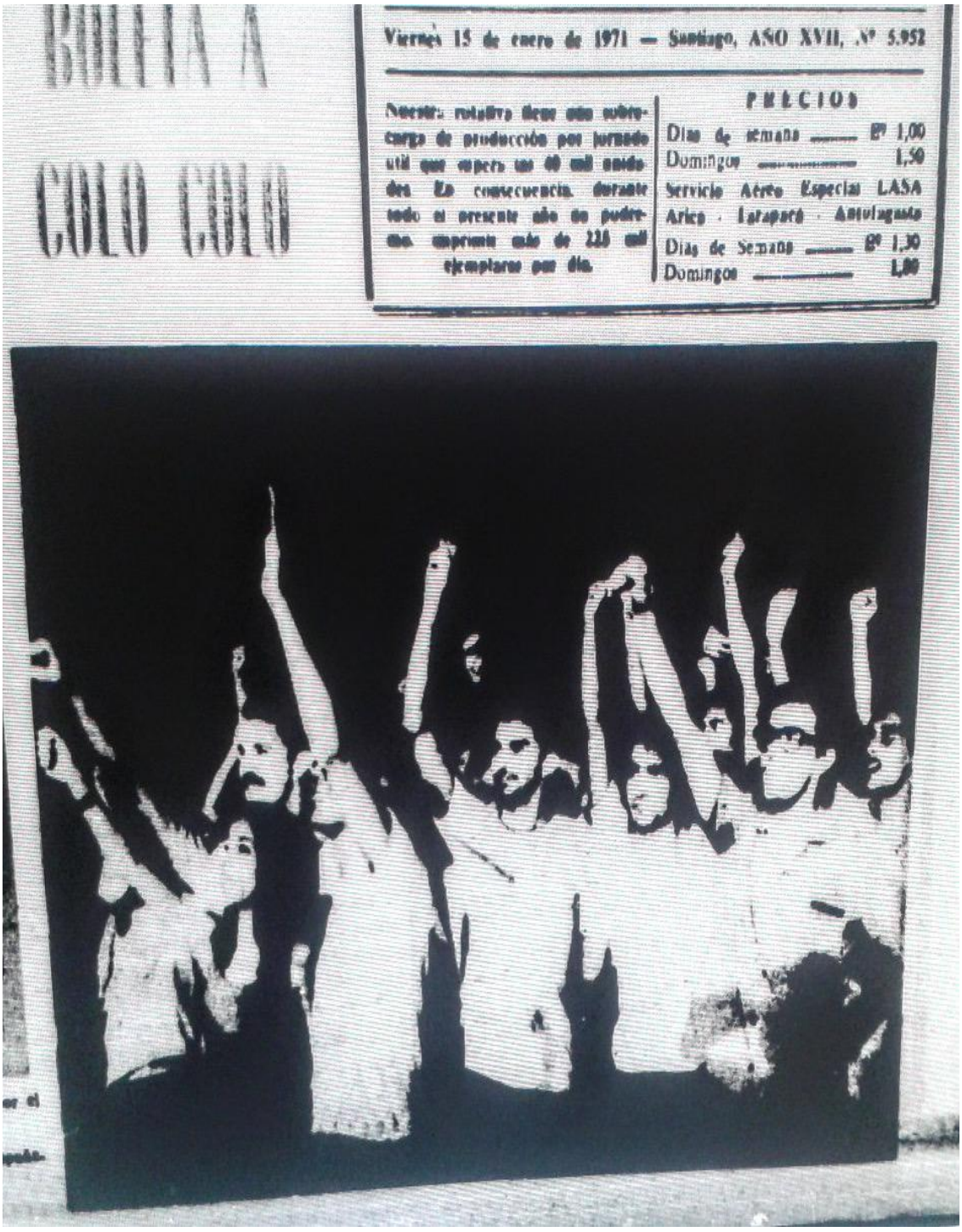


Imagem 15 (“Clarín”, 15 de janeiro de 1971, primeira página)

ENSA
ITIAGO

AÑO I — Nº 88
Viernes 15 de Enero de 1971
PRECIO: E° 1,50.—

MUCHO REPOSO Y LA BOCA CERRADA ES RECETA PARA LOS ASILADOS BRASILEÑOS

En la madrugada de ayer se puso término al suspenso por la llegada de los presos políticos brasileños a Pudahuel. Notas emotivas se registraron en el recinto, cuando muchos de ellos se encontraron con familiares, amigos o simplemente compatriotas que los esperaban en el terminal aéreo. Algunos viajaron con sus pequeños hijos y las mujeres lloraron de emoción al pisar tierra chilena. Desde ayer descansan en una residencia del Parque Cousiño y muchos comenzaron a pasear por la ciudad. No pueden hablar de política.

Imagem 16 (“La Prensa”, 15 de janeiro de 1971, primeira página)

CHILE DIO LA BIENVENIDA A LOS LIBERADOS BRASILEÑOS

A LAS 4.20 HORAS de la madrugada de ayer llegó al aeropuerto internacional de Pudahuel el avión especial de la línea aérea VARIG que voló directamente desde Río de Janeiro a Santiago trayendo a los 70 presos políticos que fueron liberados por el Gobierno carioca a cambio de la libertad del Embajador suizo Giovanni Enrico Bucher.

De inmediato los exiliados, entre los que figuran 10 mujeres y 3 niños fueron trasladados hasta el Hogar Pedro Aguirre Cerda en el Parque Cousiño, donde permanecerán durante algunos días mientras se decide su destino definitivo.

Al arribo del Boeing 707 de VARIG se encontraban en el aeropuerto decenas de brasileños residentes en Chile quienes brindaron un caluroso recibimiento a los liberados políticos.

Cuando el primer exiliado descendió del avión se escucharon numerosos vivas a Chile y gritos contra el régimen brasileño. Esos fueron minutos de emoción y minutos de dramatismo. Hubo abrazos, lágrimas, sonrisas, bromas y felicidad.

Liberados brasileños residentes y chilenos que también quisieron estar en Pudahuel entonaron los himnos nacionales de los dos países. Y luego la Internacional, a una sola voz.

Y enseguida el intercambio de impresiones, las exclamaciones de alegría, el recuerdo de lo ocurrido en las cárceles brasileñas, la congoja por los que quedaron, la ilusión del retorno futuro.

Emilio Cheyre, Director General del Servicio de Investigaciones, también concurrió a Pudahuel. Cheyre hizo una advertencia bastante lógica por lo demás: "Absténgase de formular declaraciones. Ustedes son gratamente recibidos por el Gobierno de Chile. Sin embargo, agregó Cheyre, es preferible que no comenten la situación. Ustedes entienden, se trata de no entorpecer las relaciones entre dos Gobiernos."

Mientras esto ocurría, en la terraza se alzaban carteles alusivos a la situación política en Brasil: Marighella presente. Muerte a la dictadura asesina del Brasil. Bienvenidos compañeros libertados.

Este gesto fue retribuido por los liberados con una enorme bandera chilena que fue desplegada en los momentos en que descendieron del avión.

La policía impidió que los periodistas conversaran con los refugiados. Solo se permitieron fotografías en grupos de diez.

Entretanto, el Canal 7 de Televisión transmitió vía satélite directamente a Brasil la llegada de los brasileños para contribuir de esta manera a acelerar la liberación del Embajador suizo.

El Hogar Pedro Aguirre Cerda donde fueron instalados los refugiados se encuentra en el interior del Parque Cousiño. Habitualmente en el recinto funcionan talleres de artesanía, costura, lavandería y otros que son utilizados por diversos centros de madres. Sin embargo, en este período el Hogar se encuentra en receso de modo que por esta razón se adaptó el lugar con la urgencia temporal de los brasileños liberados.

En la mañana de ayer el Hogar estaba resguardado por carabineros que impedían la entrada de extraños al recinto. Esta medida obedeció al hecho de que gran parte de los liberados se encontraba durmiendo y los médicos se preparaban para examinarlos detenidamente. Los facultativos de bían establecer el estado de salud del grupo.

TITO DE ALENCAR, es sacerdote, intentó suicidarse al no resistir las torturas. En Chile se le abren otras posibilidades.

Imagem 17 ("La Nación", 15 de janeiro de 1971, primeira página)

Na madrugada do dia 15 de janeiro, muitos brasileiros esperavam a chegada do avião da Varig que transportava aos 70 exilados. Personalidades do Governo e militantes de várias organizações brasileiras se prepararam para recepcionar aos companheiros de luta, entre os quais se encontravam Ronald Lobato, militante do PCBR e o poeta Thiago de Mello, os quais formavam parte da comissão que foi recepciona-los ao aeroporto afirmando que *ha sido muy emocionante recibir gente que podría estar muerta y que se estaba escapando de la tortura*[269].

As horas de voo que separavam o Rio de Janeiro de Santiago do Chile, foram as horas mais tensas vividas por Roque Aparecido e os restantes 69 brasileiros trocados pelo

[269] Entrevista concedida ao autor por Ronald Lobato (em espanhol), no dia 01/09/2014.

embaixador Suíço. As possibilidades de que o serviço de inteligência brasileiro descobrira o cativeiro do sequestrado e obriga-se o avião a voltar ao Brasil com os prisioneiros, era um temor que oprimia a cada um dos libertados transformando essa madrugada do dia 15 de janeiro uma das mais longas vividas por eles, pois o acordo com as autoridades brasileiras era de que:

> Antes de llegar a Chile, el embajador no sería suelto, teníamos que llegar a Chile para que el embajador fuese suelto, pero, ¿y si en ese momento, cuando se estaban preparando ya para soltarnos, surge alguna cosa ahí y el avión vuelve? Nadie sabía en ese entonces lo que efectivamente podía pasar. Bueno, la llegada a Chile fue muy emocionante, porque ya teníamos muchos compañeros exiliados allá en Chile y se juntaron muchos chilenos y ahí en el hogar Cousinho, mucha gente, todos los días, entrevistas con periodistas de todos los países[270].

Esse momento tenso também foi detalhado por Bruno Dauster que fez menção à decisão do governo do Chile, com Salvador Allende como Presidente, de não permitir que os policiais brasileiros que acompanhavam aos banidos desde Brasil descessem em território chileno. Um ato soberano bastante representativo que expressava a decisão de aceitar aos brasileiros no Chile sem restrições nem interferências, já que:

> […] el gobierno de Allende no iba a aceptar que, los policiales que nos llevaban, bajaran del avión (…) para cada dos prisioneros había un policial sentado y otros más, entonces ¡había muchos! Ellos no tuvieron la intención de bajar la escalera, decidieron quedarse dentro del avión. Esto, simbólicamente, fue muy interesante[271].

Posteriormente à sua chegada ao aeroporto, os exilados foram conduzidos para o Hogar Pedro Aguirre Cerda, ao norte de Santiago, para ter um lugar que permitisse fazer um registro mais sistemático de todos os brasileiros e, consequentemente, saber como administrar o impasse diplomático que teve uma longa história de negociações entre ambos os governos. Esse momento, como relata Bruno Dauster, foi contraditório para alguns, porque a ideia de liberdade parecia-lhes escapar, mas na realidade, as autoridades chilenas *querían que nos quedáramos 3 o 4 días, no solo para los papeles, pero para tener el control de la situación y adecuar un poco las relaciones con el Brasil*[272].

No "Hogar Pedro Aguirre Cerda" o governo chileno tramitou as suas identidades e documentação legal para circular no país, fizeram uma bateria de exames para verificar o seu estado de saúde, além das formalidades da recepção. Alguns deles, aproveitaram a cobertura

[270] Entrevista concedida ao autor por Ronald Lobato (em espanhol), no dia 01/09/2014.
[271] Entrevista concedida ao autor por Bruno Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.
[272] Entrevista concedida ao autor por Bruno Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.

jornalística e se dispuseram a oferecer entrevistas para jornalistas de vários meios de comunicação, nacionais e estrangeiros, onde denunciaram as torturas a que foram submetidos e a realidade política do Brasil e do seu regime ditatorial.

Em entrevista ao semanário do Partido Comunista do Chile "El Siglo", do dia 16 de janeiro, na página nº 09, alguns militantes libertados denunciaram as torturas e mostraram as marcas deixadas pelas mesmas no corpo de mulheres e homens. Entre os que foram entrevistados pelo jornal comunista estavam o Padre Dominicano Tito de Alencar Lima, o líder estudantil Jean Marc Van der Weld, a militante Nancy Mangabeira Unger, o operário paulista Roque Parecido, entre outros, os quais enfatizaram que, no Brasil, as suas respectivas organizações continuavam na luta até a derrubada da ditadura.

HABLAN PARA LA PRENSA

Las brasileñas explican a la prensa las atrocidades a que son sometidos los presos políticos en las cárceles del Brasil. Describieron las impresionantes torturas aplicadas a los reos y las condiciones inhumanas de las prisiones

Declararon los 70 brasileños que llegaron anteayer al país:

"LA TORTURA ES LA DEMOCRACIA EN BRASIL"

Imagem 18 ("El Siglo", 16 de janeiro de 1971, p. 9)

HABLAN PARA LA PRENSA

Las brasileñas explican a la prensa las atrocidades a que son sometidos los presos políticos en las cárceles del Brasil. Describieron las impresionantes torturas aplicadas a los reos y las condiciones inhumanas de las prisiones

Declararon los 70 brasileños que llegaron anteayer al país:

"LA TORTURA ES LA DEMOCRACIA EN BRASIL"

"En Brasil, la democracia es la tortura actualmente", declaró a la prensa el presidente de la Federación de estudiantes, Jean Marc Frederic Charles Van der Weid, uno de los 70 brasileños que llegaron anteayer al país.

Reunidos ante los periodistas, representantes de todos los sectores, tales como un padre dominicano, Tito de Alencar; Jean Marc, por los estudiantes, Antonio Espíndola Pereira por los profesionales, Roque Aparecido Da Silva y Elmar Brito por los trabajadores, y Nancy Magañera U., por las mujeres, contaron las atrocidades cometidas por el régimen dictatorial militar de su país.

TORTURAS

Uno por uno fueron señalando las causas de su arrestación y las torturas que les fueron infligidas en las cárceles brasileñas. El padre Alencar relató la represión existente contra el clero progresista y añadió que su detención se debió al apoyo que la Orden Dominicana dio a los perseguidos por la bestial policía del Brasil. El padre fue sometido a golpes eléctricos en las manos, en el ano, en los testículos, en la lengua, etc. Además fue golpeado brutalmente con "palmatorias" en todo el cuerpo.

Roque Aparecido Da Silva, enfrentado al máximo, contó cómo el Ejército asesinó a su hermano. Este fue baleado y una vez transportado al hospital, torturado sucesivamente durante 50 días, hasta que falleció.

Todos, absolutamente todos los brasileños que llegaron el jueves, pasaron por las manos de los verdugos brasileños; muchos presentan en su cuerpo las huellas de las torturas, otros están mutilados, ciegos, o con problemas síquicos como consecuencia del infierno que vivieron.

ORGANIZACION

Conversando con los demás brasileños en el Hogar Talca Pedro Aguirre Cerda, ellos nos manifestaron que en el Brasil existen organizaciones clandestinas a través de obreros y estudiantes que están luchando directa o indirectamente contra el fascismo Militar.

"Muchos compañeros que fueron torturados a la salida [illegible] como tal; otros también en otros frentes, pero podemos decir que el pueblo del Brasil está consciente del desastre que acontece a la nación y está dispuesto a combatir hasta el final".

Por otra parte, denunciaron a las "Organizaciones Bandarelles, CODI y al Escuadrón de la Muerte, como comandos especializados, instruidos por la CIA, para torturar a los presos. Además, afirmaron que prácticamente los 70 habían sido detenidos por simples sospechas, torturados antes de los interrogatorios y luego, una vez que los habían asesinado a preguntas, torturados nuevamente.

"Contar esa represión, indicaron, estamos organizándonos, y si bien no podemos dar detalles por razones obvias, podemos asegurar que las estructuras económico sociales del Brasil actual, privarán al pueblo, en forma irremediable, a rebelarse contra el régimen militar apoyado por el imperialismo norteamericano y tomar el poder.

PARO EN ZIG-ZAG: NO PAGARON SUELDOS

Un paro de brazos caídos iniciaron a las 16 horas de ayer los empleados de la Empresa Editora Zig-Zag, en señal de protesta por el no pago de los sueldos semanales y de los quincenales. Los dirigentes sindicales denunciaron que los ejecutivos de la empresa plantearon al Gobierno —en las discusiones realizadas en el tribunal tripartito que emitió un fallo para poner término al conflicto que existía en la firma—, que con un préstamo de 6 millones 500 mil escudos, estarían en condiciones de cubrir todos sus compromisos con el personal para enero y febrero.

No obstante que el Banco del Estado les facilitó esa cantidad —dijeron—, ahora salieron con que no hay plata, "porque el SNS no ha pagado la primera cuota de la venta de una bodega que Zig-Zag tiene en Vicuña Mackenna, en la capital".

Cabe destacar —por otra parte— que los ejecutivos de la empresa encabezados por Sergio Muñoz llamaron al mediodía a una conferencia de prensa, donde cuestionaron el laudo arbitral emitido por el tribunal tripartito, que presidió el abogado del Ministerio del Trabajo, Roberto Butron, y que es inapelable.

En esa oportunidad —dando una interpretación maliciosa a

Imagem 19 ("El Siglo", 16 de janeiro de 1971, p. 9)

Assim que receberam a notícia que os 70 haviam desembarcado em Santiago do Chile, o comando que sequestrou ao Embaixador Suíço, organizou a liberdade do sequestrado. As expectativas e a tensão invadiam as manchetes dos jornais escritos, do rádio e da televisão, transformando o desenlace do sequestro num verdadeiro filme de suspense e, a cobertura jornalística, foi acompanhada minuto a minuto pelos jornais chilenos que informavam à população e, agora, aos próprios protagonistas brasileiros dessa história, os 70 exilados, sobre a situação do embaixador sequestrado.

Domingo 17 de enéro de 197

Terroristas brasileños:

DEJARON LIBRE AL EMBAJADOR SUIZO

RIO DE JANEIRO, Enero 16. (UPI). — Después de estar 40 días cautivo de los terroristas, el Embajador de Suiza, Giovanni Enrico Bucher, de 57 años, pasó su primer día de libertad en retiro, recibiendo solamente a autoridades y agentes del Servicio de Inteligencia Militar (SIM).

Los detalles de su secuestro continúan envueltos en el misterio, pues el diplomático se niega a hacer declaraciones a los periodistas hasta que tenga tiempo de consultar exteriormente con las autoridades.

La policía se apresuró a bloquear varias zonas de la ciudad poco después de ser liberado el Embajador esta mañana, pero hasta este momento no se ha hallado la pista de los secuestradores.

"Está muy fatigado", declaró la señora Anne Marie Maillet. Después de recibir con un abrazo a su hermano, que es soltero. La señora Maillet vino en avión desde Europa a fin de aguardar la liberación del Embajador y se encontraba en la residencia de éste a su llegada en coche, a las 6.45 A. M., acompañado por el Ministro de la Embajada, William Roch. Un policía relató que Bucher estaba tan agitado que apenas podía mantenerse de pie. Sin embargo se dijo que está con buena salud.

Inmediatamente después de ser puesto en libertad, Bucher se dirigió a la casa del Ministro, partiendo de allí juntos a la Embajada.

ESE ES

El medio centenar de reporteros y fotógrafos que pacientemente habían aguardado dos noches frente a la residencia del diplomático, a principio no reconoció a Bucher. El coche de Roch pasó delante de los sofiolientos periodistas y llegó a la verja de la propiedad antes de que uno gritara: "ese es el Embajador"; Bucher se había puesto gafas ahumadas y llevaba una camisa de sport color pardo.

Minutos después, Bucher subió a la puerta de la casa, de ladrillo amarillo, y se limitó a decir a los periodistas que deseaba dar las gracias al Gobierno brasileño por haber obtenido su liberación. Las autoridades, después de laboriosas negociaciones que se prolongaron más de una semana, arrancaron el jueves pasado a 70 presos políticos a Chile, canje rescate por la libertad del diplomático.

El fornido Bucher dio la impresión de estar muy nervioso y fumaba mientras hablaba a los periodistas. "No puedo hacer declaraciones todavía porque naturalmente primero debo consultar con las autoridades", expresó con una sonrisa.

Luego manifestó su consternación por la muerte del policía de escolta ocurrida durante el acto del secuestro, diciendo: "No vi nada de lo que sucedió durante mi captura".

Bucher pasó 40 días, 22 horas y 15 minutos en cautiverio.

La policía cerró a la circulación de coches, la zona de colinas arboladas de Alto Da Boa Vista, en donde dio dos infructuosas batidas a raíz de ocurrir el secuestro. El distrito de la playa de Tijuca también fue acordonado por la policía y los coches de los bañistas se dirigieron a otras dentro del radio de la ciudad.

El primer contacto de Bucher luego de su liberación, fue con el enviado especial de su Gobierno, llegado durante su cautiverio, Max Feller quien estaba alojado en la casa del Ministro Roch, que fue donde primero apareció hoy el Embajador.

Bucher desayunó en compañía del Nuncio de Su Santidad, Monseñor Umberto Mozzoni, quien le felicitó por su liberación a nombre del Cuerpo Diplomático. Más tarde llegaron funcionarios gubernamentales y agentes del SIN. Un portavoz de la Embajada declaró que Bucher se reunió a descansar a primera hora de la tarde.

El Embajador ha sido el cuarto diplomático extranjero secuestrado en Brasil. Su cautiverio fue el más prolongado y el rescate de 70 presos políticos el más alto pagado hasta ahora por las autoridades brasileñas.

SOSPECHOSOS

MONTEVIDEO, Enero (UPI).—Una pareja que pó... estar conectada directa... con el secuestro por los t... meros del Embajador de G... Bretaña, Geoffrey Jackson, ... ya siendo interrogada en la ... fatura de policía, abriendo ... vía de esperanza para su ... liberación.

Informes extraoficiales ... caron que el hombre tenía en su poder, al ser aprehendido, ... jetos, documentos y libros ... lo comprometerían seriamente. La policía guarda absoluta reserva y nada ha trascendido ... fuentes allegadas a la ... sobre si los objetos en ... del hombre, pertenecían o ... al Embajador secuestrado.

ENVIADO ESPECIAL

Una continuada actividad desarrolló el enviado especial británico, Oliver Wright, durante los cuatro días que estuvo en Montevideo, se entrevistó con el Ministro de Relaciones Exteriores, Jorge Peirano Facio, los Embajadores de Estados Unidos, Charles Adair, de Brasil, Luis Bastián Pinto y finalmente ayer visitó al Presidente de la República, Jorge Pacheco Areco.

Wright, que hoy partió hacia Río de Janeiro, entregó al Presidente Pacheco en su despacho, situado a 300 kilómetros al noreste de Montevideo, un mensaje personal del Primer Ministro británico Edward Heath.

Según informó la Embajada inglesa, Wright "confía en poder realizar una visita a San Pablo y posiblemente a Buenos Aires y Santiago de Chile".

El enviado especial conferenció con las autoridades uruguayas y diplomáticos extranjeros sobre los secuestros y exigencias de los Gobiernos británico, brasileño y suizo a quienes se les ha pedido un rescate del Gobierno del Uruguay.

Los operativos de las fuerzas conjuntas de la policía, el Ejército y la Marina, previstos para el caso de ser secuestrado, reviando cada casa en cuadras enteras de la ciudad.

Pese a ello no se ha logrado dar con la "cárcel del pueblo" según la llaman los [illegible]

Llovieron piedras, zapatos

Imagem 20 ("La Prensa", 17 de janeiro de 1971, p. 5)

EL SIGLO, domingo 17 d

NOTICIAS DEL MUNDO-NOTICIAS DEL M

FUE ENTREGADO EL DIPLOMATICO SUIZO CANJEADO POR 70 PRESOS BRASILEÑOS

RIO DE JANEIRO, 16 (UP).— El Embajador suizo, Giovanni Enrico Bucher, volvió a su residencia situada en la cumbre de una colina, en el lujoso barrio de Dorajeiras, en la mañana de hoy, después de pasar casi cuarenta días en cautividad de los guerrilleros urbanos.

El diplomático, vestido sólo con una camisa roja y llevando anteojos negros, fue llevado rapidamente a su casa por el Consejero de la Embajada, Williams Roth, en un chevrolet gris de la representación diplomática.

Algunos de los periodistas que montaron su segunda noche de vigilia frente a la residencia del Embajador, lo reconocieron al pasar rápidamente el automóvil.

[illegible]

El diplomático se halla bien de salud. Después de entrar en su residencia habló a los periodistas desde una puerta del edificio de tres pisos. Hablando apresuradamente y al parecer lleno de nerviosidad, agradeció al Gobierno brasileño por haberle ayudado a obtener su libertad.

Un vocero de la Embajada suiza dijo que Bucher había sido recogido por Roth en el Hotel Gloria de esta ciudad a las 08 A.M. tras haber pasado 39 días, 22 horas y 15 minutos en cautividad.

Los amigos dicen que Bucher, soltero de 37 años, besó a su hermana Anne Marie Mallet, después de entrar en su residencia. La señora Mallet llegó en avión a Brasil desde Europa para aguardar la liberación de su hermano.

Los que estaban en el interior de la residencia, dijeron que Bucher parecía de buen humor. Pero dijo a los diplomáticos que no tiene la menor idea de dónde se le mantuvo prisionero.

El vocero declaró que el diplomático fue liberado por el Consejero de la Embajada, Williams Roth, pero no ofreció más detalles al respecto.

Los periodistas que mantuvieron una vigilia en la Embajada, no vieron claramente retornar al Embajador a su residencia del barrio de Laranjeiras, pero un cabo de policía que custodiaba el edificio dijo al reporter de la United Press International, Luis Mendonca, que había vuelto.

SIGUE LA REPRESION

Entretanto, la policía continúa su demostración de fuerza en Río de Janeiro en un decidido esfuerzo por apresar a los secuestradores del diplomático.

Los que aprehendieron a Bucher el siete de diciembre, prometieron liberarle cuando los 70 prisioneros cuya excarcelación exigían, llegaran libres al exilio en Chile. Esto ocurrió el jueves por la mañana.

Transeúntes y conductores de automóviles declararon que han advertido un despliegue sin precedentes de policías patrullando los barrios de Jacarepaguá, Alto de Boa Vista y Barra de Tijuca, todas zonas donde se sospecha podrían ocultarse los terroristas.

Un observador militar extranjero, manifestó por su parte, que el patrullaje policial "fue el más intenso que he visto jamás en Río de Janeiro".

PERIODISTAS

Alrededor de 35 reporteros de diarios, radios y televisión estaban reunidos frente a la residencia de Bucher cuando éste llegó.

Mientras pasaban su segunda noche de vigilia en espera de la liberación del diplomático, se entretenían escuchando sus radios de transistores, engullendo empanadas y comidas que les traían sus compañeros de los bares y restaurantes vecinos, y, ocasionalmente, danzando y cantando. Una vecina llevó a su jardín un tocadiscos y allí bailó un samba ante los periodistas que la aplaudieron entusiastamente al terminar.

El tema principal de conversación entre los periodistas era la esperanza de que el tiempo se mantuviera despejado, ya que el jueves por la noche quedaron empapados tras una serie de aguaceros.

Cada vez que un automóvil aparecía en la empinada calle en cuyo punto más alto se halla la residencia del Embajador, los periodistas apuntaban sus linternas dentro del vehículo para comprobar si era el diplomático que volvía.

Tres policías con cascos de acero y otros tres vestidos de civil bloquearon a los periodistas la entrada a la casa de Bucher.

Algunos de ellos dormían en sus automóviles, con las piernas colgando fuera de las ventanillas; otros lo hacían en el césped.

Aviones yanquis lanzan 3 ataques contra la RDV

SAIGON, 16, (ANSA).—La aviación norteamericana efectuó ayer tres misiones de bombardeo contra el Vietnam del Norte, segun informa hoy en Saigón el comando militar norteamericano.

Se trató "de una represalia contra la artillería norvietnamita que actuó contra aparatos norteamericanos que bombardeaban en Laos el llamado "sendero de Ho Chi Minh", la carretera que va del Vietnam del Norte al Vietnam del Sur, en la frontera con Laos.

Se desconoce el resultado de la acción aérea sobre el territorio norvietnamita.

Imagem 21 ("El Siglo", 17 de janeiro de 1971, p. 9)

LA NACION Santiago Domingo 17 de Enero de 1971 Pág. 7

Frente a un hotel apareció el Embajador suizo raptado

● Demora de su liberación se atribuye al despliegue policial hecho por el Gobierno brasileño.- El diplomático no ha querido hacer declaraciones hasta el momento

RIO DE JANEIRO, 16 (PL)— El Embajador de Suiza Giovanni Enrico Bucher secuestrado el 7 de diciembre pasado, fue dejado en libertad esta madrugada

La información fue confirmada por funcionarios de la embajada suiza, quienes dijeron que Bucher había regresado a su residencia en esta ciudad

RIO DE JANEIRO 16 (PL) Casi 40 días después de ser secuestrado por guerrilleros urbanos el embajador suizo fue puesto en libertad hoy temprano

Giovanni Enrico Bucher llegó en automóvil a las 6.40 (hora local) a su residencia en el lujoso barrio de Laranjeiras acompañado al timón por el embajador interino Max Feller quien aparentemente fue a recogerlo a un lugar no indicado todavía

Bucher sólo dijo que se encontraba perfectamente bien pero se abstuvo de hacer declaraciones a los periodistas que se encontraban en el lugar controlado por efectivos de la policía y el ejército desde que hace dos días arribaron a Santiago de Chile los 70 presos políticos exigidos en canje

Prometió una conferencia de prensa para las 8 horas, aunque posteriormente se supo que ésta fue suspendida hasta mañana domingo a las 18 horas a solicitud de las autoridades militares

El representante helvético fue secuestrado el 7 de diciembre pasado en el barrio Laranjeiras por el comando Juárez Guimaraes de Brito perteneciente a la organización Vanguardia Popular Revolucionaria (VPR)

Su cautiverio estableció un record de permanencia en poder de los guerrilleros urbanos brasileños debido a las maniobras del régimen militar tendiente a obstaculizar las negociaciones y ganar tiempo para intentar capturar a los secuestradores

Bucher de 57 años soltero es el cuarto funcionario extranjero secuestrado [illegible] en menos de 16 meses

El primero fue el embajador norteamericano Charles Burke Elbrick que cayó en poder de los revolucionarios el 4 de septiembre de 1969 Quince presos políticos fueron excarcelados a cambio de su devolución

Igual suerte corrió el cónsul japonés en Sao Paulo Nbuo Okuchi el 11 de marzo pasado Cinco presos políticos fueron liberados en canje El mismo día pero 3 meses más tarde el embajador germano occidental Ehrenfried Von Holleben inició el proceso seguido por sus antecesores Cuarenta presos políticos tuvieron que ser excarcelados a cambio de su libertad

Se mantiene estado de Lyndon Johnson

SAN ANTONIO (Texas) 16 (UPI)— El ex Presidente de los Estados Unidos, Lyndon B. Johnson, hospitalizado desde el miércoles con un ataque de pulmonía de escasa gravedad, no mostró progreso hoy pero está descansando cómodamente según se informó

Su estado no ha cambiado dijo un vocero del centro médico Brooke del ejército

Johnson de 62 años de edad se resfrió el lunes pasado cuando acompañó a su esposa Lady Bird al ser juramentada como miembro de la junta de educación de la Universidad de Texas

El ex Presidente tiene un caso simple de pulmonía Su progreso desde el punto de vista general ha sido satisfactorio dijo ayer el coronel Robert L. North jefe médico del hospital

Johnson quien terminó su período presidencial hace dos años pasó 12 días en la misma habitación del séptimo piso del

ntuflas

Gandhi

Sigue en aumento la violencia en Belfast

BELFAST 16 (UPI) Las tro

comenzó poco después de que bombas incendiarias de fábrica

MARIA CALLAS TRAMITA SU DIVORCIO

BRESCIA (ITALIA) 16 (UPI) La soprano Neoyorquina María Callas y su esposo el industrial Giovanni Batista Meneghini que se hallan separados desde hace nueve años han iniciado oficialmente sus trámites de divorcio

Ambos llegaron ayer a una audiencia de reconciliación primer trámite legal y se saludaron con un simple hola que tal

El Juez Alfonso Mascolo dijo que la audiencia había sido un fracaso debido a la negativa actitud de la famosa cantante y fijó la primera audiencia de divorcio para el primero de marzo

Meneghini que cuenta 67 años estaba dispuesto a reconciliarse pero la cantante vinculada sentimentalmente al magnate naviero greco argentino Aristóteles Onassis antes de que éste se casara con Jacqueline Bouvier la viuda del ex presidente norteamericano John F. Kennedy se negó

También iniciaron sus trámites de divorcio María Sicolone la hermana de Sofía Loren contra

Imagem 22 ("La Nación", 17 de janeiro de 1971, p.7)

A recepção foi outro momento inesquecível na memória de alguns militantes que escapavam dos óbices do regime militar brasileiro. Considerando que no Chile já havia um número significativo de brasileiros exilados, a chegada à capital chilena naquele mês de janeiro foi recebida por muitos compatriotas que levantaram cartazes, gritos de boas-vindas, música brasileira, além de representantes de partidos políticos chilenos que se somaram à acolhida que, Vera Rocha, que os receberam *como si fuéramos unos héroes y que llegábamos a un país en libertad, fue una cosa muy calurosa, muy fuerte y nos emocionó mucho*[273].

Jean Marcvon der Weid, presidente da UNE à época e integrante do grupo dos 70 banidos, menciona a alegria que representou pisar solo chileno e se sentir em liberdade:

> Não há como descrever a sensação de euforia e exaltação que nos tomava ao descermos as escadas do avião e sentirmo-nos livres e, mais do que isso, numa terra onde o povo havia conquistado, se não o poder, o governo. (...) Logo percebemos que o povo chileno era, além de solidário e simpático, altamente politizado. Independentemente da filiação política ou estrato social, todo mundo discutia política com muito conhecimento de causa e ampla capacidade de argumentar. Perguntavam-nos muito sobre a ditadura no Brasil e como tinha sido o golpe militar parecia haver uma preocupação latente com a eventualidade de que algo semelhante acontecesse[274].

Aos poucos dias da chegada, Vera Rocha teve a oportunidade de presenciar a dinâmica política dos primeiros meses do governo socialista e a da vasta participação política da sociedade chilena. Presenciar milhares de pessoas nas ruas se manifestando em apoio ao projeto político da Unidade Popular a impressionou profundamente. Ressaltava frente aos seus olhos que entre essa densa massa de trabalhadores, estudantes e pessoas em geral, houvesse mulheres, jovens, crianças e idosos plenamente conscientes desse momento histórico para o Chile.

O passado vivido nas prisões brasileiras contrastava com a liberdade que oferecia o novo destino e, para alguns, o processo de adaptação ao cotidiano chileno levou dias ou até semanas. O espaço destinado para o acolhimento, o Hogar Pedro Aguirre Cerda, transformou-se rapidamente em centro de peregrinação de jornalistas, da imprensa local e, inclusive, surgiu entre os exilados a ideia de fazer um documentário sobre os envolvidos e conhecer um pouco sobre a realidade política brasileira.

Roque Silva registra que nesses momentos iniciais vividos em Santiago:

> […] estaba un poco perdido, después de dos años de cárcel, después de un periodo de clandestinidad, llegar allá, esa libertad, esa euforia toda fue muy emocionante, entrevistas con la prensa de todos los países. Había un compañero, Luis Alberto

[273] Entrevista concedida ao autor por Vera Rocha Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.
[274] Jean Marcvon der Weid "Na sombra da cordilheira" In: **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos/Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p.537-538

> Saenz, un brasilero, ya entendía un poco de cine y comenzó a hacer un documental[275], para denunciar lo que habíamos pasado en la cárcel, este documental se llama '*no es hora de llorar'*[276].

Entre as preocupações dos 70, principalmente com aqueles que não pretendiam deixar o Chile para continuar o exílio em outros países, prevalecia o cuidado relacionado com a sobrevivência, por esse motivo, as autoridades chilenas promoviam contatos destinados a oferecer possibilidades de trabalho ou de estudos para os interessados. No caso de Roque, atuou a seu favor seu passado como sindicalista no Brasil facilitando sua inserção no âmbito sindical chileno:

> Yo tuve mucha suerte porque, como había sido sindicalista, había tenido toda una experiencia de trabajo sindical aquí en Brasil y, el compañero Pedro Nuñez, que era el presidente del sindicato, era del Partido Socialista y estuvo allá también visitándonos y, fue ahí, que comencé a conversar con él y poco tiempo después me llamó entonces para trabajar en el sindicato. Para mí fue un alivio muy grande[277].

O sequestro de diplomatas no Brasil e em outros países latino-americanos ativou o alerta dos Estados Unidos, como o demonstra a manchete do jornal "La Prensa", do dia 28 de janeiro de 1971, na página nº 05. Essa preocupação foi externada na III Conferência Especial Interamericana, na OEA, (Organizações dos Estados Americanos), pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, William Rogers, que propôs uma convenção sobre os sequestros de diplomatas, não só no continente Americano senão também na Europa e na Ásia.

O texto, de Rogers, reproduzido parcialmente pelo jornal chileno, fazia menção aos 12 diplomatas sequestrados na América do Sul, sendo que dois deles, de nacionalidade estadunidense, foram assassinados no Uruguai e Guatemala respectivamente. Ressaltava, além disso, os métodos utilizados pelos sequestradores que iam de encontro aos pressupostos da declaração dos direitos humanos, além de enfatizar que esse tipo de ações era inaceitável nas sociedades civilizadas.

---

[275] O documentário referido por Roque Aparecido é *"Não é hora de chorar",* produzido pelo Departamento de Cinema da Universidade do Chile e dirigido por Pedro Chaskel e Luiz Alberto Sanz.
[276] Entrevista concedida ao autor por Roque Aparecido, (em espanhol), no dia 2/02/2018.
[277] Entrevista concedida ao autor por Roque Aparecido, (em espanhol), no dia 2/02/2018.

PLANTEA EE.UU. EN LA OEA

ACCION MUNDIAL PARA COMBATIR SECUESTROS DE LOS DIPLOMATICOS

WASHINGTON, enero 27 (UPI).— Estados Unidos propuso hoy una convención contra los secuestros que se aplique no sólo al Hemisferio Occidental, sino también a Europa, y Asia.

"Los países no hemisféricos son también lugares potenciales de refugio para los terroristas", afirmó el Secretario de Estado, William P. Rogers.

La declaración de Rogers fue leída ante la III Conferencia Especial Interamericana por el Subsecretario del ramo, John N. Irwin, quien explicó que el titular no podía asistir a la sesión.

Rogers manifestó en su exposición que los métodos a los cuales han recurrido los terroristas "muestran una cruel y fría desconsideración para los derechos humanos. No tienen cabida en las sociedades civilizadas".

Estados Unidos, agregó, "promete sumarse a ustedes para combatir estos delitos a través de la cooperación internacional ...pero en nuestras deliberaciones debemos tener cuidado de no socavar las tradiciones del asilo".

Sin embargo, Estados Unidos aclaró que toda convención aprobada por esta Conferencia debe comprender sólo el problema de los secuestros, más bien que el terrorismo en general.

"Todos convenimos en que, aparte de los motivos, ellos (secuestros y otros actos de terrorismo) deben ser tratados como delitos comunes y no políticos para fines del asilo y la extradición", declaró Rogers.

El titular de Estado dijo que este país se sentiría satisfecho de que los delegados interamericanos aprobasen una convención que "claramente condene los delitos contra los representantes gubernamentales que sirven o visitan el extranjero".

Según su relación, 12 de tales funcionarios —en su mayoría diplomáticos— han sido secuestrados en la América latina durante los últimos 17 meses. Dos diplomáticos norteamericanos fueron asesinados a raíz de esos secuestros, uno de ellos en Uruguay y otro en Guatemala.

Sin embargo, Estados Unidos también solicitó que toda convención sobre los secuestros incluya no sólo a los agentes diplomáticos y consulares, sino también a "otros representantes de Gobiernos, agentes de organismos internacionales y a cualquier ciudadano extranjero en el caso de un delito que comprenda extorsión a otro Gobierno".

Rogers sostuvo que la convención debe establecer medidas efectivas para el procesamiento de las personas complicadas en secuestros.

"En nuestra opinión, debe incluir, entre otras medidas, la obligación de buscar a los delincuentes para detenerles y para repatriarlos o someterlos a proceso", dijo, y agregó:

"Es más, creemos que es importante que la convención que de abierta a la incorporación de Estados ajenos al Hemisferio, muchos de los cuales observan nuestros esfuerzos con especial interés Representantes de Alemania Occidental, Gran Bretaña, Japón y Suiza han sufrido ya a manos de terroristas. Y países no hemisféricos son también lugares potenciales de refugio para los terroristas".

Rogers exhortó a los delegados a tener en mente las complicaciones internacionales de los secuestros diplomáticos y políticos.

"Todas las naciones, sea cual fuere su ideología o sistema político, tienen un interés común en medidas internacionales efectivas para combatir los delitos contra los diplomáticos y representantes de otros países extranjeros", observó al respecto.

Por tanto, agregó: "el establecimiento de normas jurídicas aceptadas en el plano internacional pueden robustecer enormemente la campaña contra los terroristas en potencia en nuestro hemisferio y también en el mundo".

Dijo finalmente que "una convención específica y enérgica que contenga un firme consenso hemisférico puede convertirse en la base para una amplia acción internacional destinada a combatir los delitos contra autoridades extranjeras".

5 ladrones ejecutados en Nigeria

LAGOS, 25 enero (DPA).— Tres civiles y dos soldados nigerianos procesados por robo a mano armada, fueron ejecutados públicamente en Nigeria.

Uno de los soldados y tres civiles fueron ejecutadas conjuntamente en la localidad de Uyo, en el Estado federado nigeriano del sureste.

La ejecución del otro militar tuvo lugar en Benin, la capital del Estado federado centro-oeste.

Imagem 23 ("La Prensa", 28 de janeiro de 1971, p. 5)

Apesar dos esforços internacionais para enfrentar os sequestros de diplomatas, a chegada dos 70 no Chile, segundo Pedro Albuquerque, que chegou no Chile ao início do ano de 1973, a chegada dos 70 banidos a Santiago repercutiu positivamente no Brasil, uma vez que, o resultado da ação com o desenlace planejado desmoralizava à ditadura brasileira e, em consequência, levantava a moral revolucionária e dos revolucionários. No âmbito internacional deixava evidente a fragilidade do regime projetando a imagem de um governo que se mantinha no poder graças às prisões, torturas e assassinatos.

Conquistar a liberdade depois de um longo tempo nos presídios e de sofre a tortura física e psíquica, a saída para o exilio, nas palavras de Pedro Albuquerque, através do intercâmbio do sequestro de um diplomata, aquilo:

> [...] era uma sensação de vitória, aquilo, se não unificava o tipo de ação, unificava o resultado e o impacto e a desmoralização da ditadura (…) mas a ação em si, principalmente para quem estava se sentindo derrotado (…) aquilo era um impacto político muito grande e abria a possibilidade de que era possível derrotar a ditadura (…) que um grupo pequeno de pessoas poderia acertar golpes políticos internos e externos a ela, porque teve um impacto externo muito grande para a ditadura (…) aquilo era visto com muita simpatia[278].

Os exilados que chegaram ao Chile, tanto aqueles que o fizeram logo depois de 1964 como aqueles que chegaram em pleno governo de Allende, se defrontaram com a experiência política da "via chilena ao socialismo" concebida pelo presidente socialista e a Unidade Popular. O efeito que exerceu em cada um dos exilados mereceu uma variedade de registros, como o de Teresa Cavalcante, cuja perspicácia lhe permitiu perceber no meio do processo de polarização do processo chileno, a magnitude que o exercício democrático representou para muitos dos exilados, inclusive aqueles que no Brasil haviam optado pelo caminho da luta armada *eles tiveram a oportunidade de viver um momento democrático no Chile e, acreditaram nisso* (...)[279].

Poder vivenciar um processo democrático com ampla participação popular e disputa ideológica, foi uma experiência que inesquecível para muitos brasileiros, entretanto o processo chileno não ficou livre de críticas pelos exilados, como para Pedro Albuquerque, que percebia que o esforço de implantar o socialismo pela via pacifica era um corpo estranho e um projeto muito indigesto para as classes dominantes chilenas. Essas contradições adquiriam maior gravidade quando, concomitante ao processo de implantação do programa socialista, se

[278] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015
[279] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017

delegava poder ao exército, cuja presença na estrutura do governo era uma memória que sensibilizava a comunidade de brasileiros no país:

> [...] o grande problema era o seguinte, que nós queremos implantar? Nós não temos esse socialismo do livro, implantar na sociedade o socialismo como um corpo estranho. O que é isso mesmo? Estatizar as empresas? (...) administrar o capitalismo com o socialismo é um corpo estranho, eram mudanças, mas na hora que você começa a andar, você estabelece novas contradições. Então, a esquerda tinha que impulsionar e aprofundar as mudanças, mas, da forma como estava, ter a ilusão de que as forças armadas iam estar ao lado porque eram constitucionalistas, isso não entrava nas nossas cabeças. As forças armadas, classe média, influenciadas nas suas casas pelos valores da classe média, pelos problemas da classe média[280].

Albuquerque registra o debate que predominava ao interior do governo e dos partidos da esquerda chilena com relação à via pacífica, defendida por Allende, pelo governo da Unidade Popular e por alguns partidos; e, a via armada, que contava com a adesão de parte do Partido Socialista, liderada por Carlos Altamirano e pelo MIR, contradições que evidenciavam as perspectivas *gradualista y rupturista* (Bandeira, 2008, p.338). Tanto a corrente de Altamirano como o MIR insistiam na tese de *avanzar sin tranzar* em oposição à linha de ação do governo e do PC chileno que era a de *consolidar para avanzar* e entre essas opções, Albuquereque:

> [...] gostava da posição do Partido Comunista chileno e dessa ala socialista de Allende. Não gostava do Altamirano. Eu dizia até o seguinte e acertei: olha, esse discurso radicaloide do Altamirano, isso é só discurso, quando for mesmo para pratica não é isso e ainda haverá coisa. E foi o que passou. Então, nessa época, esses discursos radicais, inflamados, eu sempre achava que esse discurso inflamado não é real, nem na vida privada nem na vida política pública[281].

A materialização do golpe de Estado fez Pedro Albuquerque reformular suas impressões com relação aos dois líderes que representavam a correntes distintas do Partido Socialista, Salvador Allende e Carlos Altamirano e as suas respectivas características com relação ao poder. Na visão dele:

> Allende nunca teve o poder na história do PS, Allende tinha o poder como grande tribuno, como parlamentar, mas ele não tinha visão organizativa, de organizar o partido e tal, como o Altamirano, era um homem do parlamento (...) a "via chilena ao socialismo" era impossível, a saída era a ruptura[282].

[280] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015.
[281] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015.
[282] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015.

Numa perspectiva contraria à de Pedro Albuquerque, Juca Ferreira considerava que Carlos Altamirano defendia uma posição mais coerente com as contingências políticas do momento. As ações de boicote econômico e político impostas pela direita chilena e por seu braço armado, o Patria y Libertad, mostravam cotidianamente que a ruptura institucional era o objetivo final dos opositores que se entrincheiravam no legislativo, no judiciário e, principalmente, nos quartéis das Forças Armadas.

As impressões que Ferreira consegue extrair dessa realidade eram que:

> [...] o Altamirano estava mais perto de uma posição correta do que o Allende, Altamirano percebia que as forças reacionárias estavam preparando o golpe, estavam conspirando e queria ter um desfecho *manumilitari*, prender a direção do exército que já sabiam que estavam conspirando. Eu morando lá na favela já sabia que tinha tido a reunião no barco, que um marinheiro gravou e denunciou. O Altamirano queria que Allende decretasse Estado de sitio, prendia a turma conspiradora e, a partir de aí, teria uma outra conformação, uma democracia que se autodefendeu do golpe, mas, Allende disse que, enquanto ele fosse presidente não haveria Estado de sitio. (...) Prats, que sabia e concordava com essa postura (...) O golpe se instala antes do golpe e o Allende tinha, assim, uma postura rígida, era um socialdemocrata[283].

Não só o debate político estratégico preocupava aos exilados brasileiros, também os afetava a falta de alimentos que começaram a escassear a partir do boicote econômico que, internacionalmente respondia aos impasses pelas nacionalizações dos interesses estadunidenses e, no âmbito local, em função da greve dos caminhoneiros que, em outubro de 1972, fraturou irreparavelmente o projeto de Allende. Conseguir alimentos de consumo básico era um esforço diário e desgastante, pois a maioria da população tinha que passar horas ou dias nas "colas", que eram extensas filas que se faziam nas portas dos pequenos ou médios comércios à espera de poder conseguir algum produto de primeira necessidade.

Teresa lembra que na falta de uma informação segura sobre o produto que motivava uma determinava fila, ela e sua amiga Ruth se incorporavam à fila o que lhes permitia relacionar-se com os populares e se fazerem conhecidas no bairro evitando expressar as suas posições políticas por uma questão de autopreservação. O cotidiano impunha que as pessoas compartissem uma constante comunicação e, na ausência de dados confiáveis os vizinhos:

> [...] tinham que ficar na cola[284] por se acaso, "por siaca"[285], eu e a Ruth dizíamos: vamos a ficar na cola "por siaca". Por isso que não tivemos a preocupação de fazer política no bairro, isso foi uma boa estratégia, porque nós fizemos amigos, éramos

[283] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.
[284] "Cola": fila em espanhol.
[285] "Por siaca": corruptela da expressão "Se por acaso" em espanhol.

> brasileiros, estudantes, que víamos estudar no Chile e ponto, tínhamos uma vida simples[286].

Essa carência de produtos e alimentos de primeira necessidade que afetava a todos os chilenos e estrangeiros que se encontravam no país nesses primeiros anos da década de 1970, provocou um disseminado mercado paralelo, onde os mesmos produtos eram comprados a um preço duas ou três vezes mais caros. Para organizar o desabastecimento o governo organizou as JAP (Juntas de Abastecimentos e Control de Preços) e, para alguns exilados, comprar nesses centros implantados pelo governo transformou-se em ato de consciência moral e política.

Pedro e seu amigo João de Paula, lembram que também passavam horas nas filas, mas se negavam a comprar no comércio clandestino organizados por comerciantes que se aproveitavam das circunstâncias para lucrar de forma rápida com as demandas familiares do cotidiano. Por esse motivo:

> Vivíamos todos aí "en las colas", eu e o João de Paula assumimos também uma postura de fidelidade ao governo, mínima coisa, era mais uma postura moral que era importante e que a gente achava que era o seguinte: nós não compramos nada no mercado negro, nada, só compramos lá nas juntas, nas JAP[287].

As condições de governabilidade se agravaram sensivelmente no ano de 1973, ano que se caracterizou pela incapacidade de fazer frente à ofensiva interna e externa que sofreu o governo socialista. Tanto os partidos do governo como aqueles que se mantinham numa posição mais crítica, analisavam os possíveis desdobramentos da crise e dos passos que se tomariam diante de uma anunciada ruptura institucional que, para certos brasileiros que chegaram no início de 1973, essa possibilidade era impensável diante do deslumbramento com o país de asilo, com a liberdade palpável e o ar democrático que lhe transmitiam.

Teresa Cavalcante, lembra que faziam ouvidos surdos para as pessoas que diziam: *o golpe vem ai!! (...) que golpe? Estávamos deslumbrados com a democracia, depois que caiu a ficha e, mais adiante, começamos a ver que a coisa era mais séria*[288]. Para muitos exilados brasileiros que se encontravam no Chile desde o triunfo de Salvador Allende, esse ambiente de instabilidade e de incertezas ocupava o discurso do dia a dia e, inevitavelmente, reativava o fantasma de um outro golpe:

---

[286] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017
[287] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015
[288] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017

> […] había, por supuesto, grandes debates y divergencias sobre lo que estaba ocurriendo realmente, divergencias grandes sobre lo que podría ocurrir y, mayores aún, como posicionarse y reaccionar a todo eso, claro que, las dudas eran muy grandes también. Uno hacia un análisis de la posibilidad del golpe, como va a ser el golpe y, como vamos a quedarnos después, mismo al estado de preparación del golpe, como va a ser. Había varias opiniones y, yo, basado en la experiencia brasileña, la caracterización del golpe, yo creía que no había otro camino para ellos, ni para nosotros, como reaccionar a eso y, ahí, la necesidad de estar organizados. (…) pero yo no me acuerdo ahora como fue la intensidad de esos debates, no me acuerdo exactamente[289].

O mês de setembro desse ano de 1973 anunciava uma primavera sombria, funerária e derrotista para os membros do governo, seus militantes e simpatizantes e, consequentemente, para os exilados brasileiros. Independente das posições políticas e da sua incorporação ao processo chileno, eles visualizavam no horizonte do seu passado as atrocidades vividas no Brasil e que agora, no Chile, os colocava numa situação extremamente instável e ameaçadora diante do iminente desenlace político.

5.3 O 11 de setembro de 1973: Um golpe e duas ditaduras.

A terça feira, 11 de setembro de 1973, era o dia da semana simbólico para o universo castrense já que, a terça feira em português corresponde ao dia "martes" no idioma espanhol, palavra que etimologicamente se deriva da mitologia grega em referência ao planeta Marte, o Deus da guerra. Portanto, esse dia era o dia mais apropriado para desatar a guerra e o combate final por ar, terra e mar contra o governo constitucionalista de Salvador Allende.

À medida que se distanciava toda possibilidade de chegar a um acordo entre governo e oposição, o fantasma de uma intervenção militar gravitava sobre as ruas de Santiago e ameaçava à "via chilena ao socialismo". Para alguns brasileiros, o habito de usar barba era uma imagem que se associava de forma imediata com militantes de esquerda, o que não esteve isento de ofensas ou piadas no meio da rua, Ronald Lobato era uma das pessoas que temia pela democracia chilena já que *era evidente que las cosas estaban difíciles* (…) *los choferes de buses no paraban en el paradero y me gritaban: ¡aféitate*[290]*!*[291].

Os brasileiros que já conheciam os preâmbulos que vaticinavam um golpe de Estado, alertavam aos chilenos sobre essa dramática possibilidade e os riscos que representavam para a

[289] Entrevista concedida ao autor por Roque Aparecido, (em espanhol), no dia 2/02/2018.
[290] Expressão que significa: Vai fazer a barba!
[291] Entrevista concedida ao autor por Ronald Lobato (em espanhol), no dia 01/09/2014.

democracia e as liberdades individuais. A experiência vivida no Brasil os credenciava para argumentar com certa convicção sobre essa ameaça, pois nas palavras de Lucia Lobato:

> Sabíamos que a chamada "via chilena ao socialismo" era uma ilusão e que um golpe se avizinhava. Tentávamos passar nossa experiência brasileira para os chilenos que, no entanto, pensavam, sinceramente, que as forças armadas chilenas tinham compromisso com a constituição e com a democracia. Diziam: ¡*En Chile no pasa nada*![292]

A esperança de que o projeto político da Unidade Popular se mantivesse vigente animava diversos setores e simpatizantes fazendo-os perder a pouca lucidez e autocrítica diante das ameaças que pairavam no ar. Os exilados brasileiros faziam o possível para aconselhar aos chilenos e faze-los entender que o golpe era uma realidade cada vez mais factível, porém, todo esse esforço era um diálogo de surdos.

Vera Rocha, desde que chegou no Chile em 1971, alertou aos chilenos sobre essa eventualidade e lhe pediu para que se preparassem para o golpe, mas *había compañeros chilenos que decían: '! Estás loca! ¡Allende va a resolver todo!' Gente, ¡tenemos que prepararnos para el golpe porque esos no van a ceder fácil! Pero era imposible hacerlos entender*[293].

A latência de uma fissura na ordem democrática era uma notícia que transcendia as fronteiras físicas do território e, as notícias que preocupavam aos brasileiros eram transmitidas para outros países, comunicando sobre o possível desenrolar dos fatos. Pedro Albuquerque, preocupado com seu amigo Francisco Julião,[294] líder das ligas camponesas e velhos amigos das lutas junto aos trabalhadores agrícolas no estado do Ceará, que se encontrava no exílio no México, fez questão de enviar-lhe uma missiva alertando-o sobre o golpe que se gestava no Chile, entretanto percebeu que seu amigo Francisco desconhecia completamente as ameaças que pairavam sobre a sociedade chilena:

> […] eu escrevi para um amigo meu, Francisco Julião, que dirigia as Ligas Camponesas, ele estava no México. '*Julião, estamos aqui no Chile, acho que o golpe vai vir e já estamos pensando num outro exílio, talvez no México'*. Ai o Julião me escreve: '*Pedro, não Pedro! Não haverá golpe no Chile, eu estou me preparando com minha companheira Angélica, chilena, para irmos no Chile'*.

[292] Entrevista concedida ao autor por Lucia Lobato, no dia 16/09/2014.
[293] Entrevista concedida ao autor por Vera Rocha Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.
[294] Francisco Julião Arruda de Paula foi um advogado e político pernambucano, que liderou o movimento político dos camponeses conhecido como Ligas Camponesas, faleceu o 10 de julho de 1999.

> Eu dizia: puta merda! Julião está completamente desinformado da realidade chilena, completamente! [295]

Francisco Julião, assim como muitos brasileiros que se encontravam no exílio em outros países, confiavam em que Salvador Allende e o seu projeto da "via chilena ao socialismo" conquistaria as transformações necessárias para implantar a sociedade socialista dentro de os parâmetros institucionais. As contradições do projeto chileno e a luta desatada pela oposição contra o governo socialista, nesses últimos meses antes do golpe, eram totalmente desconhecidas por Francisco Julião que, no seu exílio no México, planejava viajar ao Chile e vivenciar essa experiência política de perto.

Junto com o fim do governo socialista chileno, os militares chilenos desataram uma repressão violenta contra os membros do governo, os militantes de partidos de esquerda, estudantes e lideranças sindicais, além de artistas e intelectuais. Os bandos militares, éditos que eram transmitidos pelos meios de informação autorizados pelos militares que tomaram o governo, instavam aos chilenos a denunciar a presença de estrangeiros e, como lembrou Neuza Barbosa, *não eram só brasileiros, denunciem os estrangeiros!*[296], aos quais se acusava de fomentar o comunismo e destruir com as suas ideias os cimentos da sociedade chilena, por isso, como rememora Teresa Cristina Cavalcante *nos primeiros dias do golpe, a gente ficou com medo de sair, principalmente por que o rádio era todo tempo falando para denunciar, principalmente uruguaios e brasileiros* (...)[297].

As centenas de estrangeiros que se encontravam exilados no Chile não se restringiam só a América Latina, haviam também de outros continentes como África e Ásia. Entretanto, os brasileiros compunham uma numerosa comunidade que, juntos com outros exilados de outros países estavam na lista das preocupações dos militares chilenos que, como lembra João de Paula, repetiam insistentemente pelo rádio e televisão que *os estrangeiros vieram para matar chilenos, se você identificar alguém, denuncie!* [298]

À hora do golpe, a falta de comunicação e de organização transformou-se num obstáculo permanente e, tentar encontrar amigos, companheiros de partido ou tomar decisões sobre como se somar à luta contra os militares chilenos era uma tarefa difícil e, em alguns casos, impossível de se alcançar. Roque Aparecido, que se encontrava nessa terça feira, 11 de

[295] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015
[296] Entrevista concedida ao autor por Neuza Barbosa, em 26/09/2013
[297] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017
[298] Entrevista concedida ao autor por Joao de Paula no dia 17/12/2017.

setembro de 1973 na capital chilena, reconstitui na sua memória o cenário e o ânimo que prevalecia entre os militantes e companheiros exilados:

> […] yo estoy en Santiago, pero ahí no había mucha organización, porque ahí fue un despelote, el primer día se buscan compañeros y no los encuentras, el segundo día me encontré con los compañeros. Bueno, ¿cómo vamos a organizar la resistencia? ¿cómo vamos a organizar nuestro ejército para enfrentar ese ejército que está ahí? (...) todos perdidos (…) al día siguiente yo me encontré con Marco Aurelio García e me dice: *'No Roque, ya no hay más caso, y la decisión del comando de la resistencia es que tenemos que abandonar el país (...) ellos dicen que no pueden garantizar nuestra seguridad y, por el contrario, nuestra permanencia pone en riesgo la seguridad de ellos(...) cada uno que se arregle, que se cuide y se va'* . (…) ahí, yo me encontré de nuevo con un compañero y le dije, mira, me voy, no sé cómo, todavía no sé para dónde, pero me voy, y tengo allá unos instrumentos de trabajo que no los voy a llevar conmigo, son ustedes aquí que las van a necesitar, son dos pistolas, ahí, fijamos, en el tercer día para encontrarnos por la mañana para entregarles esas armas[299].

A espiral de polarização política e os confrontos entre grupos defensores do governo e os paramilitares de Patria y Libertad, levou a alguns brasileiros a se prover de armas para qualquer eventualidade. O dia do golpe impôs ações rápidas e decididas para evitar a descobertas do armamento e fazer o possível para não ser detido pelas forças militares que começaram a realizar controles em busca de opositores e possíveis suspeitos, realidade que era esperada por aqueles que já haviam passado por um clima semelhante no Brasil, como Ronald Lobato, que afirma que:

> En un primer momento pasó todo lo que pensábamos que iba a pasar, nosotros teníamos armas, tratamos de deshacernos de ellas, no había la posibilidad de esconderlas. Las organizaciones chilenas cortaron los contactos con nosotros, nosotros también las cortamos con ellos, hubo el toque de queda, las cosas muy difíciles en las dos primeras semanas[300].

A consciência política dos chilenos e a sua capacidade de mobilização nas manifestações de apoio ao governo, somado ao evidente exercício democrático predominante no país, não coadunavam com a falta de organização e resistência dos partidos de esquerda e da população à hora do golpe. Se esperava uma reação à altura, principalmente daqueles setores que durante boa parte do governo Allende passaram verbalizando a necessidade de se preparar militarmente para o confronto.

Vera Rocha expressou a sua desilusão com esse momento tão marcante que colocaria na refrega militantes treinados e preparados para o embate:

---

[299] Entrevista concedida ao autor por Roque Aparecido, (em espanhol), no dia 2/02/2018.
[300] Entrevista concedida ao autor por Ronald Lobato (em espanhol), no dia 01/09/2014.

> [...] nosotros creíamos que por la movilización del Pueblo chileno iba a ver una reacción, y nos impresionó muchísimo que no hubo la reacción que nosotros esperábamos. (…) ni los partidos estaban preparados, mismo aquellos que compartían con nosotros las mismas ideas, como el MIR, por ejemplo, que iban a la reacción, que no iban a aceptar el golpe de Estado[301].

Nos setores industriais se organizou uma precária resistência no dia do golpe e nos dias seguintes, não obstante distava sensivelmente de uma organização militar destinada a enfrentar um exército regular muito mais numeroso e preparado. Apesar de essa paralisia geral diante desse drama que se desatou sobre Santiago e o resto do território chileno, Bruno Dauster relata que *hubo lucha en los cordones industriales durante 3 o 4 días, era el MIR que la hacía, pero estaba tan aislado, era tan débil la capacidad militar que fueron acorralados*[302].

As lembranças do passado, que pareciam diluídas com o tempo e com a nova convivência no país do exilio, voltaram à superfície da memória dos brasileiros provocando inquietude e reativando os dissabores de anos anteriores. Para Eliete Ferrer, o 11 de setembro representava uma segunda fase do terror, pois, essa manhã, *ligamos o rádio e ouvimos o discurso de despedida do presidente Allende. Teve início a implacável perseguição e caça aos estrangeiros*[303].

Os militares, rapidamente controlaram as emissoras de rádio e televisão e começaram a transmitir as suas consignas golpistas e, o ambiente nas ruas, prenunciava o pior e, Teresa Cristina Cavalcante, expressou que *a gente ficou com medo de falar em público (...). Eu não estava no meu país (...) além de ser de esquerda, ainda era estrangeira e asilada, sem família, sem nada*[304]. Os meios de informação que apoiavam ao governo deposto foram bombardeados, as suas emissoras silenciadas e seus trabalhadores mortos, detidos e levados para os centros de detenção e, as que receberam autorização do governo militar para continuar começaram a transmitir, nas palavras de Elite Ferrer, desde *as primeiras horas do golpe, apareciam na televisão exigindo que os estrangeiros se apresentassem nas delegacias, como se criminosos fôssemos. Exortava a população a denunciar qualquer estrangeiro vizinho ou conhecido*[305].

Essa exortação não era transmitia só pelos médios de comunicação, também se utilizaram métodos de guerras convencionais como os helicópteros militares que, durante o dia,

---

[301] Entrevista concedida ao autor por Vera Rocha Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.
[302] Entrevista concedida ao autor por Bruno Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014
[303] Eliete Ferrer. "Passaporte para o mundo". In: **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos/Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011, p.508.
[304] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017
[305] Eliete Ferrer. "Terremoto ou Bombardeio", In: **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos/Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011, p. 591.

lançavam panfletos sobre a cidade instigando a denunciar aos estrangeiros que se encontravam no Chile que, na percepção de Ronald Lobato, *era como el judío en la Alemania nazista. Teníamos que afeitarnos, hablar un buen castellano, porque si hablaras alguna cosa que pareciera acento extranjero, venían miradas de soslayo* (…)[306]. Diante dessa hostilidade, alguns brasileiros receberam a explicita recomendação para abandonar o país, pois a presença dos mesmos comprometia a segurança deles e dos militantes chilenos, como relata Roque Aparecido:

> Ahí, el mismo comando de la resistencia chilena, determinó que nosotros, los extranjeros, teníamos que salir del país, porque con toda aquella represión, especialmente, en busca de los extranjeros. En el mismo día once, en Santiago, helicópteros repartiendo panfletos, técnica excelente de panfletear, pidiendo a los ciudadanos chilenos que denunciaran al extranjero que encontrasen porque eran terroristas que estaban allá para asesinar sus hijos[307].

Houve uma afirmação que os brasileiros ouviram incansavelmente, de parte dos chilenos, que fazia referência à constitucionalidade e neutralidade das Forças Armadas chilenas com relação ao processo político que o país vivia. A possibilidade de uma intervenção militar no Chile era algo impensado e representava um diferencial destacado, em comparação aos vizinhos do continente, onde os golpes de Estado eram uma constante e fazia dos militares chilenos uma rara exceção na região, entretanto como lembra Paulo Lincoln, *por mais que dissessem para a gente que o exército chileno era democrata, a gente dizia: 'Rapaz! Presta atenção!' Quando a gente tinha a oportunidade de discutir com os chilenos, era um mantra. Nós dizíamos: 'rapaz, não existe exército democrático!'* [308]

Juca Ferreira lembra que essa insistente afirmação contrastava com a realidade que os brasileiros conheciam muito bem, porém, por mais que se argumentasse:

> [...] todos diziam*: 'no Chile, isso não vai acontecer porque o exército é profissional e a democracia é consolidada'*. Para nós brasileiros, a gente nunca acreditou, não dava para acreditar, porque era evidente que a conspiração estava, a embaixada brasileira estava trabalhando abertamente pelo golpe, os americanos também estavam trabalhando abertamente. A embaixada não nos dava passaporte, tinha direito a passaporte, nos tratava a pão e água, no mínimo[309].

[306] Entrevista concedida ao autor por Ronald Lobato (em espanhol), no dia 01/09/2014.
[307] Entrevista concedida ao autor por Roque Aparecido, (em espanhol), no dia 2/02/2018.
[308] Entrevista concedida ao autor por Paulo Lincoln no dia 17/12/2017.
[309] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.

Essa diferença de compreensão que o povo do Chile tinha com relação ao papel dos militares chilenos perante o processo político de cunho socialista, também inquietava a Vera Rocha que tentou, inúmeras vezes, explicar aos chilenos que os militares não eram neutros nem apolíticos como insistiam em afirmar. Para Vera, essa perspectiva alimentada pelos chilenos a desagradava consideravelmente já que, as alegações destinadas a evidenciar a função dos exércitos latino-americanos, além de ser uma tarefa inútil e ingrata que a incomodava bastante, era um fato que ela considerava muito negativo:

> Nosotros teníamos muy claro el papel del ejército por los sucesivos golpes que habíamos vivido, el golpe del 64, después ese golpe dentro del golpe que fue el AI-5, después de la escalada de violencia, la tortura, la llegada de los militares americanos al Brasil que entrenaron a esos militares. Y, los chilenos decían: '¡*el ejército chileno es democrático, jamás va a hacer un golpe de Estado*!' Y nosotros les decíamos: ¡*No! El ejército es una institución hecha para defender al Estado y a las clases que dominan y, si cambia la relación de fuerzas, el ejército pasa para el lado de los que dominan el poder, ¡Usted no puede confiar en el ejército! ¡No existe este ejército democrático!* Esta era una de las grandes peleas que teníamos con los chilenos. Les decíamos que nosotros teníamos la experiencia del ejército: *¡usted tiene que saber que el ejército es capaz de cosas increíbles!* Y los chilenos no contestaban, no aceptaban y, los más flexibles a esa discusión eran los partidos más radicales, como el MIR, que entendían que no se podía confiar tanto así en el ejército[310].

Os argumentos usados por Vera Rocha para demonstrar aos chilenos que a instituição castrense não era uma instituição democrática e legalista como eles pensavam, se diluíam diante da insistente crença de que o Exército do Chile era uma instituição que respeitava a Constituição chilena e a vontade das urnas que tinham conduzido Salvador Allende ao governo. Os únicos que ouviram e aceitaram as alegações de Vera Rocha foram os militantes do MIR que, desde o início do governo socialista mantiveram uma postura crítica e alertavam ao governo de um possível golpe em curso.

Bruno Dauster lembra que nas discussões que teve com os militantes e populares chilenos, ele tentou apresentar argumentos históricos que, embora difíceis de contradizer, não eram suficientes para removê-los dessa ideia fixa. Para amparar seus argumentos, o brasileiro do PCBR, fazia um repasso pela realidade de Bolívia, Argentina e do Chile, lembrando das matanças que o exército chileno havia desatada contra os operários e contra a sua população em diversos momentos da sua história:

> Lo que intentábamos plantear no era el hecho de que en Brasil hubo un golpe de Estado, que en Argentina hubo un golpe de Estado a cada seis meses, que en Bolivia hubo un golpe de Estado a cada seis meses. Este no es el problema. El problema es

[310] Entrevista concedida ao autor por Vera Rocha Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.

> que decían que en Chile no ha habido nunca un golpe de Estado, pero el ejército de Chile es antipopular y anti obrero hasta la médula. (…) hablaba de los masacres, es decir, nosotros no hemos tenido nunca masacres tan sangrientas como el de los mineros, ustedes que se queden con un ejército democrático, que es un ejército represor, sangriento, desde el punto de vista popular. Entonces esa contradicción era muy complicada, este era un punto que se discutía mucho con los compañeros chilenos (…) pero había esta ilusión. (…) políticamente creaba un pozo muy grande en relación a la confianza en los grupos chilenos[311].

A convicção, para muitos chilenos, de que o Exército do Chile não entraria numa aventura golpista como seus congêneres latino-americanos e respeitaria as leis e o governo eleito pela população, era repetida como verdade quase religiosa. Bruno Dauster lembrou aos chilenos os diversos momentos em que, o Exército que eles defendiam havia executado diversas matanças contra o povo, demonstrando que a questão não era simplesmente de dar ou não um golpe e, sim da história sangrenta que representava essa instituição[312].

Roque Aparecido era outro brasileiro que questionava a posição dos chilenos com relação aos militares e seu caráter constitucionalista, principalmente quando o General Carlos Prats foi pressionado e, posteriormente, teve que deixar o comando do Exército. No meio da escalada golpista o panorama ficava cada vez mais sombrio e, Roque, se esforçava para analisar junto com os companheiros brasileiros e chilenos as estratégias possíveis diante do desfecho que se avizinhava.

A situação de precariedade crescente do General Prats como o último bastião confiável dentro do Exército e, defensor ferrenho da constitucionalidade dos militares chilenos, preocupava o militante da VPR, principalmente:

> Cuando decían, *'Prats está ahí para garantizar'* ¿pero garantizar hasta cuándo? ¿Cuál es el poder real de Prats dentro del ejército? Y, ¿cuál es la capacidad de resistir al poder, incluso, corruptor, que se impone con el golpe? (…) entonces siempre buscábamos alertar para los límites de ese proceso y la cuestión que se planteaba siempre era de cómo se daría la ruptura. ¿Es posible una ruptura democrática? Las fuerzas conservadoras reaccionarias, el aparato del Estado ¿va a permitir que sea transformado completamente, que sea negado en el proceso? (…) las dudas eran grandes, pero yo, solamente planteaba las dudas, porque mi convicción era que no llegaría al final. ¿Hasta cuándo resiste Prats? ¿Cómo está la relación de fuerzas ahí adentro? Entonces, como un extranjero, conversando con los nacionales que vivían y conocen la historia ¡Qué arrogancia!, decirles: *¡no! ¡Ustedes están equivocados!* ¿Hasta dónde va a llegar eso? (...) pero yo no tenía dudas de que Prats no llegaría al final y, esto, venia también con el respaldo que los golpistas de dentro del ejercito tenían con la ascensión fascista en la sociedad[313].

---

[311] Entrevista concedida ao autor por Bruno Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014

[312] Com relação aos massacres feitos pelo Exército chileno contra o seu próprio povo, ver: Vitale Luis. "Intervenciones Militares y poder Fáctico en la Política Chilena (de 1830 al 2.000)". In: https://www.archivochile.com/Ideas_Autores/vitalel/9lvc/09otros0002.pdf.

[313] Entrevista concedida ao autor por Roque Aparecido, (em espanhol), no dia 2/02/2018.

A via pacífica se diluía e ia ficando evidente que nem Allende, nem a UP, conseguiriam alcançar o consenso tão necessários nesse ambiente de intolerâncias entre os poderes constituídos e os respectivos partidos que protagonizavam esse tenso conflito. Os militantes brasileiros que pertenciam a organizações armadas percebiam que o momento de polarização política era um palco propício para as propostas militaristas defendidas, localmente, pelo MIR e por algumas correntes do Partido Socialista, aproximando-se destes para compartilhar experiências e promover ações em defesa do governo socialista.

Diante da imperiosidade de uma iniciativa em conjunto para fazer frente à ofensiva da direita e seu exército profissional bem armado, Roque Aparecido relata que para ele não houve dúvidas e:

> […] por eso comencé a formar y entrenar grupos y compañeros, porque propuse eso para algunos compañeros del MIR, quedaron entusiasmados y, algunos compañeros del PS decían: *Bueno, será, pero* (…) Pero enseguida estábamos todos juntos (…) ya no había mucho más que hacer. (…) estuvimos dos veces, pero no me acuerdo, incluso porque yo no quería saber para adónde estábamos yendo, fui con un grupo de compañeros, 8 o 10 compañero estuvimos dos veces afuera y teníamos muchas discusiones sobre las preocupaciones, como organizarse clandestinamente y los cuidados que había que tomar y (…) las experiencias de Brasil, cómo la dictadura en Brasil nos había destruido y qué errores de seguridad habíamos cometido, en ese sentido tuvimos muchas conversas[314].

Era inevitável associar a experiência chilena e o posterior golpe de Estado com a realidade brasileira, apesar das distâncias e diferenças que marcavam os seus correspondentes processos históricos. As instituições de ambos os países, como as Forças Armadas, a institucionalidade democrática e o protagonismo dos partidos de esquerda mereciam uma análise dos exilados para entender o processo que levou à "via chilena" ao dramático desenlace final.

Carlos Henrique Viana, militante do Var-Palmares, exilado no Chile desde 1971, relata o sentimento de desânimo que representou o golpe e descreve o panorama chileno e brasileiro num esforço de compreensão das intervenções militares que marcaram ambas as nações:

> Vivi com uma tristeza e revolta enormes. Uma tragédia latino-americana. No Brasil de 64 não havia uma revolução socialista em curso. No Chile a havia, por uma via pacífica que fatalmente chegaria a um beco sem saída, pois as regras da democracia burguesa são violadas pelos partidos e elites conservadoras quando já não conseguem governar para seus interesses neste regime. E a esquerda, principalmente o Partido

[314] Entrevista concedida ao autor por Roque Aparecido, (em espanhol), no dia 2/02/2018.

> socialista e Comunista chilenos iludia-se quanto à posição do exército chileno. A analogia com o Brasil é possível, mas as diferenças são grandes. Em termos de posição das forças armadas, as semelhanças existem, ainda que a tradição democrática no Chile era mais forte, com mais anos de governos eleitos que no Brasil de 64. Tal como no Brasil a classe média bateu às portas dos quartéis, no Chile com muita agressividade, para forçar o golpe. Mas havia um setor legalista e até apoiante de Allende, que não foi devidamente ouvido por Allende e os partidos governamentais. A história poderia ter sido diferente se Allende tivesse tomado a iniciativa de prender os golpistas, como o general Carlos Prats, comandante do exército, sugeriu-lhe. Iria desencadear uma guerra civil, mas o elemento surpresa estaria a seu favor. Allende enredou-se na sua fidelidade às regras e limitações do sistema institucional[315].

Nessa manhã do 11 de setembro, politicamente densa, cada brasileiro agiu com a lucidez e a sagacidade que o momento requeria e as condições permitiam, levando a alguns deles a somar-se à resistência e, outros, a buscar amparo em casas de amigos ou conhecidos até poder reorganizar-se ou encontrar algum apoio para evitar detenções e, concomitantemente, houve aqueles que buscaram as embaixadas em Santiago para solicitar asilo e sair posteriormente do país e dessa segunda desventura, entretanto a nacionalidade brasileira sugeria que encontrariam ampara na representação diplomática do seu país, mas segundo Teresa Cavalcante, *a gente não poderia nem pedir guarida na embaixada do Brasil, éramos pessoas não gratas* [316]. As iniciativas e a viabilidade para cada caso variaram de acordo com seu círculo de relações, com as determinações das suas respectivas organizações, com a ajuda de amigos, familiares ou conhecidos, com o protagonismo e comprometimento político das instituições ou lugares de trabalho às quais estavam vinculados e, incluso, aos centros de estudos que nesse momento frequentavam.

Raul Elwanger, gaúcho e militante da VAR-Palmares, aproveitou-se do bom sotaque espanhol que possuía para driblar os controles e conseguiu ajudar a alguns exilados a encontrar amparo em embaixadas ou na fronteira para sair a salvo do Chile. Inesperadamente Raúl teve que retomar táticas de sobrevivência para agir e se proteger das ameaças que se desataram contra os estrangeiros após o golpe:

> Busquei na Faculdade os nossos supostos grupos de resistência, não havia. Passei a esconder, proteger e despachar para o exterior 4 pessoas com quem tinha relação intima desde a clandestinidade espantosa. Corri graves riscos, passar uma noite de pé na rua em pleno toque de recolher com ordem de atirar para matar. Ou ir ao Estádio Nacional perguntar se lá estava um dos 4 referidos (eu tinha bom 'sotaque' chileno). Entrar e sair da casa de amigos na mala de carro, gestionar nos refúgios a admissão de uma senhora com filho de 4 anos[317].

---

[315] Entrevista concedida ao autor por Carlos Henrique Vianna Pereira, no dia 15/09/2015.
[316] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017
[317] Entrevista concedida ao autor por Raúl Elwanger, no dia 15/09/2015.

Por um lado, muitos chilenos desconfiavam dessa aventura golpista dos militares locais, por outro, os brasileiros já previam esse desfecho e temiam pelas consequências e pela impotência que invadia a cada um deles diante do rigor repressivo porque, na percepção de Juca Ferreira, *os militares chilenos eram mais prussianos que os brasileiros, isso era indicativo de que eles não teriam pudor de exercer a força em nome de uma ideologia*[318]. Nesse momento palavras como segurança, determinação, violência, sobrevivência, entre outras, se entrelaçavam deixando espaço para diversas especulações e uma dramaticidade que, Lucia Lobato, descreve com convicção:

> O golpe não foi uma surpresa. A situação e a conjuntura apontavam para o golpe. A sensação que eu tinha era de total paralisia. Podia acontecer a qualquer momento e não havia o que fazer, nem para onde ir! Foi uma das coisas mais violentas e sangrentas que eu presenciei. Para nós não havia nenhuma segurança, sobreviver dependeria da sorte e de muita cautela. E nós tínhamos dois filhos que na época tinham 02 e 04 anos[319].

Muitos chilenos atenderam ao chamado dos militares para denunciar os estrangeiros que morassem nas imediações ou que por ventura soubessem da sua existência. Berenice Fialho, psicóloga carioca, viveu esses dias de terror desatado contra os exilados de diversas nacionalidades que se encontravam asilados no Chile, sua casa onde morava foi invadida e seus pertences desapareceram, fato que se repetiu numa segunda morada onde buscou refúgio, amplificando o medo e a incerteza de sair com vida desse país:

> O golpe foi violentíssimo. Vivi de perto, e com muita sorte sobrevivi. Um casal amigo tinha alugado uma casa em Las Condes[320] e percebendo a chegada do golpe, saíram do país. Fomos para a casa deles e foi a nossa sorte. O apartamento que vivia, no Centro, foi invadido e minhas coisas roubadas, jogadas, bagunçadas. Na casa onde fiquei, éramos três pessoas, os vizinhos denunciaram que tinha gente lá e apareceu uma patrulha fazendo um allanamiento[321], eram 5 homens do exército. Fomos inquiridos, mas eu tinha passaporte, um amigo também, eles foram embora. Tratei de conseguir sair do Chile o que só foi possível mais de um mês depois. Tiroteios diários, estado de sitio, acusação dos militares de que eram os estrangeiros os responsáveis pelo o que estava acontecendo, evitar de falar na rua e sair o menos possível foram medidas tomadas neste contexto. Na saída um casal amigo chileno nos levou até uma parte da estrada que levava ao aeroporto e que estava bloqueada: os militares tinham um ônibus e fomos obrigados a nos despedir ali e entrar na condução. O clima era de terror, não sabíamos o que aconteceria conosco. No Chile não tinha família, estava sozinha com meu companheiro, além de ser um país estranho (...). As notícias eram de pessoas fugindo, pessoas presas no Estádio Nacional ou buscando uma embaixada[322].

---

[318] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.
[319] Entrevista concedida ao autor por Lucia Lobato, no dia 16/09/2014.
[320] "Las Condes", bairro de classe média alta da cidade Santiago.
[321] Uma blits de controle policial ou militar.
[322] Entrevista concedida ao autor por Berenice Fialho, no dia 23/01/2017.

A intervenção militar no Chile, além de utilizar tropas e veículos militares para ocupar o território terrestre, também usaram a força aérea para bombardear o palácio presidencial, "La Moneda", e as antenas de transmissão das rádios que apoiavam ao governo socialista. Neuza Barbosa lembra com detalhes desses aviões ameaçadores que atravessam a cidade de Santiago que se dirigiram a bombardear o palácio presidencial, assim também como os artefatos luminosos que lançavam sobre os bairros para os operativos militares, apreensões que foram amplificadas durante os dias em que prevaleceu o toque de recolher na tentativa de encontrar algum transporte e poder chegar em casa com segurança:

> Foi um momento dramático (...). Sai de casa, eu cheguei na esquina e ai passou um avião e soltou uma bomba (gesticula o avião soltando a bomba), ai eu voltei para casa e a gente ficou 3 dias sem poder sair de casa. A gente ficou 3 dias de sofrimento, porque a gente não tinha nenhum contato (...) só via de noite uma coisa que me assustava muito, eles soltavam umas bombas luminosas para iluminar (...). Outra coisa que assustava muito era você não conseguir tomar o ônibus antes das 4 da tarde, era uma correria porque todo mundo queria ir em bora, voltar para casa, era uma ameaça de vida. Aí, você tinha que entrar no ônibus de qualquer maneira, do jeito que estivesse, para poder chegar em casa antes das 4 da tarde[323].

Naquele 11 de setembro a cidade de Santiago virou um campo de guerra e, muitos brasileiros, inclusive Neuza Barbosa, presenciaram o bombardeio que a Força Aérea chilena lançou sobre o palácio presidencial "La Moneda", evidenciado o grau de violência que os militares desataram contra o governo e seus membros, assim como contra boa parte da população do país. Chegar em casa foi outro tormento, pois o transporte funcionou precariamente e o medo de ficar na rua e ser detido ou morto era uma possibilidade aterradora.

Logo nos primeiros dias do golpe, o toque de recolher era, das 16:00 horas até as 6 da manhã do dia seguinte, no entanto a duração dela foi sendo flexibilizada e depois da primeira semana se estendeu para as 18:00 horas e, em alguns casos, para as 20:00. Em função dessas restrições na via pública, era imperioso evitar ser detido pelos controles militares e conduzido a prisão sem saber as consequências posteriores, o que levou a muitos exilados a perambular pelas ruas como a forma mais segura para evitar as ocorrências inesperadas, como relata Ruth Cavalcante:

> [...] tinha o toque de recolher, das 8 da noite às 8 da manhã, todo mundo tinha que se recolher, dava 8 horas e a gente saía para poder não ser pego em casa se a polícia

[323] Entrevista concedida ao autor por Neuza Barbosa, em 26/09/2013

> viesse. Nós passávamos o dia inteiro na rua, andando, inclusive sem falar porque se alguém ouvisse a gente descobria que era estrangeiro, já era culpado[324].

Essa mesma exilada relata a solidariedade demonstrada por uma das suas vizinhas, que embora não tivesse nenhuma relação política mostrou-se solicita com as necessidades dos seus vizinhos brasileiros. Como todo o comércio ficou de portas fechadas nesses primeiros dias do golpe e eles não podiam sair às ruas pelo fato de serem estrangeiros, a sua vizinha, a senhora Ester, lhes passava pão e outros alimentos, ela *viu que a gente era estudante, inexperiente e ela preguntou: 'vocês se preveniram de alimentos, fizeram algumas reservas?' Mas a gente não tinha feito quase nada. Ela fez uma macarronada uma vez e passava por cima do muro, passava pães, passava tudo*[325].

As representações diplomáticas transformaram-se, de um momento a outro, nos lugares mais procurados e desejados não só para os exilados brasileiros, senão também para todos os estrangeiros que se encontravam em situação de risco, assim como para os chilenos que faziam parte do governo e dos partidos de esquerda. Sair de casa até uma embaixada era outra façanha que nem sempre teve resultados positivos, como lembra Neuza Barbosa, a pesar de que *a embaixada mais fácil era a embaixada de Argentina*[326], a distância que os separava até a sua entrada e os controles policiais que ficavam nas suas imediações dificultavam seu ingresso acrescido, em alguns casos, pela negativa dos funcionários da instituição ou pelos próprios exilados que já se encontravam ao interior da mesma e que se opunham à presença de mais refugiados.

Chegar até a porta de uma embaixada foi uma empreitada que requeria do apoio de companheiros ou amigos já que, fazê-lo de forma individual, era muito suspeito e as chances de consegui-lo eram remotas. Em alguns casos, a prioridade de se asilar numa embaixada era algo bastante relativo ou discutido que variava com a premência do momento, entretanto o apelo pelo asilo gravitava sobre os brasileiros ou estrangeiros que não tinham documentação legal para permanecer no país, como o declarou Ronald Lobato que, entre os exilados era uma pessoa que dominava com certa desenvoltura o idioma espanhol, o que lhe permitiu montar um esquema para levar a vários companheiros e companheiras até os recintos diplomáticos:

> Yo me quedé responsable, porque hablaba un castellano más o menos, de llevar a los que no tenían documentos para las embajadas (…) teníamos algunos vehículos y había

[324] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcante no dia 17/12/2017.
[325] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcante no dia 17/12/2017.
[326] Entrevista concedida ao autor por Neuza Barbosa, em 26/09/2013

> estrategias y tácticas para hacerlos llegar, la gran mayoría se fue para las embajadas (…) Argentina, Suecia, Venezuela, Colombia, casi todas, pero Brasil, Brasil ¡no! (risos)[327].

Roque Aparecido conseguiu chegar até a embaixada de Argentina e viveu as tensas negociações com o governo argentino para dar asilo aos brasileiros, aos chilenos e aos refugiados de diversas nacionalidades que superlotavam o local:

> Me metí en la embajada de Argentina, ahí nos quedamos un tiempo y no había embajador de Argentina en Chile y, el viejito, encargado de negocios, era el que cuidaba de la embajada. (…) había centenas y centenas de personas allá dentro de la embajada, llegó una orden del gobierno argentino, y el viejito tenía que organizar la repatriación de los argentinos, que podía recibir también los hermanitos chilenos, pero, los demás terroristas latinoamericanos, ¡jamás! Bueno, ahí tuvimos una larga conversa con el viejito y, lo hemos convencido para hacer eso inmediatamente, llevar a los argentinos y a los chilenos, porque acababa un poco el sofoco con esa cantidad de gente, pero que, en el último vuelo, dejara media docena de chilenos o argentinos y pusiera a nosotros entre las diversas nacionalidades, íbamos a decidir cuantos de cada nacionalidad iban a completar el vuelo y crear un hecho consumado en Argentina. Fue lo que hicimos y yo estaba en ese vuelo[328].

No meio dessa aflição, se difundiu entre os exilados a notícia de que a embaixada do Panamá era uma alternativa de refúgio e, rapidamente, o recinto ficou abarrotado de gente que desejava sair do país. Aí também se concentrou um número significativo de brasileiros esperando as determinações dos militares que autorizassem a saída desses asilados do território chileno.

Maria do Carmo Brito expõe as dificuldades de se organizar num lugar que comportava muitas pessoas, sem ter as condições para atendê-las nas suas diversas necessidades:

> Alguém falou da Embaixada do Panamá, um apartamento térreo num prédio de quatro andares. (...) fomos para a embaixada do Panamá (...). Lá já estavam José Maria Rabelo, Ruy Mauro Marini (...) e foi chegando mais gente, Theotônio, Vânia Bambirra, Marco Aurélio Garcia, Emir Sader, Betinho (...). Muitos uruguaios, muitos chilenos, entre eles o médico de Allende e sua mulher, uma pessoa maravilhosa. Muitos sindicalistas brasileiros. Inúmeras grávidas (...). Em poucos dias, havia mais de 200 pessoas para dividir sessenta metros quadrados (...). O final do inverno, a falta de ar puro para todos, o amontoamento, as péssimas condições de higiene e alimentação levaram os médicos a temer uma epidemia de tifo (...). Precisávamos nos organizar, para sobreviver. Foram estabelecidos turnos para ficar sentados, ficar de pé, deitados. Um quarto foi separado para os que se iam deitar, apenas por uma hora. Havia três filas: uma para comer algum biscoito, fruta, ajuda da Cruz Vermelha, dos vizinhos, e de parentes e amigos que apareciam na grade da janela, levando notícias, cigarros, comida e solidariedade. A segunda fila era para ir ao banheiro. A terceira, para ir ao pátio interno, fumar (...) Theotônio ofereceu a casa ao embaixador do

[327] Entrevista concedida ao autor por Ronald Lobato (em espanhol), no dia 01/09/2014.
[328] Entrevista concedida ao autor por Roque Aparecido, (em espanhol), no dia 2/02/2018.

> Panamá, que aceitou, e transferiu *la vaina*[329] para a casa da família, após longas negociações com a Junta Militar que governava o Chile[330].

A saída da embaixada do Panamá e do Chile, com destino à capital panamenha, representou um segundo exilio e um horizonte nebuloso e cheio de incertezas. Para Derlei de Luca, que foi uma das primeiras a entrar na embaixada para solicitar asilo, o momento de deixar esse recinto diplomático com destino ao aeroporto de Santiago foi um cenário semelhante àqueles da segunda guerra mundial, uma verdadeira:

> Sessão de cinema da segunda guerra mundial! De madrugada chegou o embaixador da Suécia e disse assim: '*preparem o que tiverem, o mínimo possível!'* Deu uns quarenta minutos, estava todo mundo pronto porque a gente não tinha muita coisa. Ele diz: '*vocês vão sair do Chile e vão ser encaminhados para um outro pais, o pais que está recebendo, o pais da embaixada que é o Panamá'.* De madrugada todo mundo em fila, saindo da casa, o exército chileno de um lado, o exército chileno do outro lado, era um verdadeiro corredor polonês, a gente caminhava em direção ao ônibus e todo o exército chileno com as armas. (...) as armas aqui e as armas aqui (levanta e gesticula a forma de um corredor de fuzis). Ai, chegamos no aeroporto, tudo o que a gente tinha, uma pequena carteira, uma calcinha, um sutiã, tudo, mas tudo eles tiraram, tinha que deixar tudo num cesto, numa coisa quadrada, tinha que colocar tudo ali, só não tiraram a roupa do corpo. A gente chegou no Panamá sem bolsa, sem escova de dente, sem uma calcinha para trocar[331].

Para essa militante da AP, foi inevitável estabelecer um paralelo entre as intervenções castrenses do Brasil e do Chile. A violência desatada no Chile a impressionou profundamente, principalmente a violência dos soldados, os tiroteios que não paravam, nem de dia nem de noite, e as execuções de militantes e trabalhadores sem nenhum pudor, comprovando *in locus*, que a ditadura chilena:

> Foi pior que no Brasil, ouvia os tiroteios, a gente via o pessoal tentando escalar o muro da embaixada e caia o corpo para fora, para rua. Eu nunca tinha assistido tiroteio no Brasil, apesar da minha militância, de cinco anos de clandestinidade, apesar da cadeia, eu nunca tinha assistido tiroteio, lá no Chile eu assisti. (...) No Brasil muita gente foi presa, os sindicatos sofreram intervenção, mas não morreu tanta gente como morreu no Chile (...) foi muita prisão, mas não tanto assassinato. No Chile foi assassinato mesmo! [332]

Na manhã do 11 de setembro, nas imediações da periferia de Santiago, na población Bernardo OHiggins, onde o brasileiro Juca Ferreira morava, a notícia do golpe se espalhou

---

[329] "*La vaina*", em referência à bandeira do país dessa representação diplomática.
[330] Maria do Carmo Brito "Embaixada do Panamá". In: **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos/Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p.593 a 596
[331]Entrevista concedida ao autor por Derlei de Luca, no dia 17/12/2017
[332] Ibidem.

rapidamente e foi possível ver a movimentação dos operários e moradores se deslocando com destino ao palácio presidencial para defender o governo e fazer frente às tropas dos militares que assumiam o poder. Naquela manhã do dia 11 de setembro:

> Eu estava dormindo, eram nas 8:30, tinha tido reunião até tarde na noite anterior, nós já achávamos que ia ter golpe, já tinha uma quantidade enorme de brasileiros já saindo do Chile da organização, a gente apressou a volta dos que tinham que voltar para o Brasil. (...) as antenas da radio Concepción, que era uma das rádios mais vinculadas ao Partido Socialista, estavam sendo bombardeadas...os aviões passavam sobre as casas da gente muito baixo (tenta imitar os ruídos dos aviões). O golpe! Foi a primeira coisa que eu disse quando levantei. Acordei a minha mulher, acordei o meu amigo e as pessoas correndo. Quando vi as armas que passaram, armas hipersuperadas que os operários tinham, as poucas, porque ai era um cordão industrial, todos os operários foram para as fábricas com as arminhas, parecia a guerra civil espanhola, a cena, a imagem, cantando a internacional, cantando a Marselhesa com a letra do partido Socialista chileno, havia uma alegria, a discussão de combate, acho que tem um ou dois discursos do Allende ainda, aquilo animava falando à resistência e tal... mas falando já como alguém que sabia que não tinha forças pra enfrentar o que estava vindo (...) foi um massacre. (...) soube depois que entraram na población e mataram jovens da Juventude Comunista, da juventude socialista, fizeram uma limpa lá. (...). Esses dias que eu passei lá na casa, nós nos reunimos e dissemos o seguinte: se for o exército, a gente se entrega, se for o Patria y Libertad[333], a gente resiste, que eles estavam também fazendo ações de matar gente e tal (...). Compramos um revolverzinho, até novo, uma automática dentro da población, munição, duas caixas de munição e, à noite, de duas em duas horas, alguém ficava acordado com uma garrafa de café olhando[334].

O impacto do golpe nos bairros populares teve momentos dramáticos, principalmente nos bairros de operários e militantes dos partidos da esquerda do chile, onde as patrulhas militares entraram disparando e matando quem resistisse às ordens de detenção. Foi necessário organizar aos moradores para montar guarda e se proteger diante das ofensivas relâmpagos dos militares.

O relato de Pedro Albuquerque também é ilustrativo, quando retrata o dia em que a democracia chilena foi interrompida e expressa as suas impressões sobre a tragédia desatada sobre a população de um país que até o dia anterior representava a liberdade. A morte da institucionalidade chilena era, para ele, a morte de todos os que lutaram pela liberdade e por uma sociedade mais igualitária:

> Eu ia para o trabalho (…) eu achando estranho aquilo, no dia 11, e sem querer perguntar por causa do sotaque, para não me identificar como estrangeiro (...) saí da praça Itália para entrar na Alameda, quando chego ali tem barreiras militares. Voltei a pé pela Irarrázabal para casa caminhando, tristeza! uma tristeza! Pensando no Allende,

[333] Patria y Libertad, grupo paramilitar de extrema direita que participou ativamente na perseguição aos militantes da esquerda chilena durante as primeiras semanas após o golpe.
[334] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.

> aquilo tudo perdido, nunca imaginei que tivesse violência (...) começamos a ouvir no radio: *'Bando nº 1, Bando nº 2'*, aquela voz horrível, antipática dos militares. Pediam que todos os estrangeiros tinham que se apresentar na "extranjería"[335], homens, e mulheres, italianos, espanhóis se apresentaram. Nós decidimos não nos apresentar com medo de ser presos (...) e começamos a pensar como sair do Chile. (...) aquele ambiente de derrota total e a morte de Allende, para mim, foi a morte de todos, não haveria resistência (...). Então, nós nunca achamos que aquela coisa de FUZIL, FUZIL, FUZIL! fosse verdadeira (...) quando comecei a ver ministros do governo Allende sendo presos e outros se apresentando (...) começaram a matar! (...) tudo isso foi muito marcante. Aquilo tudo dava um quadro muito sombrio, a derrota que estávamos sofrendo ali, então foi formando esse quadro de derrota. Como nunca achei que haveria resistência, a não ser que o exército se dividisse, mas o exército não estava se dividindo (...) estava se unindo em torno disso, a classe média já estava contra o governo, as mulheres dos militares fazendo tudo isso, as agremiações (...)[336].

Na condição de estrangeiro, exilado e um exguerrilheiro do Araguaia, Pedro teve que pensar rapidamente numa via de saída, além disso ele e sua companheira, Teresa, a qual relata que eles haviam ocultado *um dos dirigentes do PCdo B que estava sendo perseguido no Brasil, foi para o Chile e, na época do golpe, foi para nossa casa, o Diógenes Arruda e sua esposa, eles ficaram uma semana na nossa casa (...) nós ficamos com medo*[337].

A emergência do momento recomendava dirigir-se às embaixadas que parecia o caminho mais obvio, embora nem todas estivessem dispostas a receber exilados já que muitas delas faziam uma minuciosa análise de cada um dos demandantes ao asilo. Algumas representações diplomáticas, nas palavras de Pedro Albuquerque, impunham critérios para aceitar asilados e, *os países socialistas só abriram as portas para os militantes indicados, o Partido Comunista chileno, o Partido Comunista brasileiro, o Partido Socialista chileno*[338] e, as representações diplomáticas restantes:

> [...] estavam cheias. Aí fomos procurar a Cruz Vermelha, a Cruz Vermelha nos levou para Padre Hurtado. Estava cheio de gente, mais de 400, 500 pessoas em Padre Hurtado, de vez em quando eles vinham atrás de cubanos e de chilenos, não podia ter chilenos porque era só para estrangeiros. Nós tínhamos deixado nossa filha no Brasil (...) nem sabíamos para onde íamos, mas queríamos sair juntos do Brasil, eu, João Paulo, Paulinho, todos juntos, para Alemanha, para qualquer país, para o México, Argentina. Ai, saiu Alemanha para eles, mas recusaram a nós porque me consideraram terrorista[339].

Por solidariedade, seus companheiros cearenses Joao Paulo, Paulo Lincoln e Ruth Cavalcante, se recusaram a se asilar numa embaixada, pesaram também as dificuldades de poder ingressar devido ao forte dispositivo militar que as cercava, ou, pelo risco de ser detido

[335] Departamento da polícia internacional que cuida dos estrangeiros no país.
[336] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015.
[337]Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017.
[338] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015.
[339] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015.

no meio do caminho e não saber se ficariam vivos. Esperava-se que alguns órgãos de caráter humanitário pudessem amparar aos perseguidos políticos e, após ouvirem no rádio que a ONU, junto com a Cruz Vermelha, tinham aberto um refúgio a 30 km de Santiago, na comuna de Padre Hurtado, eles se trasladaram para esse refúgio, entretanto, segundo Teresa Cavalcante, esse refúgio estava vetado para os chilenos:

> O acordo das Nações Unidas e a Cruz Vermelha com Pinochet era que não podiam ir chilenos, só estrangeiros e, tinha chilenos casado com estrangeiros, era uma confusão (...) a gente estava sempre sendo ameaçada pelos carabineiros de invadirem sobre a justificativa de que havia chilenos. A tensão era muito grande, sob pressão brigavam muito por besteiras (...) tudo era tensão, querendo pressionar os padres, aqueles grupos mais radicais, pressionar às Nações Unidas, a fazer greve contra as Nações Unidas, etc, (...)[340].

As diferenças ideológicas e partidárias não ficaram de fora dos muros do refúgio, essas disputas e debates se estenderam e faziam parte do cotidiano ao interior desse recinto que albergava muitos estrangeiros. Pedro Albuquerque observou que a dinâmica político-ideológica, tanto do processo chileno como do brasileiro esteve presente no refúgio juntos com os refugiados, o que resultou em tensas discussões representando posições político ideológicas de determinados grupos do continente *os Tupamaros, os grupos armados brasileiros, o Partido Comunista Brasileiro, o pessoal que era mais ligado às ideias do PC chileno, ao MIR* (…)[341].

Os cearenses Teresa e Pedro tiveram a sorte de conseguir trazer para o Chile a sua filha gestada em plena guerrilha do Araguaia, que tinha ficado no Brasil com os avós, através de um representante suíço da Cruz Vermelha Internacional. Quando esse representante chegou no refúgio de Padre Hurtado:

> [...] alguns companheiros diziam: *'Teresa, porque não fala que tua filha está no Brasil?'* Eu falei que meu medo era sair do Chile e nunca mais rever a Isabela. A sorte que o suíço era casado com uma brasileira, falava bem português. Ele disse: *'não! a filha não pode ficar longe dos pais, se vocês me autorizarem eu vou buscar sua filha"*. Então, a Cruz Vermelha pediu permissão ao governo para que eu fosse receber Isabela no Aeroporto, fui toda escoltada, Pedro não foi (...) sofreu muito Isabela, desde a gestação[342].

O tempo que moraram em Santiago, os exilados cearenses Teresa Cavalcante, Pedro Albuquerque, João de Pula e Ruth Cavalcante, tiveram uma vizinha, Dona Ester e que, apesar de não ser de esquerda nem declaradamente de direita, deixou a marca da solidariedade do

[340] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017
[341] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015
[342] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017

povo chileno nessas circunstâncias extremas. Entre os desconfortos e desalentos que o refúgio Padre Hurtado e a situação política provocaram, houve um momento que impressionou esses quatro exilados, pois sem ter nenhuma notícia do lugar onde moravam nem dos seus vizinhos, um certo dia receberam a visita no refúgio, como o relata João de Pula, *aí nos quatro fomos lá, era a senhora Ester com o dinheiro que tinha vendido de tudo o que tínhamos, coisa linda! Ela era contra Allende. Ela dizia: 'nós somos contra esse senhor, socialismo e tal (...) nós somos contra mas não somos a favor da ditadura'*[343].

Ruth Cavalcante também verbaliza a forte emoção que a invadiu ao ver a senhora Ester no refúgio trazendo o dinheiro com a venda dos pertences deles quatro, que tiveram que abandonaram tudo o que tinham na casa e fugir para buscar um lugar seguro e, *ela mesma tomou a iniciativa de vender, vendeu geladeira, vendeu fogão (...) eles venderam todos os moveis, poucos moveis, mas para a gente era muito importante e foi no refúgio a entregar o dinheiro, coisa linda! coisa linda! E, eles, não eram a favor de Allende, ainda tem esse detalhe*[344].

A convivência num recinto limitado espacialmente e que albergava centenas de pessoas, requereu de uma engenheira humana para organizar atividades aparentemente simples, como ir ao sanitário, comer, dormir, entre outras. Obter consenso diante dessas demandas nem sempre acabou pacificamente, resultando em escaramuças verbais ou enfrentamentos que atentavam contra a integridade física, tendo como fundo sonoro as rajadas de metralhadoras dos militares que ameaçavam constantemente a segurança do refúgio, tudo isso alimentou uma desconfiança generalizada, resultando numa estratégia muito curiosa, descrita por Eliete Ferrer: *Todos ou quase todos desmontávamos as maçanetas das portas, que não tinham chave. Trazíamos conosco, sempre, a maçaneta do nosso próprio quarto*[345].

Entre os exilados que tiveram que se amparar no refúgio de Padre Hurtado houve aqueles que já tinham saído do Brasil, logo depois do golpe de 1964, morando um tempo considerável no Chile e já haviam formado família, construído um patrimônio material, considerando que eles gozavam de uma estabilidade econômica que os diferenciava consideravelmente dos outros exilados que chegaram mais tarde ao país e tiveram muitas dificuldades para sobreviver. Para eles, o sentimento de ruptura era muito mais denso e

[343] Entrevista concedida ao autor por Joao de Paula no dia 17/12/2017.
[344] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcante no dia 17/12/2017.
[345] Eliete Ferrer. "Passaporte para o mundo". In: **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos/Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p.511.

doloroso porque tiveram que deixar para trás trabalho, casa, amigos e conquistas valiosas que se atomizavam e os deixou sensivelmente desestabilizados.

Ruth Cavalcante, ao se referir a esses exilados brasileiros que estavam no Chile há muito mais tempo que eles, descreveu que:

> [...] essas duas gerações que chegaram no 64 e 68, a gente veio perceber isso no refúgio, o sofrimento deles era atroz, o sofrimento de quem chegou lá antes, porque já estavam todos estabilizados, tinha a perspectiva de viver lá. A violência do golpe foi muito mais intensa, eles tiveram muito mais perdas do que nos. Lembro de uma família que tinha 5 filhos, 4 nasceram no Chile, então eram chilenos, então eles perderam muito, foi um sofrimento muito grande[346].

E Ruth acrescenta ainda que, nesse mesmo refúgio, ela tomou consciência da dimensão e a importância de se sentir latino-americana, e da distância que separa o Brasil de seus vizinhos que, apesar de falar o idioma português, percebeu que no continente se compartia uma história que, no lugar de dividi-los, os aproximava sensivelmente, sem faltar a salutar chispa do humor que diluía o desânimo geral. Ao ver-se rodeada de pessoas de diversas nacionalidades do continente esse sentimento adquiria corpo e:

> [...] foi a primeira vez que me senti latino-americana (...) nós somos os únicos estrangeiros na América Latina, os únicos que falamos português (...) no refúgio a gente tinha concentrado todos os países de América Latina, onde a gente ficava brigando qual era a ditadura pior. O Paraguai dizia: *'eu não sei se a nossa é a pior, mas é a mais antiga'*. Essa sensação eu guardo até agora, me sentir latino-americana, compromissada com o continente e não só com o Brasil (...) que temos muita coisa em comum, mesmo tendo histórias diferentes, temos muita coisa da forma da nossa etnia, essa sensação o refúgio deu, o exílio deu isso de forma muito clara[347].

A convivência com militantes de diversos países do continente transformou o refúgio num microcontinente, onde foi possível perceber e adquirir consciência do grau de isolamento dos brasileiros com relação aos países próximos desse vasto território latino-americano. Se sentir parte do continente era uma descoberta que redimensionava a sua postura política e geográfica e lhe dava um caráter muito mais amplo e solidário.

Entre as imagens que ilustraram a violência desatada pelos militares na derrubada do governo de Allende, as que melhor esboçavam a violência do golpe eram as do palácio presidencial "La Moneda" ,em chamas, depois do bombardeio da Força Aérea chilena; e, a outra, era a do Estádio Nacional transformado em campo de prisioneiros. Este último, era o lugar consagrado aos encontros dos aficionados ao futebol que, no dia do golpe, se transformou

[346] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcante no dia 17/12/2017.
[347] Entrevista concedida ao autor por Ruth Cavalcante no dia 17/12/2017.

em centro de detenção onde os militares concentraram lideranças políticas e de cidadãos nacionais e internacionais adeptos ao governo deposto, entre os quais houve muitos que foram submetidos a tortura ou violentamente assassinados. Essas imagens ficaram impregnadas na memória do militante da ALN, Luiz Carlos Guimaraes, que ficou detido nesse recinto por mais de um mês, testemunhando que:

> Em um longo corredor, havia um enorme monte de cadáveres empilhados uns sobre os outros. A maioria estava completamente irreconhecível, com toda a cabeça esmagada, com feridas tão grandes no peito e no abdômen – maiores do que o tamanho de uma mão – que dava para enxergar as entranhas[348].

À violência política somava-se a violência humana praticada pelos militares chilenos e o Estádio Nacional tingia o seu recinto esportivo de sangue e tragédia atingindo muitos chilenos, brasileiros e estrangeiros de diversas nacionalidades. Os gritos das torcidas desapareceram dando lugar aos gritos dos torturados e, suas arquibancadas, ocupadas naquele momento sombrio por centos de prisioneiros em condições sub-humanas assistindo ao implacável fim da experiência política chilena da via pacífica ao socialismo.

A queda do governo e a morte do presidente Salvador Allende deixaram uma paisagem tenebrosa nas ruas de Santiago, vaticinavam dias difíceis e ameaçadores. Sergio Bachi, brasileiro e militante do PCB, detalha esse dia e os que se seguiram ao golpe de Estado, assim como as imagens que impregnaram as suas retinas:

> Yo sentí mucho cuando cayó todo, porque fue una barbarie terrible lo que sufrió el pueblo chileno, fue muy terrible, fue una cosa que no tengo palabras para exprimir. El día del golpe, por ejemplo, la ciudad quedó regada de cadáveres, ellos asesinaban (…) así fue el golpe en Chile, de esa manera fue, yo lo he visto, no estoy contando cosas que no he visto, yo he visto, he vivido eso[349].

Sergio Bachi foi testemunha ocular da violência que representou o golpe de Estado no dia 11 de setembro de 1973 e, nos dias e meses posteriores. Suas palavras não são suficientes para encontrar adjetivos que possam expressar essa catástrofe exercida por uma instituição que os próprios chilenos respeitavam e defendiam.

Imagens que enturvavam o panorama e deixavam a todos em alerta, diante do risco de cair detido e ser submetido a torturas ou desaparecer definitivamente. Inquietava-os, ao mesmo

---

[348] Luiz Carlos Guimaraes "45 dias prisioneiro da junta militar chilena". In: **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos / Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p. 569.
[349] Entrevista concedida ao autor por Sergio Bachi, (em espanhol) 28/01/2015.

tempo, a ausência de uma resistência que tivesse correspondência com a manifesta politização política da sociedade e do discurso militarista de alguns partidos como o MIR, paradoxo que para Bruno Dauster parecia inconcebível, relatando que:

> […] nos sorprendió el hecho que la formación prusiana fuera tan fuerte, que mismo la gente que tenía la consistencia política, cuando llega ahí se quiebra y no resiste. (…) que hubiera el golpe, esto no era una sorpresa, pero esperábamos que la resistencia estuviera mucho más organizada que lo que estaba de verdad. Esto, para nosotros, fue muy extraño, esperábamos más[350].

Uma área geográfica se tingia, compulsoriamente, de verde oliva, sua riqueza cultural e política, assim como seus acordes musicais que sintetizavam as suas lutas foram pisoteadas pelo rumor de botas (SADER, 1982) e, a solidariedade, deu passo à desconfiança, ao medo e ao silencio coletivo. Brasileiros, chilenos, uruguaios, cubanos, mexicanos, etc. depois de compartir um projeto político que muitos sonharam, viam-se na condição de prisioneiros dos seus próprios sonhos, atulhados em refúgios ou em embaixadas ou, como no caso de Juca Ferreira que teve que *viver de novo clandestino (desta vez em Santiago) durante dois meses e depois ir viver sete anos na Suécia*[351], é dizer, cada um buscou, dentro das suas possibilidades, sair daquele país que, até então havia representado a liberdade, todavia naquele 11 de setembro, transformou-se num indesejado pesadelo.

A experiência do exilio vivido no Chile deixou lembranças indeléveis que resistem ao tempo e espaço, assim como suscitou mudanças de vida pessoal e profissional em cada indivíduo e na sua trajetória de vida após o retorno ao seu país. Alguns assumiram o Chile como seu segundo território pátrio e guardam um sentimento de gratidão sobre o mesmo, como é o caso de Beluce Belluce, cuja memória é ativada pela dinâmica política e social do processo chileno, assim como pelas contradições que conduziram ao país a um violento desenlace e, embora:

> [...] tenha vivido ali menos de 3 anos, e posteriormente trocado mais de países que de calçados, como dizia Brechet, no Chile conheci o que é a força das massas, o que é um povo organizado e consciente lutar por seus direitos. Aprendi o diálogo e a diversidade humana nas formas de poder, senti a criatividade das expressões populares na superação das dificuldades. Ali vi, e senti na própria carne, a força da repressão, a brutalidade dos nossos exércitos fascistas, que ainda permanecem de prontidão, tão lá quanto cá, com seus bastões, ainda que no momento atual sem saber em quem bater. O quanto temos ainda que caminhar em direção a uma sociedade mais livre, igualitária e solidária[352].

[350] Entrevista concedida ao autor por Bruno Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014
[351] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.
[352] Entrevista concedida ao autor por Beluce Bellucci, no dia 09/09/2014.

Morar integrado ao povo, com os seus sonhos, conflitos, valores culturais, consciência política fazem parte das memórias que sensibilizam e embargam a voz e o relato desse passado. Na medida em que os nomes das pessoas, dos hábitos, das comidas e dos lugares vão tecendo a narrativa, as emoções se entrelaçam e alteram a modulação das palavras entrecruzando imagens e temporalidades.

A verbalização de Juca Ferreira retrata sua convivência num bairro popular onde se respiravam:

> [...] sonhos de liberdade, foi muito bonito ver pessoas pobres, lavador de carro, padeiro, discutindo com inteligência, com muita inteligência, com muita informação. Liam, eles liam, coisa que aqui nem a classe média quer ler (...) não consigo falar do Chile sem emoção (silencia um momento seu relato e seu olhos se humedecem), a única coisa que não gostava era quando me convidavam para comer galinha, porque era com a cabeça e tudo, eu nunca tinha visto isso, cabeça e pescoço (...) eu adorava o curanto[353], a empanada chilena[354] é maravilhosa, sim, os mariscos todos. Eu era o único brasileiro que comia aquele vermelho, piure, eu comia locos, picorocos, el cochayuyo[355], eu adorava el cochayuyo[356].

Acrescenta, ainda, que essa convivência lhe permitiu perceber a dimensão de educar politicamente ao povo para enfrentar os desafios que o país e o governo chileno tinham pela frente. Sentiu-se realizado e, para ele, esse período no Chile foi uma verdadeira aula, experiência que:

> [...] o brasileiro nunca experimentou de fato, o socialismo sendo discutido. Tinha vizinhos do MIR, do MAPU, da Esquerda Crista, do Partido Socialista, das diversas correntes do Partido Socialista, do Partido Comunista, um era biscateiro, o outro era padeiro, o padeiro era do Partido democrata cristão de esquerda (...). Então para mim era uma aula, uma realização, que não era só o fato de ter saída de uma situação de clandestinidade, de perseguição, de derrota (...) eu não fui para uma pais qualquer, fui para um pais que estava vivendo uma ruptura, com um processo riquíssimo, eu tinha reuniões com dirigentes do MIR, com dirigentes do Partido Socialista, ia para alguns atos de discussão política. Eu tina muita simpatia por Altamirano, achava ele um bom orador e um cara que não tinha o guevarismo do MIR, o foquismo do MIR, não era do Partido Comunista nem de Allende, era uma coisa de massas com a perspectiva

[353]O curanto é um prato típico da região de Chiloé, ao sul do Chile, é feito sobre pedras quentes, num buraco cavado no chão. Entre seus ingredientes se encontram mariscos de diversos tipos, além de batatas, frango, carne de porco e chouriço, tudo isso é assado na forma de camadas preservando os sabores dos componentes.

[354]A empanada chilena é feita com uma massa a base de farinha e recheada com vários ingredientes. Se pode servir frita ou assada**.** A mais tradicional é a empanada de pino, recheada com carne moída, ovo cozido, azeitonas e passas.

[355]O "piure" é um marisco de cor vermelho, muito apreciado pela culinária chilena; o "loco" es um molusco (semelhante ao caracol), presente nas costa peruana e chilena, sua carne é muito apetitosa; O "picoroco" é um crustáceo marino e uma iguaria litorânea da culinária chilena; O "cochayuyo" é uma alga marinha encontrada nas praias do litoral chileno e contém um alto teor proteico

[356] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.

> política, mas, sabia que aquilo não ia dar certo e que era preciso se adiantar (...). O Chile me despertou o interesse de ler os pensadores que eu criticava e nunca tinha lido (...). Mas a etapa chilena foi, assim, a mais completa, do ponto de vista da lucidez, porque não eram livros (...)[357].

A cultura democrática chilena e a ativa participação da população, tanto na coisa pública como nas organizações partidárias chamava a atenção de Paulo Lincoln. Impressionou lhe o grau de informação que as pessoas comuns tinham sobre a política internacional, continental e, de maneira especial sobre a realidade política brasileira, o que diluía a densidade e o sentimento de desenraizamento do exílio enfatizando que no Brasil:

> A gente não tinha tido uma experiência de democracia e, aquilo, foi fantástico. O pessoal tinha bastante leitura, bastante conhecimento, eles discutiam a questão brasileira com a gente, e não era intelectual não, era o rapaz do taxi. Ele chegava e dizia: *'como está a situação do Jango? Como está a ditadura?'* Eles tinham um nível de informação que deixava a gente a vontade, sem a distância. Então era uma coisa que irmanava muito e deixava, portanto, a coisa do exílio mais leve[358].

A partir da vitória de Salvador Allende e da Unidade Popular, os exilados brasileiros passaram a familiarizar-se com o projeto de governo denominado da "via chilena ao socialismo". O grau de confronto que o projeto político desatou, dentro e fora do país, ativaram o debate sobre o caráter pacífico e institucional da transição do Estado burguês para o Estado socialista, trazendo à tona apelos e questionamentos sobre a teoria foquista da revolução cubana e a capacidade de resistência do povo organizado diante de uma possível ruptura, contradições que Juca Ferreira enxergava no meio dessa dinamica:

> [...] porque por um lado nós não acreditávamos que não haveria golpe mas, por outro lado, a gente percebeu a importância do trabalho de organização da sociedade, da classe operária, era muito forte, a sociedade organizada, uma posição política, posição que envolvia muita gente e que as organizações não podem viver no éter, no vácuo. Porque a teoria da revolução cubana que o Regis Debray pregou e que, de alguma maneira Guevara e o próprio cubano, era de que um grupo de heróis destemidos podiam mobilizar, mas precisa ter organização, lá, isso ficou evidente[359].

Os modelos revolucionários que transitaram nesse ambiente de transição ao socialismo pela via pacífica, trouxeram consigo outro debate que tratava da questão do poder. O poder, erguido a partir das organizações populares adquiriu relevância nesse contexto e pressionava o governo para tomar a iniciativa do enfrentamento, pois com o passar dos dias ficou evidente

---

[357] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.
[358] Entrevista concedida ao autor por Paulo Lincoln no dia 17/12/2017.
[359] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.

que a oposição apelava abertamente para uma fratura democrática e institucional tendo os quarteis como garantia para suas aventuras rupturistas.

Para Roque Aparecido, que analisou essa realidade a partir da sua inserção no universo sindical chileno, percebeu que as contradições que estiveram presentes no processo chileno e que alcançaram seu momento mais neurálgico na segunda metade de 1972, foi uma experiência muito valiosa que permitiu abrilhantar o debate nas administrações petistas no Brasil e a constatação da necessidade de elaborar uma base teórica para construir uma sociedade mais justa e igualitária, para ele a "via chilena":

> […] significó mucho porque fue la primera experiencia que yo viví en que, comenzamos efectivamente a crear poder popular. Fue la primera experiencia que he vivido donde la cuestión del poder se colocó claramente entre dos fuerzas que lo estaban disputando, dos fuerzas antagónicas por supuesto, los procesos democráticos tienen, dos fuerzas antagónicas que, de cierta manera, significaba que el control del poder por una de ellas excluía completamente la otra. Entonces como primera experiencia en ese sentido que he vivido y, lo que significó crear poder popular, hemos avanzado mucho también en esto, en términos de organización por la base, una sólida organización, fue muy rico para mí, una experiencia muy rica en el sentido de la construcción de un contrapoder. (…) el PT no aprendió esto de la experiencia chilena, nosotros tenemos una ausencia teórica completa sobre transición democrática al socialismo y, esta, es la principal debilidad de la izquierda en todo el mundo[360].

O projeto de transição ao socialismo proposto por Allende, enquadrou-se dentro de um horizonte que transcendia as fronteias chilenas, assim como as suas bandeiras revolucionárias que motivaram tanto à esquerda como à direita que via ameaçados seus ancestrais privilégios. O fim desse experimento político permitiu para alguns exilados dimensionar o alcance do projeto impulsionado pelo governo chileno, materializando aspirações que encorajaram um número significativo de exilados, como foi o caso de Segio Bachi que no seu relato expressa que:

> En un sentido más amplio, Chile hacía lo que era justamente nuestra idea: que no podíamos dejar de resistir a la invasión que el capital hacía en nuestros países. Yo encontré que aquí era el mismo sentimiento que ahora estaba en el gobierno del país, esa es la realidad[361].

Wilson Barbosa, militante de várias organizações como o PCB, VPR e ALN e que chegou ao Chile em janeiro de 1971 junto com os 70 banidos, descreve o contexto internacional

[360] Entrevista concedida ao autor por Roque Aparecido, (em espanhol), no dia 2/02/2018.
[361] Entrevista concedida ao autor por Sergio Bachi, (em espanhol), no dia 28/01/2015.

hostil que punha em risco a "via chilena" transformando-a numa espiral de violência que a desacreditava e atomizava, deste modo:

> [...] tornava-se inevitável, para o Pentágono, derrubar o governo de Salvador Allende. Naquele momento, ele era a única possibilidade global de política, fora das ditaduras que proliferavam. Liquidar – pelo golpe – o governo Allende inviabilizaria a hipótese de reformas da sociedade burguesa dentro da lei. (...). Ao impossibilitar a política com a participação da Esquerda, o governo dos EUA sabia que somente seria deixado o caminho da luta armada, com o choque direto contra seus exércitos locais para policiais e a força central do exército norte-americano. (...) O governo dos EUA sabia disso e era por isso que, depois de haver sido derrotado pelos revolucionários cubanos, fazia do governo chileno um enorme cavalo de batalha. (...). Destruindo a alternativa reformista no Chile, destruiriam de tabela todas as potencialidades revolucionárias na América Latina. Após isso, bastaria uma "caçada ao homem", sob a cobertura de algumas "operações Condor" (...). Na verdade, a causa do golpe era a inconsequência dos reformistas, que queriam combinar o impossível, ou seja, (a) introduzir reformas a favor da população; e (b) governar parlamentarmente junto com a oligarquia. Ao preservar a velha ordem, os reformistas contribuíram para o massacre popular, que se avizinhava[362].

Era visível que o exercício da democracia tinha data de validade e não podia ultrapassar os limites que punham em risco a estabilidade das instituições erguidas para preservar privilégios. A experiência chilena havia chegado a seu ponto de inflexão e, na análise de Paulo Lincoln, *Allende teve a infelicidade, digamos assim, de surgir num momento em que América Latina como um todo, estava sofrendo um processo de intervenção dos EUA. Naquela conjuntura internacional não havia a menor possibilidade*[363].

As possibilidades democráticas da sociedade chilena contemplavam transformações nas estruturas econômicas e sociais, porém, restava uma interrogante: Até onde podiam ir essas transformações? Quem deveria promovê-las? E, a quem deveriam favorecer? Estas questões eram deliberadas nas hostes tanto de esquerda como de direita, entretanto para Ronald Lobato a "via chilena" foi:

> ¡Una sorpresa! El hecho de que en democracia se pudiera avanzar tanto. Los militaristas entendían que, mismo así, Allende era reformista porque estaba queriendo llegar al poder por vía democrática y no militarista. A mi juicio, la democracia es una clausula pétrea (…) una democracia que nunca hubo (…) siempre ha sido para los elegidos. Había esa categoría que entendía que el gobierno de Allende era reformista y que, por eso, iba a perder. Cuando hubo el golpe, se sintieron más competentes para hacer el análisis porque, de hecho, la derecha no ha permitido esta reforma democrática, esta revolución democrática. (…) Pero ¿qué alternativas tenía Allende? Inclusive porque no había experiencia anterior e, inclusive, porque aún teníamos el

[362] Wilson Barbosa "Riñihue: en el monte". In: **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos/Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p.543 a 545.
[363] Entrevista concedida ao autor por Paulo Lincoln no dia 17/12/2017.

> entusiasmo de corrientes de Cuba, del Vietnam (…) que fortalecían nuestros sueños[364].

A via democrática de transição ao socialismo trouxe no seu amago a polémica sobre o papel que desempenhava o Estado nessa própria transição. Transformar o Estado a partir dos próprios instrumentos que o Estado burguês chileno oferecia era, para alguns, um verdadeiro sofisma e uma incoerência com o que propunha a "via chilena", haja vista as avaliações que Roque Aparecido se permitiu elaborar na Europa após o golpe no Chile, concluindo ao Estado Burguês:

> […] solo la violencia para destruirlo, la vía democrática no es viable, incluso en Chile, al final del 73, yo me junté a un grupo de brasileros que estaban vinculados al Partido Comunista Brasileño Revolucionario, con Apolonio de Carvalho y esto y, la evaluación que hicimos después, ya en Europa de la experiencia chilena, inicialmente era en ese sentido, realmente la vía democrática hacia el socialismo es una falacia, no hay como buscar esto porque el Estado está organizado para mantener un régimen, un sistema económico que no es una cosa que sea propiamente democrático, que tiene todos los poderes para destruir cualquier intento de transformarlo radicalmente. Entonces como primera conclusión fue en ese sentido. Ahora, en verdad, yo considero que, la izquierda, la izquierda internacional, las discusiones que hubieron en Europa después del golpe, con compañeros de varios países, incluso, de la región. La primera conclusión que se llegaba era esta, la vía democrática es inviable, no existe esa alternativa, entonces, cómo hacerlo para llevar adelante un proceso de transformación (…)[365].

O caminho da legalidade do socialismo chileno era visto, por alguns, com o uma via reformista ou de transformação da estrutura econômico e social chilena, porem distante de um processo revolucionária de fato. Allende, um político formado dentro do espaço parlamentário e dos ressortes reguladores do Estado não tinha, segundo Wilson Barbosa, o garbo para romper com esses limites formais nem para liderar uma revolução:

> A Esquerda latino-americana nunca teve muita compreensão do que é um processo revolucionário. Os líderes dessa esquerda se originam, quase sempre, nas classes proprietárias e concebem a revolução como transformação, liderada pela burguesia local, rumo ao crescimento econômico e ao progresso (...). Nesse sentido, o presidente Allende era um socialdemocrata, mas ele não tinha estômago para massacrar pobres ou perseguir minorias revolucionárias[366].

A ausência de uma liderança revolucionária ficou evidente, embora a dinâmica política, a história da esquerda chilena e as mobilizações a favor do governo fossem bastante

---

[364] Entrevista concedida ao autor por Ronald Lobato (em espanhol), no dia 01/09/2014.
[365] Entrevista concedida ao autor por Roque Aparecido, (em espanhol), no dia 2/02/2018.
[366] Wilson Barbosa "Riñihue: en el monte". In: **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos / Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p.541.

ilustrativas, o que levou à comunidade brasileira de exilados a acreditar numa resistência organizada e vitoriosa contra o golpe, isso não aconteceu e deixou um gosto amargo e uma profunda decepção pela falta de iniciativa diante dessa anunciada derrota, sentimento que Jean Marc von der Weid descreve com propriedade afirmando:

> Sou dos que acham que a derrota não era uma fatalidade e confiava na imensa capacidade de mobilização do povo chileno para barrar a direita militar. Nunca o preceito leninista de que sem liderança revolucionária não se faz revolução foi tão evidente. Allende, que eu conheci pessoalmente e que era um homem extraordinário, tinha um compromisso absoluto com a legalidade e morreu defendendo-a, mas era necessário, exatamente, antecipar a iniciativa da direita[367].

A guerra fria e os modelos revolucionários no mundo eram ingredientes que temperavam as utopias de brasileiros e chilenos dentro desse trânsito ao socialismo, destacando-se que em diversos lugares do mundo essa disputa adquiria intensidades variadas. Na perspectiva do carioca Beluce Bellucci, a "via chilena" se enquadrava muito mais nos pressupostos pró-soviéticos, de uma via pacífica, do que um processo revolucionário que representara um hiato mais expressivo na sociedade local, posto que:

> [...] nos anos da UP, quando vivíamos no Chile, o mundo vivia na guerra fria (...). Havia o capitalismo e o socialismo e havia as vias para o socialismo. Não se questionava o socialismo, mas discutiam-se as vias para lá chegar. Nos anos 1970, o socialismo era mais que uma utopia, era uma forte realidade que envolvia grande parte do mundo (URSS, China, Cuba, partidos comunistas fortes na França e na Itália, o Vietnã venceu militarmente os USA em 75, as colônias africanas de língua portuguesa tornam-se independentes e socialistas, etc.). Para uma grande parte dos brasileiros que viviam no Chile, e para meu grupo, o Chile era até o momento, uma exceção na América latina, de tentativa de chegar ao socialismo pelos meios legais. E essa experiência não seria vitoriosa. O golpe de estado devia estar sendo gerido desde a vitória da UP. Assim pensavam também parte da esquerda chilena, minoritariamente. Por outro lado, haviam os grupos influenciados pelos PCs, brasileiro e chileno, de influência soviética, que não pregavam a luta armada. Assim, a "via chilena al socialismo", antes do golpe, justificava os pró-soviéticos, da possibilidade de se chegar ao socialismo sem luta armada. Pós golpe de Pinochet, ela serve para justificar as posições revolucionárias pró-luta armada. Assim, efetivamente, a "via chilena" em si, pouco contribuiu para questionar ou afirmar estratégias de luta no Brasil. Esta estratégia era definida pelas questões internacionais, pelas lutas no conjunto dos povos, onde a luta dos chilenos era apenas mais uma. Por outro lado, o que a "experiência chilena" do governo socialista de Allende mostrou, era que o processo de participação das massas nas lutas e na organização social da produção, seriam fundamentais para garantir a democracia. A experiência dos cordões industriais, do "paro de octubre" e tantas outras, apontavam essa necessidade, e possibilidade[368].

---

[367] Jean Marc von der Weid "Na sombra da cordilheira" . In: **68 a geração que queria mudar o mundo:** relatos / Organização: Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p.538.
[368] Entrevista concedida ao autor por Beluce Bellucci, no dia 09/09/2014.

A análise da realidade chilena e, em especial, da "via chilena" passava pela leitura ideológica e pela experiência política partidária de cada um dos exilados. Ao apreciar o protagonismo do Estado num processo de transição ao socialismo, Roque Aparecido, ressalta que esse exame passava por uma leitura Marxista Leninista do Estado burguês e as possibilidades do mesmo para tolerar a dita transição, contradição que particularmente o deixava cada vez mais circunspecto:

> **[…]** no creía en la posibilidad de que eso llegara a un final feliz, tenía la visión marxista leninista de que el Estado Burgués no se transformaría, que tenía que ser destruido para construirse una nueva realidad, esto, todavía estaba presente en mi consciencia política y formación teórica. Y siempre allá, discutiendo con los chilenos, yo siempre estaba alertando: hay que ver hasta dónde vamos a poder llegar, porque al final no llegaremos. Entonces había siempre un cuestionamiento de las posibilidades de éxito final de la vía chilena, que, se llamaba vía chilena, pero, nosotros decíamos que era la revolución pacífica (…) mucho antes de Kruchov, Gramsci ya proponía otro camino, ya analizaba que la experiencia de los países periféricos, como Rusia, no se aplicaba a los países centrales de Europa (…). Entonces es un debate que venía da hace mucho tiempo, pero nosotros estábamos, todavía, con la concepción, por decir, más dogmática sobre los procesos de transformación del Estado y no creíamos, yo no creía que la revolución pudiera llegar al final de forma pacífica, entonces siempre buscábamos alertar para los límites de ese proceso y la cuestión que se planteaba siempre era de cómo se daría la ruptura. ¿Es posible una ruptura democrática? Las fuerzas conservadoras reaccionarias, el aparato del Estado va a permitir que sea transformado completamente, que sea negado en el proceso. Las dudas eran grandes, pero yo, solamente planteaba las dudas, porque mi convicción era que no llegaría al final de forma pacífica[369].

Os atos de violência fomentados pelos grupos paramilitares de direita e os apelos à intervenção militar cada vez mais incisivos reforçava a ideia, segundo Beluce Bellucci, de que *os poderosos não entregam o poder econômico de livre e espontânea vontade (...). Eles podem delegar, temporariamente o poder político, desde que este não os ameacem*[370]. As evidências demonstraram também que era necessário sopesar as forças em conflito e seu encadeamento com interesses político econômicos de caráter internacional, perspectiva analisada por Dower Alwin, esclarecendo que a partir desse contexto, *é que não se deve desprezar as várias formas de lutas e manter uma constante análise da realidade local e ponderar a correlação de força internacional*[371].

A questão do respeito à legalidade pelas forças armadas e pelos partidos da direita chilena foi outro assunto que motivo argumentos e contra-argumentos no âmbito do exílio dos brasileiros. As circunstâncias levaram a questionar a capacidade de sobrevivência do próprio

[369] Entrevista concedida ao autor por Roque Aparecido, (em espanhol), no dia 2/02/2018.
[370] Entrevista concedida ao autor por Beluce Bellucci, no dia 09/09/2014.
[371] Entrevista concedida ao autor por Dower Alwin, no dia 24/06/2015.

governo e do seu projeto político já que, a via pacífica ao socialismo se digladiou entre aqueles que defendiam a legalidade institucional e os que apelaram por uma ruptura violenta via intervenção militar.

Os debates sobre a realidade chilena, posicionaram militantes locais e brasileiros em posições as vezes convergente e, em outras, bastante divergentes, já que a própria experiência dos brasileiros na luta armada contra os militares brasileiros outorgava-lhes certa hierarquia diante dos grupos e partidos chilenos, entretanto prevalecia uma certa intransigência, porque na perspectiva de Raúl Elwanger, *nossas organizações eram muito 'donas da verdade', então, adaptavam suas análises às próprias posições previas. Então o PC mostrava como era correto, e VAR, VPR mostravam os riscos da violência latente nos grupos conservadores. Infelizmente, estes últimos tiveram um pouco mais de razão*[372]. Os esforços por transformar a sociedade chilena e construir uma plataforma econômica mais soberana e reduzir a dependência dos organismos financeiros mereceram a atenção de diversos países, mas essas inciativas destinadas a alterar a ordem estabelecida através dos pressupostos democráticos, isso, nas afirmações de Joao de Paula *a direita não aguenta, essa era a clareza que eu tinha. A direita latino-americana não aguenta a democracia para valer (...) a direita não aguenta o exercício de democracia profundo*[373].

Se por um lado a maioria dos exilados ficaram admirados pela consciência política da população, sua alta participação na engrenagem partidária, no apoio ao governo e na sua manifesta civilidade, que nas palavras de Pedro Albuquerque era fruto de *um país letrado, onde o código civil, as mudanças do código civil, mudanças no código do trabalho eram vendidos na rua*[374], por outro, também os impactou negativamente o grau de violência desatado após o golpe de Estado. As quase quatro décadas de solidez institucional e um sólido corpo legislativo e de valores democráticos se transmutavam em cadáveres de civis que, nas noites sombrias desse mês de setembro eram lançados ao Rio Mapocho, no centro da capital, ou encontrados nos corredores do Estádio Nacional ou na periferia das principais cidades.

Esse mesmo entrevistado relata que as esperanças e realizações depositadas no projeto da "via chilena" se viram ofuscados e resultou difícil entender a tragédia política chilena, porque:

---

[372] Entrevista concedida ao autor por Raúl Elwanger, no dia 15/09/2015.
[373] Entrevista concedida ao autor por Joao de Paula no dia 17/12/2017.
[374] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015.

> [...] quando posteriormente veio a brutalidade do regime do Pinochet, não temos comparativo. (...) aquele nível de brutalidade, rapaz, como pode esta coisa ter estado embutida numa sociedade desse tipo e emergir dessa forma? (...) e vem agora nesse nível de barbárie. Esse é um outro ponto que até agora não resolvi na minha cabeça[375].

No meio dessa disputa de poder, os intelectuais também faziam seus prognósticos do epílogo do processo chileno, entre eles as impressões do exilado brasileiro Theotonio dos Santos, que escreveu, na Revista Hoy em outubro de 1972, um artigo intitulado "Bendita crisis!"[376], na qual pressagiava que a crise pela qual o Chile passava nesse ano, com um estrangulamento econômico interno e externo, com atos de sabotagem diário contra os centros produtivos do comércio e dos transportes, estimularia o ressurgir de uma organização poderosa capaz de levar a bom porto o processo chileno. Neste sentido, o chileno Sergio Muñoz, que conviveu com Dos Santos no CESO, afirma que a experiência chilena:

> […] a algunos los mareó (…) el artículo de Theotonio dos Santos, en vísperas del golpe, que se llamaba "Bendita crisis", Theotonio decía que de la crisis iba a resurgir un movimiento popular poderosísimo que iba a colocar las cosas en su lugar, es decir, consolidar la experiencia de Allende e, incluso, radicalizarla (…) ocurrió todo lo contrario, vino el golpe y los obreros caminaban por Vicuña Mackenna yendo a sus casa, todos a sus casas, ¡nadie combatió! Para él, hubo prácticamente una embriagues del modelo chileno, las cosas no resultaron como él lo veía[377].

A análise teórica de Theotônio dos Santos chocou-se com a realidade e a brutalidade do golpe de Estado. A crise à qual fazia referência Theotônio agravou-se dia a dia, potencializada pelo caos e pela guerra verbal entre os representantes dos poderes constituídos e veiculada explicitamente nos meios de informação e pela guerra entre os extremos partidários nas ruas de Santiago e em outras regiões do país

Perspectivas diversas sobre essa experiência política que contribuiu para vivenciar a luta política da esquerda chilena para se manter no executivo e levar adiante mudanças significativas no país. Permitiu também ampliar a compreensão sobre o horizonte a capacidade de reação dos interesses em jogo, como no caso de Raúl Elwanger que lhe permitiu *entender o papel positivo que pode ter a democracia num processo de transformações e mostrar o caráter totalitário dos grupos econômicos*[378], que não vacilaram à hora de comprometer a democracia, as suas instituições e, menos ainda, a sua história.

---

[375] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015.
[376] SANTOS, Theotonio dos. Bendita crisis! Socialismo y democracia en el Chile de Allende. Caracas. Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2009 [1971-18973].
[377] Entrevista concedida ao autor por Sergio Muñoz (em espanhol), no dia 17/12/2017.
[378] Entrevista concedida ao autor por Raúl Elwanger, no dia 15/09/2015.

Deste modo, a experiência que os brasileiros tiveram com a dinâmica política chilena não se pode desassociar da própria experiência do exílio que, para cada um deles teve uma dimensão muito particular e significativa. Estar numa outra sociedade, embora continental e culturalmente próxima, deixou lembranças que se traduzem em orgulho, afirmação política ideológica, relações humanas indeléveis, consciência histórica, assim como frustrações, traumas, impotências e diversos sentimentos que nem sempre conseguem expressar esse agitado período que representou o desterro.

Dower Alwin ressalta que esse período, apesar de penoso, contribuiu para sua formação intelectual, para valorar a luta de um povo e lembra como a polarização política chilena desencadeou a violência castrense a qual, foi fomentada para preservar vantagens e interesses:

> [...] O exílio é sempre muito duro, tornando edifício a aprendizagem, o aproveitamento do tempo para se aprofundar nas questões teóricas. Pois, se vem de uma derrota. A recepção carinhosa da classe trabalhadora chilena aos brasileiros. A participação de grande parte do povo chileno no processo de transformação para uma nova vida. E a classe burguesa defendendo seus privilégios. Uma intensa vida política. Mas com a introdução do imperialismo e o golpe de estado, não só o Chile, mas o mundo, sofreu um grande atraso histórico[379].

Percepção semelhante tem Juca Ferreira, acrescentando o caráter violento da saída do país em função de uma derrota política. Ainda assim, é consciente de que o exílio permitiu recompor trajetórias e se por um lado o exílio é:

> [...] um castigo duro. Por outro, uma recomposição da vida. (...) primeiro, exílio, onde for, se sai para o exílio, se sai derrotado, ninguém sai para o exílio vitorioso, mesmo que sua força política tenha sido vitoriosa, se você for para o exílio, porque você divergiu, então, é uma violência contra pessoas que colocaram sua vida em risco e perderam. (...) do ponto de vista objetivo, você sai de um inferno e vai para o purgatório, ou, talvez, nem é o purgatório, é sair do inferno da clandestinidade, com a possibilidade de morrer a qualquer momento[380].

O gaúcho Raul Elwanger ressaltou que o exílio chileno possibilitou-lhe descobrir a dimensão da cultura latino-americana, estudar e participar das manifestações políticas que nunca havia visto no Brasil, além de se sentir longe do medo e a insegurança provocado pelos órgãos de repressão. A pesar das décadas que se passaram e das distâncias que se impuseram, Elwanger organiza atualmente, sempre no mês de setembro, um encontro que reúne brasileiros e chilenos destinados à preservação da memória e história desse período, assim como visitar

[379] Entrevista concedida ao autor por Dower Alwin, no dia 24/06/2015.
[380] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.

lugares emblemáticos que foram centros de detenção, tortura e extermínio de opositores ao regime de Pinochet registrando que o exílio chileno foi:

> [...] um período maravilhoso, imagina um jovem sonhador que só tinha conhecido a ditadura poder ir às manifestações, estudar sociologia, participar da política, não estar clandestino ameaçado por Fleury ou Seelig[381]. Tenho imensa gratidão, organizo a alguns anos o evento Brasil Agradece ao Chile, este ano iremos em setembro aos sítios de memória no Chile. No aspecto negativo, pude reconfirmar a brutalidade intrínseca das castas dominantes para defender seus interesses. No aspecto cultural, perceber nossa ignorância sobre todos os aspectos da América Latina, como a mutilação cultural a que somos submetidos[382].

Para algumas mulheres, como no caso de Lucia Lobato, o Chile foi muito mais que o lugar de exílio, transformou-se em memória familiar, estimando a importância de ter dado à luz a uma filha e acompanhar os primeiros anos de escola do seu filho no sistema educacional desse país. Circunstâncias que adquiriram uma dimensão imponderável, ofuscado pela ruptura violenta da democracia chilena, destacando que:

> Minha vida no Chile foi inesquecível. Passados os primeiros momentos da chegada e a tristeza de deixar o Brasil, aos poucos o Chile foi me conquistando por sua beleza, sua civilidade, sua cultura e seu povo. Minha filha Mariana nasceu na Casa de Saúde Santa Maria e de seu nascimento guardo muitas lembranças felizes. A primeira escola de meu filho mais velho, Marcos, foi chilena. Fiz amigos chilenos, vivi e aprendi muito da cultura andina que me era totalmente estranha. Posso dizer que foram quase cinco anos felizes, mas que terminaram com a tristeza de ter vivido um golpe tão brutal ao povo e a história chilena[383].

O período vivido como exilados deixou marcas profundas e memórias muito positivas, porque o Chile daquela época, segundo Carlos Henrique Vianna Pereira, *era uma revolução viva. Era o que imaginávamos lendo livros ocorrendo na prática. Um povo maravilhoso. Um país belíssimo e culto*[384]. As reminiscências do passado ativaram o senso crítico de Derlei de Luca, como um elemento presente à hora de descrever a passagem pelo Chile e reviver esse difícil momento com a presença militar nas ruas, enfrentando à população como se fosse um exército inimigo inferindo que *todo e qualquer avanço e melhoria econômica precisa, obrigatoriamente, ser acompanhado por avanço político e ideológico*[385].

Entre todos os fatores que impactaram aos exilados no Chile faziam inevitável as comparações com o país de origem. Neste sentido, Teresa Cavalcanti, verbaliza as impressões

---

[381]Pedro Seelig, delegado e chefe do Dops de Porto Alegre (RS), também conhecido como o "Fleury dos Pampas".
[382] Entrevista concedida ao autor por Raúl Elwanger, no dia 15/09/2015.
[383] Entrevista concedida ao autor por Lucia Lobato, no dia 16/09/2014.
[384] Entrevista concedida ao autor por Carlos Henrique Vianna Pereira, no dia 15/09/2015.
[385] Entrevista concedida ao autor por Derlei de Luca, no dia 17/12/2017

que teve ao conviver com um *povo consciente, (...) um povo que mesmo do lado da direita sabe porque está na direita, sabe porque está na esquerda* acrescentando que o exilio representou conhecer um pais *que eu gostaria que o Brasil fosse…politizado, não só para mim, para muitos brasileiros que viverem no Chile (...) a vivencia democrática (...) o Chile era a grande esperança democrática na América do Sul*[386].

Chegar ao exílio por motivações políticas sem nunca haver tido a possibilidade de ver o seu próprio povo manifestar-se politicamente, era algo que sensibilizava profundamente a Vera Rocha. O grau de organização política da sociedade, os debates doutrinários, a análise das contingências que evidenciavam posições claras, o apoio ao governo da população e dos partidos, além das posições mais críticas e independentes de grupos mais inflexíveis como o MIR.

Para Vera, esse exílio no Chile foi:

> Una descubierta increíble, política y cultural. Yo tenía 19 años cuando empecé a entender la política, yo estaba en mi país en una dictadura militar. El gran ejercicio de la democracia que conocí fue en Chile (…) fue una experiencia de un impacto muy grande para una joven que no había visto manifestaciones de aquel nivel, discusiones políticas abiertas como existían en el gobierno de la Unidad Popular (…) fue un periodo muy rico de mi vida que yo jamás olvidé[387].

A possibilidade de adquirir outra dimensão indenitária com respeito ao continente latino-americano também esteve presente à hora de condensar a experiência do exílio. Bruno Dauster é enfático ao expressar a transição que representou, para ele, descobrir a sua projeção como cidadão latino-americano, algo que não anulava a sua identidade como brasileiro, porem lhe dava um caráter e uma consciência que ele nunca havia imaginado:

> Para mí, fue una descubierta no solo de la política, sino de toda una dimensión que me hizo crecer como persona (…) fue un exilio donde yo pude conocer un pueblo, una cultura viviéndola (…) aprendimos a gustar, aprendimos a estar allá (…) antes yo era brasileño (…) después yo era latinoamericano (…) yo tenía una sola identidad y, en el exilio, yo pude descubrir muchas identidades, yo aprendí múltiples culturas, esto para mí fue muy bueno[388].

A vivência do exílio também internacionalizou a consciência do brasileiro radicado no Chile, Sergio Bachi que, depois de passar alguns dias no refúgio das Nações Unidas nos arredores de Santiago, tentou pedir asilo em vários países, porém *nadie quería recibirme como*

[386] Entrevista concedida ao autor por Teresa Cristina Cavalcante, em 17/12/2017
[387] Entrevista concedida ao autor por Vera Rocha Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.
[388] Entrevista concedida ao autor por Bruno Dauster, (em espanhol), no dia 2/09/2014.

exiliado, el único país que me recibió fue Cuba[389]. Depois de sair do Chile, ele asilou-se em Cuba e, posteriormente, transitou por países de Europa e África, relatando que o exílio para ele:

> […] fue algo muy bueno para mí, me internacionalicé, hoy día puedo decir que conozco tres continentes. He vivido en Cuba, en Uruguay, en Chile (…) conozco Europa, he vivido diez años en Europa y conozco África, he vivido tres años en Mozambique, eso para mí fue muy bueno, porque cosas que yo no soñaba conocer yo he conocido[390].

A percepção do significado do exílio não foi consensual entre os exilados já que, para alguns, foi uma grande descoberta e um amadurecimento político, pessoal, e de consciência hispano-americana; para outros, prevaleceu o sentimento de fragilidade, de inconsistência da falta de rumo, ao perceber que seu núcleo de referências havia desaparecido e a sensação de vazio adquiria corpo. Encontrar o elo que mantem o ser humano vivo, motivado e essencialmente integrado é um sentimento que o exílio nem sempre oferece e, para Derlei de Luca, que havia vivido a clandestinidade no Brasil, a experiência do exílio foi:

> **[...]** diferente, porque no exilio você é uma folha solta no vento, você não sabe para que lado vai. Eu acho o exilio muito difícil! Porque você não tem raiz, você não encontra um companheiro, você não encontra um amigo de infância, você não encontra um parente, você não tem raiz, você não é ninguém, ninguém te conhece, ninguém tem referência, ninguém sabe quem você é (...) no Brasil você tem referências, no exilio a gente não tem referências[391].

Os exilados que tiveram que sair do Chile e se exilar pela segunda vez em diversos países na Europa ou na América do Sul relataram, acentuadamente, as diferenças de ambas as experiências. A solidariedade e possibilidades oferecidas pela sociedade europeia foram muito relevantes, entretanto, distavam da dimensão humana que a experiência chilena tinha deixado na memória, realidade que Juca Ferreira exemplifica apontando que:

> [...] a Europa é outra coisa, a solidariedade dos suecos foi uma coisa incrível, mais é outra coisa (...). Ali (no Chile) era como se estivesse em casa mesmo e, eu acho que acertei ter ido morar num bairro, convivido com pessoas de uma qualidade humana imensa e uma lucidez política, eu me lembro que as pessoas sabiam mais de política que os universitários. (...) as pessoas tinham um nível de compreensão do processo (...) algumas pessoas ficavam impressionadas com a qualidade da conversa política, sabiam mais que as pessoas do Brasil. Porque o Brasil é, assim, rico e inteligente culturalmente, mas, primário politicamente, eu acho que perdeu muito com a ditadura (...) a tradição nossa é a conciliação[392].

[389] Entrevista concedida ao autor por Sergio Bachi, (em espanhol), no dia 28/01/2015.
[390] Entrevista concedida ao autor por Sergio Bachi, (em espanhol), no dia 28/01/2015.
[391] Entrevista concedida ao autor por Derlei de Luca, no dia 17/12/2017.
[392] Entrevista concedida ao autor por Juca Ferreira no dia 23/05/2016.

Para um militante brasileiro do PCdoB, como o cearense Pedro Albuquerque, ver o jornal do Partido Comunista Chileno ser vendido nas ruas e, as pessoas lendo as suas páginas tranquilamente nas praças públicas, era uma realidade que o deixava constrito, porque lhe trazia à memória a figura paterna, um comunista cearense que deixou como legado a seu filho Pedro o ideário comunista como leitura da realidade. O exílio representou, entre outras constatações, reviver a memória paterna e o desejo que seu próprio pai estivesse no Chile nesse insigne momento, principalmente:

> [...] quando uma pessoa abria o Jornal do Partido Comunista na rua, aquilo me dava uma emoção, porque era a primeira vez que via um jornal do Partido Comunista escrito: "*Partido Comunista do Chile"* (...) aberto assim, em plena rua, eu nunca tinha visto na minha vida, então era uma emoção e pensava no meu pai, a emoção era tão grande que eu chorava no meio da rua, me emocionava ver a liberdade! (Detêm o relato, seus olhos se enchem de lagrimas, se desculpa). Porque se eu conheci um país democrático foi o Chile (...) o Chile foi a minha grande escola, o pouco tempo que passei lá foi muito intenso do ponto de vista da relação afetiva, emocional com o Chile e, sobretudo, com Allende como liderança. O fato de eu ter me deparado com a liberdade que eu não conhecia e com a sedimentação, em mim, da consciência democrática radicalizada, que não é a democracia burguesa[393].

A liberdade, a democracia e o comunismo foi a trilogia que fez Pedro Albuquerque rememorar não só a experiência do exílio no Chile, senão a valiosa herança política que seu pai lhe havia deixado. O desejo de estar com o próprio pai no Chile, sentado na praça, lendo o jornal do Partido Comunista do Chile, foi uma explosão emotiva que não conseguiu conter e as imagens rememoradas desse passado foram se diluindo em lágrimas e saudades.

Entre as impressões que alguns chilenos preservam da convivência com os exilados brasileiros naquele período, Rafael Kries, um dos chilenos que teve destacada participação nos "Cordones Industriales", traça um panorama bastante apropriado sobre a presença deles, enfatizando o momento e a conjuntura política que serviu como cenário para esse período. Faz questão de frisar que os brasileiros do âmbito acadêmico, como Theotonio ou a Vania Bambirra, apesar de reafirmar que são excelentes intelectuais, suas análises chamaram a atenção porque *al día de hoy, sorprende que hayan ignorado los Cordones Industriales, porque nunca fueron, fue gente que vivió el mundo de la universidad*[394].

[393] Entrevista concedida ao autor por Pedro Albuquerque, em 10/08/2015
[394] Entrevista concedida ao autor por Rafael Kries, (em espanhol), no dia 09/02/2016.

> [...] al llegar acá, para su supervivencia, se integraron a ciertos niveles del nuevo gobierno y de la universidad. Advirtieron el carácter de masa de este movimiento y se vincularon a diversos partidos y, trataron de aportar a través de estos organismos. No se constituyeron en una suerte de brigada internacional, ni se arrogaron la exclusividad de una verdad más profunda venida del exterior, sino por el contrario, fueron un compañero más, pero no un compañero más en el sentido de quedarse callado o en el promedio, o, participar en el promedio. Por el contrario, era gente que opinaba, que afirmaba, que discutía y que encontraba que podía aprender y enseñar en este proceso. De manera que yo creo que fueron un aporte extraordinario (…) fueron capaces de pasar por arriba de la militancia del grupo del cual provenían (…) y se integraron al proceso social. Indica que este proceso era tan profundo no solo por razones políticas, sino porque aquí estaba una de las bisagras de lo que, posteriormente, sería la globalización financiera[395].

Este militante dos "Cordones Industriales" lamenta que essa experiência não haja sido objeto de estudo desses intelectuais, nem que eles tivessem aparecido nesses bairros industriais para conhecer diretamente essa original forma de organização operária. Para ele, os estudos desenvolvidos por Theotônio dos Santos e por outros intelectuais brasileiros sobre a realidade chilena se limitaram ao âmbito institucional e partidário, esquecendo a luta travada de forma autônoma além das esferas do governo.

Alberto Aggio (2008), historiador brasileiro que se debruço sobre a "Via Chilena" ao Socialismo", afirma que o fracasso desse projeto se deveu a uma incompatibilidade entre a via legal e a necessidade de ruptura dessa legalidade para a implantação do socialismo. Nas palavras desse autor, a esquerda chilena:

> [...] buscava, sob Allende, realizar uma revolução feita por mecanismos legais do Estado chileno, mas pretendia implantar um socialismo que não era outra coisa senão algo equivalente ao que se passava na União Soviética, na China ou em Cuba. Realizar uma coisa e outra se mostrou inviável naquelas condições, indicando que, em nenhum sentido, estava amadurecido o significado da via democrática ao socialismo que a esquerda chilena, a partir do governo, vocalizava e dizia querer implementar[396].

Ao ser uma experiência inédita no continente, a falta de um referente e a inexistência de um respaldo teórico e prático para um desafio dessa dimensão, resultou em contradições e impasses com a legalidade que se queria respeitar e o contexto político internacional ancorado na bipolaridade da guerra fria. Diante desse ambiente, político e socialmente anárquico, os exilados brasileiros representaram a voz de alarme, de advertência e de conhecimento de causa com relação ao caráter das Forças Armadas chilenas que, a rigor, não diferiam em nada das outras instituições castrenses do continente nem do mundo.

---

[395] Entrevista concedida ao autor por Rafael Kries, (em espanhol), no dia 09/02/2016.

[396] AGGIO Alberto. **Brasileiros de esquerda no Chile de Allende**. Janeiro 2008. In: https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=845

As memórias do exílio verbalizadas nesta tese têm o selo de identidade de diversos sujeitos que participaram do processo chileno em diferentes frentes. Narrativas que oferecem diversas perspectivas marcadas pela luta política de um povo, pela histórica organização partidária da esquerda, pelas lideranças do sistema representativo e institucional e, pela tentativa de transformar uma sociedade pela via pacífica ao socialismo e sua consequente derrota.

CONCLUSÕES

Os relatos dos exilados brasileiros no Chile externaram que, esse período vivido no país Sul-Americano contribuiu para uma leitura mais criteriosa e objetiva sobre a realidade política e social do Brasil, conhecer a dinâmica sócio-política chilena e, consequentemente, da realidade do continente latino-americano. A liberdade de poder caminhar pelas ruas sem o fantasma da repressão, poder discutir a política contingente junto aos chilenos e chilenas ou, somar-se às motivações desse na construção de uma nova sociedade postulada por Allende e o governo da Unidade Popular através do projeto político da "via chilena ao socialismo".

Para muitos exilados, chegar no Chile representou um sentimento de euforia difícil de adjetivar, pois significou sair do presídio, da clandestinidade ou dos centros de tortura e poder respirar a liberdade sem temores. Embora para alguns o exílio representasse uma derrota política e militar, para outros chegar no Chile era uma evidencia de que o retorno ao Brasil, para continuar a luta, era uma questão de tempo e de distância relativa, além de marcar diferencias com os que decidiram partir rumo a Europa.

O debate entre os exilados no Chile não esteve isento de contradições, principalmente entre os militantes vinculados às organizações armadas, que tiveram que abandonar o Brasil por vias clandestinas ou através da troca de prisioneiros pela liberdade de embaixadores sequestrados. As divergências giravam em torno da decisão de ficar no Chile como exilados, voltar clandestinamente ao Brasil para se reintegrar à luta ou, viajar para Cuba ou para outro país onde pudessem adquirir treinamento militar de guerrilha e voltar melhor capacitados para enfrentar à ditadura e os aparelhos repressivos, divergências estas que variaram de intensidade em função da desarticulação das organizações no Brasil, seja pela morte de lideranças importantes como Mariguelha ou Lamarca levando alguns a fazer uma profunda autocritica; ou, outros, a insistir na ideia de voltar ao brasil independente do risco e da correlação de forças nesse combate.

Na medida em que se integraram na sociedade local, os exilados descobriram que os processos políticos entre Brasil e Chile se diferenciavam em muitos aspectos, principalmente na participação popular da sociedade e dos principais partidos da esquerda chilena, como o Partido Comunista e o Partido Socialista, assim como nos partidos do centro e da direita representados pelo Partido Democrata Cristão e do Partido Nacional respectivamente. Os impactou sensivelmente que essas agrupações participassem ativamente com as suas bandeiras, comícios e jornais, principalmente o Partido Comunista, evidenciando o pleno exercício

político manifestado, ainda, nas conversas cotidianas com as pessoas do povo como idosos, mulheres, jovens, taxistas, operários, padeiros, entre outros.

A "via chilena ao socialismo" proposta pelo governo de Salvador Allende, permitiu também participar do debate sobre via armada e via pacifica, assim como sobre questões relativas à conquista do governo e do poder, temas que foram adquirindo magnitude à medida que as contradições políticas do projeto chileno se faziam latentes. A opção pela via armada teve a adesão dos grupos brasileiros que defendiam a via militarista, influenciados pela teoria foquista cubana, pela guerra do Vietnam e pelas contingências da realidade chilena, levando alguns grupos a participar de treinamentos de guerrilha junto com militantes chilenos.

As narrativas das mulheres brasileiras exiladas no Chile oferecem particularidades que permitem ampliar o horizonte interpretativo que vai além das motivações políticas e revolucionárias que resultaram no exílio. Algumas delas relataram o sentimento de esperança que invadiu seus espíritos ao perceber que, no Chile, aquilo que conheciam na teoria se materializava nas ruas com a ativa participação do povo, um povo que as impressionava pelo grau de analfabetismo e pela cultura política e o conhecimento sobre a realidade brasileira, fato que reduzia a dramaticidade do exilio e da distância.

O exercício democrático da sociedade chilena e a liberdade que conheceram nesse país levou a algumas mulheres a perceber que, para alguns exilados pertencentes a grupos armados, o ambiente democrático foi muito positivo e contribuiu para reformular estratégias e reconhecer a importância desse regime político para a realidade brasileira. O exilio permitiu para algumas brasileiras compartir o cotidiano e o espaço comum junto com outras mulheres chilenas e transitar por diferentes espaços como a maternidade, a escola dos filhos, as demandas compartidas junto à vizinhança no bairro, a rotina das compras nos mercados, o cuidado com a saúde, é dizer, usufruíram de um grau de capilaridade social e de integração no tecido comunitário o que lhes concedeu uma perspectiva além do círculo político partidário circunscrito aos exilados.

A sutileza e a determinação feminina estiveram presentes à hora do golpe de Estado e nos momentos posteriores, atuando de forma diligente para proteger aos companheiros e companheiras e proteger-se, assim como buscar vias seguras para chegar às embaixadas ou nos refúgios internacionais. Nesses lugares, onde se aglomeraram muitas pessoas que escaparam da violência dos militares chilenos e esperaram um salvo-conduto para sair do País, elas tomaram iniciativas importantes para organizar o espaço, a alimentação, a higiene, a segurança, além de

propiciar soluções inteligentes para administrar esses espaços de aglomeração em circunstancias caóticas.

O ato mnemônico dos exilados, tanto das exiladas como dos exilados, convergiu em alguns aspectos que merecem destaque, como a relacionada à sua experiência política no Brasil onde muitos deles eram jovens e não tiveram a possibilidade de conhecer um outro regime político além do regime militar. No Chile eles puderam participar de manifestações, estudar na universidade ou em instituições diversas, discutir sobre temas políticos relacionados ao Brasil, à realidade chilena ou ao âmbito internacional, dimensionar a importância de defender ideias políticas explicitas como parte do exercício democrático de uma sociedade libre onde os partidos de esquerda eram a expressão palpável de décadas de lutas e conquistas do povo e dos trabalhadores.

Perceberam que a "via chilena ao socialismo" propiciou um debate sobre o socialismo a partir da realidade contingente e não o socialismo de biblioteca, isso representou uma verdadeira escola e deixou um legado afetivo e emocional significativo. Ao mesmo tempo, dilatou o caráter indenitário fortalecendo o sentimento latino-americano e evidenciando o desconhecimento que muitos tinham do continente e do Chile, fato que os reportava ao Brasil evidenciando a debilidade teórica dos próprios militantes e da ausência de uma base social para a construção de uma sociedade mais igualitária.

O sonho da liberdade, do laboratório político e ideológico em código de guerra fria, deixou sentimentos de derrota e de decepção diante dos recursos que os grupos econômicos nacionais e internacionais utilizaram para impedir reformas estruturais a favor das maiorias, a classe média chilena, assim como a do Brasil, não duvidou em chamar às portas dos militares e desatar um sangrento golpe de Estado. A morte de Salvador Allende e da "via chilena ao socialismo" foi interrompida violentamente, transformando essa experiência do exilio num terreno fértil de memórias em movimento, memórias em transição e transformação, memórias que demandam o espaço público para vencer o anonimato, para derrotar o esquecimento e resistir ao banimento do território mnemônico.

LISTA DE FONTES

Fontes Orais

Aluizio Palmar: Carioca, foi militante do PCB, do MR8 antigo, e da VAR, em janeiro de 1971 foi para o exílio no Chile no grupo dos 70 trocados pelo embaixador suíço. É o fundador e editor do maior site de arquivos da ditadura: *Documentos Revelados.*

Beluce Belucci: Carioca**,** Doutor em história econômica pela USP, foi militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), esteve exilado no Chile de 1970 até o golpe em 1973, atualmente é professor da Universidade Candido Mendes no Rio de Janeiro e coordena o núcleo de Educação a Distância e o curso de especialização em História da África e do negro no Brasil.

Berenice Fialho Moreira: Carioca, Psicóloga, sem militância política, esteve exilada no Chile desde janeiro de 1972 até setembro de 1973.

Bruno Dauster: Carioca, Militante do PCBR, em janeiro de 1971 foi para o exílio no Chile no grupo dos 70 trocados pelo embaixador suíço. Atualmente é Secretário da Casa Civil do governo do Estado da Bahia.

Carlos Henrique Vianna Pereira: Carioca, Engenheiro Operacional, militante da VAR-Palmares, exilado no Chile desde setembro de 1971 até 30 de setembro de 1973, atualmente mora em Portugal

Cid Benjamin: Pernambucano, foi militante do MR-8, saiu exilado para Argélia junto com os 40 militantes em troca do sequestro do Embaixador Alemão, posteriormente se exilou no Chile, desde 1971 até o golpe de Estado, em setembro de 1973. Atualmente é professor de "Realidade Socioeconômica e Política" nas Faculdades Integradas Hélio Alonso - no Rio de Janeiro

Cristina Hurtado: Chilena, Cientista política, Professora universitária, na década de 1970 era militante do Partido Socialista do Chile (PS).

Derlei Catarina de Luca: Catarinense, Historiadora, militante da Ação Popular (AP), esteve exilada no Chile desde julho de 1973 até outubro de 1973. Faleceu no Brasil em 18 de novembro de 2017.

Dower Alwin: Mineiro, militante da Ação Popular (AP) e da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), esteve exilado no Chile de maio de 1972 até setembro de 1973.

Eliete Ferrer: Carioca, Militante da Aliança Libertadora Nacional, só esteve exilada no Chile alguns meses de 1973. É autora do Livro de memorias: *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos.*

Emir Sader: ( ) Paulista (13 de Julho de 1943) Cientista político, na época do exílio era militante da POLOP, atualmente é professor do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado de Rio de Janeiro (UERJ).

Atualmente é membro do Comitê Cientifico Consultivo do Programa MOST da Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Tecnologia (UNESCO).

João de Paula Monteiro: Cearense, militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), esteve exilado no Chile de fevereiro de 1973 até setembro de 1973. Atualmente é consultor empresarial.

Juca Ferreira: Baiano, sociólogo, foi militante do MR8, esteve exilado no Chile entre 1970 e 1973. Vereador pela cidade de Salvador (1993 a 1996 e 2000 a 2004). Foi Ministro de Estado da Cultura no Governo Lula e Dilma e secretário de Cultura de São Paulo na gestão do prefeito Fernando Haddad.

Leopoldo Paulino: Paulista de Ribeirão preto, advogado e músico, foi militante da ALN, esteve exilado no Chile de 1970 até 1972, saiu para Europa voltando ao Chile em julho de 1973 até o setembro desse ano.

Lucia Fernandez Lobato: Carioca, Doutora em Artes Cênicas (UFBa-2002), militante do PCBR, esteve exilada no Chile de 1970 até o golpe em 1973. De volta ao Brasil, foi coordenadora do Grupo de Trabalho- GT Pesquisa em Dança em 2013 e 2014 da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Artes Cênica- ABRACE e é Consultora ad-hoc da FAPESP e da CAPES.

Maria Soledad Bravo: Chilena, empresária, na década de 1970 era militante do Partido Socialista do Chile (PS)

Neuza Barbosa: Paulista, sanitarista, foi militante da Politica Operária (POLOP) e do Partido Operário Comunista (POC), esteve exilada no Chile entre 1971 e 1973. Atualmente é assessora de saúde na cidade de Salvador Bahia.

Paulo Lincoln Leão: Cearense, engenheiro, militante do da Ação Popular (AP) e do Partido Comunista Revolucionário (PCBR), esteve exilado no Chile de março do 1971, até setembro de 1973. Atualmente é consultor educacional.

Pedro Albuquerque Neto: Sociólogo cearense, militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), esteve exilado no Chile desde abril de 1973 até o 12 de janeiro de 1974

Rafael Kries: Chileno, Economista e Doutor em Ciências Políticas, foi integrante dos "Cordones Industriales" no Chile durante o período do governo de Salvador Allende.

Raúl Elwanger: Gaúcho, militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), esteve exilado no Chile desde 1970 até 1973. Atualmente é produtor musical.

Roberto Guillermo Pizarro Hofer: Chileno, economista e académico, ex-ministro de Estado do presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle e ex-reitor da Universidade Academia de Humanismo Cristiano. Na década de 1970 militava no Partido socialista do Chile (PS) e foi diretor do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), vinculado à Universidade do Chile.

Ronald Lobato: Carioca, economista, nasceu em 1942, foi militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), saiu para o exílio no Chile em 1970, foi Secretário de Planejamento na Bahia e atualmente mora na cidade de Salvador.

Roque Aparecido: Paulista, sociólogo, militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), chegou ao Chile junto com os 70 banidos, em troca do sequestro do embaixador Suíço. Atualmente é Secretário Regional para América Latina e o Caribe da Federação Internacional de Sindicatos de Trabalhadores da Química, Energia, Minas e Indústrias Diversas (ICEM).

Ruth Cavalcante: Cearense, militante da Ação Popular (AP) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), esteve exilada no Chile de fevereiro até setembro de 1973. Atualmente é psicopedagoga e Educadora Biocéntrica.

Sergio Muñoz: Chileno, durante o final da década de 1960 e início de 1970, militou no Partido Comunista do Chile (PCCh) e no Partido Socialista (PS). Atualmente se dedica à pesquisa de forma independente.

Sergio Bachi: Paulista, engenheiro eletrônico, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), esteve exilado no Chile até 1973. Atualmente mora na cidade de Santiago, capital do Chile.

Teresa Cristina Cavalcante: Pernambucana, militante da Ação Popular (AP) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), esteve exilada no Chile de abril de 1973 ao 12 de janeiro de 1974.

Vera Rocha Dauster: Cearense, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), em janeiro de 1971 foi para o exílio no Chile no grupo dos 70 trocados pelo embaixador suíço. Atualmente atua como empresária no ramo da publicidade.

ARQUIVOS

NO BRASIL:

AMORJ/UFRJ**:** Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (http://www.amorj.ifcs.ufrj.br/)

AEL: Arquivo Edgard Leuenroth, Projeto Brasil Nunca Mais (https://www.ael.ifch.unicamp.br/)

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade, V. 1. Cap. 5. Brasília: CNV, 2014, p. 179. In: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: Nunca Mais. Perfil dos atingidos. Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. In: http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral .

NO CHILE:

Archivo Salvador Allende**.** (http://www.salvador-allende.cl/index.htm).

Museo de la Memoria y los Derechos Humanos**.** (http://www.museodelamemoria.cl/).

Centro de estudos Miguel Henriquez.

(http://www.archivochile.com/Miguel_Enriquez/html/entrada_miguel.html).

Arquivo da Vicaría de la Solidaridad**.** (http://www.archivovicaria.cl/inicio.htm).

Archivo Chile. (https://www.archivochile).

MEMORIAIS

BAMBIRRA, Vania. Memorial, 1991. In: https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/wp-content/uploads/2016/01/memorial-abril-1991.pdf.

MARINI, R.M. 1991. **Memória**. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm.

DOCUMENTOS

DOCUMENTOS SECRETOS de la ITT. Editora Quimantú, Santiago de Chile, 1972.

REVISTAS CHILENAS

Revista **“Chile Hoy”**
Revista **“Punto Final”**

REFERÊNCIAS

AARÃO R F, Daniel. (org.). **Versões e ficções.** O sequestro da História. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

ABREU, G de M L. **Feminismo no exílio:** o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**.** Campinas: IFLCH, 2010. (Dissertação de mestrado).

AGGIO Alberto. **Brasileiros de esquerda no Chile de Allende**. Janeiro 2008. In: https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=845.

_____. **Frente Popular, Radicalismo e Revolução Passiva no Chile**. São Paulo: FAPESP, 1999.

_____. **A esquerda Brasileira vai ao Chile.** In:http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_esquerda_brasileira_vai_ao_chile_imprimir.html. Acesso em: 25/10/2013.

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1990.

_____. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

_____. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

ALMEIDA, Clodomiro. **Pensando Chile**. Santiago: Terranova, 1986.

ALTAMIRANO, Carlos. **Dialetica de uma derrota**. Chile 1970-1973. São Paulo: Brasiliense. 1979.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1987.

ALLENDE Salvador. **Mensaje Presidencial ante el Congreso Pleno**, 21 de mayo de 1971.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: Nunca Mais. Perfil dos atingidos. Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

ARRATE, Jorge. **El exilio**: origen y proyección. In: Chile en el umbral de los noventa. Santiago: Planeta, 1988.

_____. **Pasión y razón del socialismo chileno**: Santiago: Ornitorrinco, 1989.

AYLWIN Mariana et al. **Chile en el siglo XX**. Santiago: Planeta, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 28, setembro de 2003. Disponível em: www.espaçoacademico.com.br/028/28bandeira.htm.

_____. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Fórmula para o caos:** Ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O governo João Goulart***:* as lutas sociais no Brasil: 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BASSO, Lelio (et.alli.). **Transición al socialismo y la experiencia chilena**. Santiago: CESO/CEREN/PLA, 1972.

BÉDARIDA, François. **Tempo presente e presença da história**. In: AMARO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BETTO, Frei. **Fidel e a Religião**: Conversas com Frei Betto. São Paulo: Brasiliense,1986.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL**: una reseña. En, Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL. Textos seleccionados. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

BITAR Sergio. **CHILE 1970-1973.** Asumir la historia para construir el futuro. Santiago de Chile: Pehuén, 1995.

BOFF Leonardo. **Jesús Cristo libertador**. Ensaio de Cristologia crítica para o nosso tempo. Petrópolis: Vozes. 1972.

BONA Garcia, João Carlos; POSENATO, Júlio. **Verás que um filho teu não foge à luta**. Porto Alegre: Posenato, Artes e Cultura, 1989.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. São Paulo: T. A. QUElROZ, 1979.

BRUNA, Susana. **Chile:** la Legalidad Vencida. México: ERA, 1986.

CARDEMIL, Alberto. **El camino de la utopía**: Alessandri, Frei Allende Pensamiento y obra. Santiago: Andrés Bello, 1977.

CARDOSO, Lucileide. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. V14, nº27. 1994.

_____. **Criações da memória**: Defensores e críticos da ditadura (1964-1985). Cruz das Almas: UFRB, 2012.

CAVALCANTI, Uchoa Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). **Memórias do exílio**: Brasil — (1964-19??) de muitos caminhos. São Paulo: Livramento, 1978.

CAVALLA, ANTONIO. **Estados Unidos, América Latina:** Fuerzas Armadas y Defensa Nacional Universidad Autónoma de Sinaloa. México, 1978.

CHONCHOL, Jaques "Qué es el CEREN". **Cuadernos de la Realidad Nacional**, N°1 Septiembre, 1969, Chile.

COMBLIM, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional** – O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMBLIM, Joseph. **Théologie de la Révolution**. Paris, Universitaires, 1970.

CONCHA, O. Héctor. **La iglesia joven y la "toma" de la Catedral de Santiago**: 11 de agosto de 1968. Disponible en: http://www.archivochile.com/Mov_sociales/iglesia_popular/MSiglepopu0001.pdf.

CPDOC. http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral.

CORTÁZAR, Julio, América Latina: exilio y literatura. **Araucaria de Chile**, Madrid, n° 10, 1980.

CORVALAN Luis. **Camino de Victoria**, Santiago; Horizonte: 1972.

_____. **Chile:** 1970-1973. Sofia: Sofia Press, 1978.

_____. **Como se dio en Chile la Vía no Armada**. Praga: Editorial Internacional Paz y Socialismo, 1978.

CORRÊA, Manoel Pio. **O mundo em que vivi.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

CORREA Raquel – Elisabeth Subercaseaux. **Ego Sum**. Planeta: Santiago, Chile, 1996.

COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha. **Memórias das mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CUERVO Sánchez Antolín. Memoria del Exilio y exilio de la memoria. **ARBOR Ciencia**, Pensamiento y Cultura, CLXXXV 735, Madrid, España, enero-febrero [2009].

CURY, Márcia. **O protagonismo popular**: experiências de classes e movimentos sociais na construção do socialismo chileno (1964-1973). Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

CASTRO GOMES, Ângela Maria de. **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

D'ARAUJO, Maria Celina, Glaucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (introdução e organização). **Os anos de chumbo**. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. do autor, 2002.

DOCUMENTOS SECRETOS de la ITT. Santiago do Chile: Quimantú, 1972.

DREIFUSS, Renê. **1964- a conquista do Estado**; ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

ECHEVERRÍA, Mónica. Clotario Blest. **Antihistoria de un luchador**: Iglesia Joven. 1978. Disponible en: http://www.blest.eu/biblio/echeverria/cap14.html.

EL MERCURIO, 6 de noviembre de 1968, p. 32.

ELLACURÍA Ignacio, Jon Sobrino. **Mysterium Liberationis**. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación (ii vols.), Valladolid; Trotta, 1990.

FALETTO, Enzo y otros, **Génesis del proceso político chileno.** Santiago: Quimantú, 1971.

FERNANDEZ, Manuel. "Los intelectuales de Izquierda y la Construcción de un imaginario revolucionario para Chile y América Latina. La Revista Punto final entre 1965 -1973". **Tiempo Histórico**, N° 2. Santiago, 2011.

FERNANDOIS Joaquim. **Chile y El mundo 1970-1875.** La Política Exterior del Gobierno de la Unidad Popular y el Sistema Internacional: Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1985. (cap.V).

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz /CPDOC-Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FERRER Eliete (org). **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011.

FICO, Carlos, Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História,** vol. 24, nº 47, 2004.

_____. **História do Tempo Presente**, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. Varia hist. [online]. 2012, vol.28, n.47.

_____. **Os subterrâneos da ditadura militar:** espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antônio. **Por uma pedagogia da pergunta**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

FREITAS, Sonia Maria. Prefácio. In: THOMPSON, Paul. **A voz do pas**sado - História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GARCIA, PIO. **Las Fuerzas Armadas y el Golpe de Estado en Chile.** Siglo XXI: México, 1974. (Prólogo y selección de textos de revista Chile Hoy).

_____; Marini, Ruy Mauro y otros. **¿Por qué Cayó Allende?** Periferia: Argentina, 1974.

GARRETON, Manuel Antonio. **El proceso político chileno.** Santiago, Facso, 1983.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONZALES, Ignacio. **El día que murió Allende**. Santiago do Chile: Cesoc, 1988.

GONZALES, Mónica. **La Conjura. Los mil y un días del golpe**. Santiago de Chile: Catalonia, 2012.

GOUVÊA, Yara; BIRCK, Danielle. **Duas vozes no exílio**. São Paulo: Cultura, 2007.

GUARANY, Reinaldo. **A fuga**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GULLAR, Ferreira. **Rabos de foguete**: os anos de exílio. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

GUTIERREZ Gustavo. **Teología de la liberación**. Lima: Perspectivas, 1971.

GUZMAN, Patrício. **La Batalla de Chile y la Lucha de un Pueblo en Armas**. Madrid: Editorial Ayuso, 1977.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Antropos, 2004.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HELIO Silvio. **1964**; golpe ou contragolpe, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JELIN, Elizabeth. **Historia y memoria social**. Madrid: SIGLO XXI, 2002.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). **História oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz; Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2000. 204 p.

KLEIN, L., Figueiredo, M. F. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

KORNBLUH Peter, **Los EEUU y el derrocamiento de Allende**. Una historia desclasificada. Santiago do Chile: Ediciones B, 2003.

KORRY Edward M. Los Estados Unidos en Chile y Chile en los Estados Unidos. Una retrospectiva política y económica (1963-1975). **Estudios públicos**, 72 (primavera 1998).

LABARCA, Eduardo. G. **Chile al rojo vivo**. Santiago: Ediciones Universidad Tecnica del Estado, 1971.

LACERDA, Mozart. **A experiência da clandestinidade política em relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar** – 1964 a 1979. São Paulo: Franca: 2011.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____ **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LOPEZ. Mario. T. **El 11 en la mira de un Hawker Hunter** (Las operaciones y blancos aéreos de septiembre de 1973) Sudamericana: Santiago, Chile. 1999.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. Os sequestros de embaixadores na ditadura civil - militar. In: SILVA, Gian Carlo de Melo (org.). **Os crimes e a história do Brasil**: abordagens possíveis. Maceió: EDUFAL, 2015.

MACHADO, Cristina Pinheiro. **Os exilados**: 5 mil brasileiros à espera da anistia. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Marco Zero, 1992.

_____La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo, **Cuadernos Políticos** n.12, Ediciones Era, México, abril-junho de 1977.

_____**Subdesarrollo y revolución,** México: Siglo XXI, 1974.

MARTNER, Gonzalo. **Chile, los Mil Días de una Economía Sitiada.** Carcas: Universidad Central y del Zulia, 1975.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider Marques. **Militância política e solidariedades transnacionais**: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979). Porto Alegre: UFRGS, 2010. (Tese de Doutorado).

MEIHY, J. C. S. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: Como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2011.

MELONI, Catarina. **1968** – o tempo das escolhas. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.

MISTRAL, Carlos. **Chile:** del Triunfo Popular al Golpe Fascista (Economía y Política de la Unidad Popular). México: Ediciones ERA, 1974.

MOSS, Robert. **El Experimento Marxista Chileno**. Santiago: Gabriela Mistral, 1973.

MOULIAN, Tomas. **Chile actual:** Anatomía de un mito. Santiago: LOM-ARCIS, 1997.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria? In PEDRO, Joana Maria, WOLFF, Cristina Scheibe (Org). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PADRÓS Enrique Serra e Simões Silvia. A ditadura brasileira e o golpe de estado chileno. **Outros Tempos**, vol. 10, n.16, 2013.

PAIVA, Tatiana Moreira Campo. **Herdeiros do exílio**: Memórias de filhos de exilados brasileiros da Ditadura Militar. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2006, (Dissertação de Mestrado).

PAZ Alfredo Boccia. **Operativo Cóndor**: un ancestro vergonzoso? Buenos Aires: IDES, 1999, n.7.

PEDRO, Joana Maria, WOLFF, Cristina Scheibe (Org). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

PENNA Filho, Pio. Integração Perversa: Exílio, Espionagem e Repressão no Cone Sul (1966-1978). **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História** – Londrina, 2005

PINHEIRO, Clarice Costa. **Estar com ele, estar com ela**: memórias das esposas dos presos políticos da Penitenciária Lemos Brito, Salvador anos de 1970. Salvador: UFBA, 2017. (Tese de doutorado)

PISCITELLI, Adriana. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico, São Paulo. **Cadernos Pagu**, n. 1, 1993.

PLÁCIDO, Delson. **Depoimento de um ex-**exilado. Rio de Janeiro: Brasil Hoje, 1994.

POLITZER, Patricia. **Altamirano**. Santiago: Editorial Zeta, 1989.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n.14, p. 25-39, fev. 1997.

PUCCIO, Osvaldo. **Um cuarto de siglo con Allende.** Recuerdos de su secretario Privado. Santiago: Ed. Emisión, 1985.

QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964 - 2004). Bauru: Edusc, 2004.

RABÊLO, José Maria, RABÊLO, Thereza. **Diáspora**: os longos caminhos do exílio. São Paulo: Geração, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. **68: a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998

_____**História do Marxismo no Brasil**: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 6, 2007.

REVISTA Punto Final, Vol: nº 117, martes 10 de noviembre de 1970.

RICHARD, Nelly (Org). **Políticas y estéticas de la memoria**. Santiago: Cuarto Propio, 2000.

RICHARD, Nelly. "La crítica de la memoria" In: **Cuadernos de Literatura**. Bogotá. Pontifica. Universidad Javeriana, enero-junio de 2002, Nº15, p. 187-193.

RICOEUR, Paul. **Memória, História, Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução br**asileira. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. **Breve recapitulação de 1968 no Brasil**. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.) Rebeldes e contestadores: 1968, Brasil/França/Alemanha. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

RICHARD Pablo. Cristianos por el socialismo. **História y documentos**. Salamanca: Sígueme, 1976.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**. Entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROLLEMBERG, Denise. Debate no exílio: em busca da renovação. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Historia do Marxismo no Brasil:** Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, v.6, 2007.

ROMERO, Oscar, A. RIVERA, Damas, et al. **Iglesia de los pobres y organizaciones popula**res. San Salvador: UCA, 1978.

SADER, Eder. **Um rumor de botas**: a militarização do Estado na América Latina. São Paulo: Polis, 1982.

SADER, Emir. **"Brasil patrocinou golpe de Pinochet em 1973, no Chile".** *Carta Maior*, 5 ago. 2003. In: http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sem-editoria/Brasil-patrocinou-golpe-de-Pinochet-em-1973-no-Chile/27/356.

_____. **Chile (1918-1990):** Da independência à redemocratização. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SALAS, H. Duro oficio el exilio. **Cuadernos Hispanoamericanos**, Madrid, n. 517 - 519, p. 555 - 559, julio-septiembre, 1993.

SALAZAR, G.; PINTO, J. **História Contemporánea del Chile I**. Estado, legitimidad, ciudadanía. Santiago: LOM Editores, 1999.

SAMPSON, Anthony. **El Estado Soberano de la ITT**, Barcelona: Círculo de Lectores, 1975.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação, São Paulo: Edusp, 2005.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado**. Cultura de la memória y giro subjetivo. Una discusión. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2005.

SEGUNDO, Juan Luis. **De la sociedad a la teología**. Buenos Aires: Carlos Lohlé,1970.

SERRA, José. **Cinquenta anos esta noite**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional**: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SILVA, Walkiria Oliveira. Construções de memórias da Ditadura Militar brasileira: entre o trauma e o esquecimento. **Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia**, v.23, n.2, jul./dez. 2010.

SILVIO, Helio, **1964**; golpe ou contragolpe. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Castelo a Tancredo**.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado**: História oral. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair.; FRISCHIE, Michael.; HAMILTON, Paula. **Os debates sobre memória e história:** alguns aspectos internacionais. Usos & abusos da história oral org - Janaína Amado e Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

THORP, Rosemary. "El papel de la CEPAL en el desarrollo de América Latina en los años cincuenta y sesenta". **La CEPAL en sus 50 años notas de un seminario conmemorativo**. Santiago: CEPAL, 2000.

VERDUGO Patricia. **Caso Arellano:** Los zarpazos del puma. Santiago do Chile: Cesoc, 1989.

VIEIRA, Liszt (2008). **A Busca: Memórias da resistência**. São Paulo: Hucitec, 2008.

VILANOVA, Mercedes. La historia sin adjetivos con fuentes orales y la historia del presente. In: **História Oral**, Vol. 1, 1998. http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral.

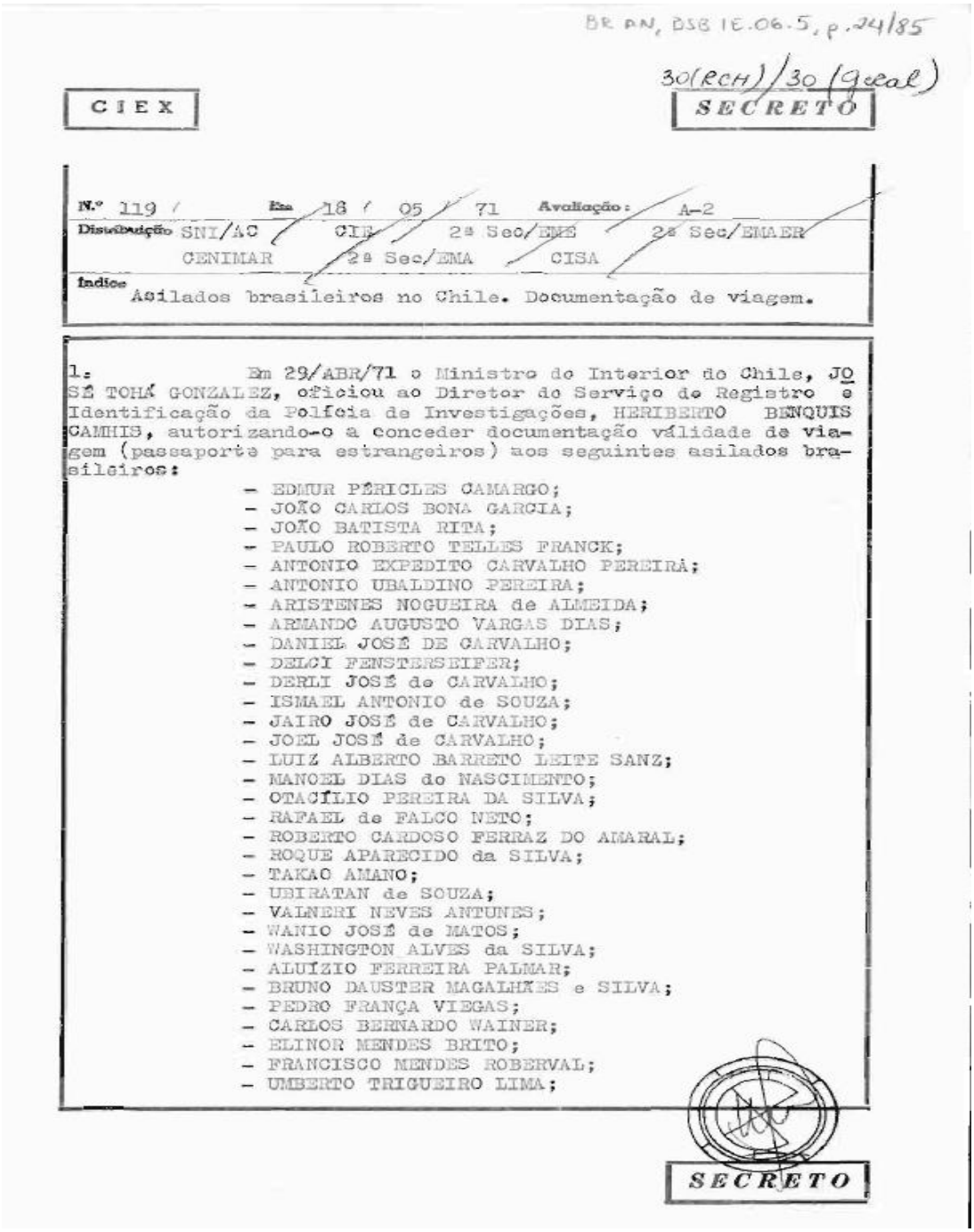
VITALE Luis. **"Intervenciones Militares y poder Fáctico en la Política Chilena (de 1830 al 2.000)".** In: https://www.archivochile.com/Ideas_Autores/vitalel/9lvc/09otros0002.pdf.

UCHÔA Cavalcanti, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). **Memórias do exílio**: Brasil — (1964-19??) – de muitos caminhos. São Paulo: Livramento, 1978.

YOFRÉ, Juan Bautista **"Misión Argentina en Chile (1970-1973)"** Los registros secretos de una difícil gestión diplomática. Santiago: Editorial Sudamericana, 2000.

ANEXOS

ANEXO A - CIEX 119: Asilados brasileiros no Chile. Documentação de viagem. (18/05/71)



BR AN, BSB IE.06.5, p. 24/85

30(RCH)/30(Qeal)

CIEX

SECRETO

N.º 119 / Em 18 / 05 / 71 Avaliação: A-2

Distribuição SNI/AC / CIE / 2ª Sec/EME / 2ª Sec/EMAER / CENIMAR / 2ª Sec/EMA / CISA

Índice: Asilados brasileiros no Chile. Documentação de viagem.

1. Em 29/ABR/71 o Ministro do Interior do Chile, JOSÉ TOHÁ GONZALEZ, oficiou ao Diretor do Serviço de Registro e Identificação da Polícia de Investigações, HERIBERTO BENQUIS CAMHIS, autorizando-o a conceder documentação válidade de viagem (passaporte para estrangeiros) aos seguintes asilados brasileiros:

- EDMUR PÉRICLES CAMARGO;
- JOÃO CARLOS BONA GARCIA;
- JOÃO BATISTA RITA;
- PAULO ROBERTO TELLES FRANCK;
- ANTONIO EXPEDITO CARVALHO PEREIRA;
- ANTONIO UBALDINO PEREIRA;
- ARISTENES NOGUEIRA de ALMEIDA;
- ARMANDO AUGUSTO VARGAS DIAS;
- DANIEL JOSÉ DE CARVALHO;
- DELCI FENSTERSEIFER;
- DERLI JOSÉ de CARVALHO;
- ISMAEL ANTONIO de SOUZA;
- JAIRO JOSÉ de CARVALHO;
- JOEL JOSÉ de CARVALHO;
- LUIZ ALBERTO BARRETO LEITE SANZ;
- MANOEL DIAS do NASCIMENTO;
- OTACÍLIO PEREIRA DA SILVA;
- RAFAEL de FALCO NETO;
- ROBERTO CARDOSO FERRAZ DO AMARAL;
- ROQUE APARECIDO da SILVA;
- TAKAO AMANO;
- UBIRATAN de SOUZA;
- VALNERI NEVES ANTUNES;
- WANIO JOSÉ de MATOS;
- WASHINGTON ALVES da SILVA;
- ALUÍZIO FERREIRA PALMAR;
- BRUNO DAUSTER MAGALHÃES e SILVA;
- PEDRO FRANÇA VIEGAS;
- CARLOS BERNARDO WAINER;
- ELINOR MENDES BRITO;
- FRANCISCO MENDES ROBERVAL;
- UMBERTO TRIGUEIRO LIMA;

SECRETO

BR AN, BSB IE.06.5, p.25/85

SECRETO

CIEX nº 119 18/05/71

- JAYME WALVITZ CARDOSO;
- JOSÉ DUARTE dos SANTOS;
- AFONSO JUNQUEIRA ALVARENGA;
- ENCARNAÇÃO LOPES PEREZ;
- MARA CURTISS ALVARENGA;
- MARCO ANTONIO MARANHÃO COSTA;
- GUSTAVO BUARQUE SCHILLER;
- MARIA AUXILIADORA LARA BARCELOS;
- PAULO ROBERTO ALVES;
- PEDRO ALVES FILHO;
- REINALDO GUARANIS SIMÕES;
- REINALDO JOSÉ DE MELO;
- ANTONIO ROGÉRIO GARCIA da SILVEIRA;
- NELSON CHAVES dos SANTOS;
- SONIA REGINA YESSIM RAMOS;
- UBIRATAN VATUTIN BORGES KERTZSCHER;
- WELLINGTON MOREIRA DINIZ;
- WILSON NASCIMENTO BARBOSA;
- PEDRO CHAVES dos SANTOS;
- AFONSO CELSO LANA LEITE;
- CARMELA PEZUTTI;
- CRISTOVÃO da SILVA RIBEIRO;
- IRANY CAMPOS;
- JÚLIO ANTONIO BITTENCOURT de ALMEIDA;
- MARIA IMACULADA CONCEIÇÃO
- SAMUEL AARÃO REIS;
- LÚCIO FLÁVIO UCHOA REGUEIRA;
- PEDRO PAULO BRETAS;
- VERA MARIA ROCHA PEREIRA;
- JOVELINA TONELLO do NASCIMENTO.

2. No mesmo documento estão relacionados asilados brasileiros que já teriam abandonado o Chile, que são:
- BRUNO PIOLA;
- GENI CECÍLIA PIOLA e suas filhas menores TATIANA, KATIA e BRUNA;
- ROBERTO ANTONIO de PORTINI;
- TITO de ALENCAR LIMA;
- JEAN MARC FRIEDRICH CHARLES van der WEID;
- RENÉ LOUIS LAUGERY de CARVALHO;
- MARIA NAZARETH CUNHA da ROCHA;
- NANCY NANGABEIRA UNGER;
- MARIA OCTÁVIA BORGES BRAZ;

SECRETO

BR AN, BSB IE.06.5, p.26/85

SECRETO

CIEX nº 119 18/05/71

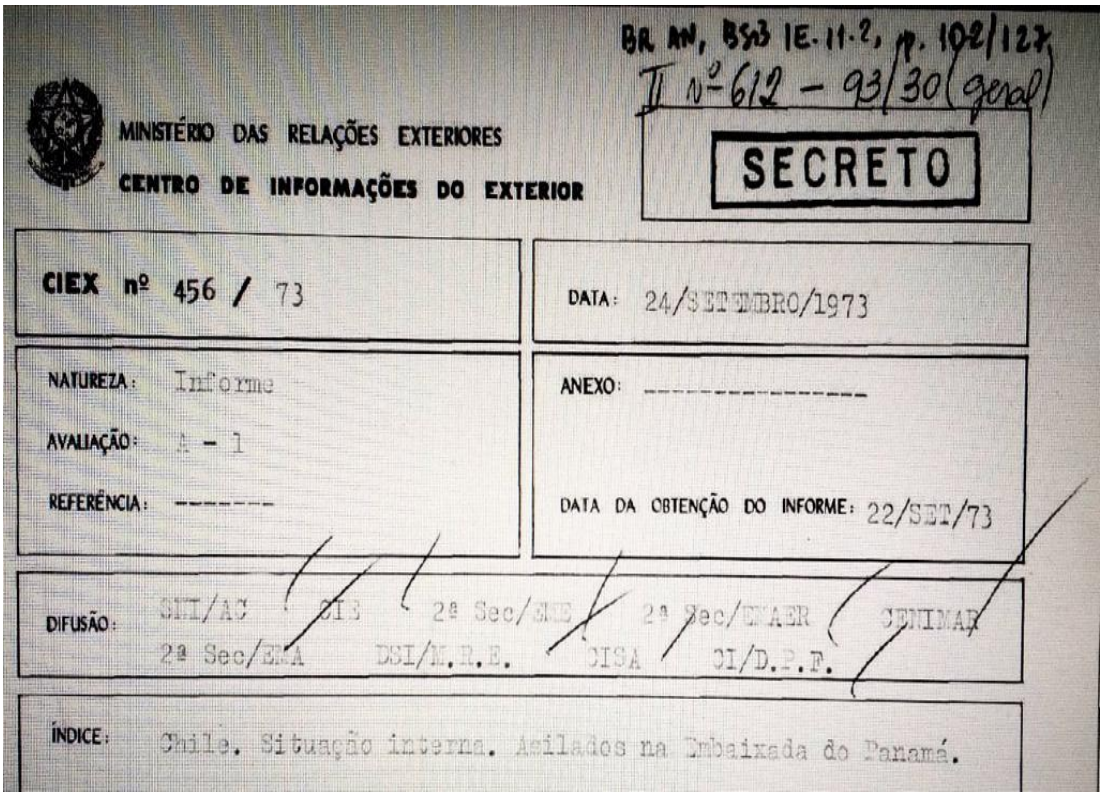
- ROSITA TEIXEIRA de MENDONÇA

3. Os passaportes chilenos para estrangeiros concedidos diante dêsse pedido são numerados a partir de 01009, chegando, possìvelmente, ao número 01070.

4. O CIEX agradeceria ao SNI/AC e ao CIE que lhe fôssem remetidos, com a brevidade possível, os dados de qualificação dos elementos citados no presente informe, constantes de fotografia frente e perfil, filiação, data do nascimento, naturalidade, descrição física, ficha dactiloscópica, etc.

SECRETO

ANEXO B - CIEX 456: Chile. Situação interna. Asilados na Embaixada do Panamá. (24/ 09/73)



BR AN, BSB IE.11.2, p. 102/127
II Nº 612 - 93/30 (geral)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR

SECRETO

CIEX nº 456 / 73

DATA: 24/SETEMBRO/1973

NATUREZA: Informe

AVALIAÇÃO: A - 1

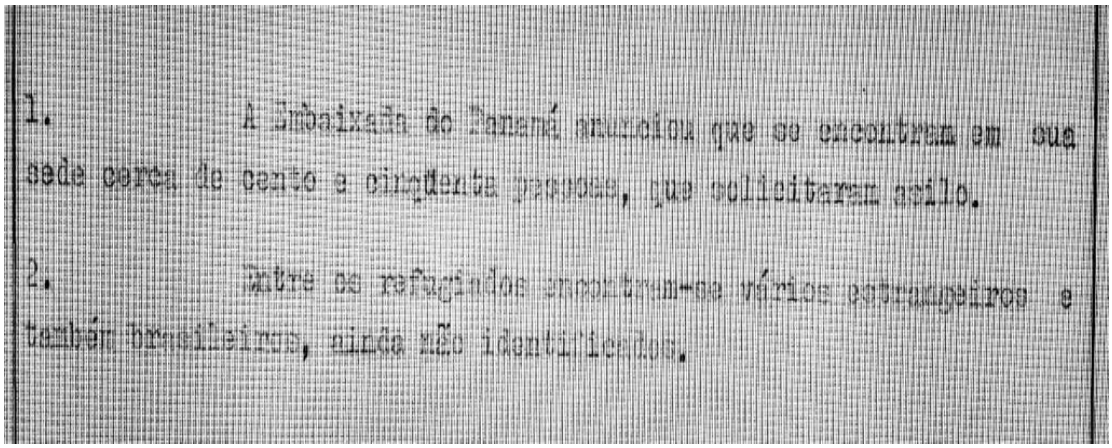
REFERÊNCIA: -------

ANEXO: ----------

DATA DA OBTENÇÃO DO INFORME: 22/SET/73

DIFUSÃO: SNI/AC CIE 2ª Sec/EME 2ª Sec/CMAER CENIMAR
2ª Sec/EMA DSI/M.R.E. DISA DI/D.P.F.

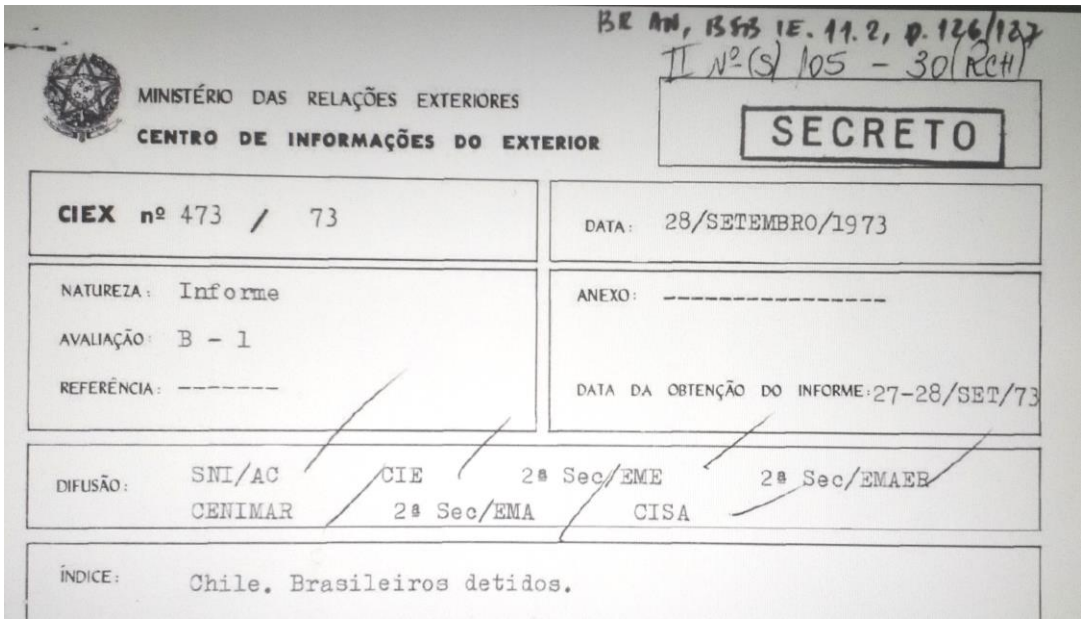
ÍNDICE: Chile. Situação interna. Asilados na Embaixada do Panamá.



1. A Embaixada do Panamá anunciou que se encontram em sua sede cerca de cento e cinquenta pessoas, que solicitaram asilo.

2. Entre os refugiados encontram-se vários estrangeiros e também brasileiros, ainda não identificados.

ANEXO C - CIEX 473: Chile. Brasileiros detidos (28/09/73).



BR AN, BSB IE.11.2, p. 126/127
II Nº(s) 105 - 30 (RCH)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR

SECRETO

CIEX nº 473 / 73

DATA: 28/SETEMBRO/1973

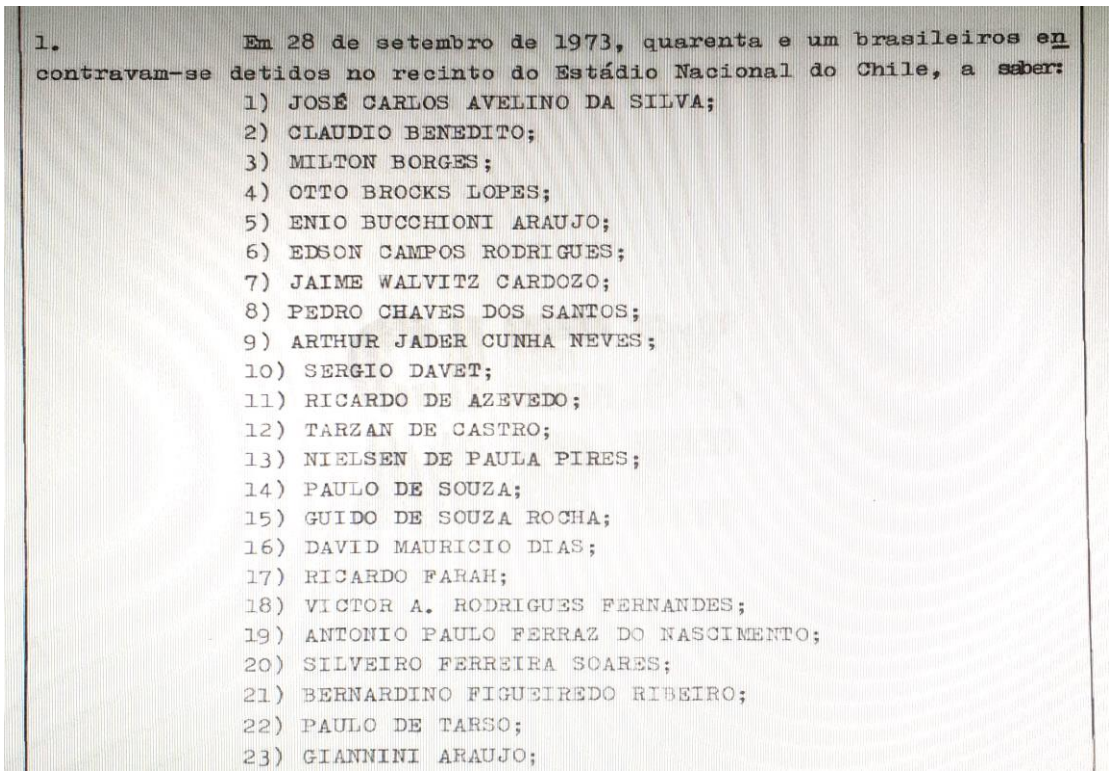
NATUREZA: Informe
AVALIAÇÃO: B - 1
REFERÊNCIA: -------

ANEXO: ----------

DATA DA OBTENÇÃO DO INFORME: 27-28/SET/73

DIFUSÃO: SNI/AC CIE 2ª Sec/EME 2ª Sec/EMAER
CENIMAR 2ª Sec/EMA CISA

ÍNDICE: Chile. Brasileiros detidos.



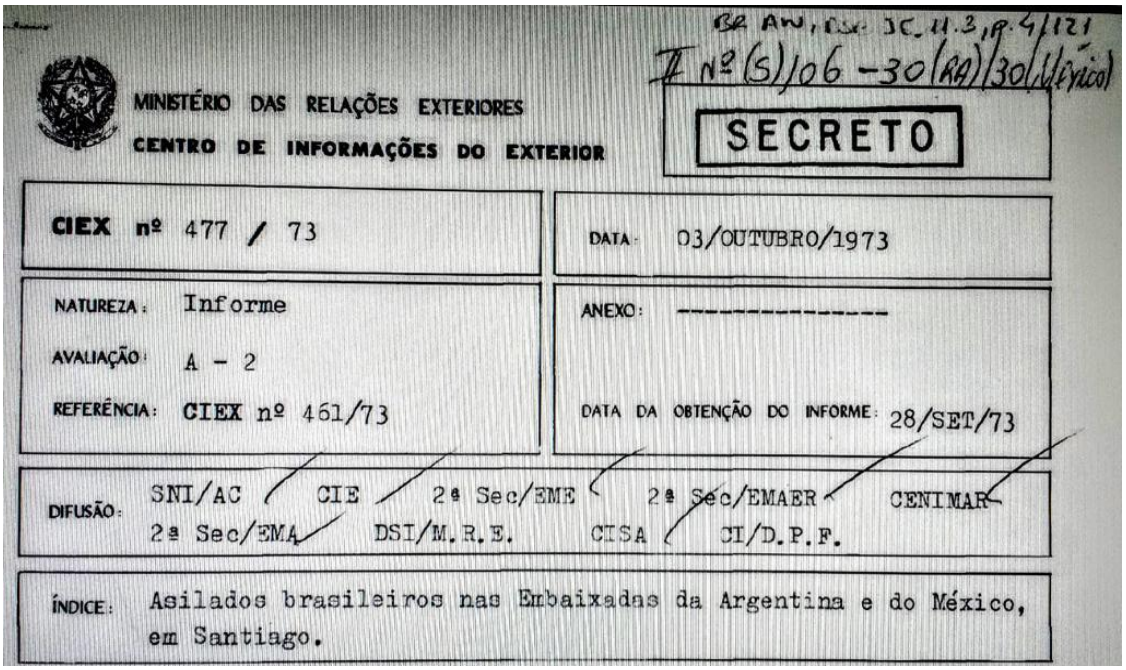
1. Em 28 de setembro de 1973, quarenta e um brasileiros encontravam-se detidos no recinto do Estádio Nacional do Chile, a saber:

1) JOSÉ CARLOS AVELINO DA SILVA;
2) CLAUDIO BENEDITO;
3) MILTON BORGES;
4) OTTO BROCKS LOPES;
5) ENIO BUCCHIONI ARAUJO;
6) EDSON CAMPOS RODRIGUES;
7) JAIME WALVITZ CARDOZO;
8) PEDRO CHAVES DOS SANTOS;
9) ARTHUR JADER CUNHA NEVES;
10) SERGIO DAVET;
11) RICARDO DE AZEVEDO;
12) TARZAN DE CASTRO;
13) NIELSEN DE PAULA PIRES;
14) PAULO DE SOUZA;
15) GUIDO DE SOUZA ROCHA;
16) DAVID MAURICIO DIAS;
17) RICARDO FARAH;
18) VICTOR A. RODRIGUES FERNANDES;
19) ANTONIO PAULO FERRAZ DO NASCIMENTO;
20) SILVEIRO FERREIRA SOARES;
21) BERNARDINO FIGUEIREDO RIBEIRO;
22) PAULO DE TARSO;
23) GIANNINI ARAUJO;

NUMERO: 473 / 73 | PÁGINA Nº 2

25) DIRCEU LUIS MESSIAS C.;
26) ROBERTO HEINS METSKER;
27) JOEL IVAN PINHEIRO DA CONCEIÇÃO;
28) ROBERTO RIBEIRO DE BARROS;
29) NILSON RONCHI;
30) LUIS CARLOS SANZEDA;
31) NELSON SERATHINK;
32) VITORIO SOROTIUK HUDEMA;
33) TARQUINIO TOMAS TOGNI;
34) MARIA IRACEMA FERREIRA;
35) ANTONIO MARTINS TORRES;
36) PEDRO MARCOS DE ALMEIDA GOMES VIANNA;
37) WALTER VUOLO STEVANATO;
38) VANDA MENDES DE ARAUJO;
39) NEREIDA NOGUEIRA PINHEIRO;
40) MARIA RODRIGUES DO AMARAL;
41) ANGELINA TEIXEIRA PERALVA.

ANEXO D - CIEX 477: Asilados brasileiros nas Embaixadas de Argentina e México em Santiago. (03/10/73).



BR AN, BSB JC.11.3, p.4/121
II Nº (S)/06 -30(RA)/30(México)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR

SECRETO

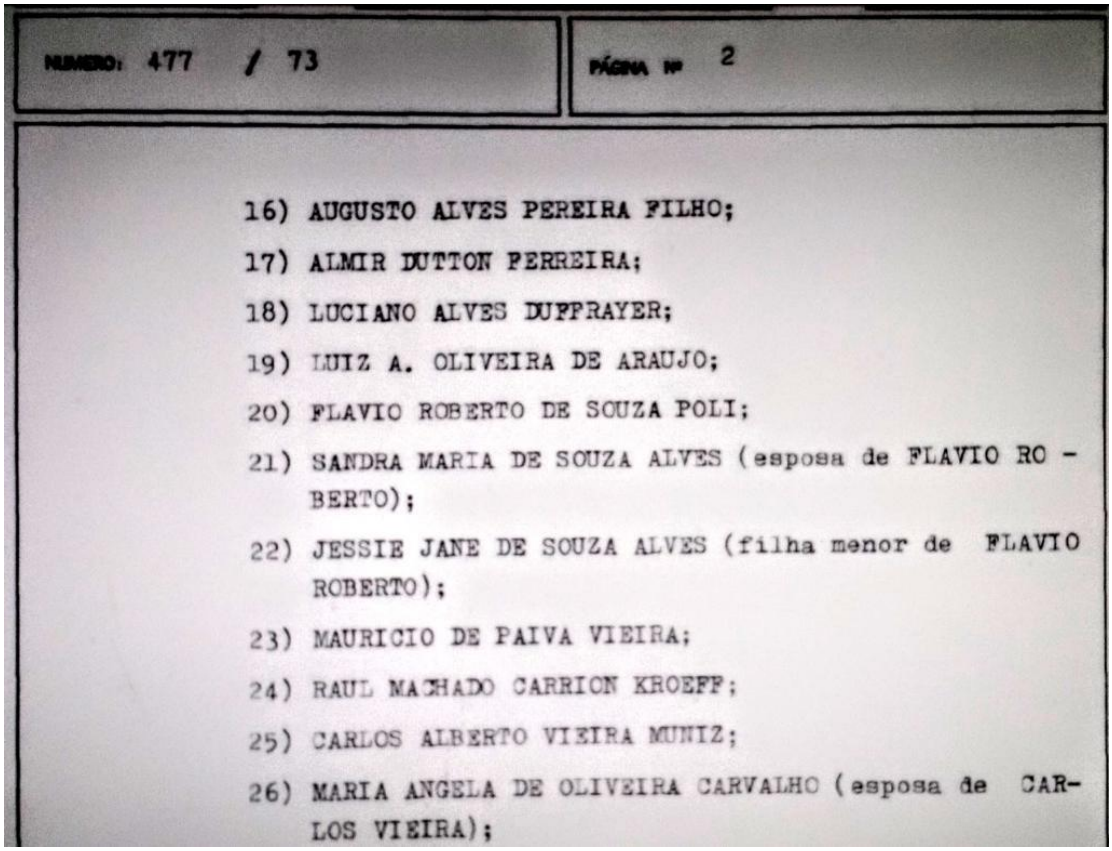
CIEX nº 477 / 73	DATA: 03/OUTUBRO/1973
NATUREZA: Informe AVALIAÇÃO: A - 2 REFERÊNCIA: CIEX nº 461/73	ANEXO: ---------- DATA DA OBTENÇÃO DO INFORME: 28/SET/73

DIFUSÃO: SNI/AC CIE 2ª Sec/EME 2ª Sec/EMAER CENIMAR 2ª Sec/EMA DSI/M.R.E. CISA CI/D.P.F.

ÍNDICE: Asilados brasileiros nas Embaixadas da Argentina e do México, em Santiago.

1. Segundo relação, conhecida a 28 de setembro de 1973, cento e oito (108) brasileiros encontram-se asilados na Embaixada da Argentina em Santiago, a saber:

1) HILDA GIL DE ALENCAR (esposa de PEDRO FERREIRA DE MEDEIROS NOGUEIRA);
2) RODRIGO ANDRES FERREIRA GIL (filho menor de HILDA GIL);
3) MARCIA SAVAGET FIANI;
4) FERNANDO PAULO NAGLE GABEIRA;
5) ELANINE MARIA PERALDO;
6) MARIA LUCIA CERQUEIRA SANTEN;
7) ABIASAFE XAVIER DE BRITO;
8) MARIA INEZ DA SILVA;
9) OSWALDO ANTONIO DOS SANTOS;
10) MARIO FONSECA NETO;
11) MARIA DA GRAÇA FONSECA (esposa de MARIO FONSECA);
12) MOEMA CORREIA SÃO THIAGO;
13) EDMAURO GOPFERI;
14) RICARDO ZARATTINI FILHO;
15) CLARISSE GALVÃO DE FIGUEIREDO;



NÚMERO: 477 / 73 PÁGINA Nº 2

16) AUGUSTO ALVES PEREIRA FILHO;

17) ALMIR DUTTON FERREIRA;

18) LUCIANO ALVES DUFFRAYER;

19) LUIZ A. OLIVEIRA DE ARAUJO;

20) FLAVIO ROBERTO DE SOUZA POLI;

21) SANDRA MARIA DE SOUZA ALVES (esposa de FLAVIO ROBERTO);

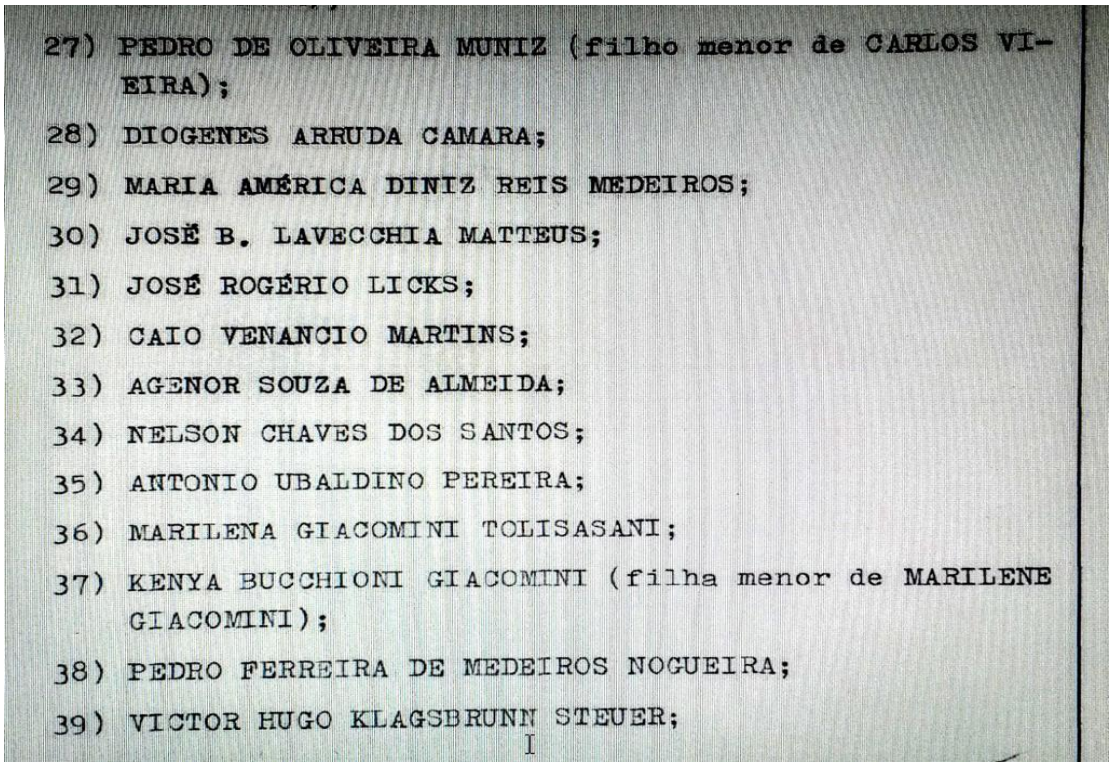
22) JESSIE JANE DE SOUZA ALVES (filha menor de FLAVIO ROBERTO);

23) MAURICIO DE PAIVA VIEIRA;

24) RAUL MACHADO CARRION KROEFF;

25) CARLOS ALBERTO VIEIRA MUNIZ;

26) MARIA ANGELA DE OLIVEIRA CARVALHO (esposa de CARLOS VIEIRA);



27) PEDRO DE OLIVEIRA MUNIZ (filho menor de CARLOS VIEIRA);

28) DIOGENES ARRUDA CAMARA;

29) MARIA AMÉRICA DINIZ REIS MEDEIROS;

30) JOSÉ B. LAVECCHIA MATTEUS;

31) JOSÉ ROGÉRIO LICKS;

32) CAIO VENANCIO MARTINS;

33) AGENOR SOUZA DE ALMEIDA;

34) NELSON CHAVES DOS SANTOS;

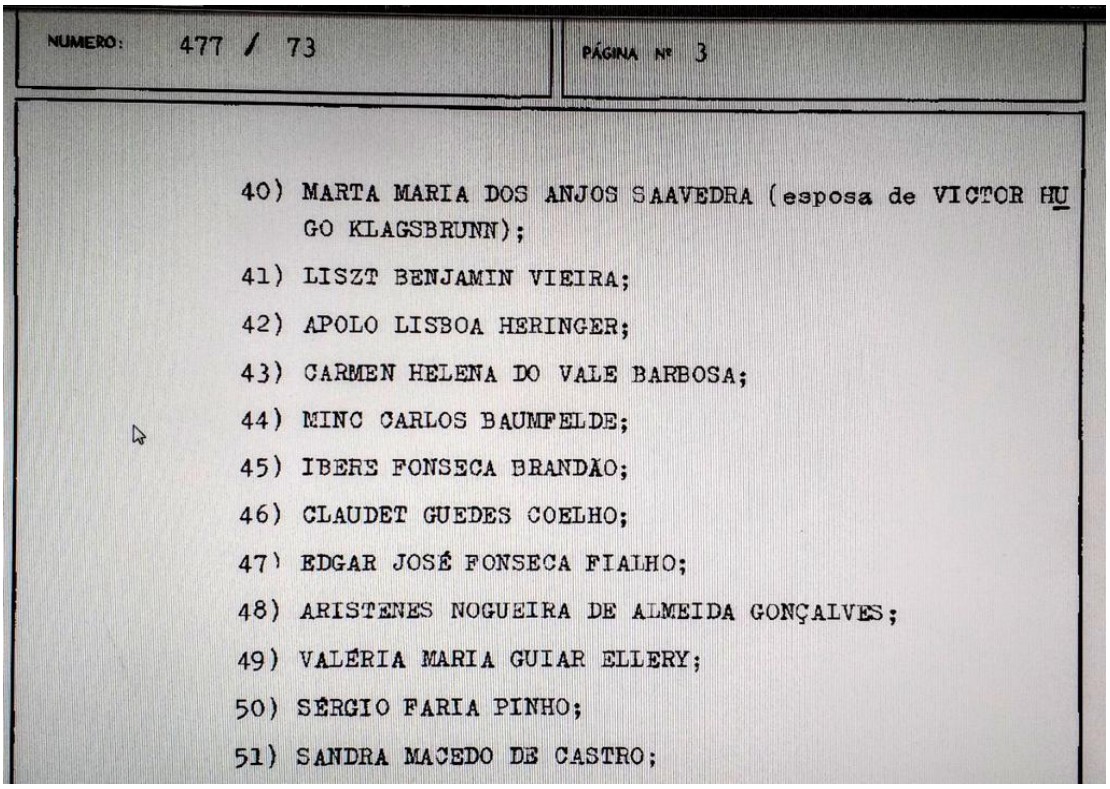
35) ANTONIO UBALDINO PEREIRA;

36) MARILENA GIACOMINI TOLISASANI;

37) KENYA BUCCHIONI GIACOMINI (filha menor de MARILENE GIACOMINI);

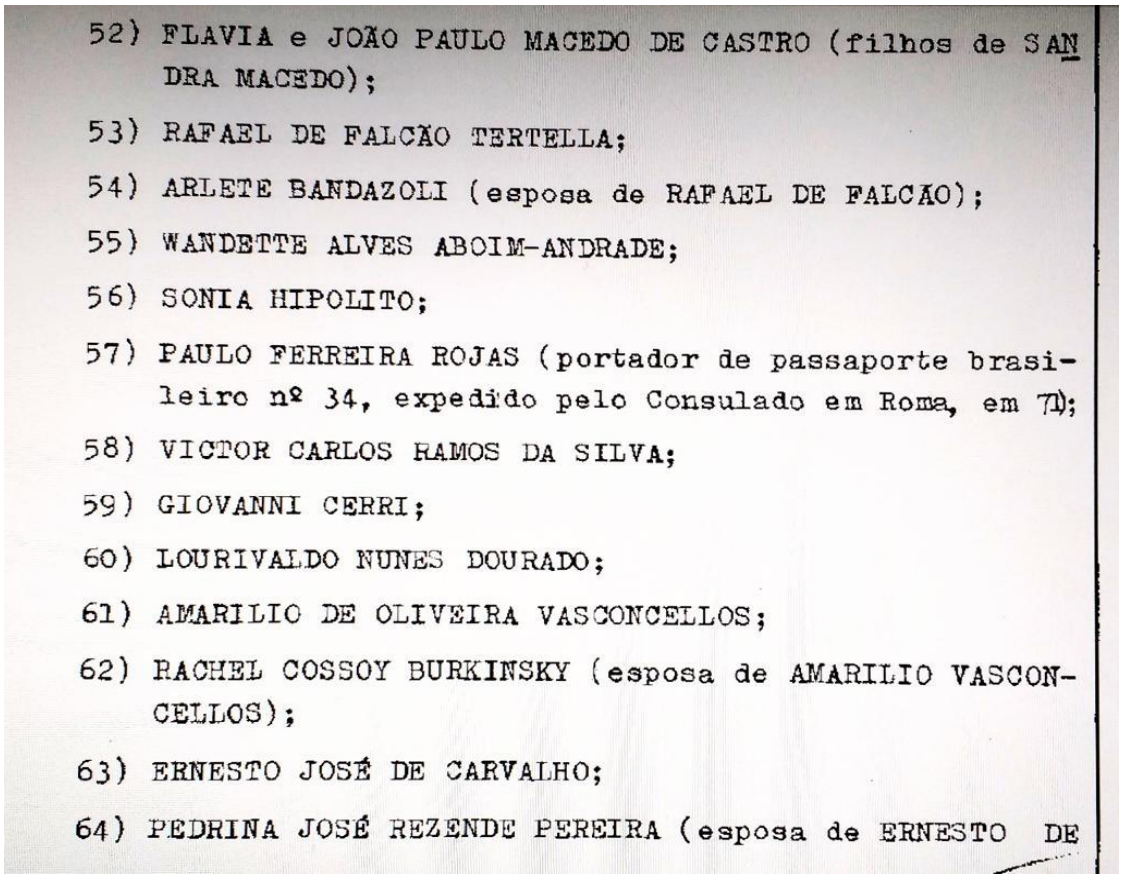
38) PEDRO FERREIRA DE MEDEIROS NOGUEIRA;

39) VICTOR HUGO KLAGSBRUNN STEUER;



NUMERO: 477 / 73 PÁGINA Nº 3

40) MARTA MARIA DOS ANJOS SAAVEDRA (esposa de VICTOR HUGO KLAGSBRUNN);
41) LISZT BENJAMIN VIEIRA;
42) APOLO LISBOA HERINGER;
43) CARMEN HELENA DO VALE BARBOSA;
44) MINC CARLOS BAUMFELDE;
45) IBERE FONSECA BRANDÃO;
46) CLAUDET GUEDES COELHO;
47) EDGAR JOSÉ FONSECA FIALHO;
48) ARISTENES NOGUEIRA DE ALMEIDA GONÇALVES;
49) VALÉRIA MARIA GUIAR ELLERY;
50) SÉRGIO FARIA PINHO;
51) SANDRA MACEDO DE CASTRO;



52) FLAVIA e JOÃO PAULO MACEDO DE CASTRO (filhos de SANDRA MACEDO);
53) RAFAEL DE FALCÃO TERTELLA;
54) ARLETE BANDAZOLI (esposa de RAFAEL DE FALCÃO);
55) WANDETTE ALVES ABOIM-ANDRADE;
56) SONIA HIPOLITO;
57) PAULO FERREIRA ROJAS (portador de passaporte brasileiro nº 34, expedido pelo Consulado em Roma, em 71);
58) VICTOR CARLOS RAMOS DA SILVA;
59) GIOVANNI CERRI;
60) LOURIVALDO NUNES DOURADO;
61) AMARILIO DE OLIVEIRA VASCONCELLOS;
62) RACHEL COSSOY BURKINSKY (esposa de AMARILIO VASCONCELLOS);
63) ERNESTO JOSÉ DE CARVALHO;
64) PEDRINA JOSÉ REZENDE PEREIRA (esposa de ERNESTO DE

NUMERO: 477 / 73 PÁGINA Nº 4

CARVALHO);

65) CARLOS ALBERTO JOSÉ DE CARVALHO (filho de ERNESTO DE CARVALHO);

66) MARCO ANTONIO MEYER DE AZEVEDO;

67) RONALDO FONSECA DA ROCHA;

68) AGOSTINO (ou AGOSTINHO) FLORESTAN FIORDELISIO;

69) RAFTON LEÃO DO NASCIMENTO;

70) GERALDO LOPES BURMEISTER;

71) LIDIA LIZETTE DE SILVIO;

72) THEREZINHA DE JESUS BORGES PEREIRA;

73) JOSÉ LUIS SABOYA DE ARAUJO;

74) MARIA ALICE FONSECA DE ALBUQUERQUE (esposa de JOSÉ SABOYA);

75) MARIANA FONSECA SABOYA (filha de JOSÉ SABOYA);

76) CANDIDO HILARIO GARCIA DE ARAUJO;

77) REIN OSJU;

78) MARIA ELISA OSJU (esposa de REIN OSJU);

79) RALPH LAURENCE;

80) MARJORIE e JANETE REGINA OSJU (filhas de REIN OS - JU);

81) VERA MARIA LOUREIRO FARIA;

82) LEONARDO MARINELLI RENTEO;

83) VERA SILVIA ARAUJO DE MAGALHÃES;

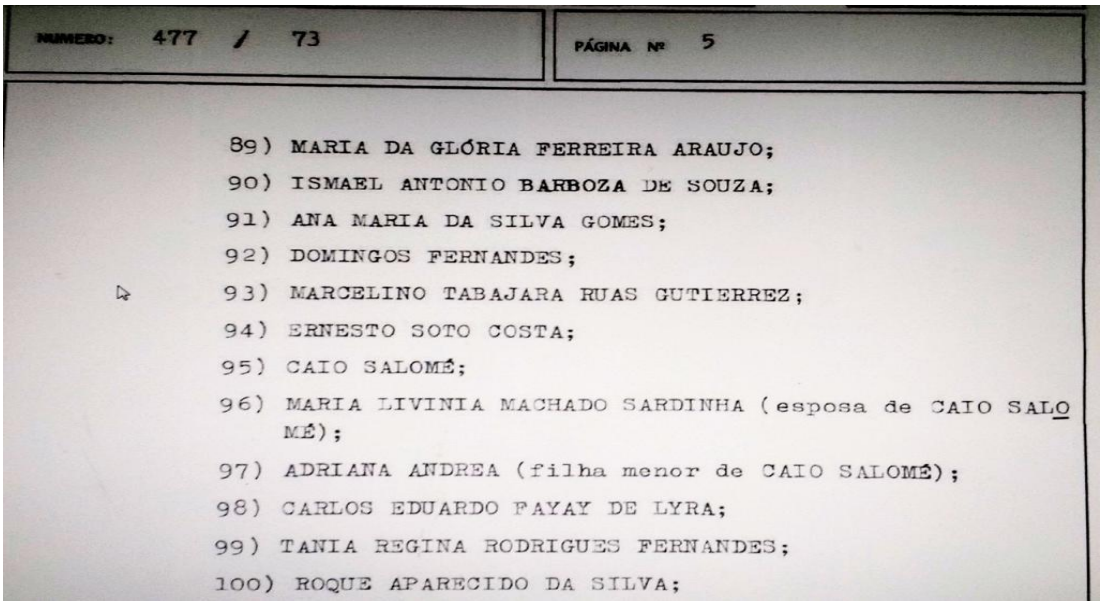
84) FRANCISCO NELSON LOPES DE OLIVEIRA;

85) JOSÉ RONALDO TAVARES DE LIRA;

86) JOÃO CARLOS MODESTO LEAL CALDAS;

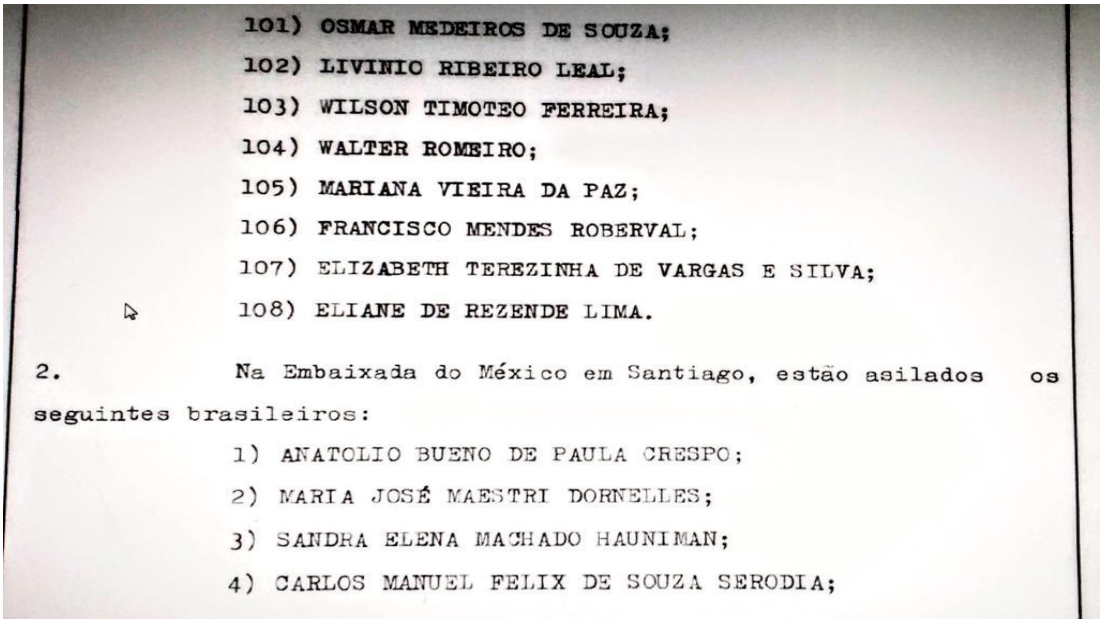
87) MARIA ODEA RANGEL FERNANDES;

88) LUIZ ALBERTO BARRETO LEITE SANZ;



NUMERO: 477 / 73 PÁGINA Nº 5

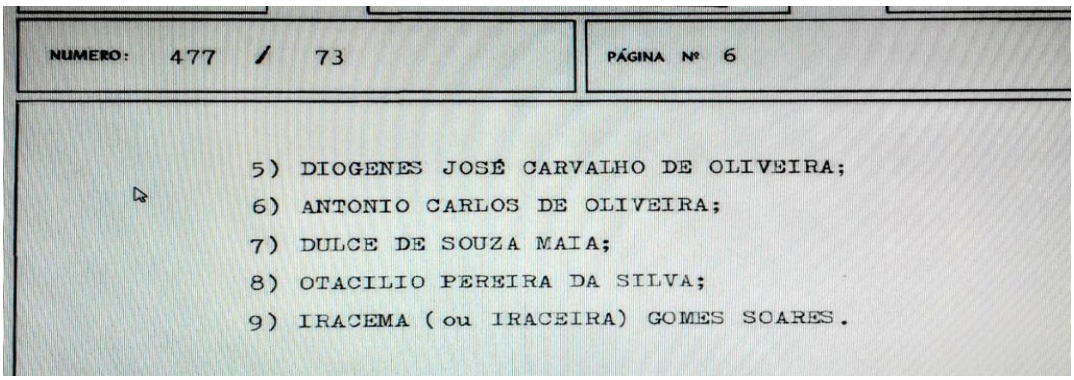
89) MARIA DA GLÓRIA FERREIRA ARAUJO;
90) ISMAEL ANTONIO BARBOZA DE SOUZA;
91) ANA MARIA DA SILVA GOMES;
92) DOMINGOS FERNANDES;
93) MARCELINO TABAJARA RUAS GUTIERREZ;
94) ERNESTO SOTO COSTA;
95) CAIO SALOMÉ;
96) MARIA LIVINIA MACHADO SARDINHA (esposa de CAIO SALOMÉ);
97) ADRIANA ANDREA (filha menor de CAIO SALOMÉ);
98) CARLOS EDUARDO FAYAY DE LYRA;
99) TANIA REGINA RODRIGUES FERNANDES;
100) ROQUE APARECIDO DA SILVA;



101) OSMAR MEDEIROS DE SOUZA;
102) LIVINIO RIBEIRO LEAL;
103) WILSON TIMOTEO FERREIRA;
104) WALTER ROMEIRO;
105) MARIANA VIEIRA DA PAZ;
106) FRANCISCO MENDES ROBERVAL;
107) ELIZABETH TEREZINHA DE VARGAS E SILVA;
108) ELIANE DE REZENDE LIMA.

2. Na Embaixada do México em Santiago, estão asilados os seguintes brasileiros:

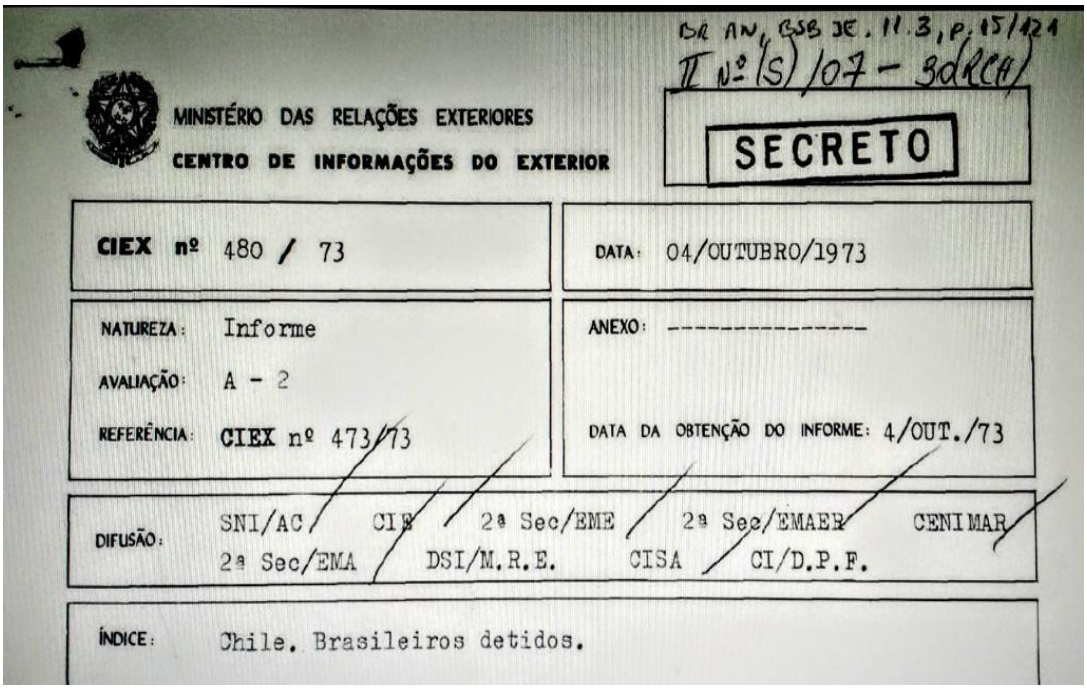
1) ANATOLIO BUENO DE PAULA CRESPO;
2) MARIA JOSÉ MAESTRI DORNELLES;
3) SANDRA ELENA MACHADO HAUNIMAN;
4) CARLOS MANUEL FELIX DE SOUZA SERODIA;



NUMERO: 477 / 73 PÁGINA Nº 6

5) DIOGENES JOSÉ CARVALHO DE OLIVEIRA;
6) ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA;
7) DULCE DE SOUZA MAIA;
8) OTACILIO PEREIRA DA SILVA;
9) IRACEMA (ou IRACEIRA) GOMES SOARES.

ANEXO E - CIEX 480: Chile. Brasileiros detidos. (04/10/73).



BR AN, BSB JE. 11.3, p. 15/121
II Nº (S) /07 - 30 (RCA)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR

SECRETO

CIEX nº 480 / 73	DATA: 04/OUTUBRO/1973
NATUREZA: Informe AVALIAÇÃO: A - 2 REFERÊNCIA: CIEX nº 473/73	ANEXO: ---------- DATA DA OBTENÇÃO DO INFORME: 4/OUT./73

DIFUSÃO: SNI/AC CIE 2ª Sec/EME 2ª Sec/EMAER CENIMAR 2ª Sec/EMA DSI/M.R.E. CISA CI/D.P.F.

ÍNDICE: Chile. Brasileiros detidos.

1. À raiz dos pronunciamentos militares de 11 de setembro, as autoridades da Marinha chilena prenderam vinte e dois brasileiros radicados na província de Concepción, e os enviaram à ilha de "Quiriquina", nas proximidades da cidade de Talcahuano.

2. Dos detidos, treze foram postos em liberdade e nove permaneceram detidos por atividades subversivas, a saber:-

A) Relação dos liberados:

- MARIA AUREA ASSOF;
- MARIA LUCIA DAGNINO DE SAMPAIO;
- ELIZEU CAMARGO;
- LUIS DE CARVALHO CORREIA;
- RENATO PEIXOTO DAGNINO (marido de MARIA LUCIA);
- ROBERTO PEDROZA DA COSTA;
- ELY SUHAMY RODRIGUES;
- MARIA DE TOLEDO CUNHA;
- MARIA VIRGINIA PAIVA;
- EDER SIMÃO SADER;
- ANTONIO VERA FARIAS;
- FREDERICO DE MENEZES OLIVEIRA;
- EDUARDO MIRANDA DE OLIVEIRA.

B) Relação dos que permanecem detidos:

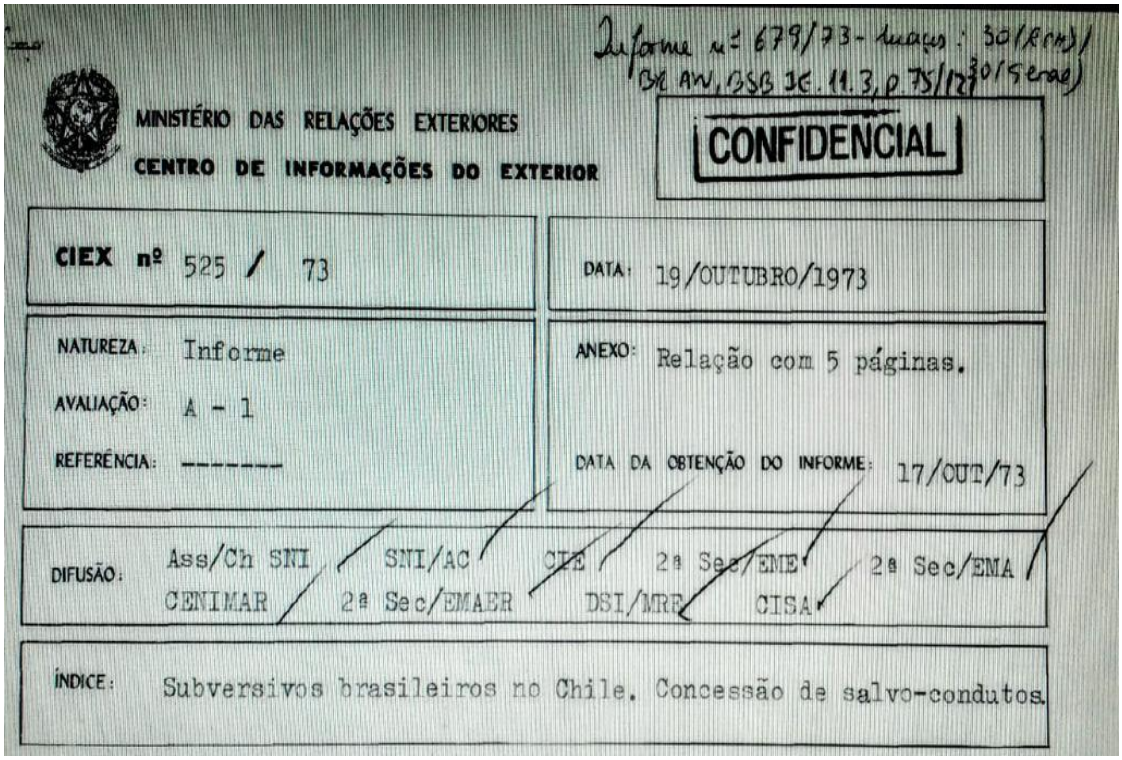
- WANDEVALDO DE MIRANDA NOGUEIRA;
- PEDRO PAULO BRETAS;
- JOAQUIM JAYME THOMAS (professor de música da Universidade de Concepción);
- LUCIO FRANÇA TELLES;
- JOSÉ DOS REIS SANTOS FILHO;

SECRETO

NÚMERO: 480 / 73 PÁGINA Nº 2

- JOSÉ MAIA DE MIRANDA;
- MARIA DO SOCORRO SOARES (estudante da Universidade de Concepción);
- THOMAZ DAVID WIZS (ou WEISS) KAHN;
- LUIZ DE MORAIS DA COSTA FILHO.

ANEXO F - CIEX 525: Subversivos brasileiros no Chile. Concessão de Salvo-condutos. (19/10/73).



Informe nº 679/73 - Anexos: 30 (RCM)/ 30 (Geral)
BR AN, BSB IE. 11.3, p. 75/127

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR

CONFIDENCIAL

CIEX nº 525 / 73	DATA: 19/OUTUBRO/1973
NATUREZA: Informe AVALIAÇÃO: A - 1 REFERÊNCIA: -------	ANEXO: Relação com 5 páginas. DATA DA OBTENÇÃO DO INFORME: 17/OUT/73

DIFUSÃO: Ass/Ch SNI / SNI/AC / CIE / 2ª Sec/EME / 2ª Sec/EMA / CENIMAR / 2ª Sec/EMAER / DSI/MRE / CISA

ÍNDICE: Subversivos brasileiros no Chile. Concessão de salvo-condutos.

1. Transcreve-se, no anexo a este Informe, a relação oficial dos cento e quarenta e sete (147) salvo-condutos concedidos a brasileiros pelo Ministério das Relações Exteriores do Chile, agrupados de acordo com os países para os quais são válidos.

2. Observe-se que o país para o qual é válido o salvo-conduto será obrigatoriamente o primeiro destino desses elementos. Daí, porém, poderão transferir-se para outro país, em condições de prazo, auxílio e controle que variam em cada caso.

Nota do **CIEX:** A DSI/M.R.E. já está providenciando a transmissão às nossas Embaixadas das relações correspondestes aos países em que estão acreditadas, para as providências cabíveis.

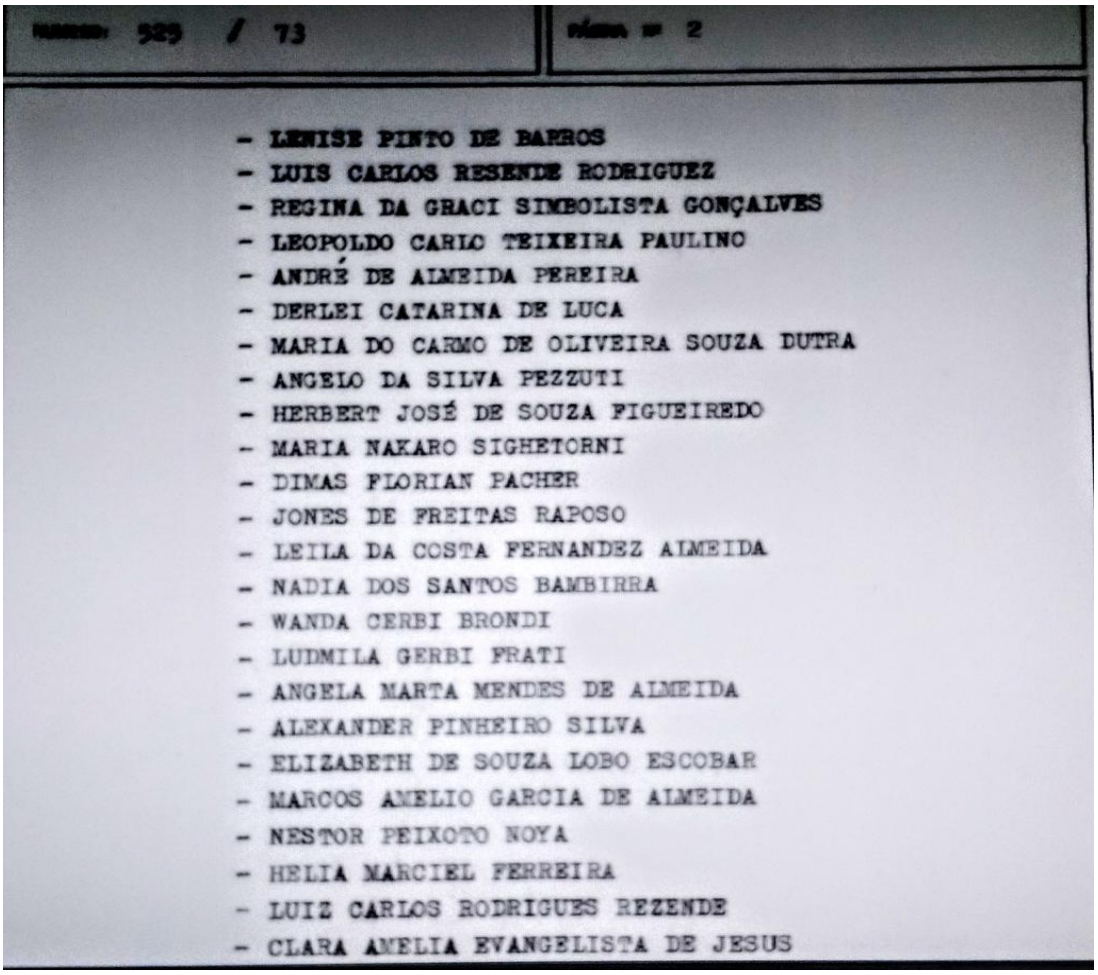
Obs:- Alguns nomes poderão estar com a grafia errada, devido à origem da relação e à urgência com que está sendo distribuída, antes mesmo de uma verificação cuidadosa de cada nome.

Relação de Salvo-condutos expedidos a cidadãos brasileiros pelo Ministério das Relações Exteriores do Chile.
(por países para os quais são válidos)

1. BRASIL: SOLANGE ALBERNAZ DE MELO BASTOS
- ANTONIO PAULO FERRAZ
- RICARDO DE AZEVEDO

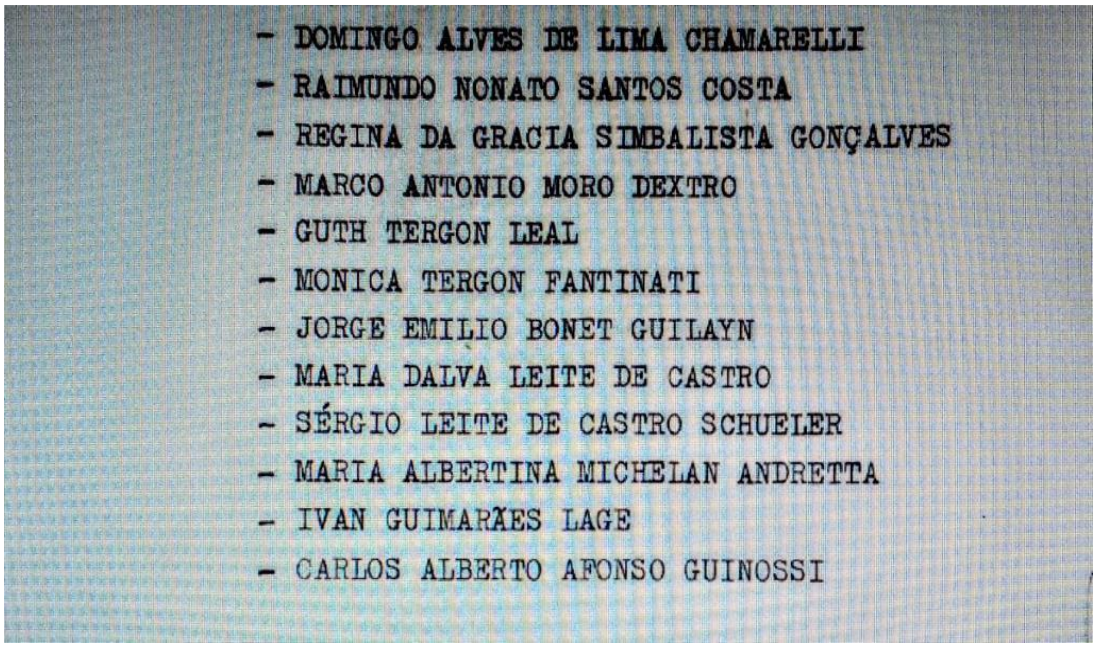
2. SUÉCIA: TARCISIO PRACIANO PEREIRA
- ANA FATIMA PRACIANO SERRA
- HÉLIO SERRA PEREIRA
- ELIAS SERRA PEREIRA
- SÉRGIO CAPOZZI
- ALEXINA CRESPO LINS
- ANAKLETO JULIÃO DE PAULA CRESPO
- MELCÍADES PORCINO DA COSTA
- ANATAILDE DE PAULA CRESPO
- JOSÉ MACEDO DE ALENCAR
- ALEXINA LUCIA CALLE DE PAULA
- ANAXIMANDRO ORLEANS CALLE DE PAULA

3. PANAMÁ: DOMINGOS ALVEZ DE LIMA SHAMARELLY
- NADIA BANBIRRA DOS SANTOS
- MARIA HELENA DE BARROS BARBOSA
- OSAVA CHIZUO
- MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA E SOUZA
- AFONSO DO NASCIMENTO SILVA EVANDRO
- ANGELINA DUDRAS DE OLIVEIRA
- ALFONSO GAY DE CASTRO CELSO
- CATARINA DE LUCA DERLEI
- SANDRA DE NEGRAES BRISALLA
- ANDRÉ NOGUEIRA DE ALMEIDA
- LAURA MARIA PEREIRA DE ALMEIDA



[illegible] 589 / 73 | [illegible] nº 2

- LENISE PINTO DE BARROS
- LUIS CARLOS RESENDE RODRIGUEZ
- REGINA DA GRACI SIMBOLISTA GONÇALVES
- LEOPOLDO CARLO TEIXEIRA PAULINO
- ANDRÉ DE ALMEIDA PEREIRA
- DERLEI CATARINA DE LUCA
- MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA SOUZA DUTRA
- ANGELO DA SILVA PEZZUTI
- HERBERT JOSÉ DE SOUZA FIGUEIREDO
- MARIA NAKARO SIGHETORNI
- DIMAS FLORIAN PACHER
- JONES DE FREITAS RAPOSO
- LEILA DA COSTA FERNANDEZ ALMEIDA
- NADIA DOS SANTOS BAMBIRRA
- WANDA CERBI BRONDI
- LUDMILA GERBI FRATI
- ANGELA MARTA MENDES DE ALMEIDA
- ALEXANDER PINHEIRO SILVA
- ELIZABETH DE SOUZA LOBO ESCOBAR
- MARCOS AMELIO GARCIA DE ALMEIDA
- NESTOR PEIXOTO NOYA
- HELIA MARCIEL FERREIRA
- LUIZ CARLOS RODRIGUES REZENDE
- CLARA AMELIA EVANGELISTA DE JESUS

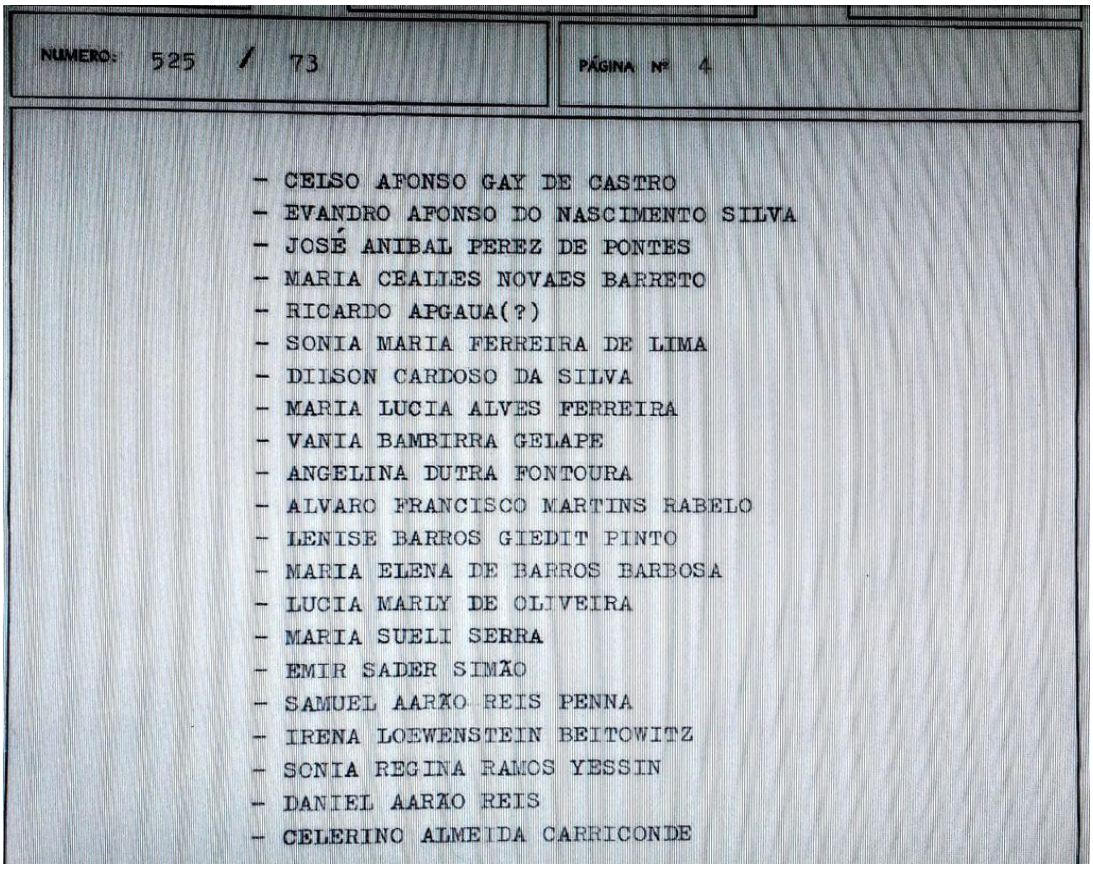


- DOMINGO ALVES DE LIMA CHAMARELLI
- RAIMUNDO NONATO SANTOS COSTA
- REGINA DA GRACIA SIMBALISTA GONÇALVES
- MARCO ANTONIO MORO DEXTRO
- GUTH TERGON LEAL
- MONICA TERGON FANTINATI
- JORGE EMILIO BONET GUILAYN
- MARIA DALVA LEITE DE CASTRO
- SÉRGIO LEITE DE CASTRO SCHUELER
- MARIA ALBERTINA MICHELAN ANDRETTA
- IVAN GUIMARÃES LAGE
- CARLOS ALBERTO AFONSO GUINOSSI

NUMERO: 525 / 73 PÁGINA Nº 3

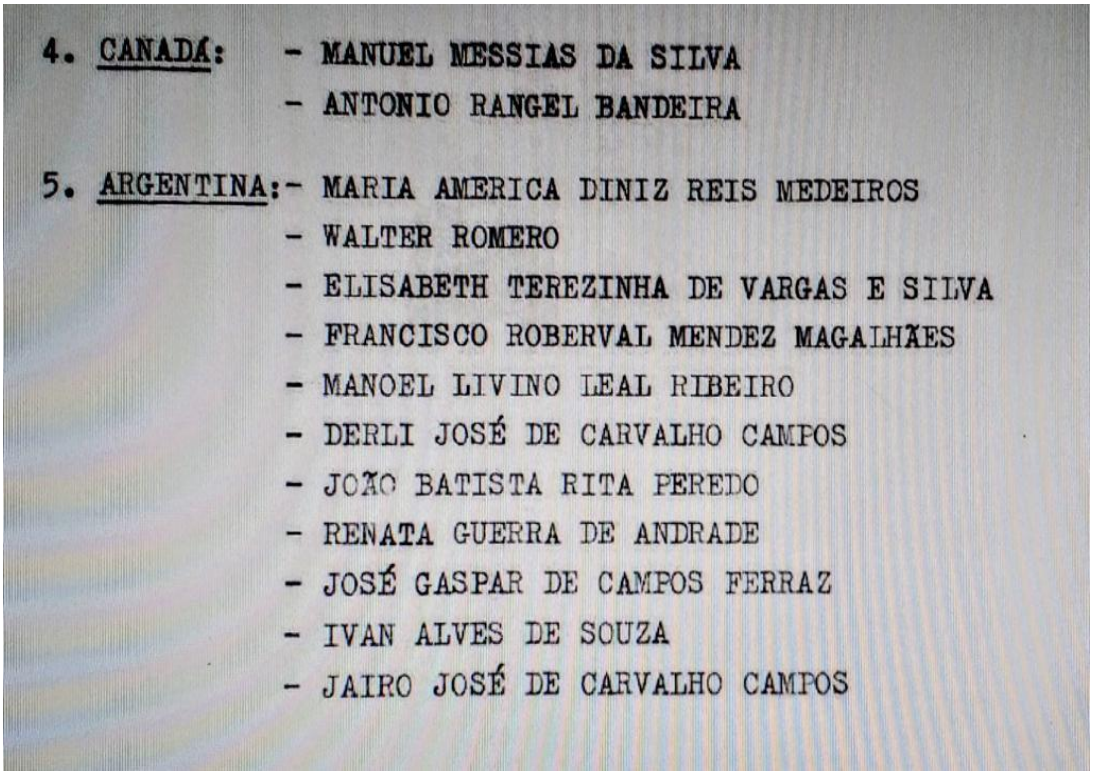
- CLEYDE FERNANDEZ ALMEIDA
- ANTONIO PINHEIRO DE CASTRO
- RONALDO DUTRA MACHADO
- BENEDICTO CERQUEIRA DA SILVA
- BRAULIO FERREIRA DA COSTA
- CICERO VIANNA SILVEIRA
- JOÃO MARQUES DE AGUILAR BIZOTTO
- TEODORO MARQUES DE HOLLANDA MACHADO
- ARISTIDES PEREIRA DE ALMEIDA
- GEROSINE SILVA PEREIRA
- JULIO CESAR BUENO BRANDÃO
- FRANCISCO ROMERO NEGRINI
- MARIA ROSA PALMEIRA COUTO
- FRANCISCO GOMEZ ALVAREZ
- SEBASTIÃO MENDES GUIMARÃES
- JOSÉ IBRAHIM DE ALMEIDA
- VALNERI ANTUNES NEVES
- WILLIAM MARTANI SARTI
- INÊS CORREA PADREDI
- ARNOU DE HOLANDA CAVALCANTI
- IEDA MARIA LIMA DE OLIVEIRA
- LUISA DE HOLANDA LIMA
- ENI PAULA DE FREITAS TOSCA

- NAILA TOSCA DE FREITAS
- ROGERIO TOSCA DE FREITAS
- JOSÉ BETTANCOURT BARRETO FILHO
- ENCARNACION LOPEZ PEREZ
- MARIA RISOLETA GRILLO DUTRA
- MURILLO PINTO DA SILVA
- DOWER RIOS FREITAS ALVIM
- RUY MAURO NARINI DE ARAUJO
- WALTER CARLOS COSTA FERNANDEZ
- MILTON CARLOS COSTA FERNANDEZ
- GILVAN DE MELO CAVALCANTI
- SILVIO DE SOUZA GOMES
- SILVIA MARIA GOMES PINTO



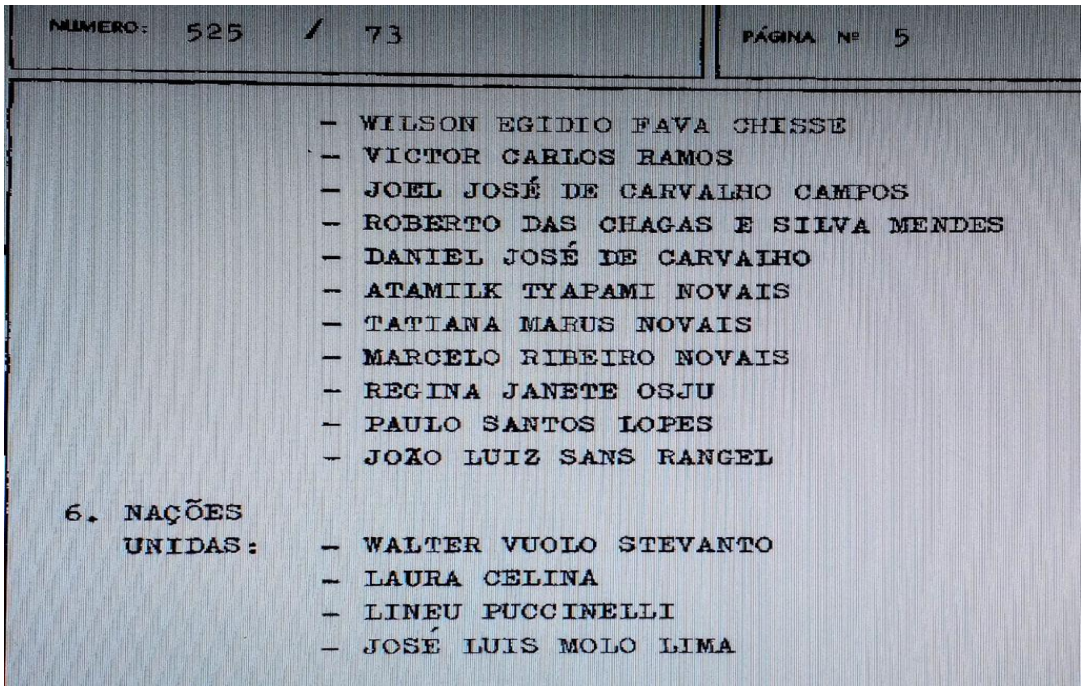
NUMERO: 525 / 73 PÁGINA Nº 4

- CELSO AFONSO GAY DE CASTRO
- EVANDRO AFONSO DO NASCIMENTO SILVA
- JOSÉ ANIBAL PEREZ DE PONTES
- MARIA CEALLES NOVAES BARRETO
- RICARDO APGAUA(?)
- SONIA MARIA FERREIRA DE LIMA
- DIISON CARDOSO DA SILVA
- MARIA LUCIA ALVES FERREIRA
- VANIA BAMBIRRA GELAPE
- ANGELINA DUTRA FONTOURA
- ALVARO FRANCISCO MARTINS RABELO
- LENISE BARROS GIEDIT PINTO
- MARIA ELENA DE BARROS BARBOSA
- LUCIA MARLY DE OLIVEIRA
- MARIA SUELI SERRA
- EMIR SADER SIMÃO
- SAMUEL AARÃO REIS PENNA
- IRENA LOEWENSTEIN BEITOWITZ
- SONIA REGINA RAMOS YESSIN
- DANIEL AARÃO REIS
- CELERINO ALMEIDA CARRICONDE



4. CANADÁ: - MANUEL MESSIAS DA SILVA
- ANTONIO RANGEL BANDEIRA

5. ARGENTINA:- MARIA AMERICA DINIZ REIS MEDEIROS
- WALTER ROMERO
- ELISABETH TEREZINHA DE VARGAS E SILVA
- FRANCISCO ROBERVAL MENDEZ MAGALHÃES
- MANOEL LIVINO LEAL RIBEIRO
- DERLI JOSÉ DE CARVALHO CAMPOS
- JOÃO BATISTA RITA PEREDO
- RENATA GUERRA DE ANDRADE
- JOSÉ GASPAR DE CAMPOS FERRAZ
- IVAN ALVES DE SOUZA
- JAIRO JOSÉ DE CARVALHO CAMPOS

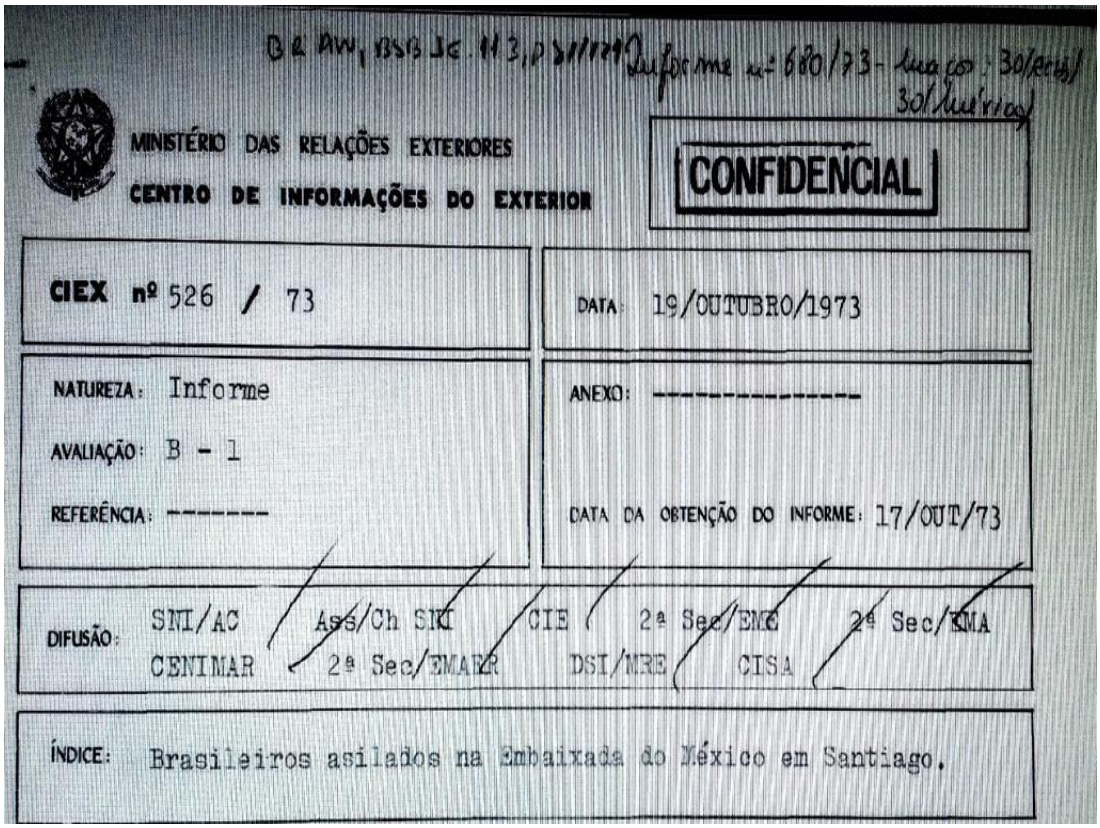


NUMERO: 525 / 73 PÁGINA Nº 5

- WILSON EGIDIO FAVA CHISSE
- VICTOR CARLOS RAMOS
- JOEL JOSÉ DE CARVALHO CAMPOS
- ROBERTO DAS CHAGAS E SILVA MENDES
- DANIEL JOSÉ DE CARVAIHO
- ATAMILK TYAPAMI NOVAIS
- TATIANA MARUS NOVAIS
- MARCELO RIBEIRO NOVAIS
- REGINA JANETE OSJU
- PAULO SANTOS LOPES
- JOÃO LUIZ SANS RANGEL

6. NAÇÕES UNIDAS:
- WALTER VUOLO STEVANTO
- LAURA CELINA
- LINEU PUCCINELLI
- JOSÉ LUIS MOLO LIMA

ANEXO G - CIEX 526 (B-1) - 19/OUTUBRO/73: Brasileiros asilados na Embaixada do México em Santiago. (19/10/73).



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR

CONFIDENCIAL

CIEX nº 526 / 73

DATA: 19/OUTUBRO/1973

NATUREZA: Informe

AVALIAÇÃO: B - 1

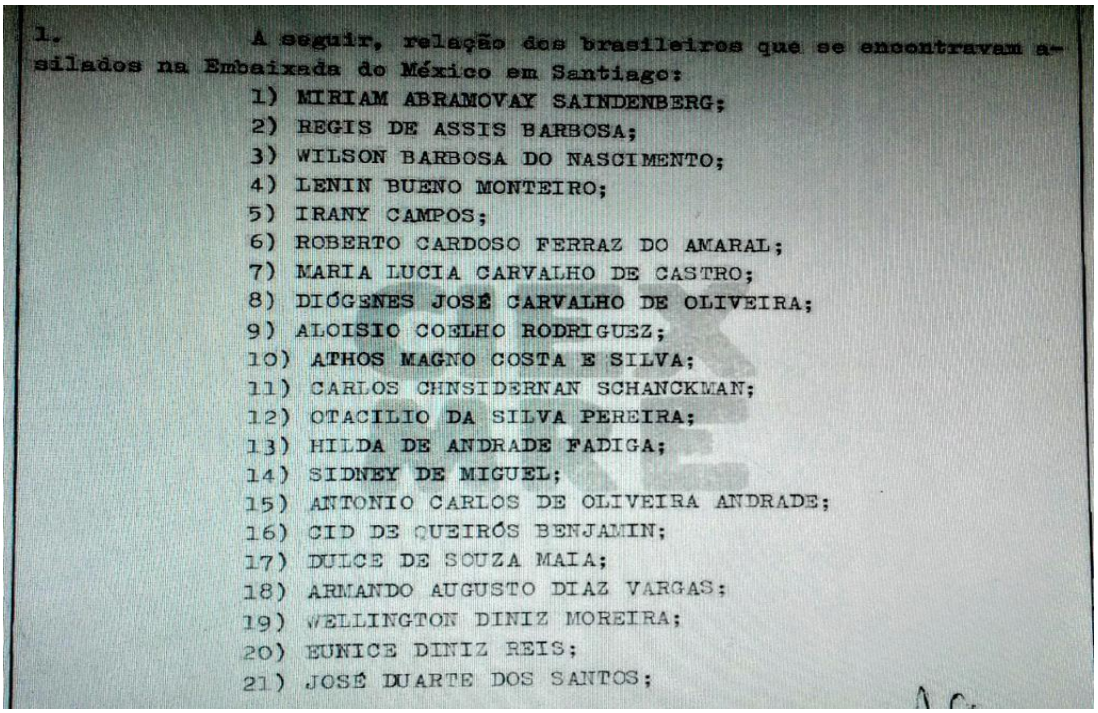
REFERÊNCIA: -------

ANEXO: ----------

DATA DA OBTENÇÃO DO INFORME: 17/OUT/73

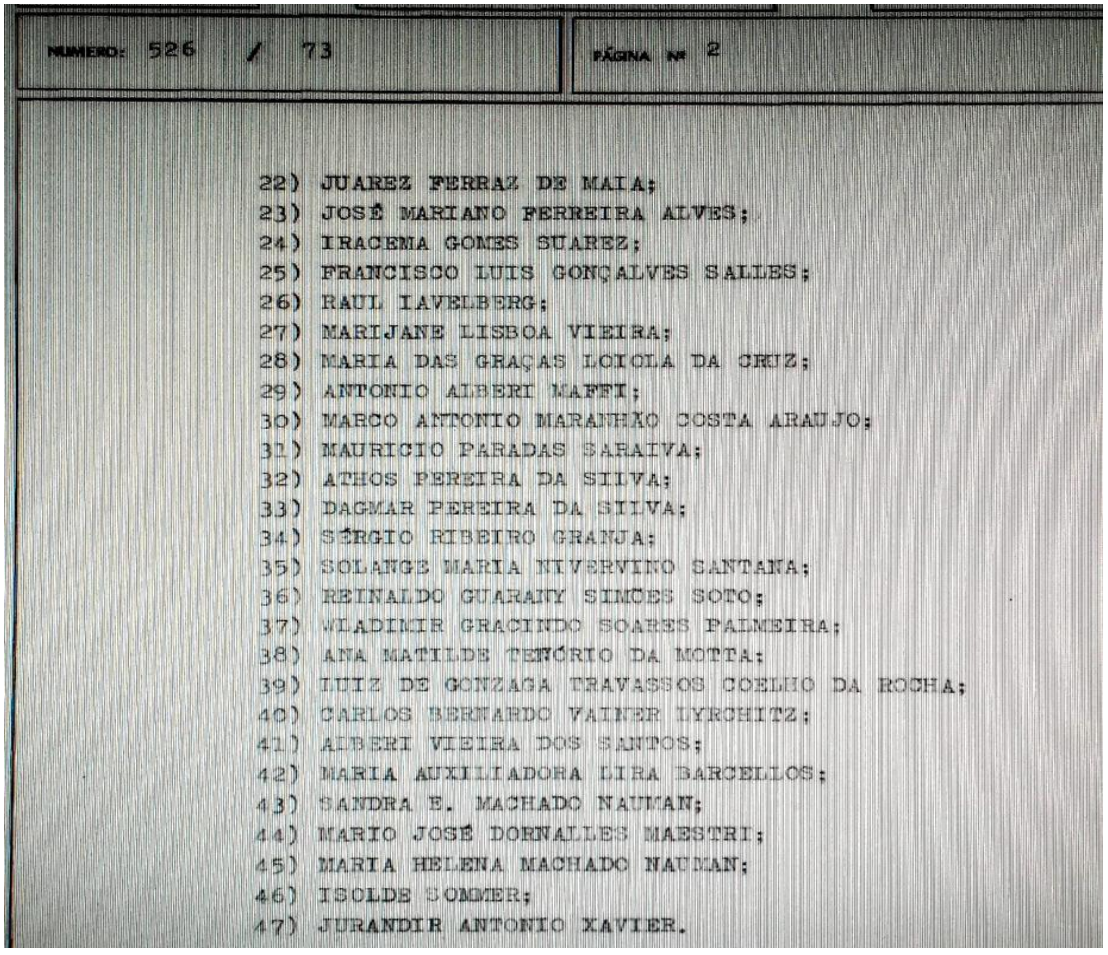
DIFUSÃO: SNI/AC, Ass/Ch SNI, CIE, 2ª Sec/EME, 2ª Sec/EMA, CENIMAR, 2ª Sec/EMAER, DSI/MRE, CISA

ÍNDICE: Brasileiros asilados na Embaixada do México em Santiago.



1. A seguir, relação dos brasileiros que se encontravam asilados na Embaixada do México em Santiago:

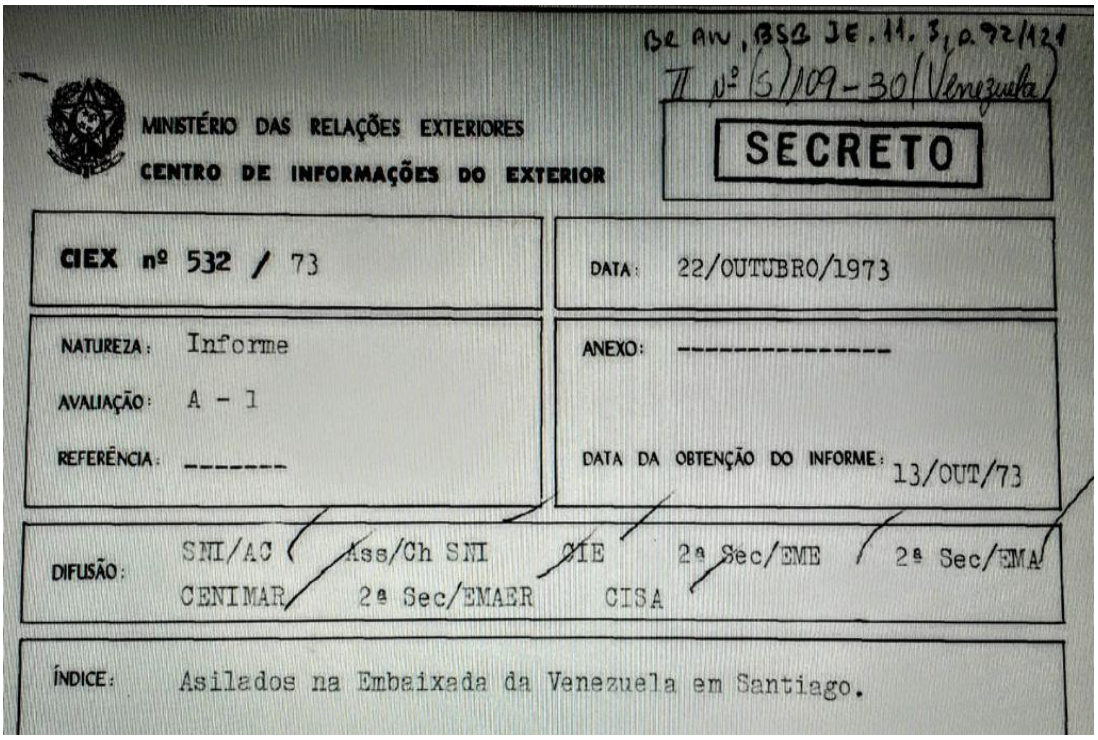
1) MIRIAM ABRAMOVAY SAINDENBERG;
2) REGIS DE ASSIS BARBOSA;
3) WILSON BARBOSA DO NASCIMENTO;
4) LENIN BUENO MONTEIRO;
5) IRANY CAMPOS;
6) ROBERTO CARDOSO FERRAZ DO AMARAL;
7) MARIA LUCIA CARVALHO DE CASTRO;
8) DIÓGENES JOSÉ CARVALHO DE OLIVEIRA;
9) ALOISIO COELHO RODRIGUEZ;
10) ATHOS MAGNO COSTA E SILVA;
11) CARLOS CHNSIDERNAN SCHANCKMAN;
12) OTACILIO DA SILVA PEREIRA;
13) HILDA DE ANDRADE FADIGA;
14) SIDNEY DE MIGUEL;
15) ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA ANDRADE;
16) CID DE QUEIRÓS BENJAMIN;
17) DULCE DE SOUZA MAIA;
18) ARMANDO AUGUSTO DIAZ VARGAS;
19) WELLINGTON DINIZ MOREIRA;
20) EUNICE DINIZ REIS;
21) JOSÉ DUARTE DOS SANTOS;



NÚMERO: 526 / 73 PÁGINA Nº 2

22) JUAREZ FERRAZ DE MAIA;
23) JOSÉ MARIANO FERREIRA ALVES;
24) IRACEMA GOMES SUAREZ;
25) FRANCISCO LUIS GONÇALVES SALLES;
26) RAUL IAVELBERG;
27) MARIJANE LISBOA VIEIRA;
28) MARIA DAS GRAÇAS LOIOLA DA CRUZ;
29) ANTONIO ALBERI MAFFI;
30) MARCO ANTONIO MARANHÃO COSTA ARAUJO;
31) MAURICIO PARADAS SARAIVA;
32) ATHOS PEREIRA DA SILVA;
33) DAGMAR PEREIRA DA SILVA;
34) SÉRGIO RIBEIRO GRANJA;
35) SOLANGE MARIA NIVERVINO SANTANA;
36) REINALDO GUARANY SIMÕES SOTO;
37) WLADIMIR GRACINDO SOARES PALMEIRA;
38) ANA MATILDE TENÓRIO DA MOTTA;
39) LUIZ DE GONZAGA TRAVASSOS COELHO DA ROCHA;
40) CARLOS BERNARDO VAINER TYRCHITZ;
41) ALBERI VIEIRA DOS SANTOS;
42) MARIA AUXILIADORA LIRA BARCELLOS;
43) SANDRA E. MACHADO NAUMAN;
44) MARIO JOSÉ DORNALLES MAESTRI;
45) MARIA HELENA MACHADO NAUMAN;
46) ISOLDE SOMMER;
47) JURANDIR ANTONIO XAVIER.

ANEXO H - CIEX 532- (A-1) 22/OUTUBRO/73: Asilados na Embaixada de Venezuela em Santiago. (22/10/73).



BR AN, BSB JE.11.3,a92/121
II nº (5)109-30(Venezuela)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR

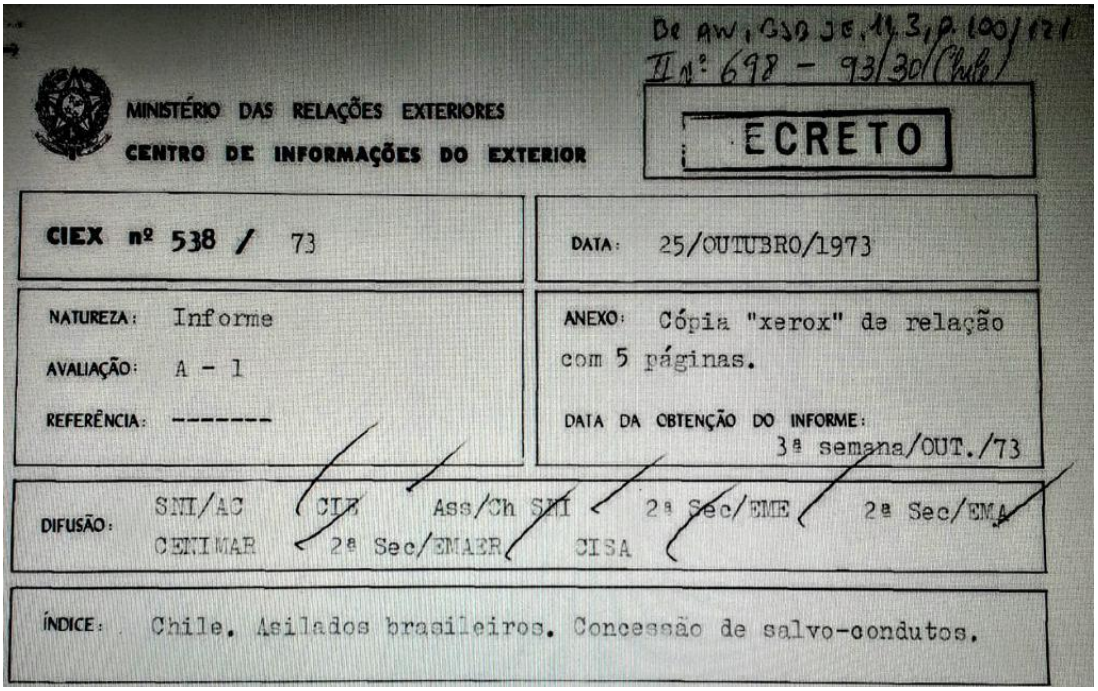
SECRETO

CIEX nº 532 / 73	DATA: 22/OUTUBRO/1973
NATUREZA: Informe AVALIAÇÃO: A - 1 REFERÊNCIA: _____	ANEXO: _____ DATA DA OBTENÇÃO DO INFORME: 13/OUT/73
DIFUSÃO: SNI/AC Ass/Ch SNI CIE 2ª Sec/EME 2ª Sec/EMA CENIMAR 2ª Sec/EMAER CISA	
ÍNDICE: Asilados na Embaixada da Venezuela em Santiago.	

1. Encontram-se asilados na Embaixada da Venezuela, em Santiago, os seguintes brasileiros:-

- ELINOR MENDES BRITO;
- DANIEL SIMEÃO DA SILVA;
- MARIA LUIZA MONTEIRO DA SILVA;
- ROSANE ALVES RODRIGUES;
- RUBENS ALVES RODRIGUES;
- JAMILDO TAVARES CONSERVA;
- CARLOS FREDERICO MARÉS DE SOUZA;
- MARIA MARÉS DE SOUSA;
- DELCI FENSTERSEIFER NEIHAUS;
- EDSON SOUSA DOVAL;
- JOSÉ DE PEREIRA E SOUSA;
- LEA GOMES BENAVIDES;
- ELZENOBIO MAGNER PEREIRA COQUEIRO;
- REINALDO DE MELO PEIXOTO;
- EDUARDO KUGELMAS LIEBMAN (ou NIEGMANN);
- DELCE JOSÉ RIBEIRO PEÇANHA;
- SÉRGIO FONSECA DA ROCHA;
- ROBERTO GUIMARÃES MAFRA;
- JOSÉ RODRIGUES DE SÁ;
- MARIA AUGUSTA CARNEIRO RIBEIRO;
- NANCY MANGABEIRA UNGER.

ANEXO I - CIEX 538: Chile. Asilados brasileiros. Concessão de salvo-condutos. (25/10/73)



De AW, GJB JE, 11.3, p. 100/121
II nº 698 - 93/30 (Chile)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR

ECRETO

CIEX nº 538 / 73

DATA: 25/OUTUBRO/1973

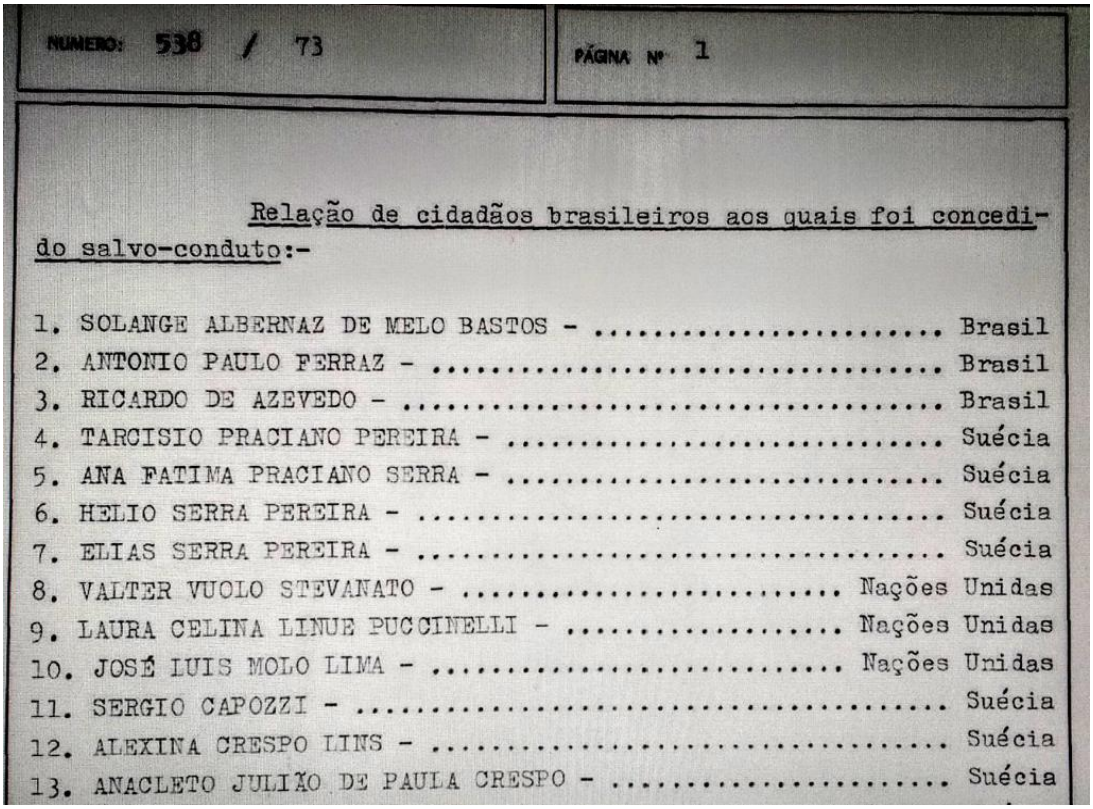
NATUREZA: Informe
AVALIAÇÃO: A - 1
REFERÊNCIA: -------

ANEXO: Cópia "xerox" de relação com 5 páginas.

DATA DA OBTENÇÃO DO INFORME: 3ª semana/OUT./73

DIFUSÃO: SNI/AC CIE Ass/Ch SNI 2ª Sec/EME 2ª Sec/EMA CENIMAR 2ª Sec/EMAER CISA

ÍNDICE: Chile. Asilados brasileiros. Concessão de salvo-condutos.



NUMERO: 538 / 73

PÁGINA Nº 1

Relação de cidadãos brasileiros aos quais foi concedido salvo-conduto:-

1. SOLANGE ALBERNAZ DE MELO BASTOS - ..... Brasil
2. ANTONIO PAULO FERRAZ - ..... Brasil
3. RICARDO DE AZEVEDO - ..... Brasil
4. TARCISIO PRACIANO PEREIRA - ..... Suécia
5. ANA FATIMA PRACIANO SERRA - ..... Suécia
6. HELIO SERRA PEREIRA - ..... Suécia
7. ELIAS SERRA PEREIRA - ..... Suécia
8. VALTER VUOLO STEVANATO - ..... Nações Unidas
9. LAURA CELINA LINUE PUCCINELLI - ..... Nações Unidas
10. JOSÉ LUIS MOLO LIMA - ..... Nações Unidas
11. SERGIO CAPOZZI - ..... Suécia
12. ALEXINA CRESPO LINS - ..... Suécia
13. ANACLETO JULIÃO DE PAULA CRESPO - ..... Suécia

14. MELCIADES PORCINO DA COSTA - ..... Suécia
15. MARÍA AMERICA DINIZ REIS MEDEIROS - ..... Argentina
16. DOMINGO ALVEZ DE LIMA SHAMARELLY - ..... Panamá
17. NADIA BAMBIRRA DOS SANTOS - ..... Panamá
18. MARÍA HELENA DE BARROS BARBOSA - ..... Panamá
19. OSAVA CHIZUO - ..... Panamá
20. MARÍS DO CARMO DE OLIVEIRA E SOUZA - ..... Panamá
21. AFONSO DO NASCIMENTO SILVA EVANDRO - ..... Panamá
22. ANGELINA DUDRAS DE OLIVEIRA - ..... Panamá
23. ALFONSO GAY DE CASTRO CELSO - ..... Panamá
24. CATARINA DE LUCA DERLEI - ..... Panamá
25. SANDRA DE NEGRAES BRISALLA - ..... Panamá
26. ANDRES NOGUEIRA DE ALMEIDA - ..... Panamá
27. LAURA MARÍS PEREIRA DE ALMEIDA - ..... Panamá
28. LENISE PINTO DE BARROS - ..... Panamá
29. LUIS CARLOS RESENDE RODRIGUEZ - ..... Panamá
30. REGINA DA GRACI SIMBOLISTA GONSALVES - ..... Panamá
31. LEOPOLDO CARLOS TEXEIRA PAULINO - ..... Panamá

32. ANDRES DE ALMEIDA PEREIRA - ..... Panamá
33. MANUEL MESSIAS DA SILVA - ..... Canadá
34. ANTONIO RANGEL BANDEIRA - ..... Canadá
35. DERLEI CATARINA DE LUCA - ..... Panamá
36. MARÍA DO CARMO DE OLIVEIRA SOUZA DUTRA - ..... Panamá
37. ANGELO DA SILVA PEZZUTI - ..... Panamá
38. HERBERT JOSÉ DE SOUZA FIGUEIREDO - ..... Panamá
39. MARÍA NAKARO SIGHETORNI - ..... Panamá
40. DIMAS FLORIAN PACHER - ..... Panamá
41. JONES DE FREITAS RAPOSO - ..... Panamá
42. LEILA DA COSTA FERNÁNDEZ ALMEIDA - ..... Panamá
43. NADIA DOS SANTOS BAMBIRRIA - ..... Panamá
44. WANDA GERBI BRONDI - ..... Panamá
45. LUDMILA GERBI FRATI - ..... Panamá
46. ANGELA MARTA MENDES DE ALMEIDA - ..... Panamá
47. ALEXANDER PINCHEIRO SILVA - ..... Panamá
48. ELIZABETH DE SOUZA LOBO ESCOBAR - ..... Panamá

49. MARCO AMELIO GARCÍA DE ALMEIDA - ..... Panamá
50. NESTOR PEIXOTO NOYA - ..... Panamá
51. HELIA MARCIEL FERREIRA - ..... Panamá
52. LUIZ CARLOS RODRIGUES REZENDE - ..... Panamá
53. CLARA AMELIA EVANGELISTA DE JESUS - ..... Panamá
54. DOMINGO ALVES DE LIMA CHAMARELLI - ..... Panamá
55. RAIMUNDO NONATO SANTOS COSTA - ..... Panamá
56. REGINA DA GRACIA SIMBALISTA GONSALVES - ..... Panamá
57. MARCO ANTONIO MORO DEXTRO - ..... Panamá
58. RUTH TEGON LEAL - ..... Panamá
59. MÓNICA TEGON FANTINATI - ..... Panamá
60. JORGE EMILIO BONET GUILAYN - ..... Panamá
61. MARÍA DALVA LEITE DE CASTRO - ..... Panamá
62. SERGIO LEITE DE CASTRO SCHUELER - ..... Panamá
63. MARÍA ALBERTINA MICHELAN ANDRETTA - ..... Panamá
64. IVAN GUIMARÃES LAGE - ..... Panamá
65. CARLOS ALBERTO AFONSO GUINOSSI - ..... Panamá

NUMERO: 538 / 73 PÁGINA Nº 3

66. CLEYDE FERNÁNDEZ ALMEIDA - ..... Panamá
67. ANTONIO PINGHEIRO DE CASTRO - ..... Panamá
68. RONALDO DUTRA MACHADO - ..... Panamá
69. BENEDICTO CERQUEIRA DA SILVA - ..... Panamá
70. BRAULIO FERREIRA DA COSTA - ..... Panamá
71. CICERO VIANNA SILVEIRA - ..... Panamá
72. JOÃO MARQUES DE AGUILAR BIZOTTO - ..... Panamá
73. TEODORO MARQUE DE HOLLANDA MACHADO - ..... Panamá
74. ARISTIDES PEREIRA DE ALMEIDA - ..... Panamá
75. GEROSINE SILVA PEREIRA - ..... Panamá
76. JULIO CÉSAR BUENO BRANDÃO - ..... Panamá
77. FRANCISCO ROMERO NEGRINI - ..... Panamá
78. MARÍS ROSA PALMEIRA COUTO - ..... Panamá
79. FRANCISCO GÓMEZ ALVAREZ - ..... Panamá
80. SEBASTIÃO MENDES GUIMARÃES - ..... Panamá
81. JOSÉ IBRAHIM DE ALMEIDA - ..... Panamá

82. VALNERI ANTUNES NEVES - ..... Panamá
83. WILLIAM MARTANI SARTI - ..... Panamá
84. INÉS CORREA PADREDI - ..... Panamá
85. ARNOU DE HOLANDA CAVALCANTI - ..... Panamá
86. IEDA MARÍA LIMA DE OLIVEIRA - ..... Panamá
87. LUISA DE HOLANDA LIMA - ..... Panamá
88. ENI TALUÁ DE FREITAS TOSCA - ..... Panamá
89. NAILA TOSCA DE FREITAS - ..... Panamá
90. ROGERIO TOSCA DE FREITAS - ..... Panamá
91. JOSÉ BETTANCOURT BARRETO FILHO - ..... Panamá
92. ENCARNACIÓN LÓPEZ PÉREZ - ..... Panamá
93. MARÍS RISOLETA GRILLO DUTRA - ..... Panamá
94. MURILLO PINTO DA SILVA - ..... Panamá
95. DOWER RÍOS FREITAS ALVIM - ..... Panamá
96. RUI MAURO DE ARAUJO MARINI - ..... Panamá
97. WALTER CARLOS COSTA FERNÁNDEZ - ..... Panamá
98. MILTON CARLOS COSTA FERNÁNDEZ - ..... Panamá
99. GILVAN DE MELO CAVALCANTI - ..... Panamá

NÚMERO: 538 / 73 | PÁGINA Nº 4

100. SILVIO DE SOUZA GOMES - ..... Panamá
101. SILVIA MARÍA GOMES PINTO - ..... Panamá
102. CELSO AFONSO GAY DE CASTRO - ..... Panamá
103. EVANDRO AFONSO DO NASCIMENTO SILVA - ..... Panamá
104. JOSÉ ENÍBAL PÉREZ DE PONTES - ..... Panamá
105. MARÍA CEALLES NOVAES BARRETO - ..... Panamá
106. RICARDO APGAUA - ..... Panamá
107. SONIA MARÍA FERREIRA DE LIMA - ..... Panamá
108. DILSON CARDOSO DA SILVA - ..... Panamá
109. VANIA BAMBIRRA GELAPE - ..... Panamá
110. MARÍS LUCÍA ALVES FERREIRA - ..... Panamá
111. ANGELINA DUTRA PONTOURA - ..... Panamá
112. ALVARO FRANCISCO MARTINS BARELO - ..... Panamá
113. LENISE BARROS GIEDIT PINTO - ..... Panamá
114. MARÍA ELETA DE BARROS BARBOSA - ..... Panamá
115. LUCÍA MARY DE OLIVEIRA - ..... Panamá
116. MARÍA SUELI SERRA - ..... Panamá

117. EMIR SADER SIMÃO - ..... Panamá
118. SAMUEL AARÃO REIS PENNA - ..... Panamá
119. IRENE LOEWENSTEIN BEITOWITZ - ..... Panamá
120. SONIA REGINA RAMOS YESSIN - ..... Panamá
121. DANIEL AARÃO REIS - ..... Panamá
122. CELERINO ALMEIDA CARRICONDE - ..... Panamá
123. WALTER ROMERO - ..... Argentina
124. ELISABETH TEREZINHA DE VARGAS E SILVA - ..... Argentina
125. FRANCISCO MENDES ROBERVAL - ..... Argentina
126. MANOEL LIVINO LEAL RIBEIRO - ..... Argentina
127. DERLI JOSÉ DE CARVALHO CAMPOS - ..... Argentina
128. JOÃO BATISTA RITA PEREDO - ..... Argentina
129. WILSON EGIDIO FAVA CHISSE - ..... Argentina
130. RENATA GUERRA DE ANDRADE - ..... Argentina
131. JOSÉ GASPAR DE CAMPOS FERRAZ - ..... Argentina
132. IVAN ALVES DE SOUZA - ..... Argentina
133. JAIRO JOSÉ DE CARVALHO CAMPOS - ..... Argentina

NUMERO: 538 / 73 | PÁGINA Nº 5

134. VICTOR CARLOS RAMOS - ..... Argentina
135. JOEL JOSÉ DE CARVALHO CAMPOS - ..... Argentina
136. ROBERTO DAS CHAGAS E SILVA MENDES - ..... Argentina
137. DANIEL JOSÉ DE CARVALHO - ..... Argentina
138. ATAMILK TYAPAMI NOVAIS - ..... Argentina
139. TATIANA MARÚS NOVAIS - ..... Argentina
140. MARCELO RIBEIRO NOVAIS - ..... Argentina
141. REGINA JANETE OSJU - ..... Argentina
142. PAULO SANTOS LOPES - ..... Argentina
143. JOÃO LUIZ SANS RANGEL - ..... Argentina
144. ANATAILDE DE PAULA CRESPO - ..... Suécia
145. JOSÉ MACEDO DE ALENCAR - ..... Suécia
146. ALEXINA LUCIA CALLE DE PAULA - ..... Suécia
147. ANAXIMANDRO ORLEANS CALLE DE PAULA - ..... Suécia

ANEXO j – Bando Militar nº 10, do 11 de setembro de 1973.

JUNTA MILITAR Bando Nº10
Orden a lista de dirigentes políticos a presentarse ante las autoridades militares para ser detenidos.
11 septiembre 1973

1. Las personas más adelante nombradas deberán entregarse voluntariamente hasta las 16.30 horas, de hoy 11 de Septiembre de 1973 en el Ministerio de Defensa Nacional.

2. La no presentación le significará que se ponen al margen de lo dispuesto por la Junta de Comandantes en jefe con las consecuencias fáciles de prever.
Carmen Gloria Aguayo, Carlos Altamirano Orrego, Clodomiro Almeyda Medina, Laura Allende Gossen, Jorge Arrate Mc Millen, Bladimir Arellano, Pascual Barraza Barraza, Orlando Budnevich Brown, David Baytelmann Silva, Míreya Baltra Moreno, María Carrera Villavicencio, Julíeta Campusano Chávez, Luis Corvalán Lepe, Bladimír Chávez Rodríguez, Jacques Chonchol Chaid, Manuel Cavieses Donoso, Jaime Concha Lois, Naún Castro Henríquez, Lisandro Cruz Ponce, José Cademártori Díaz, Miguel Henríquez Espinoza, Edgardo Henríquez Espinoza, Edgardo Henríquez Frodden, Luis Espinoza Villalobos, Mirian Rupert, Jaime Faivovich Baislutz, Luis Figueroa Manuela, Fernando Flores Labra, Luis Godoy Gómez, Luis Guastavino Córdova, Jorge Gmo. Garretón Poursel, Jorge Godoy Urrutia, Bruno García Morales, Nelson Gutiérrez Yáñez, Jaime Gazmuri Mujica, Carlos Jorquera, Joan Garcés, Juan Ibáñez, Jorge Insunza Becker, Alfredo Joignant, Aquiles Louelberg Carvajal, Ignacio Lagno Castillo, Orlando Letelier del Solar, Joel Marambio Rodríguez, Mario Melo Pradenas, Gladys Marín Moigue, Joel Marambio Páez, Augusto Olivares Becerra~ Mario Palestro Ro jas, Tito Palestro Rojas, julio Palestro Rojas, Andrés Pascal Allende, Arsenio Poupin Bicet, Orlando Millas, Volodia Teitelboim, Pedro Vuskovic, Anselmo Sule, Carlos Cerda, Hugo Lasio, Miguel Muñoz, Julio González, Juan Rosales, Carlos Albrick, Héctor Muñoz Alarcón, Luis Carrera, Frida Modak, Carmen Lazo, Adonis Sepúlveda, José María Ravelo, Félix Rodríguez, Gerardo Rodríguez, **Teotorio Dos Santos**, Eduardo Novoa Montreal, David Silberman, Alfonso Ugarte, Mario Gómez López, Eugenio Lira Massi, Fernando Rivas Sánchez, José Miguel Varas Calvo, Eduardo Paredes Barrientos, Gastón Pascales Layon, Litré Quiroga Carvajal, Alejandro Rojas Wainer, Jaime Suárez Bastidas, Víctor Toro Ramírez, Jaime Stuardo, Daniel Vergara, Alejandro Villalobos Díaz, Bautista Von Schouven V., Américo Zorrilla Rojas, René Olivares, Sergio Poblete Garcés, Erick Schnake,Gonzalo Martner, Luis Joel Bouquert.

(FDO.) JUNTA DE GOBIERNO DE LAS FUERZAS ARMADAS Y CARABINEROS DE CHILE.

DISTRIBUCION Según Plan "B" Santiago, 11 de septiembre de 1973.

Fonte: Archivo Chile, *web* del centro estudios “Miguel Enríquez”, CEME: http://www.archivo-chile.com